

PATRÍCIA DOS SANTOS COSTA

**OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATUAÇÃO DAS
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E AS CONDIÇÕES DE ENSINO:
o caso dos estudantes de ações afirmativas do curso de
Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro**

**Tese de doutorado
Maio de 2024**





**OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATUAÇÃO DAS
BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E AS CONDIÇÕES DE ENSINO: O CASO
DOS ESTUDANTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO CURSO DE
BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Patrícia dos Santos Costa

Profa. Dra. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante

Orientadora

Projeto de pesquisa de tese apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGCI/IBICT/UFRJ, como requisito para o exame de qualificação ao Doutorado.

Rio de Janeiro

2024

CIP – Catalogação na Publicação

Costa, Patrícia dos Santos

C838r Os reflexos da pandemia de covid-19 na atuação das Bibliotecas Universitárias e as condições de ensino: o caso dos estudantes de ações afirmativas do curso de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro / Patrícia dos Santos Costa. -- Rio de Janeiro, 2024.
203 f.

Orientadora: Luciane de Fátima Beckman Cavalcante.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola da Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2024.

1. Pandemia. 2. Ensino. 3. Biblioteca universitária. 4. Desigualdade. 5. Ações afirmativas. I. Cavalcante, Luciane de Fátima Beckman, orient. II. Título.

**OS REFLEXOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATUAÇÃO DAS BIBLIOTECAS
UNIVERSITÁRIAS E AS CONDIÇÕES DE ENSINO: o caso dos estudantes de ações
afirmativas do curso de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro**

Aprovada em 20/05/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Profa. Dra. Naira Christofolletti Silveira
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Profa. Dra. Marianna Zattar
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Ricardo M. Pimenta
PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ

Dra. Marta Leandro da Mata
Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Ao meu filho, Caio Costa, a parte mais importante de mim.
Para você ver a importância do estudo, essa parte da minha história, foi por você.

AGRADECIMENTOS

Quando retomei os estudos no ano 2000, depois de ter ficado três anos longe dos espaços de educação formal, a sensação que tinha era a de estar sempre correndo atrás de um tempo que passou, um tempo perdido, que nunca voltaria. Mas, até então, o sonho era concluir o ensino médio, provar que eu era capaz. Vinda da classe popular, estudante da rede pública e, durante todo o ensino fundamental, bolsista integral de uma escola particular e aluna do pré-vestibular comunitário, tinha o desejo freiriano de ser uma pessoa crítica, envolvida com questões sociais e visava, na educação formal, meio para me emancipar socialmente.

Depois de concluído o ensino médio, só cresceu a vontade de continuar estudando; assim, ingressei na universidade pública. A graduação não bastou, e o desejo de contribuir e pesquisar aumentou. Hoje, doutoranda, apresento essa singela contribuição para o campo da Ciência da Informação, graças ao PPGCI/IBICT – ECO/UFRJ.

Agradeço primeiramente a Deus, pelas bênçãos diárias, por me dar saúde em tempos de pandemia e energia para concretizar os meus sonhos. Também, por permitir que pessoas especiais fizessem parte dessa caminhada, as quais algumas delas cito neste agradecimento.

Agradeço pela vida, por ter passado dessa pandemia de COVID-19, por não ter perdido amigos e pessoas próximas.

Ao meu marido Eduardo, um muitíssimo obrigado pelo apoio e o meu filho querido, sonhado e amado, Caio! Que acompanhou e cresceu tanto nesse período de construção da tese, só tenho a agradecer a Deus por ter um filho tão maravilhoso que, mesmo tão pequeno, me incentiva e vibra com cada conquista! Peço desculpas por eventuais ausências nesse momento da sua vida. Mas espero que um dia entenda que essa tese é parte da realização de um sonho da mamãe.

Aos familiares e amigos, por compreenderem minhas ausências durante o período de doutorado, em especial, meus pais, Silvino e Evani, por toda ajuda e incentivo, por compreenderem que gosto de estudar e que nunca deixaria os espaços de ensino. Pelo auxílio com Caio, para que eu pudesse desenvolver essa tese. Sim, hoje temos uma doutora na família!

À minha orientadora, Luciane, por ter segurado a minha mão quando mais precisei! Por todo carinho, parceria, paciência e entusiasmo pela amizade, apoio, dedicação e firmeza para o início do novo ciclo de vida profissional e acadêmica. Obrigada pela oportunidade de poder trabalhar com você, por me devolver o entusiasmo pela escrita e pela ciência. Saiba que você é muito querida.

Aos professores e professoras do curso os meus agradecimentos. Em especial, aos queridos Ricardo Pimenta e Gustavo Saldanha, pelo amparo, pela escuta e por me fazer acreditar que eu poderia concluir essa etapa de forma linda e com qualidade.

Aos membros da banca, pela disponibilidade e contribuições para a conclusão deste trabalho.

Aos amigos que me acompanham desde a graduação, em especial Thayron Rangel, um pesquisador brilhante, que tanto admiro! Estudamos juntos para o doutorado, compartilhamos nossas angústias e estamos crescendo no campo pessoal, profissional e acadêmico!

Àquela que devo o título, a queridíssima amiga Eliane, minha maior incentivadora para chegar até aqui! Os meus especiais agradecimentos. Sem essa amizade, conciliar a vida acadêmica com a familiar teria ficado mais difícil.

Aos amigos que formei no programa de mestrado, que me acompanham até hoje, que apoiaram uns aos outros nessa trajetória. Em especial, Renata Alves (noja) e Ana Paula.

Não poderia deixar de citar os amigos que formei no doutorado, a essas novas amigas que surgiram durante esta caminhada com quem dividi angústias e compartilhei ideias para construção da pesquisa, em especial, Camila Costa, Elaine Dias e Fabiana Felix.

Às amigas e amigos que a maternidade me deu, desde a creche, quando ingressei no doutorado: Domênica, uma mulher que me inspira diariamente e, em especial, Carol, que se tornou a segunda mãe do meu filho, me socorrendo e o acolhendo ao longo da construção desta tese.

Às minhas amigas gotinhas que me acolheram e me ajudaram a ter momentos leves nos dias mais difíceis.

Aos meus colegas de trabalho, Maria Alice, Maria Tereza, Isabel e Cássia, pessoas que tenho o prazer de ter diariamente, dividindo as aflições, café e risadas. Agradeço, em especial, a minha chefe Celeste, por todo incentivo e confiança.

Aos pré-vestibulares comunitários, por existirem e desenvolverem um papel tão importante na vida de tantas pessoas, que sobrevivem e resistem depois da pandemia de COVID-19. Sem vocês, não estaria aqui hoje.

Por fim, a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram nessa trajetória.

*"Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros
com espírito de fraternidade".*

Declaração Universal dos Direitos Humanos

RESUMO

O período de isolamento social vivenciado devido à pandemia de COVID-19 trouxe inúmeros desafios para o sistema educacional, com a ampliação do acesso aos dispositivos digitais e à internet no processo de ensino. Assim, foram implementadas novas adaptações metodológicas, para que o ensino e aprendizagem não parasse, adotando o modelo de Ensino Remoto Emergencial – ERE. Dentro deste cenário, a presente tese tem como objeto analisar a percepção de estudantes de Biblioteconomia – da UFRJ, UNIRIO e UFF, provenientes de ações afirmativas – sobre o acesso à informação e conhecimento durante o período da pandemia de COVID-19, no contexto das Bibliotecas Universitárias das universidades federais do estado do Rio de Janeiro. Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e quantitativa, com objetivos exploratórios. Para tanto, adotou-se o levantamento bibliográfico, como técnica para compreensão da relevância do tema a ser estudado, e a pesquisa documental, valendo-se de fontes primárias diversificadas e dispersas, acessíveis através de documentos oficiais, jornais, tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, *lives* de relatos de experiências etc. Tais fontes auxiliaram a construção do referencial teórico, baseado nos conceitos de desigualdade, infoexclusão, mediação, biblioteca universitária e infraestrutura social, estabelecendo conexão entre os estudantes de ações afirmativas e os impactos da pandemia na atuação das Bibliotecas Universitárias e no processo de ensino e aprendizagem. Como instrumento de coleta de dados, foi adotada a aplicação de questionário junto aos estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro. O estudo possibilitou observar que as Bibliotecas Universitárias se mobilizaram para atender os usuários. Quanto aos estudantes, os resultados obtidos com o questionário apontam para as dificuldades enfrentadas por eles, a percepção que tiveram das ações das Bibliotecas Universitárias e os medos vivenciados durante a pandemia. Assim, a hipótese levantada – a de que os estudantes que ingressaram na universidade através das políticas de ações afirmativas encontraram maiores dificuldades no processo de ensino e aprendizagem diante do novo cenário imposto pelo ERE – pode ser confirmada.

Palavras-chave: Pandemia. Ensino superior. Biblioteca universitária. Desigualdade. Ações afirmativas.

ABSTRACT

The period of social isolation experienced due to the COVID-19 pandemic brought numerous challenges to the educational system with increased access to digital devices and the internet in the teaching process. Thus, new methodological adaptations were implemented, so that teaching and learning did not stop, adopting the Emergency Remote Teaching model. Within this scenario, the present thesis aims to analyze the perception of Library Science students – from UFRJ, UNIRIO, and UFF – resulting from affirmative actions on access to information and knowledge during the period of the COVID-19 pandemic, in the context of university libraries of the Federal Universities of the state of Rio de Janeiro. This is an applied research, with a qualitative and quantitative approach, with exploratory objectives. To this end, bibliographical research– as a technique for understanding the relevance of the topic to be studied – and documentary research were adopted, using diverse and dispersed primary sources, made available through official documents, newspapers, statistical tables, newspapers, magazines, reports, live experiences, etc. These helped to build the theoretical framework based on the concepts of inequality, info-exclusion, mediation, university library and social infrastructure, establishing a connection between affirmative action students and the impacts of the pandemic on the performance of university libraries and the teaching and learning process. As a data collection instrument, a questionnaire was applied to Library Science students at federal universities in the state of Rio de Janeiro. The study made it possible to observe that university libraries mobilized themselves to serve users. As for students, the results obtained through the application of the questionnaire point to the difficulties faced by them, their perception of the actions of university libraries, and the fears experienced during the pandemic. Thus, the hypothesis raised – that students who entered university through affirmative action policies encountered greater difficulties in the teaching and learning process in the face of the new scenario imposed by ERE – can be confirmed.

Keywords: Pandemic. Teaching. University library. Inequality. Affirmative action.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Panorama geral de atividades nas universidades federais brasileiras, após a emissão da Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020	21
Gráfico 2 - Serviços e produtos ofertados pelas Bibliotecas Universitárias durante a pandemia de COVID-19	66
Gráfico 3 - Canais de comunicação com os usuários durante a pandemia de COVID-19.....	66
Gráfico 4 - Matrículas no ensino superior em 2019 por cor/raça	74
Gráfico 5 - Domicílios com acesso à internet, por área (2008-2021).....	84
Gráfico 6 - Total de bolsas ofertadas pelo PROUNI por ano (2005-2018)	98
Gráfico 7 - Distribuição de pessoas no ensino superior por rede de ensino.....	99
Gráfico 8 - Tendências no desempenho em matemática, leitura e ciências (2003-2022).....	102
Gráfico 9 - Evolução do SiBI no <i>Twitter</i>	138
Gráfico 10 - Serviços ofertados pelas bibliotecas da UFRJ durante o trabalho remoto	139
Gráfico 11 - Identificação de gênero	151
Gráfico 12 - Critérios de acesso de acordo com Lei nº 12.711/2012	152
Gráfico 13 - Horas dedicadas ao ensino.....	155
Gráfico 14 - Opinião sobre o Ensino Remoto Emergencial.....	156
Gráfico 15 - Serviços oferecidos pelas bibliotecas que fizeram falta	162
Gráfico 16 - Espaços físicos que fizeram falta durante a pandemia	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisa realizada no Google	36
Quadro 2 - Principais áreas de desenvolvimento dos estudos – BDTD.....	38
Quadro 3 - Dissertações e teses sobre ações afirmativas - BDTD.....	38
Quadro 4 - Pesquisa realizada na BRAPCI	39
Quadro 5 - Distribuição da população em diferentes setores da sociedade	73
Quadro 6 - Desigualdade escolar - Pessoas de 18 a 24 anos (2019).....	75
Quadro 7 - Principais políticas públicas de acesso ao ensino superior	97
Quadro 8 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%).....	100
Quadro 9 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020-2022) – UNIRIO.....	114
Quadro 10 - Outras ações da UNIRIO na pandemia.....	116
Quadro 11 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020) – UFF	119
Quadro 12 - Principais normas e atos do período da pandemia (2021-2022) – UFF	121
Quadro 13 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020-2022) – UFRJ	124
Quadro 14 - Caracterização de ferramentas e plataformas para o ensino remoto	127
Quadro 15 - Serviços oferecidos pelas bibliotecas da UFF.....	132
Quadro 16 - Atividades das bibliotecas da UFF no período de quarentena	133
Quadro 17 - Uso do material bibliográfico eletrônico disponível para UFRJ.....	140
Quadro 18 - Consultas e empréstimos da biblioteca da UFRJ	142

LISTA DE ABEVIAÇÕES E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BUs	Bibliotecas Universitárias
BRABCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
COE-MEC	Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação
CNE	Conselho Nacional de Ensino
CRB-7	Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região
EaD	Ensino a Distância
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FEBAB	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FGV	Fundação Getulio Vargas
HUGG	Hospital Universitário Gaffrée e Guinle
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Institutos de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação
NCE	Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais.
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PISA	Programa Internacional de Avaliação dos Alunos
PNAD	Programa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação

PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PUC-RIO	Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro
PVNC	Pré-vestibular para Negros e Carentes
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SiBI	Sistema de Bibliotecas
SiSU	Sistema de Seleção Unificada
SINDIB-RJ	Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Contextualização e problematização do objeto	19
1.2	Justificativa	25
1.3	Objetivos geral e específico	29
2	METODOLOGIA	32
2.1	Descrição do campo empírico	42
2.2	Instrumentos de coleta de dados	45
2.3	Procedimentos preliminares à coleta de dados	48
2.4	Procedimentos de análise dos dados	49
3	CAMPO TEÓRICO	53
3.1	A dimensão histórica e social das Bibliotecas Universitárias e sua importância para pesquisa científica	53
3.1.1	A infraestrutura social das Bibliotecas Universitárias como fator de inclusão.....	57
3.2	As Bibliotecas Universitárias durante a pandemia	61
3.3	Reflexões sobre a desigualdade	69
3.3.1	Desigualdade de acesso às tecnologias durante a pandemia.....	80
3.4	Políticas de ações afirmativas: ampliação do acesso ao ensino superior	86
3.5	Democratização do acesso ao ensino superior e os efeitos da COVID-19	96
3.6	Mediações da informação: cultural e tecnológica	103
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	112
4.1	Medidas de controle da COVID-19 adotadas pelas universidades federais do estado do Rio de Janeiro	112
4.1.1	A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	112
4.1.2	A Universidade Federal Fluminense (UFF).....	117
4.1.3	A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).....	122
4.2	Medidas adotadas pelas bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de COVID-19	129
4.2.1	As bibliotecas da UNIRIO	129
4.2.2	As bibliotecas da UFF	131
4.2.3	As bibliotecas da UFRJ	135
4.2.4	Análise das ações das bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro	143
4.3	Reflexos da pandemia no ensino superior: o olhar dos estudantes provenientes das políticas afirmativas dos cursos de Biblioteconomia	148
4.3.1	Parte I – Identificação	149
4.3.2	Parte II – Acesso ao ensino superior	151
4.3.3	Parte III – Ensino durante a pandemia.....	154
4.3.4	Parte IV – A biblioteca universitária	160
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
	REFERÊNCIAS	1711
	APÊNDICE A – Questionário	188
	APÊNDICE B – Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	1955

APÊNDICE C - Carta de apresentação da pesquisadora para realização de pesquisa em ambientes externos à universidade	199
ANEXO A – Parecer Com/substanciado do CEP	200

1 INTRODUÇÃO

Com o reconhecimento da epidemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 em nível global, provocando então a pandemia de COVID-19, em março de 2020, a partir da declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma série de recomendações para prevenção e controle do vírus foi adotada, dentre elas, o isolamento social, como medida de prevenção. Diante desse cenário, novos desafios foram impostos para a sociedade, e um deles foi a ampliação da mediação tecnológica, que teve como finalidade dar continuidade aos serviços; uma medida essencial para que a economia não entrasse em colapso. Diante do cenário provocado pela COVID-19, as condições sociais provocadas pela pandemia podem ser compreendidas como impulsionadoras de mudanças impactantes na sociedade no cenário mundial; ainda que o uso das tecnologias já estivesse em constante crescimento, ganhou ainda mais intensidade e urgência.

No contexto pandêmico, as universidades federais também enfrentaram diversos desafios. Dentre eles, a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que exigiu adoção de medidas emergenciais, tais como o recurso denominado Ensino Remoto Emergencial (ERE). De acordo com Silva *et al.* (2022), as “mudanças nos modos de ensino que tradicionalmente levariam meses ou anos para serem discutidas e implementadas foram sendo planejadas, aprendidas e desenvolvidas ao mesmo tempo, dada a ruptura com os encontros presenciais”. O uso do modelo educacional proposto pelo Ministério da Educação fez com que, mesmo no isolamento social, as atividades de ensino e aprendizagem das universidades não tivessem sofrido impactos ainda mais expressivos, no momento em que eclodiu a pandemia de COVID-19 (Valente; Almeida, 2020).

Cabe salientar que, com o uso do ERE, ainda que tenha sido possível dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, refletir sobre as experiências e sentimentos vivenciados pelos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade tornou-se uma etapa importante para melhor compreender as oportunidades, bem como os desenlaces que essa modalidade trouxe e que poderão permanecer no processo de formação.

A pandemia do novo coronavírus evidenciou ainda mais as desigualdades sociais, posto que, para os sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade, as condições sociais para o trabalho e para dar continuidade ao ensino não foram as mesmas. Desta forma, acredita-se também que, para esses sujeitos, o recomeço pós-pandemia, no que se refere ao ensino, foi ainda pior para quem teve dificuldade ou teve que abandonar os estudos durante esse período, tornando-se um desafio para o país e seus governantes.

Diante do exposto, e olhando pelo prisma desse novo contexto social mediado pelo intenso uso dos recursos tecnológicos, buscando entender os seus reflexos, principalmente no cotidiano dos estudantes que ingressaram nas universidades públicas através das políticas de ações afirmativas, a presente pesquisa busca refletir sobre suas dificuldades, enfrentadas durante o ERE adotado, devido ao isolamento social no que tange ao acesso, à permanência e à conclusão do ensino superior.

Cabe ressaltar que, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o número de casos de depressão, angústia e ansiedade se elevou desde o início da pandemia¹, principalmente para os profissionais de saúde, que estiveram na linha de frente no cuidado com a vida, mas também para a população como um todo, devido ao isolamento social somado ao medo de contrair a doença e às incertezas, sejam elas nos cenários político, econômico e/ou educacional. Nesse contexto, torna-se relevante também voltar o olhar para questões intrínsecas que vão além da formação acadêmica, qual seja, compreender os sentimentos, quais foram as aflições e angústias vivenciadas pelos estudantes durante o período pandêmico e considerar esses pontos como fatores de impacto no processo de ensino e aprendizagem.

Desde sua fundação, as universidades públicas brasileiras foram espaços destinados a atender uma demanda de ensino, voltados para elite social dos colonizadores, valorizando a estrutura social e cultural advinda dos portugueses, pautada no poder simbólico. De acordo com Bourdieu:

Os 'sistemas simbólicos', como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder Simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, "uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências". (Bourdieu, 2000, p. 9).

Diante do exposto – a construção da realidade que estabelece regras no contexto social, pautadas no conformismo lógico –, torna-se evidente que as dificuldades de acesso ao ensino superior pelos sujeitos que vivem em situação de desigualdade social já permeiam a sociedade por muitas décadas e vinham sendo democratizadas mediante a implementação de políticas de ações afirmativas.

¹ Em celebração ao setembro amarelo, mês de conscientização e prevenção ao suicídio, a OPAS divulgou um documento alertando "que a pandemia de COVID-19 exacerbou os fatores de risco associados a comportamentos suicidas e pediu pela priorização da prevenção ao suicídio". Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-9-2021-apos-18-meses-pandemia-COVID-19-opas-pede-prioridade-para-prevencao-ao-suicidio>. Acesso em: 05/02/2022.

Durante a década de 1990, movimentos sociais voltados para garantir o acesso aos alunos oriundos das classes sociais menos favorecidas, tais como os pré-vestibulares comunitários, somados às políticas públicas de ações afirmativas implantadas durante os anos 2000, foram instrumentos importantes para gerar um movimento de ruptura desse modelo educacional elitizado.

Dessa forma, a pandemia de COVID-19 e a conseqüente necessidade de isolamento social fizeram com que parte do movimento de ruptura que vinha sendo construído perdesse força, posto que foram fechados espaços destinados para preparação do acesso ao ensino superior, como, por exemplo, os pré-vestibulares comunitários. Além disso, a desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos e a uma internet de qualidade para os estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas possivelmente afetou o ensino e aprendizagem durante o ERE.

A partir da perspectiva de que os estudantes que vivem em situação de desigualdade social buscam nos espaços das universidades públicas estruturas de suporte para se dedicar ao estudo que durante a pandemia foram cerceados. Destaca-se que nesses espaços físicos são onde as relações se estabelecem no campo social. Elas ocorrem através das “ligações pessoais”, fundadas nos acasos socialmente organizados dos encontros e dos convívios comuns e “na afinidade dos *habitus* vivida como simpatia ou antipatia” (Bourdieu, 2013, p. 22, grifo nosso).

Nesse contexto – onde as estruturas funcionam como instrumentos de dominação, ainda que a mediação tecnológica tenha contribuído para mitigar as trocas e os encontros do meio físico, modificando as relações para o ambiente digital e fazendo com que o isolamento fosse menos impactante –, sujeitos que vivem em situação de desigualdade social possivelmente encontraram maior dificuldade para ter acesso, tanto a recursos tecnológicos como também a uma internet de qualidade, o que se reflete diretamente no ensino.

Um dos efeitos que possivelmente a pandemia de COVID-19 provocou foi a ampliação da desigualdade do acesso, permanência e conclusão do ensino superior, visto que os espaços físicos das universidades públicas são percebidos como uma infraestrutura social de apoio ao ensino, pesquisa e extensão, e, logo, auxiliam o acesso igualitário à informação e ao conhecimento. Por essa perspectiva, as Bibliotecas Universitárias são instrumentos que contribuem para o processo educacional, mediante a estrutura ofertada à comunidade acadêmica, criando possibilidades para ampliar a produção do conhecimento científico.

Assim, torna-se relevante refletir sobre as condições relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem desses sujeitos no momento de pandemia, posto que o isolamento

social, somado às diversidades – tais como necessidade de trabalho, falta de espaço, precariedade dos recursos tecnológicos, falta de acesso a uma internet de qualidade, dificuldade de concentração para dedicar-se aos estudos, dentre outros limitadores, e considerando nesse contexto as condições emocionais e mentais dos discentes – pode ter dificultado o processo de acesso, permanência e conclusão do ensino superior.

Tendo em vista que tem aumentado a compreensão de que as Bibliotecas Universitárias são espaços mediadores de informação e que a infraestrutura que elas oferecem à comunidade acadêmica é vital, principalmente para os discentes que ingressaram nas universidades públicas mediante as políticas públicas de ações afirmativas, as reflexões sobre o impacto causado pelo seu fechamento ganham cada vez mais espaço.

Outro ponto a ser explorado ao longo dessa pesquisa refere-se à concepção da mediação tecnológica através de um mediador ou de uma mídia que se estabelece diante da necessidade informacional por parte de um usuário, ganhando uma nova dimensão durante o período pandêmico e alcançando relevância como eixo norteador do presente estudo.

A investigação busca, então, refletir sobre as condições de acesso informacional no processo de ensino dos estudantes universitários federais do estado do Rio de Janeiro durante a pandemia, com foco prioritário naqueles oriundos das políticas de ações afirmativas e que vivem em situação de desigualdade social, a partir do pressuposto de que os estudantes que compõem as classes sociais menos favorecidas encontram maior dificuldade para estudar durante a pandemia de COVID-19. Assim, por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foi necessário submetê-la ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do CFCH da UFRJ, através da Plataforma Brasil, para aprovação do questionário e aplicação do instrumento de coleta de dados.

No momento em que o acesso ao ensino por meio da mediação de tecnologias, que ocorreu de maneira imposta e necessária nesse período, trouxe consigo problemas sociais pertinentes a serem debatidos na sociedade e na academia, no que se refere ao acesso e às condições de estudo, é que passa a ser um ponto relevante na pesquisa.

1.1 Contextualização e problematização do objeto

Em decorrência do isolamento social e da necessidade de dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, o MEC adotou medidas de forma a modificar as atividades universitárias para ambientes não presenciais, ou seja, virtuais. Assim, foi formado o Comitê Operativo de Emergência do Ministério da Educação (Brasil, 2020) e suas

ações foram publicadas na Portaria nº 343 de 2020, posteriormente alterada pelas Portarias nº 345 de 2020 e nº 395 de 2020 e a Medida Provisória nº 934 de 2020, as quais determinaram como instrumento de ensino o uso de recursos tecnológicos e digitais, bem como estipularam a orientação para revisão das questões referentes ao limite de carga horária de ensino.

De acordo com o relatório anual da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (ANDIFES), referente ao ano de 2020 e publicado em agosto de 2021, as universidades brasileiras foram ágeis e de grande importância no apoio ao controle e enfrentamento da pandemia de COVID-19:

Ressalta-se que as universidades públicas brasileiras rapidamente entenderam seu papel no enfrentamento à pandemia, promovendo ações imediatas de paralisação de atividades presenciais, construção de estratégias de manutenção da formação de seus membros, organização e participação em pesquisas, bem como otimização de ações que pudessem apoiar a população brasileira para fazer o necessário combate à pandemia. (ANDIFES, 2020, p. 4).

Considerando tais necessidades, o MEC tomou algumas medidas com o objetivo de diminuir o impacto na educação superior durante a pandemia. De acordo com a Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, foi oficializada a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação de pandemia. O prazo previsto para essa substituição seria de 30 dias. O art. 1º autoriza,

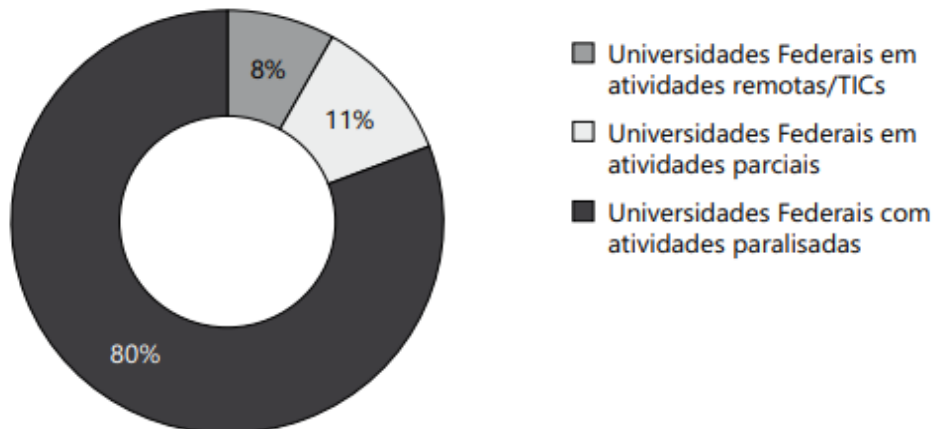
Em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino. (Brasil, 2020).

Segundo Castioni *et al* (2021), em um primeiro momento, das 69 universidades federais, 53 interromperam as aulas de graduação, dez mantiveram as suas atividades de forma remota², fazendo uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), e seis mantiveram as atividades parciais.

Dessa forma, as medidas adotadas pelo MEC, através da Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, impactaram as atividades das universidades federais. O gráfico apresentado a seguir que representa o panorama das atividades nas universidades federais brasileiras.

² Ainda de acordo com o estudo de Castioni *et al*. (2021), as universidades estaduais paulistas não interromperam as atividades, 53 pararam as aulas de graduação, **dez realizaram atividades de forma remota e fazendo uso das TICs** e outras seis realizaram atividades parciais.

Gráfico 1 - Panorama geral de atividades nas universidades federais brasileiras após a emissão da Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020



Fonte: Cavalcante e Guerra (2022).

Cavalcante e Guerra ressaltam que:

[...] cerca de 20% estavam funcionando de forma remota, ou em regime de atividades parciais no início de maio de 2020, atendendo, dessa forma, a apenas 22,5% do contingente de discentes matriculados, o que significa que quase 80% ficaram fora das salas de aulas remotas. Esse foi um dado preocupante, pois demonstrou que, naquele momento, as universidades federais não eram capazes de cumprir o seu papel básico, que é **dar acesso universal àqueles que procuram um Ensino Superior de qualidade**. (Cavalcante; Guerra, 2022, grifo nosso).

Diante dos dados apresentados, pode-se aferir que grande parte dos estudantes não teve acesso igualitário às salas de aulas virtuais durante o período pandêmico, e as universidades, por sua vez, deixaram de cumprir o seu papel fundamental, que é garantir o acesso ao sistema de ensino para todos.

A Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, excluiu o ensino a distância do curso de Medicina; práticas profissionais de estágio e laboratórios de todos os cursos. Posteriormente, foi prorrogada por mais 30 dias através da portaria do MEC nº 473, de 12 de maio de 2020. Com ambas as portarias revogadas e sem uma previsão de retorno, a Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, estendeu o ensino a distância até 31 de dezembro de 2020. Destaca-se o inciso II:

Será de responsabilidade das instituições a definição dos componentes curriculares que serão substituídos, a disponibilização de recursos aos alunos que permitam o acompanhamento das atividades letivas ofertadas, bem como a realização de avaliações durante o período da autorização [...]. (Brasil, 2020).

De acordo com a Portaria nº 544, de 12 de junho de 2020, ficou a cargo de cada uma das IFESs definir os componentes curriculares obrigatórios, forma de acompanhamento das atividades ofertadas e a metodologia de avaliação a ser adotada durante o período de ERE. Para a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) o maior desafio para o ensino superior nas universidades foi a mudança súbita do ensino presencial para o então Ensino Remoto Emergencial.

[...] com a urgência do distanciamento social e dos protocolos de segurança em favor da vida, frente à disseminação de um vírus altamente contagioso e letal, as instituições de ensino foram impelidas, quase que num movimento global, a verticalizar suas reflexões e ações para a construção de um formato de ensino via recursos tecnológicos. (ANDIFES, 2020, p. 9).

Nesse novo cenário, o processo de ensino e aprendizagem passou a ser mediado pelas tecnologias. Assim, professores e alunos passam a utilizar as telas de computadores, *tablets* ou celulares sem nenhum preparo prévio e, em muitos casos, sem conhecimento das ferramentas que foram inseridas em seu cotidiano.

As instituições de ensino superior ficaram responsáveis por definir os elementos que fossem necessários para substituir os modelos curriculares, além de dispor aos alunos meios para que pudessem acompanhar as atividades acadêmicas ofertadas. De acordo com Castioni *et al* (2021), dentre as universidades públicas do Brasil, apenas as estaduais de São Paulo não tiveram suas atividades paralisadas.

No que tange à reorganização do calendário escolar, o Conselho Nacional de Ensino (CNE) emitiu o Parecer nº 5/2020 (Brasil, 2020) prevendo a reorganização dos calendários, planejamento para organização das atividades pedagógicas não presenciais e da carga horária para o ano letivo durante o período de pandemia. O parecer destaca que as atividades não presenciais são recursos para cumprimento de carga horária mínima do ano letivo, dispensando assim a reposição de aulas após a pandemia. Assim, foi possível que as aulas fossem mantidas através do ERE.

Nos ambientes das universidades públicas federais, o uso de tecnologias como mediadoras e aliadas ao processo de ensino e aprendizagem insere-se em um movimento que já vinha ocorrendo de forma consistente, a exemplo da adoção do modelo de Ensino a Distância (EaD). De acordo com o Decreto-Lei 5.622 de 19 de dezembro 2005, o EaD é definido no Capítulo I, Art 1º como:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (Brasil, 2005, p. 5).

No que se refere ao ensino superior, no qual já havia normas a respeito do EaD, o destaque dado pelo parecer trata sobre a adoção de recursos digitais e do uso de ambientes virtuais para o desenvolvimento das atividades de aprendizagem, substituindo as atividades presenciais como forma de dar continuidade ao ensino. Desse modo, o EaD pode ser compreendido como um modelo de educação que propicia a ocorrência do processo de ensino e aprendizagem, ainda que os docentes e discentes “estejam separados espacialmente e/ou temporalmente” (Silva, 2017, p. 21). Cabe enfatizar que o modelo de ensino ERE tem objetivos diferentes do EaD, visto que a principal característica do ERE foi atender a uma demanda emergencial frente à situação causada pela crise sanitária; já o EaD, como o próprio nome diz, tem um padrão educacional específico, que vem sendo utilizado e tem buscado consolidação no país (Moreira; Schlemmer, 2020).

Assim, o acesso aos recursos tecnológicos impostos como principal meio para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizado durante a pandemia pode ser entendido também como um fator que possivelmente dificultou o cotidiano acadêmico dos sujeitos sociais que ingressaram na universidade mediante as políticas de ações afirmativas.

Nessa perspectiva, devido à urgência para a implementação do ERE, acredita-se que a qualidade do ensino foi comprometida diante das limitações de tempo, planejamento, treinamento e suporte técnico para a oferta dos cursos, visto que o ERE gerou uma obrigatoriedade de seu uso, tanto por parte de professores como de alunos que migraram “para a realidade *on-line*, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem” (Moreira; Schlemmer, 2020, p. 7).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o fechamento das instituições de ensino por causa do isolamento social, a perda do ano letivo para os estudantes foi em média de 2/3, ou seja, mais de 800 milhões de estudantes no mundo enfrentaram interrupções de aulas. Brasil, Chile, Argentina, Moçambique e Etiópia foram os países cujo período de interrupção do ensino foi ainda mais prolongado, durando em média 40 semanas³.

³ Dados do relatório da UNESCO divulgado pelo portal do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/01/24/relatorio-da-unesco-que-mostra-que-estudantes-perderam-em-media-23-do-ano-letivo-por-causa-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Os dados da pesquisa coordenada pelo Atlas das Juventudes (2023) nos auxiliaram a refletir sobre a situação dos estudantes universitários durante a pandemia diante do ERE. O estudo aponta que 15% dos jovens abandonaram o ensino superior durante o primeiro ano de pandemia, em 2020. Já em 2021, o número foi ainda mais elevado, passando para 36%. Dentre os principais motivos evidenciados para a evasão estão as questões financeiras (26%) e a falta de organização para conseguir acompanhar e conciliar estudo e trabalho (13%). O estudo aponta também que as condições do período de pandemia levaram os estudantes a um desgaste tanto físico quanto emocional. Dentre os itens elencados, os três principais relatados foram ansiedade (63%), uso exagerado de redes sociais (53%) e exaustão e/ou cansaço constante (50%).

Portanto, para esses estudantes que vivem em situação de desigualdade social, o ensino possivelmente não foi prioridade durante a pandemia da COVID-19. Questões como a saúde física e mental frente à iminência de contágio com o vírus em si ou em pessoas próximas, possivelmente contribuíram para que esse grupo não conseguisse se dedicar ao processo educacional, com o consequente impacto na formação, na pesquisa e na produção científica das universidades.

Nessa perspectiva, é preciso pensar na pressão psicológica e nas condições de moradia dos alunos oriundos das classes populares, bem como na infraestrutura para estudo, tanto tecnológica quanto física. Assim, estes grupos de estudantes foram os mais afetados na qualidade do aprendizado durante o isolamento e, mais uma vez, a pandemia acaba ampliando a desigualdade social. Diante da realidade desse grupo, os recursos tecnológicos não são igualitários, logo, a desigualdade digital torna-se um ponto importante para o processo de ensino e aprendizagem entre grupos sociais, principalmente no cenário pandêmico, que teve o modelo do ERE iniciado em 2020.

Nesse cenário, dentro das instituições universitárias, as Bibliotecas Universitárias são consideradas serviços essenciais, que contribuem com os três pilares da estrutura das universidades – ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, questiona-se: quais as condições para os estudos dos alunos universitários que ingressaram na universidade mediante as políticas de ações afirmativas durante a pandemia da COVID-19? Em que medida os espaços públicos, em especial as Bibliotecas Universitárias, contribuíram para o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas, durante o período de isolamento social?

Assim, surgem outras perguntas:

- a) Quais os possíveis impactos da pandemia no processo de ensino e aprendizagem para os alunos de graduação, em especial os que ingressaram mediante políticas de ações afirmativas?
- b) Quais medidas foram tomadas pelas universidades federais do estado do Rio de Janeiro para mitigar os danos no processo de ensino e aprendizagem?
- c) Quais ações as Bibliotecas Universitárias federais do estado do Rio de Janeiro tomaram para atender a esse perfil de alunos?

Diante desse quadro, a pesquisa parte da **hipótese** de que o estudante, principalmente aqueles que ingressaram na universidade através das políticas de ações afirmativas, encontraram mais dificuldade no processo de ensino e aprendizagem diante do novo cenário imposto pela pandemia, onde a mediação tecnológica foi amplamente utilizada para o ERE.

O ERE construiu um novo cenário na forma de ensinar e de aprender. Por essa perspectiva, o desempenho acadêmico dos estudantes nesse período diante do modelo de ERE passa pela compreensão das condições de estudo durante a pandemia da COVID-19, pelo acolhimento, e pela metodologia de ensino e de avaliação adotada, assim como na sua relação com as instituições de informação nesse contexto, como é o caso das Bibliotecas Universitárias.

1.2 Justificativa

Para justificar o interesse pela temática aqui proposta, bem como pela problemática apresentada, é significativo ressaltar que este estudo dialoga diretamente com questões de ordem pessoal e acadêmica desta pesquisadora, uma vez que as bibliotecas públicas e universitárias tiveram um papel importante no seu processo ensino e aprendizagem ao longo de sua vida, bem como de acesso, permanência e conclusão do ensino superior. Estudante oriunda de classe social menos favorecida, morava em uma casa de três quartos, residindo com um total de nove pessoas: pai, mãe, avó e seis irmãos. Estudar nesse ambiente era difícil, o que fez com que os espaços públicos tivessem um papel vital.

Ao refletir sobre minhas memórias, recordo que os espaços públicos de leitura e de acesso à informação e conhecimento fizeram e fazem parte da minha história. Ainda na educação primária, das salas de leitura das escolas públicas, as Bibliotecas Universitárias foram espaços acolhedores que possibilitaram e contribuíram para minha permanência e conclusão do curso superior.

Ao terminar o atual ensino médio e tentar ingressar em uma universidade pública, foi possível constatar que o vestibular era uma nova etapa que merecia maior dedicação e mais estudo. Sem condições financeiras para pagar uma universidade particular ou um cursinho preparatório, fui apresentada por amigos ao Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), que preparava os alunos oriundos das escolas públicas, mediante a comprovação de renda familiar de até três salários-mínimos.

O curso era um projeto social com propósitos que iam além da tentativa de suprir as demandas do vestibular. Para tanto, possuía em sua grade um horário de aula sobre Cultura e Cidadania, cujo objetivo era despertar uma visão crítica para os dilemas sociais e para as políticas públicas. Além disso, tinha convênio com a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO), através do qual, eram concedidas bolsas de até 100% aos alunos aprovados pelo ENEM.

O PVNC era mantido mediante a ajuda dos professores voluntários e de ex-alunos que disponibilizavam algumas horas da semana. Nesses espaços, foi possível perceber que existem formas de enfrentar as dificuldades relativas ao ensino e aprendizado para ingresso no ensino superior através do coletivo.

Ainda assim, a realidade mostrava que passar no vestibular na primeira tentativa era raridade para boa parte dos alunos do curso, principalmente para aqueles que pleiteavam entrar nos mais concorridos, como Engenharia e Direito, entre outros. Alguns alunos frequentam as aulas por mais de cinco anos até ingressar em uma universidade pública.

Ingressei no curso de bacharelado em Biblioteconomia, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) em 2006 e consegui concluir em 2010. Nesse processo, pude constatar que, através do ensino superior, é possível ter oportunidades, ter mobilidade social, ou seja, de mudar sua posição na hierarquia social ao longo do tempo por meio da educação. Assim, compreendo que os espaços das Bibliotecas Universitárias colaboram para a mudança social, rompendo barreiras socioeconômicas e raciais.

Após a conclusão do curso, senti a necessidade de retribuir ao pré-vestibular comunitário um pouco do que ele fez por mim. Assim, iniciei um trabalho como voluntária, para contribuir com os professores de redação e interpretação de textos. Nesse período, observei a dificuldade de leitura e compreensão de texto por parte dos alunos, bem como a de escrita e redação.

Tal fato fez com que mudássemos o modelo de aula, passando a preparar e colocar em prática medidas que pudessem aproximar os alunos de textos literários. Em vista disso, realizávamos rodas de leitura e discussão de textos: os alunos podiam ler de maneira lúdica e,

ao mesmo tempo, ter contato com notícias atuais nas áreas de economia, política, cultura, de cunho nacional e internacional, com o intuito de agregar valor ao resultado final do vestibular.

Durante os anos dessa experiência de mediação de informação e leitura, pude fazer, de modo empírico e sistemático, um levantamento de questões que levei para os estudos desenvolvidos durante o mestrado. Nesse estudo, analiso o perfil leitor dos jovens e adultos estudantes de pré-vestibulares comunitários. Ao ingressar no doutorado, tinha a perspectiva de realizar um desdobramento das questões levantadas no mestrado. No entanto, com a pandemia e o isolamento social, pensar nas condições de estudos desse grupo de estudantes tornou-se objeto de muita reflexão.

Desse modo, o objeto de pesquisa construído previamente foi desfeito, e um novo interesse pela temática referente às condições para os estudos dos alunos e a importância dos espaços públicos – no caso, as Bibliotecas Universitárias – surgiu a partir das reflexões sobre os alunos que ingressaram através das políticas de ações afirmativas, bem como suas condições para dar sequência ao processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia.

Desta forma, os resultados encontrados nas bases de dados nacionais apontam, portanto, que os estudos sobre os reflexos da pandemia de COVID-19 na educação estão entre os temas que geraram preocupação para os pesquisadores. No entanto, ainda não se têm notícias de pesquisas no campo da Ciência da Informação com o foco proposto nesta tese, que é refletir sobre as condições físicas e emocionais de acesso à informação, buscando identificar a carga emocional e psicológica e as dificuldades enfrentadas, no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, por estudantes que ingressaram nas universidades públicas mediante as políticas de ações tendo as Bibliotecas Universitárias como espaços essenciais na construção do conhecimento.

A escolha do presente objeto de estudo justifica-se então pelas inquietações desta autora formuladas durante o período do isolamento social, colocando-se em lugar de outras tantas mulheres e pesquisadoras que vivem a realidade de acúmulo de funções, aliadas ao fato de a própria pesquisadora ter sido uma estudante oriunda de classe social menos favorecida, frequentadora de espaços públicos para dedicar-se ao estudo e compreender a importância desses espaços no processo de ensino e aprendizagem, ex-aluna de um pré-vestibular comunitário, mulher, negra, formada em Biblioteconomia, bibliotecária da UFRJ que teve de se dedicar ao doutorado durante a pandemia com filho, casa e uma realidade de medo provocada pela COVID-19.

Do ponto de vista científico, com o propósito de elucidar a relevância da pesquisa, a concepção que foi elaborada partiu da conjuntura do cenário pandêmico e da desigualdade

social que permeiam a sociedade, na qual a escolha do recorte desta pesquisa voltou-se para as questões extrínsecas e intrínsecas que têm como foco os estudantes universitários que ingressaram no ensino superior mediante as políticas de ações afirmativas, tendo a UNIRIO, UFF e UFRJ como campo empírico.

Inserida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) e realizada no âmbito do convênio entre o Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), esta pesquisa será desenvolvida no cerne das discussões do direito à igualdade de acesso à informação e ao conhecimento, mediante a educação, previsto na Constituição Federal de 1988, apresentando as políticas públicas de ações afirmativas que têm proporcionado a ampliação do acesso dos estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas às universidades públicas e busca refletir sobre essas questões dentro do cenário pandêmico, ponderando a mediação tecnológica como fator de impacto para os estudantes mais pobres. Nesse sentido, contribuirá ao contexto das pesquisas do referido programa de pós-graduação uma vez que ampliará os debates ao cenário que permeia a formação dos profissionais da informação, bem como fornecerá subsídios ao desenvolvimento de novas pesquisas.

A escolha dos autores e das fontes de informação proporcionou uma interlocução da Sociologia e da Ciência da Informação, de forma a contribuir com fundamentação teórica para dialogar com as questões referentes ao acesso à informação e ao conhecimento através da educação superior no Brasil, traçando diálogos interdisciplinares com outros campos científicos, com a finalidade de obter subsídios para a construção de conhecimento referente à desigualdade de acesso, permanência e conclusão dos estudantes do ensino superior que vivem em situação de desvantagem social durante a pandemia de COVID-19.

Por conseguinte, a pesquisa contribuirá para compreender, dentro desse contexto, as dificuldades e outros aspectos vividos pelos estudantes de Biblioteconomia da UNIRIO, UFF e UFRJ, contrapondo a atuação das bibliotecas frente as novas demandas informacionais dos estudantes durante o período pandêmico. Também possibilitará compreender como as ausências desses espaços interferiram no cotidiano dos sujeitos que necessitam da infraestrutura das bibliotecas para permanência e conclusão do ensino superior. Consequentemente, as perspectivas apresentadas circunscrevem as dimensões de justificativa pessoal, científica, prática e ainda de caráter social.

Diante do exposto em relação à problemática e hipótese da pesquisa, bem como ao seu contexto de justificativas, foram delineados objetivos direcionados ao alcance da resposta aos questionamentos apresentados.

1.3 Objetivos geral e específico

Objetivo geral: analisar dificuldades vivenciadas no que tange ao acesso à informação dos estudantes de Biblioteconomia, da UFRJ, UNIRIO, e UFF, provenientes de ações afirmativas sobre o acesso à informação e conhecimento durante o período da pandemia de COVID-19, no contexto das Bibliotecas Universitárias das Universidades Federais do Estado do Rio de Janeiro.

Para o alcance deste objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Refletir sobre os conceitos de desigualdade social, desigualdade de oportunidades e desigualdade de acesso e como as classes sociais menos favorecidas são impactadas no que tange ao acesso à educação superior no Brasil;
- b) Analisar as políticas de ações afirmativas como mecanismo de ampliação do acesso de grupos que vivem em situação de desigualdade social, bem como de que modo os reflexos da adoção dessas políticas modificaram o perfil dos estudantes das universidades públicas no Brasil;
- c) Avaliar o impacto da pandemia para os estudantes ~~universitários~~ das universidades federais do estado do Rio de Janeiro que ingressaram mediante as políticas de ações afirmativas;
- d) Compreender as condições de acesso ao Ensino Remoto Emergencial, com foco nos estudantes com maiores dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos;
- e) Verificar a atuação das universidades públicas e das Bibliotecas Universitárias durante o período da pandemia de COVID-19;
- f) Analisar as ações de Bibliotecas Universitárias da UFF, UNIRIO, UFRJ, para dar acesso à informação, conhecimento, dando suporte à pesquisa e ensino durante o período da pandemia;
- g) Identificar a percepção de estudantes de Biblioteconomia sobre o processo de ensino, aprendizagem e acesso ao conhecimento no âmbito do Ensino Remoto Emergencial.

As indagações de caráter epistemológico apresentadas auxiliam o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que elucidam as questões que buscam conectar o conhecimento científico com o prático, compreendendo as possíveis dificuldades encontradas no campo social para o

ensino e aprendizagem na pandemia de COVID-19, principalmente para os sujeitos oriundos das classes sociais menos favorecidas.

A partir do exposto, o recorte de tempo definido para a análise compreendeu os anos de 2020 a 2022, ou seja, o período considerado como o mais intenso da COVID-19. Quanto ao campo empírico da pesquisa, optou-se por investigar as universidades federais do estado do Rio de Janeiro, ou seja, UNIRIO, UFF e UFRJ, tendo como atores sociais envolvidos os estudantes de Biblioteconomia, com foco naqueles que ingressaram através das políticas de ações afirmativas.

Nesse contexto, temos a finalidade de compreender as questões que envolveram este grupo de estudantes, no que se refere as condições de espaço, tempo e dificuldades enfrentadas para dedicarem-se aos estudos, e, também, identificar se as ações tomadas pelas universidades federais do estado do Rio de Janeiro e suas bibliotecas, para mitigar os danos provocados ao ensino superior diante do Ensino Remoto Emergencial, chegaram e/ou atenderam às necessidades informacionais durante a o período da pandemia de COVID-19. Dessa forma, com o objetivo de orientar a construção da problemática da investigação, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico e documental sobre a temática através dos *sites* e *lives* relacionados à UNIRIO, UFF e UFRJ.

Para obtenção dessas informações, entende-se que a aplicação do questionário junto aos estudantes de Biblioteconomia da UNIRIO, UFF e UFRJ contribuiu com informações significativas que complementaram a reflexão de como foi o processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, se houve trancamento de matrícula ou desistência, e como o curso acolheu as demandas tecnológicas e emocionais dos estudantes. Buscou-se também obter informações que contribuíssem para averiguar se as ações tomadas, tanto pelas universidades, quanto pelas BUs conseguiram mitigar os danos, principalmente daqueles que ingressaram nas universidades públicas através das políticas de ações afirmativas.

A partir do exposto, o percurso da presente tese foi estruturado em seis seções complementares entre si, abordando a contextualização e a problematização do objeto de pesquisa, revisão bibliográfica, campo teórico, proposta metodológica e resultados preliminares.

A primeira seção consiste na introdução do trabalho, expondo as questões da pesquisa que serviram como ponto de partida para o desenvolvimento do estudo. Também expõe a justificativa para a escolha do tema, os objetivos (gerais e específicos) que nortearam a problemática da pesquisa e sua justificativa.

A segunda expõe os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento da pesquisa; apresenta a descrição do campo empírico; expõe o questionário como instrumentos de coleta de dados empregados, bem como os métodos adotados para realização da análise dos dados coletados; e descreve a metodologia qualitativa como suporte relevante da pesquisa.

A terceira seção é composta pela contextualização temática – através da exposição do campo empírico da pesquisa e das medidas tomadas pelos órgãos responsáveis para dar seguimento aos processos educacionais durante a pandemia – e busca compreender o impacto do novo modelo de ensino para os alunos, ressaltando o papel mediador das Bibliotecas Universitárias. Aborda a democratização do ensino superior conquistada mediante a implementação das políticas públicas de ações afirmativas nas duas últimas décadas, e apresenta a problematização do cenário de estudos sobre as relações de desigualdade existentes no Brasil e o levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados nacionais e internacionais, a fim de verificar a temática da pesquisa. Com isto, busca traçar estratégias de buscas para obter melhores resultados, além de visualizar como o assunto que se pretende pesquisar está sendo tratado em outros trabalhos científicos e de apresentar o campo teórico da pesquisa, que engloba aspectos conceituais necessários para o desenvolvimento do estudo.

A quarta seção apresenta o referencial teórico, além da dinâmica das políticas públicas de ações afirmativas no combate da desigualdade de acesso ao ensino superior. Reflete sobre desigualdade social, desigualdade de oportunidade e desigualdade informacional; aborda a mediação da informação, cultural e tecnológica; e analisa os espaços físicos das Bibliotecas Universitárias como uma infraestrutura social importante no processo de permanência e conclusão do ensino superior principalmente para os estudantes que ingressaram pelas políticas públicas de ações afirmativas. Aqui também será apresentada a análise dos resultados encontrados, as medidas tomadas pelas universidades federais do estado do Rio de Janeiro para o controle da COVID-19 e as ações das Bibliotecas Universitárias durante a pandemia, além dos dados coletados pelo questionário sobre a percepção dos estudantes de Biblioteconomia sobre o Ensino Remoto Emergencial e as dificuldades que enfrentaram durante o isolamento social.

Por fim, na seção cinco, são elencadas as conclusões, as limitações encontradas para o desenvolvimento da pesquisa e as reflexões para trabalhos futuros no campo de estudos da Ciência da Informação.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa busca "descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científico" (Gil, 2008) e visa atender os objetivos deste estudo. Por envolver seres humanos, a pesquisa é de caráter qualitativo de natureza exploratória e descritiva, posto que procura ampliar a possibilidade de olhar sobre a situação de acesso, permanência e conclusão do ensino superior, bem como o acesso à informação e ao conhecimento dos estudantes universitários federais do estado do Rio de Janeiro, com foco nos sujeitos oriundos das políticas de ações afirmativas, no contexto da pandemia de COVID-19.

Minayo ressalta que o verbo que estrutura uma pesquisa de qualitativa é o "compreender", e esta compreensão se dá através da:

[...] capacidade de colocar-se no lugar do outro, tendo em vista que, como seres humanos, temos condições de exercitar esse entendimento. Para compreender, é preciso levar em conta a singularidade do indivíduo, porque sua subjetividade é uma manifestação do viver total. Mas também é preciso saber que a experiência e a vivência de uma pessoa ocorrem no âmbito da história coletiva e são contextualizadas e envolvidas pela cultura do grupo em que ela se insere. (Minayo, 2012).

Logo, para desenvolver uma pesquisa de caráter qualitativo, é preciso ter sensibilidade e desenvolver competência para interpretar a complexidade das situações, como elas se relacionam e as percepções obtidas, contextualizando com as condições nas quais surgem suas falas, sua vida e cultura com os sujeitos, o que seguramente inclui o "compreender-se".

De acordo com Yin (2016, p. 8), quando as investigações utilizam recursos metodológicos de abordagem qualitativa, acabam por envolver sujeitos particularmente entendidos como o objeto do estudo, além de buscar coletar, "integrar e apresentar dados de diversas fontes de evidência" que colaborem de forma qualitativa para o estudo. Dessa forma, os dados qualitativos devem ser coletados pelos mesmos sujeitos, para que se tenha linearidade no processo.

Diante do exposto, a pesquisa pode ser entendida como qualitativa, já que tem como foco gerar dados sobre os estudantes universitários do curso de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro envolvidos no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia, partindo da premissa de que os que vivem em situação de desvantagem social foram os mais afetados pelo fechamento das Bibliotecas Universitárias, vistas como uma infraestrutura social importante durante o isolamento social.

Nesse contexto, a pesquisa tenta compreender como as relações sociais foram estabelecidas diante desses ambientes digitais impostos pelas medidas sanitárias. De acordo com Yin (2016), o instrumento qualitativo busca averiguar “as condições contextuais – as condições sociais, institucionais e ambientais em que as vidas das pessoas se desenrolam” (Yin, 2016, p. 7).

A pesquisa qualitativa tem, como uma das possibilidades, ser realizada através da dimensão documental, uma vez que o levantamento documental “representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo” (Godoy, 1995, p. 21) de determinadas temáticas. A pesquisa documental é denominada por Pádua como:

[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...]. (Pádua, 1997, p. 62).

Dessa forma, uma das etapas para a construção da tese se baseia em levantamento de documentos considerados fontes de dados relevantes, tais como leis, portarias, decretos e normativas do MEC e das universidades federais do estado do Rio de Janeiro. Esta fase busca contextualizar a desigualdade do acesso ao ensino superior e as políticas de ações afirmativas no cenário pandêmico, na tentativa de verificar os impactos, principalmente para os estudantes de Biblioteconomia, mas também para as universidades e as Bibliotecas Universitárias federais do estado do Rio de Janeiro.

A natureza exploratória da pesquisa visa proporcionar uma proximidade maior com o problema, ou seja, as dificuldades vivenciadas pelos estudantes de Biblioteconomia que ingressaram nas universidades públicas mediante as políticas de ações afirmativas durante a pandemia e sua relação com as Bibliotecas Universitárias no contexto pandêmico, possibilitando assim a construção de hipóteses, a fim de investigar possíveis explicações para esse acontecimento. De acordo com Gil, a pesquisa exploratória muitas vezes é constituída na primeira etapa:

[...] de uma investigação mais ampla. Quando o tema escolhido é bastante genérico, tornam-se necessários seu esclarecimento e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos. O produto final desse processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados. (Gil, 2008, p. 27).

Diante do exposto, a pesquisa exploratória contribui para delimitar a questão principal, e uma das suas características é a singularidade das perguntas, buscando delimitar uma única maneira de abordagem. A pesquisa exploratória apresenta, na sua essência, caráter qualitativo e contextual. O instrumento exploratório é compreendido como um recurso que agrega valor à pesquisa principal, uma vez que busca construir evidências científicas para a formulação de novas hipóteses sobre a temática, pois consiste em um “estudo preliminar realizado com a finalidade de melhor adequar o instrumento de medida à realidade que se pretende conhecer” (Piovesan; Temporini, 1995).

A pesquisa também pode ser classificada como descritiva, uma vez que utiliza dos relatos de experiências divulgadas através de *lives*, que possibilitaram obter informações que contribuem para refletir sobre as ações, preocupações e iniciativas tomadas pelas Bibliotecas Universitárias das universidades federais do Estado do Rio de Janeiro, durante o período de isolamento social, para atender a comunidade acadêmica com recursos informacionais e dar apoio ao ERE.

Já a pesquisa descritiva tem por objetivo narrar uma experiência vivenciada em uma situação específica e em um período de tempo determinado, podendo ser profissional, didática, realização de uma atividade, aplicação de uma técnica, um caso clínico, dentre outros. O relato de experiência é compreendido como uma "modalidade para proposição e estruturação dos escritos acadêmicos" (Mussi; Flores; Almeida, 2021).

O relato de experiência, utilizado como método científico, apresenta uma forma de registrar um fenômeno ou acontecimento. Logo, é preciso estar atento às subjetividades apresentadas e às impressões que representem a realidade vivenciada.

Assim, com relação aos procedimentos técnicos que sustentam a contextualização e a construção do campo teórico, no primeiro momento foi realizado levantamento bibliográfico com a temática proposta, a fim de verificar e analisar as como as instituições agiram durante a pandemia de COVID-19 e também as ações tomadas pelas Bibliotecas Universitárias para dar suporte à pesquisa, ensino e extensão, e acesso à informação e ao conhecimento, e ainda refletir sobre as dificuldade vivenciadas pelos estudantes de Biblioteconomia provenientes das ações afirmativas no processo de ensino e aprendizagem no período pandêmico. Dessa forma, os documentos recuperados que contribuíram para a construção dessa etapa da pesquisa foram, principalmente, portarias, leis, livros, artigos de periódicos e documentos disponibilizados na internet já publicados.

As Bibliotecas Universitárias são espaços essenciais no acesso à informação e na produção do conhecimento científico. Para os estudantes que ingressaram na universidade

pública pelas políticas de ações afirmativas e que vivem em desvantagem social, as BUs oferecem infraestruturas físicas e tecnológicas que viabilizam para que o processo de ensino e aprendizagem seja ainda mais democrático. Com o fechamento das BUs na pandemia de COVID-19, este grupo de estudantes possivelmente sofreu com falta de espaço, de acesso ao acervo e de acesso aos recursos físicos e tecnológicos para estudar.

Logo, a partir da pergunta de partida – durante a pandemia da COVID-19, quais foram as condições para os estudos dos alunos universitários que ingressaram na universidade mediante as políticas de ações afirmativas? –, e com a finalidade de identificar a temática que trata sobre as ações afirmativas e o acesso à informação e ao conhecimento abordados no campo da Ciência da Informação, foi realizado um levantamento bibliográfico na tentativa de recuperar artigos, teses e dissertações que estudam questões sobre a situação dos alunos quanto ao acesso, permanência e conclusão, e o impacto das políticas de ações afirmativas das duas últimas décadas.

Na perspectiva de realizar uma revisão bibliográfica sobre o que se tem produzido no campo científico acerca da temática que se pretende pesquisar, focou-se nos conceitos e discussões acadêmicas sobre as políticas de ações afirmativas, biblioteca universitária, pandemia, COVID-19, mediação e desigualdade. Assim, essa primeira etapa foi importante para identificação de termos, tendo por objetivo ampliar a obtenção dos resultados.

Dessa forma, na fase preliminar do estudo, foi realizado um levantamento em fontes primárias e secundárias nas principais bases de dados brasileiras: a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); o repositório BENANCIB, no qual estão disponíveis os trabalhos e palestras do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs); e, por último, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT.

A primeira busca nas bases de dados foi no ano de 2020, elaborada a partir dos cinco termos principais relacionados a esta pesquisa: pandemia; COVID-19; biblioteca universitária; bibliotecários de universidades; e atuação profissional.

Por se tratar de um assunto recente – e considerando-se que no ano de 2020 a maioria dos eventos científicos na área da Biblioteconomia e da Ciência da Informação foram adiados para o ano seguinte e os poucos que deram seguimento adotaram o formato de transmissão remota – não foi, portanto, recuperado nem um documento relacionado com a temática que se pretende pesquisar nas três bases de dados iniciais.

Na tentativa de verificar a recuperação e visando ampliar a recuperação de artigos científicos sobre a temática que pudessem auxiliar na pesquisa, foi realizada no motor de busca

Google a expressão “atuação da biblioteca universitária na pandemia”, sem critérios específicos de busca e sem aspas. Desta forma, foram recuperados seis artigos publicados, porém, ainda não indexados em bases de dados do campo da Ciência da Informação. A mesma busca foi repetida no Google no ano de 2022, e foi possível ampliar os resultados, conforme Quadro 1:

Quadro 1 - Pesquisa realizada no Google

Autor	Título	Ano
Lucas Martins Kern	A biblioteca universitária e a pandemia do novo coronavírus: reflexões e perspectivas	2020
Rejane Sales de Lima Paula, Elaine da Silva Luana Maia Woida	A inovação nas Bibliotecas Universitárias em tempo de pandemia da Região Norte do Brasil	2020
Gabrielle Francinne da S. C Tanus, Nancy Sánchez-Tarragó	Atuação e desafios das Bibliotecas Universitárias durante a pandemia de Covid-19	2020
Michele Marques Baptista, Márcia Gonçalves Servi	Bibliotecas Universitárias em meio à pandemia da Covid-19: Relato de experiências das bibliotecas das universidades de Caxias do Sul	2020
Fabiana Sala, Fernando Cruz, Gisele Aparecida Ribeiro Sanches, Tânia Regina de Brito	Bibliotecas Universitárias em um cenário de crise: mediação da informação por meio das redes sociais durante a pandemia de COVID-19	2020
Rafaela Lima de Araújo, Paulo Roberto Fernandes Júnior, Martha Suzana Cabral Nunes	Mediação da informação em tempos de pandemia e isolamento social: uma análise da atuação dos sistemas das Bibliotecas Universitárias nas redes sociais <i>on-line</i>	2020
Camila do Nascimento Cultri, Ana Paula Matos Bazílio, Verônica de Souza Gomes	Bibliotecas Universitárias frente à nova realidade causada pela COVID-19: o caso das Bibliotecas Universitárias da Universidade Federal Fluminense	2020
Vanessa Cristiane Dornelles Vidarte, Shana Catiusca Dornelles Vidarte Velasco	Bibliotecas Universitárias: uso das estratégias comunicacionais de combate à desinformação no contexto da pandemia COVID-19	2020
Italo Teixeiras Chavez, Luciano Pereira dos Santos Cavalcante, Maria Áurea Monteiro Albuquerque Guerra	Bibliotecas Universitárias e a pandemia de COVID-19: relato de atuação na Universidade Federal do Ceará	2020
Flor de Maria Silvestre, Murilo Bastos da Cunha	Desafios enfrentados pelas Bibliotecas Universitárias no contexto da pandemia da COVID-19	2021
Remi Castioli, Adriana Almeida Sales de Melo, Paulo Meyer Nascimento, Daniela Lima Ramos	Universidades federais na pandemia de COVID-19: a falta de acesso à internet interdita mesmo o ensino?	2021

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Os resultados obtidos a partir deste levantamento possibilitaram direcionar a pesquisa para as ações de inovação tomadas pelas Bibliotecas Universitárias para atender seus usuários

durante o isolamento social. No entanto, durante o desenvolvimento do levantamento bibliográfico, foram adicionados novos termos na estratégia de busca, a fim de pensar no acesso à informação e ao conhecimento para toda a comunidade acadêmica, uma vez que o estudo a ser desenvolvido se propõe a refletir sobre o impacto do fechamento dos espaços físicos pela perspectiva dos estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro, provenientes de ações afirmativas no período da pandemia de COVID-19.

Assim, foi elaborado um levantamento bibliográfico na tentativa de recuperar documentos que podem contribuir para a construção do referencial teórico das Bibliotecas Universitárias como uma infraestrutura social importante para a permanência e conclusão dos estudantes que ingressam na universidade mediante as políticas de ações afirmativas, assim como para elucidar questões relacionadas às dificuldades desses sujeitos no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia.

Uma última busca ocorreu em março de 2024, com o objetivo de verificar como é abordada a temática que trata sobre as políticas públicas de ações afirmativas ou políticas de cotas ou políticas inclusivas, e, também, verificar se o campo da Ciência da Informação possui pesquisas que tratam esse assunto. Assim, foi utilizado o operador booleano “AND” com o objetivo de recuperar os termos combinados. Nesse processo, não foram utilizadas aspas, pois o objetivo era observar como os termos apareciam nas bases de dados independentemente da área de conhecimento.

Pesquisando da seguinte forma (política de cota AND politica de acoes afirmativa*) em todos os campos na BDTD, foi recuperado um total de 453 teses e dissertações. A partir dos resultados, uma nova pesquisa foi feita na BDTD (politica de cota OR politica de acoes afirmativa*). Utilizando o operador “OR”, o número de recuperações foi de 1024 teses e dissertações.

A fim de filtrar os resultados da pesquisa, buscando ainda na BDTD pelo tema “acesso através das políticas públicas”, foram utilizados os campos e termos: (Todos os campos: (politica de cota OR politica de acoes afirmativa*) E Todos os campos: ensino superior)". Em “todos os campos”, foi recuperado um total de 489 teses e dissertações. Dessas, foi realizado um levantamento das três áreas de conhecimento nas quais os estudos sobre ações afirmativas mais se destacavam – os campos da Educação, da Sociologia e do Direito –, conforme quadro 2 a seguir.

Quadro 2 - Principais áreas de desenvolvimento dos estudos – BDTD

Áreas de desenvolvimento dos estudos	Dissertações/teses
Educação	57
Sociologia	32
Direito	22
Política Pública/Educacional	20
Economia	6
Letras	2
Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos	2

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Partindo da premissa de que não basta ter o acesso, mas que é necessário ter formas que garantam que esses estudantes permaneçam e concluam o ensino superior, foi acrescentada a seguinte estratégia de busca: "(Todos os campos: (política de cota *OR* política de ações afirmativa*) *AND* Todos os campos: ensino superior *AND* Todos os campos: acesso *E* Todos os campos: conclusão)". Adotando esse critério de busca, foi recuperado um total de 36 documentos, sendo seis teses e 31 dissertações. Depois da leitura dos títulos das teses e dissertações recuperadas, observou-se que apenas dez poderiam ter relação com a pesquisa, conforme apresentado no quadro 3:

Quadro 3 - Dissertações e teses sobre ações afirmativas – BDTD

Autor	Título	Ano	Tese/Dissert.
Figueiredo, Eriela Suruagy	As ações afirmativas na educação superior: política de inclusão à lógica do capital	2024	Dissertação
Cortez, Carla Magalhães	Acesso e permanência da população negra no ensino superior público: enfrentamento necessário na Unesp de Rio Claro	2022	Dissertação
ESPÍNDOLA, Corina Martins	Análise da contribuição do programa de ações afirmativas para a democratização do acesso, permanência e conclusão de estudantes de escolas públicas e negros nos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Catarina	2014	Dissertação
MAGALHÃES, Janaina de Cássia	Gestão da política de cotas em instituições federais de ensino superior: estudo na Universidade Federal de Goiás	2019	Dissertação
CALDEIRA JUNIOR, Nairo Ronalgio	A constitucionalidade das cotas nas universidades como um paradigma no combate à desigualdade racial no Brasil	2014	Dissertação
GÓMEZ, Magela Reny Fonticiella	Acesso e permanência de alunos de engenharia da UTFPR - Câmpus Medianeira	2015	Dissertação

Autor	Título	Ano	Tese/Dissert.
SANTOS, Ana Cristina do Espírito	A trajetória acadêmica e o perfil dos estudantes da Universidade Federal da Bahia, nos cursos de alta demanda, pós-sistema de cotas	2013	Dissertação
CASTRO, Luciana da Silva	O Programa Universidade para Todos: uma análise da democratização do acesso numa IES privada do Distrito Federal (2011 a 2015)	2016	Dissertação
KERN, Maria Cristina Lunardi	Universidade pública e inclusão social: as cotas para autodeclarados negros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2011	Dissertação
SENKEVICS, Adriano Souza	O acesso ao inverso: desigualdade à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020	2021	Tese

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Desse modo, incluindo o termo “pandemia” ou “COVID-19” na pesquisa em BDTD, com a seguinte estratégia de busca – “(Todos os campos: pandemia *OR* Covid-19 E Todos os campos: politica de cota *OR* politica de acoes afirmativa* E Todos os campos: acesso *AND* permanencia)” –, foram recuperados cinco documentos. No entanto, a tese recuperada, intitulada “*Educação bilíngue de estudantes surdos no ensino superior em tempos de pandemia*” e indexada no ano de 2022, tem como foco a acessibilidade na educação durante a pandemia, não tendo relação com a pesquisa que aqui se propõe estudar. Outro ponto a ser observado é que, ao longo do levantamento bibliográfico na BDTD, não foram recuperadas pesquisas sobre ações afirmativas no campo da Ciência da Informação ou Biblioteconomia.

Desta forma, a fim de ampliar os resultados e correlacionar o tema com o campo da CI, realizou-se uma nova busca na BRABCI. A partir dos mesmos operadores booleanos e palavras de busca utilizadas na BDTD, foram recuperados oito documentos, dos quais, após uma primeira análise dos temas, foram selecionados apenas quatro, conforme quadro 4.

Quadro 4 – Pesquisa realizada na BRAPCI

Autores	Títulos	Ano
HEINEN, Juliano	As ações afirmativas como instrumento promotor da educação	2008
BARBOSA, Vera Lucia Rodrigues; BRÄSCHER, Marisa; PINTO, Marli Dias de Souza; SENA, Priscila Machado Borges	A inserção da etnia negra nos cursos de Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina a partir das ações afirmativas	2017
MARRARA, Thiago; GASIOLA, Gustavo Gil	Ações afirmativas e diversidade na pós-graduação	2011

RIBEIRO, Marcela Arantes; JORGE, Carlos Francisco Bitencourt; VALENTIN, Marta Lúcia Pomim	Políticas de cotas no ensino superior: uma inovação necessária	2022
---	--	------

Fonte: elaborado pela autora, 2022.

Após o levantamento bibliográfico, todo o material foi reunido e, a partir da leitura dos resumos, foram selecionados documentos que, associados ao referencial apresentado nas disciplinas cursadas durante o processo de doutoramento, subsidiarão a construção do referencial teórico desta pesquisa.

Posto isso, a partir da leitura dos resumos recuperados na BDTD e na BRAPCI, foram selecionados artigos, teses e dissertações que poderiam contribuir na construção do referencial teórico da pesquisa. Por conseguinte, os artigos de Heinen (2008), de Barbosa *et al.* (2017) e de Ribeiro (2022) foram entendidos como relevantes para a pesquisa, além das teses e dissertações de Kern (2011), Martins (2014), Caldeira Junior (2014), Senkevics (2021) e Suruagy (2024), uma vez que essas pesquisas irão contribuir no embasamento teórico e nas reflexos propostas sobre as políticas de ações afirmativas como instrumento importante no combate à desigualdade racial, promotoras importantes de ruptura do perfil dos estudantes nos espaços universitários.

Observa-se que, nos artigos recuperados, os termos que aparecem para representar as políticas públicas que dão acesso ao ensino superior para grupos que vivem em situação de desigualdade social são: “políticas inclusivas”, “políticas de cotas”, “políticas de ações afirmativas”. Assim sendo, a escolha do termo adotado ao longo da construção da pesquisa será “política de ações afirmativas”, uma vez que entendemos que esta expressão abrange todos os outros e, por isso, a mais representativa, como poderá ser observado.

Outro olhar lançado na pesquisa bibliográfica foi o uso potencializado dos recursos tecnológicos durante o isolamento social mediando o Ensino Remoto Emergencial que foi o ambiente de ensino e aprendizagem, sempre partindo da premissa de que os estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas foram os mais afetados. Assim, foi realizada uma busca com a combinação dos termos: "(Todos os campos: política de ações afirmativa AND Todos os campos: Ensino AND Todos os campos: pandemia OR covid-19 AND Todos os campos: tecnologia)" na BDTD, obtendo-se um total de oito teses e dissertações recuperadas, das quais, pela leitura do título, apenas uma teve proximidade o que aqui se propõe pesquisar.

Outro aspecto a ser analisado e elucidado pela teoria é a mediação informacional tecnológica desenvolvida por Almeida Júnior (2009), potencializada durante o período de

isolamento que, mesmo tendo sua relevância para sociedade, evidenciou a desigualdade social entre estudantes durante o período de isolamento social vivenciado desde 2020 a 2022.

A temática das Bibliotecas Universitárias na pandemia já vem sendo explorada. O levantamento apontou também que os estudos estão focados no que tange ao uso da tecnologia para atender a comunidade acadêmica e como as bibliotecas tiveram que adaptar seus serviços para atender os seus usuários diante da COVID-19.

Alguns temas foram abordados pelos artigos, tais como a mediação tecnológica (ainda que não tenha sido esse o termo adotado), as formas de atuação das Bibliotecas Universitárias diante do isolamento inédito e inesperado, e os serviços que tiveram que ser modificados ou adaptados. Ao longo do levantamento bibliográfico, não foram recuperados artigos que tivessem o enfoque nas Bibliotecas Universitárias como infraestrutura social que fez/faz falta no período da pandemia e são essenciais no processo de ensino e aprendizagem, principalmente para os alunos que ingressaram através das políticas de ações afirmativas.

As Bibliotecas Universitárias são compreendidas como espaços mediadores no processo de ensino e aprendizagem, logo, suas infraestruturas e as ações desenvolvidas contribuem para mitigar a desigualdade de acesso à informação e ao conhecimento, bem como auxiliam na permanência e na conclusão dos discentes que ingressaram pelas políticas de ações afirmativas. No contexto pandêmico, foi necessário que se adaptassem perante as demandas. Os recursos tecnológicos foram importantes, assim como a capacitação do corpo técnico frente às ferramentas tecnológicas e a compreensão das necessidades dos usuários.

Uma vez identificada a pertinência do tema, torna-se relevante trazer autores que possam sustentar a análise teórica juntamente com cenário vivido pelas Bibliotecas Universitárias e a sociedade brasileira durante a pandemia. Nesse sentido, pode-se compreender que a temática proposta na pesquisa é relevante para construção do saber nos campos da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

No contexto da pandemia, questões sociais ficaram em evidência por conta do isolamento e ressaltaram a desigualdade social que permeia o Brasil. A pandemia trouxe à baila a discussão sobre a importância da ciência, da pesquisa e dos pesquisadores, bem como a contribuição que a ciência oferece para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

Em decorrência do exposto, e considerando o recorte teórico-conceitual, a presente tese parte de cinco eixos norteadores – desigualdade, infoexclusão, mediação, biblioteca universitária e infraestrutura social –, estabelecendo conexão entre o objeto de reflexão e os impactos da pandemia no processo de ensino dos estudantes de ações afirmativas.

Os conceitos de desigualdade social e desigualdade de oportunidade serão apresentados principalmente pela perspectiva de Paulo Freire, na qual a educação é compreendida como instrumento de emancipação, dialogando com questões referentes às condições sociais do campo social para a produção do conhecimento e com a teoria de reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (2014). Logo, os autores que irão sustentar essa reflexão – Bourdieu (2011; 2013; 2014; 2015), Freire (1983; 1975; 1996), Barata (2009), Fleuri (2003), Nogueira (2004), Mészáros (2008) e Setton (2002) – serão autores que contribuirão para a reflexão sobre a temática.

Os dispositivos compreendidos como forma do poder e do saber, e que contribuem para produção de diferentes modos de subjetivação, são abordados por Foucault (2000). O termo “infoexclusão” será desenvolvido por meio da concepção de Castells (2007), como circunstância que remete à desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos; instrumentos importantes para o ensino durante o contexto pandêmico.

Mediação informacional, mediação cultural e mediação tecnológica, como meio de acesso, uso e apropriação da informação e do conhecimento, serão sustentadas principalmente por Kihlthau (1993), Rodrigues (2000), Davallon (2007), Souto (2008), Barreto (2009), Almeida Junior (2009; 2015), Marteleto e Couzinet (2013), Araújo (2016), Martins (2019, 2021), Gomes (2020), Miranda e Cavalcante (2021) e Cavalcante (2022).

Uma vez que os espaços físicos e toda a infraestrutura disponibilizada pelas Bibliotecas Universitárias para atender a comunidade acadêmica são essenciais no processo de permanência e conclusão do ensino superior, principalmente para discentes que ingressaram nessas instituições através das políticas de ações afirmativas da classe popular, Jacob (2008), Latour (2008), Cunha e Cavalcante (2008) e Luck *et al.* (2000) serão os autores que irão conduzir para a compreensão da biblioteca universitária e seu papel. Já Klinenberg (2018), irá nortear os passos dessa reflexão sobre infraestrutura social.

2.1 Descrição do campo empírico

A pesquisa teve, como universo de estudo, os cursos de Biblioteconomia das universidades federais localizadas no Rio de Janeiro – UFRJ, UFF e UNIRIO – e suas Bibliotecas Universitárias. Dessa forma, a tese teve como foco os estudantes de graduação do curso de Biblioteconomia – e, em especial as percepções desses estudantes que foram provenientes das políticas de ações afirmativas –, sobre o processo de ensino/aprendizagem, bem como o acesso ao conhecimento mediado pelo Ensino Remoto Emergencial vivenciado

durante a pandemia de COVID-19 e a relação desse contexto com a Biblioteca Universitária. Dessa forma, optamos por uma abordagem metodológica qualitativa e exploratória.

Destaca-se que o ensino de Biblioteconomia no Brasil surgiu mediante o Decreto nº 8.835, de 11 de julho de 1911, que regulamentou a criação do primeiro curso de Biblioteconomia, nas dependências da Biblioteca Nacional. O decreto trata de um empenho para construção de uma formação, tanto técnica como teórica, para aqueles profissionais que iriam atuar na biblioteca. No entanto, após sua regulamentação, a primeira turma teve início somente em 10 de abril de 1915 (Russo, 1966; Castro, 2000).

O curso de Biblioteconomia deixou de funcionar dentro dos espaços da Biblioteca Nacional e passou a ser associado e ministrado pela UNIRIO. Nesse sentido, a UNIRIO é conhecida e reconhecida nacionalmente como a escola pioneira em Biblioteconomia, ou seja, focada no ensino técnico e teórico da área. Ao longo dos anos, e com as constantes mudanças sociais, a grade curricular do curso vem sendo atualizada. No cenário nacional dos cursos de Biblioteconomia, apenas a UNIRIO tem o curso de licenciatura na área, além de ofertar os cursos de bacharelado matutino, bacharelado noturno e bacharelado EaD.

No que tange à implantação das políticas de ações afirmativas, através do Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, a UNIRIO regulamentou a Lei nº 12.711, levando à Portaria Normativa nº 18, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a reserva de vagas para o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

A UFF foi criada em 18 de dezembro de 1960. O nome original, Universidade Federal Estado do Rio de Janeiro (UFERJ), foi homologado pela Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965. É considerada uma instituição de referência em diversas áreas do conhecimento. A maioria dos cursos ofertados pela UFF está concentrada em Niterói/RJ, mas também possui cursos de graduação nos municípios fluminenses de Volta Redonda, Campos dos Goytacazes e Santo Antônio de Pádua (Sousa, 2017).

O curso de Biblioteconomia da UFF teve início em 16 de abril de 1963 em caráter experimental. Em 1969, teve seu nome alterado para Biblioteconomia e Documentação, que prevalece até os dias de hoje. O curso tinha por finalidade “formar profissionais aptos a organizar e dirigir bibliotecas e centros de documentação, difundir novas descobertas no campo da Biblioteconomia e Documentação” (Sousa, 2017).

Sobre a adoção das políticas de ações afirmativas, de acordo com a tese de doutorado de Santos (2020), diante do cenário de expansão por parte outras universidades públicas e das ações afirmativas para acesso à graduação, cresceu uma pressão interna para que a UFF

aderisse às políticas de cotas. A forma encontrada por gestores para responder à pressão foi a criação de um modelo opcional de ação afirmativa via política de bônus, em 2008. A política de bônus, ainda que não fosse satisfatória para os defensores de cotas, foi um progresso. Esse cenário foi alterado somente no ano de 2013, a partir da implantação da Lei nº 12.711/2012, que acabou enquadrando a UFF no modelo de acesso via SISU.

A Universidade do Brasil, hoje UFRJ, foi criada pelo Decreto n.º 14.343, de 07 de setembro de 1920⁴. Considerada umas das melhores instituições de ensino superior do país, é reconhecida internacionalmente pelo ensino de qualidade. Assim como outras universidades federais, sofreu com o corte de verbas destinado à educação superior ao longo dos anos e, ainda assim, tem mantido posição importante nas avaliações. De acordo com o estudo norte-americano *Global 2000, List by the center for world university rankings*, edição 2021-2022, a UFRJ é classificada como a terceira melhor do Brasil e a quarta melhor universidade da América Latina.

De acordo com os dados da assessoria de imprensa do gabinete da reitoria da Universidade, em 2019, a UFRJ tinha 67.000 estudantes de graduação e pós-graduação, cerca de 4.200 docentes e um corpo técnico-administrativo de aproximadamente 9.000 servidores, oferecendo 176 cursos de graduação, 130 de mestrado e 94 de doutorado. A UFRJ possui 1.456 laboratórios de pesquisa distribuídos por todas as áreas do saber e 45 bibliotecas. Possui ainda:

[...] 13 prédios tombados, cerca de 2.000 projetos pedagógicos, atividades artísticas e cursos para a população na área de extensão universitária. São formados, anualmente, mais de 5 mil profissionais graduados, os quais atuam nas diferentes áreas do conhecimento, contribuindo para a sociedade brasileira, que tanto carece de profissionais qualificados. Nos níveis de pós-graduação, cerca de 3 mil mestres e doutores são formados anualmente, além de cerca de 2.500 profissionais que concluem cursos de especialização nas diferentes áreas do saber (Carvalho, 2019).

Para ingressar em um dos cursos de graduação da UFRJ, é necessário realizar o Enem. A partir das notas obtidas no exame, o candidato deve se inscrever no Sistema de Seleção Unificado (SISU). De acordo com a Decisão do Conselho Universitário, de 28 de setembro de 2011, as vagas para cada curso são divididas em 50% para ações afirmativas e 50 % para modalidade de ampla concorrência.

⁴ Matéria publicada por Antonio José Barbosa de Oliveira no portal de notícias da universidade *Conexão UFRJ*, em 27 de setembro de 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/09/uma-breve-historia-da-ufrj/>. Acesso em: 27 jul. 2023.

O curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação da UFRJ é integrado à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC), e foi criado através do Processo nº 018324/04-20, de 14 de julho de 2005, publicado no boletim interno em 28/07/2005. Seu currículo foi aprovado em 29 de junho de 2005 e reconhecido pela Portaria nº 1.185 de 24 de novembro de 2017. Ofertado no campus da Praia Vermelha e também na Cidade Universitária, é o curso de Biblioteconomia mais novo do estado do Rio de Janeiro, possuindo em sua grade curricular disciplinas que buscam atender à formação de profissionais multi e interdisciplinares que possam atuar desde a biblioteca convencional até espaços múltiplos, buscando atender às demandas informacionais atuais da sociedade.

2.2 Instrumentos de coleta de dados

No que se refere ao levantamento de dados, a presente pesquisa teve por objetivo realizar levantamento bibliográfico e documental, recorrendo a fontes primárias diversificadas e dispersas, na tentativa de confirmar a hipótese levantada mediante dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente, mas que estão disponibilizados através de documentos oficiais, jornais, tabelas estatísticas, revistas, relatórios, *lives* de relatos de experiências etc.

Além do levantamento bibliográfico e documental, entende-se que a aplicação de questionários foi o instrumento adequado para a coleta de dados, uma vez que um dos objetivos propostos na pesquisa era o de identificar a percepção dos estudantes de Biblioteconomia provenientes das políticas de ações afirmativas durante o isolamento social. Sendo assim, o questionário teve a finalidade de obter, junto aos estudantes, dados, relatos e informações que contribuam para compreender o processo de ensino e aprendizagem desse grupo de estudantes no período pandêmico.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foi necessário submetê-la ao julgamento e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do CFCH da universidade, ao qual se vincula o programa de doutorado (PPGCI IBICT/UFRJ). Após a aprovação, a pesquisa de campo foi iniciada.

De acordo com a afirmativa de Yin, de que o “trabalho de campo ocorre em ambientes da vida real, com pessoas em seus papéis da vida real” (Yin, 2016, p. 98), o presente estudo pode ser caracterizado como pesquisa de campo, visto que o pesquisador vai até o ambiente a ser estudado em busca de elementos para interpretá-lo, a fim de confirmar a hipótese sustentada.

À vista disso, a metodologia de uma pesquisa é entendida por Minayo como

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados. (Minayo, 1993, p. 230).

É a tentativa de aproximar a prática do conhecimento científico, o qual, por sua vez, é entendido como

[...] a busca de articulação entre uma teoria e a realidade empírica; o método é o fio condutor para se formular esta articulação. O método tem, pois, uma função fundamental: além do seu papel instrumental, é a “própria alma do conteúdo”, como dizia Lênin (1965), e significa o próprio “caminho do pensamento”, conforme a expressão de Habermas (1987). (Minayo, 1993, p. 230).

Nesse sentido, visando identificar as experiências e os sentimentos vivenciados pelos estudantes no processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia de COVID-19, optamos pela metodologia quantitativa e qualitativa que será realizada mediante a aplicação de questionário. Foi adotado como critério de inclusão para a pesquisa apenas os respondentes que sejam oriundos das políticas de ações afirmativas e, como de exclusão, aqueles estudantes que ingressaram através das vagas de ampla concorrência.

O questionário é compreendido como um conjunto de questões elaboradas a partir dos problemas apresentados e dos objetivos definidos na pesquisa, com o intuito de gerar dados sobre determinada população ou grupo que será analisado, a fim de validar, ou não, a hipótese levantada. Trata-se de um instrumento importante na pesquisa científica e, para elaboração de um bom questionário, é interessante compreender que a tarefa não depende apenas de técnicas e conhecimentos, mas também da experiência do pesquisador na construção de uma metodologia visando torná-lo parte relevante no processo, sendo uma ferramenta eficaz de coleta de dados.

A partir dessa perspectiva, o questionário foi construído com base nas questões levantadas por Oliveira (2017) em seu roteiro de entrevista, que tem, dentre os objetivos estabelecidos, “identificar e analisar as dificuldades e estratégias de superação dos estudantes durante o processo de afiliação universitária”. Nesta perspectiva, para atender aos objetivos propostos nessa investigação, no que se refere aos estudantes, foi feita uma adaptação do roteiro de entrevista, retirando e/ou modificando algumas perguntas (APÊNDICE A).

Dessa forma, acredita-se que os métodos propostos para realização desta pesquisa serão fundamentais para confirmar, ou não, a hipótese levantada na pesquisa. A seguir, serão apresentados o campo empírico e os métodos, instrumentos e técnicas previamente definidos para a realização desta pesquisa.

A presente proposta metodológica envolve a aplicação de questionário, compreendido como instrumento mais adequado para obtenção de dados relevantes para pesquisa. Dessa forma, a pesquisa estrutura-se na aplicação de questionário com os estudantes da UFF, UFRJ e UNIRIO (APÊNDICE A) que ingressaram na universidade no período da pandemia (2020 a 2022) e ainda continuam. Pretende-se realizar a aplicação do questionário com o maior número possível de estudantes do curso, tendo como critério de inclusão na pesquisa somente os oriundos das políticas de ações afirmativas.

A aplicação do questionário ocorrerá de forma remota, através do envio de *link* do *Google Forms* encaminhado para a coordenação dos cursos de Biblioteconomia da UFF, UFRJ e UNIRIO, a partir da sua aprovação pelo CEP. O respondente terá sua identidade preservada, evitando assim uma exposição indevida. O questionário consiste em perguntas através das quais o aluno possa abordar a sua experiência, suas inquietações e os sentimentos vivenciados no processo de ensino e aprendizagem, bem como dados sobre a atuação da biblioteca universitária durante a pandemia. O tempo previsto para realização é em torno de quarenta minutos. Através do questionário, acredita-se ser possível obter uma amostra que possibilite levantar questões sobre a origem socioeconômica dos estudantes de Biblioteconomia.

A escolha do curso de Biblioteconomia deu-se por acreditarmos que os estudantes que estão inseridos nesse curso vivenciaram em desvantagem o processo de ensino, uma vez que o perfil socioeconômico dos alunos é marcado pela diferença social. A fim de buscar informações que sustentem essa hipótese, foi feito o comparativo das notas de corte dos cursos de Biblioteconomia e Direito no ano de 2022 da UFRJ.

A nota de corte do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação no ano de 2022, primeiro semestre, para ampla concorrência, foi de **656.61**. Já aquela para os candidatos que concorreram a vagas destinadas para pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a um e meio salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012, foi de **597.87⁵**.

⁵ As notas de corte encontram-se disponíveis em <https://sisusimulator.com.br/ufrj/>. Acesso em 21 mar. 2022.

A nota de corte para vagas do curso de Direito, no mesmo ano, destinadas para ampla concorrência, foi de **777.09**. Já para os candidatos que concorreram a vagas destinadas para pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012, foi de **710.20**.

As notas do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação são baixas, quando comparadas a cursos elitizados pela sociedade, tal como o curso de Direito. De acordo com a distinção nas notas de corte para ingresso no curso, acredita-se que o perfil socioeconômico dos alunos seja marcado pela diferença das condições necessárias para ingresso na universidade e pode demonstrar o nível de exigência dos estudantes.

2.3 Procedimentos preliminares à coleta de dados

Visando dar continuidade à pesquisa, após a qualificação, a coleta de dados via pesquisa documental foi direcionada de forma a atender às exigências propostas pela banca. Além disso, a mesma foi submetida à Plataforma Brasil para validação do instrumento de coleta de dados, através do Comitê em Ética em Pesquisa (CEP), no dia 04 de setembro de 2023. Após a submissão do projeto e do questionário, foi elaborada uma “Carta de apresentação da pesquisadora para realização de Pesquisa em ambientes externos à universidade” (APÊNDICE C).

No dia 22 de setembro, foi encaminhada via e-mail, aos respectivos coordenadores dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro (UFF, UFRJ e UNIRIO), uma carta solicitando a autorização para aplicação do questionário de pesquisa, objetivando apresentar e identificar os caminhos a serem tomados após a aprovação do CEP para aplicação do questionário.

Os coordenadores do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação dos campos da Praia Vermelha e da Cidade Universitária da UFRJ e a coordenação do Curso de bacharelado em Biblioteconomia noturno da UNIRIO responderam prontamente, autorizando a aplicação do questionário imediatamente após a aprovação do questionário pelo CEP. A coordenação do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFF e os coordenadores dos cursos bacharelado matutino e de licenciatura da UNIRIO não responderam até o dia 08 de dezembro de 2023.

Na primeira avaliação do CEP, o projeto de pesquisa foi rejeitado devido a erro no preenchimento do cronograma de aplicação do questionário. Logo que recebemos a

pendência, foi realizada a correção e feita uma nova submissão. No entanto, novamente tivemos o parecer de pendências na documentação, solicitando modificar o Termos de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE B) para Registro de Consentimento Livre e Esclarecido – RCLE. Em vista disso, uma nova submissão foi feita no dia 22 de novembro de 2023. Desse modo, o CEP concluiu a validação documental no dia 11 de dezembro de 2023, da última submissão do projeto, realizada em 06 de dezembro de 2023, sendo aceito para análise, aguardando o parecer consubstanciado do CEP.

O processo de avaliação pelo Comitê de Ética em pesquisa foi muito demorado. Primeiro, pelas exigências e dificuldades de esclarecimento para submissão e, em segundo lugar, por conta do recesso de final de ano, que iniciou em dezembro, acarretando uma nova avaliação diante das reclamações dos pesquisadores somente no final de fevereiro de 2024. Diante do prazo muito extenso e da necessidade de começar a coletar os dados, foi encaminhado um e-mail relatando a urgência. Conseqüentemente, foi informado que uma reunião de caráter emergencial, para atender a demandas similares à apresentada, seria realizada no dia 24 de janeiro de 2024. No dia 30 daquele mesmo mês, recebemos a resposta de aprovação da pesquisa (ANEXO I).

Após a aprovação, foi encaminhado um e-mail para os coordenadores dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro, contendo a aprovação e o *link* do questionário elaborado via *Google Forms* para encaminhar aos grupos de estudantes. Conforme entendimento com os coordenadores, estes tentariam estender aos ex-alunos que estudaram durante o período que a pesquisa busca contemplar – o recorte temporal proposto de 2020 a 2022. Assim, no dia 06 de fevereiro de 2024, foi iniciada a etapa com o prazo estimado para concluir a coleta de dados via questionário em 26 do mesmo mês.

Observando que, até o dia 26 de fevereiro de 2024, o número de respondentes não seria satisfatório para realizar a análise de dados, entramos em contato novamente com as coordenações solicitando ajuda no reenviar o *link* do questionário para os estudantes. Visando ampliar o contato com os estudantes e o número de respostas, também foi requisitado aos coordenadores possíveis canais de comunicação com os estudantes. A UFF encaminhou o e-mail do Centro Acadêmico de Biblioteconomia. Também foi encaminhado para os professores o *link* do questionário com o pedido de divulgação. Assim, um novo prazo para finalizar a etapa de coleta de dados foi estipulado: até o dia 10 de março de 2024.

2.4 Procedimentos de análise dos dados

Como a pesquisa é de cunho qualitativo e tem em vista mensurar os impactos da

pandemia no que tange ao acesso, à permanência e à conclusão do ensino superior dos estudantes oriundos de ações afirmativas, a análise qualitativo-interpretativa busca compreender, através dos dados, questões que permearam na vida acadêmica desse grupo de estudantes.

Assim, para analisar os dados que serão coletados através do questionário, será utilizada a metodologia de análise do discurso proposta Pêcheux. Para o autor:

[...] um discurso não apresenta, na sua materialidade textual, uma unidade orgânica em um só nível que se poderia colocar em evidência a partir do próprio discurso, mas que toda forma discursiva particular remete necessariamente à série de formas possíveis, e que essas remissões da superfície de cada discurso às superfícies possíveis que lhe são (em parte) justapostas na operação de análise constituem justamente os sintomas pertinentes do processo de produção dominante que rege o discurso submetido à análise. (Pêcheux, 1993, p. 104-105).

Desta forma, compreende-se que a metodologia de análise de discurso não incide em uma leitura horizontal, ou seja, não tem apenas a finalidade de observar o que o texto diz do início ao fim, mas busca realizar uma apreciação em profundidade, que é possibilitada pela interpretação em que se examina, por exemplo, posições-sujeito assumidas, imagens e lugares estabelecidos a partir de regularidades discursivas demonstradas nas materialidades.

A Análise do Discurso (AD) é compreendida como um campo conceitual e metodológico que embarca Letras, Linguística e Comunicação, e tem por finalidade auxiliar na interpretação fundada pela relação que se estabelece entre a língua, discurso e ideologia, de forma "que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido" (Orlandi, 1999, p. 17).

Para a análise do discurso, Pêcheux propôs a articulação entre três regiões do saber: o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso. Desta forma, o materialismo histórico tem por objetivo contemplar a teoria das formações sociais e suas transformações, a linguística apresenta a teoria dos processos não subjetivos de enunciação e a teoria do discurso, a premissa para determinação histórica dos processos semânticos (Mariani, 1998).

De acordo com Caregnato e Mutti, o processo que envolve a análise discursiva baseada na linha francesa "tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação" (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680).

Assim, a análise do discurso pode ser compreendida como um instrumento científico de pesquisa que permite trabalhar de forma prática e objetiva com as palavras, permitindo ao

pesquisador fazer inferências que possibilitem a interpretação dos dados coletados de forma verbal e não verbal dentro de seu contexto social.

Enquanto procedimento de pesquisa, a análise do discurso desempenha papel significativo nas investigações realizadas no campo das pesquisas sociais, uma vez que "trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido" na tentativa de analisar a complexidade das questões que estão inseridas na subjetividade (Caregnato; Mutti, 2006, p. 680).

Ainda de acordo com estes autores, uma vez que a análise do discurso trabalha com o sentido, onde os discursos divergentes comumente são marcados tanto pela ideologia como pela história, ela não apresenta novidades, mas, sim, uma releitura através da interpretação.

Dessa forma, acredita-se que a análise do discurso aplicada como a metodologia para construção dessa pesquisa se dá a partir da análise dos dados coletados por meio do questionário, de forma que os resultados obtidos por meio de perguntas abertas e fechadas sejam interpretados o mais fiel e significativamente possível, posto que é na etapa de interpretação "que o analista é um intérprete, que faz uma leitura também discursiva influenciada pelo seu afeto, sua posição, suas crenças, suas experiências e vivências; portanto, a interpretação nunca será absoluta e única, pois também produzirá seu sentido" (Caregnato; Mutti, 2006, p. 682).

A etapa de interpretação consiste em desvendar o que está além do discurso, o que exige maior esforço do pesquisador para interpretar as informações que foram coletadas. Dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa, a interpretação:

[...] não tem como finalidade contar opiniões ou pessoas. Seu foco é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar. Esse estudo do material não precisa abranger a totalidade das falas e expressões dos interlocutores porque, em geral, a dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características costuma ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo que apresentam singularidades próprias. (Gomes, 2007, p. 79).

Nesta perspectiva, na pesquisa qualitativa, a interpretação assume uma função particular, pois promove inferência e possibilita gerar indicadores na pesquisa, de forma que os resultados confrontam teoria, objetivos e hipótese que sustentaram o desenvolvimento da pesquisa, conforme o tipo de estudo e a natureza do material analisado.

De acordo com Caregnato e Mutti (2006), um ponto relevante para aplicação da análise do discurso é a escolha do recorte sócio-histórico, pois este ponto "faz parte das "condições" de produção do discurso, representadas no *corpus* em análise, bem como a necessidade de

ilustrar as condições da constituição do *corpus*. Logo a pesquisa baseada nesta metodologia tem por finalidade identificar de que forma a hipótese levantada é representada no campo social, tendo como base a compreensão e a interpretação extraídas a partir do instrumento de coleta de dados coletados.

Diante do exposto, para realização da pesquisa, adotou-se como instrumento de coleta de dados a aplicação do questionário, tendo como recorte definido os estudantes de Biblioteconomia, da UFRJ, UNIRIO, e UFF, provenientes de ações afirmativas, matriculados durante o período de 2020 a 2022, com o objetivo de analisar e interpretar a percepção deles sobre o acesso à informação e ao conhecimento durante o período da pandemia de COVID-19. Consequentemente, pode-se aferir que a metodologia de análise do discurso contribuirá de modo significativo para que o pesquisador alcance uma possível resposta para a questão da investigação.

3 CAMPO TEÓRICO

Como as questões da pesquisa se inserem na reflexão sobre o acesso ao ensino e as políticas públicas de ações afirmativas, foi adotada como referencial teórico e categoria de análise/compreensão a democratização do acesso à educação superior como instrumento de combate à desigualdade social, tomando como perspectiva políticas públicas de ações afirmativas e a mediação da informação por meio da mediação tecnológica, ampliada durante a pandemia de COVID-19. Pensar o papel social e educacional das Bibliotecas Universitárias exige colocar em evidência questões e tensões que giram em torno do conceito de desigualdade.

Isso posto, nesta seção, serão apresentados os aspectos teóricos necessários para o desdobramento deste estudo. Aqui, será discutida a dimensão histórica das Bibliotecas Universitárias e a contribuição dessas instituições para a pesquisa científica. Serão expostos conceitos de desigualdade social, desigualdade de oportunidades e desigualdade de acesso, permanência e conclusão do ensino superior, refletindo, particularmente, acerca das especificidades dos sujeitos que estão inseridos nas classes sociais menos favorecidas.

Este capítulo apresenta aspectos referentes à desigualdade de acesso na educação superior e mostra a origem do termo “ações afirmativas”, bem como reflete sobre as políticas de ações afirmativas – como um marco histórico na ampliação do acesso às universidades públicas dos sujeitos oriundos de classes sociais menos favorecidas –, como elas são instrumentos relevantes que possibilitaram a democratização do acesso ao ensino superior e como contribuíram para modificar o perfil dos estudantes no ensino superior.

Em seguida, desenvolve os conceitos gerais de mediação da informação e mediação tecnológica e cultural, fazendo recorte teórico do período de isolamento social provocado pela pandemia. A partir do esboço conceitual de desigualdade, apresenta temática sobre infraestrutura social e sobre a biblioteca universitária como espaço que contribui para a permanência e a conclusão do ensino superior.

3.1 A dimensão histórica e social das Bibliotecas Universitárias e sua importância para pesquisa científica

As bibliotecas já foram vistas como “depósitos de livros”, segundo o entendimento dos gregos. O acesso era restrito a “uma elite de sábios e de homens que leem, conversam,

trabalham e, talvez, ensinam em galerias cobertas e nas salas adjacentes” (Jacob, 2008, p. 45-46). No entanto, esse entendimento de biblioteca mudou muito ao longo dos séculos.

Os sujeitos que possuem interesse pelas bibliotecas costumam relacioná-las a seu acervo, com livros e periódicos. Também são lembradas por seu papel de salvaguarda do conhecimento e da memória, e pela conservação e preservação. Todavia, esses espaços são frequentados por usuários que contribuem para melhorias, tanto no desenvolvimento das coleções como também na estrutura física desses espaços. Essas interações entre o espaço físico e seus intermediários acabam por produzir não apenas o corpo, mas também a alma do conhecimento que vai além do campo científico (Latour, 2008).

No caso específico das Bibliotecas Universitárias ou acadêmicas, estas são definidas por Cunha e Cavalcante (2008) como aquelas que são “mantidas por uma instituição de ensino superior, e que atendem às necessidades de informação do corpo docente, discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser uma única biblioteca ou várias, organizadas como sistema ou rede” (Cunha; Cavalcante, 2008, p. 53).

Pela dimensão histórica das Bibliotecas Universitárias, Silvestre Estrela (2021) destaca que, para conhecê-las, é preciso conhecer a instituição à qual pertencem, ou seja, as universidades a que estão vinculadas e seu contexto social. Tarapanoff (1981) destaca que elas são organizações que não possuem autonomia, pois são subordinadas e dependem das universidades.

De maneira geral, as Bibliotecas Universitárias refletem as características do país no qual estão inseridas, como o grau de desenvolvimento e questões culturais, sociais e econômicas. Logo as BUs acabam sendo parte do resultado da sociedade. Partindo dessa premissa, Nunes e Carvalho destacam que:

[...] sua abrangência e o papel que desempenham em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social estão diretamente relacionados à função da universidade na sociedade como agente catalizador e difusor do conhecimento científico advindo das contribuições dos pesquisadores, docentes e discentes. (Nunes; Carvalho, 2016, p. 175).

Apesar das pertinentes conceituações sobre as Bibliotecas Universitárias, elas têm um papel social muito maior do que os apresentados acima. Elas são estruturas que acolhem sujeitos independentemente da classe social, ofertam escuta individual para sua comunidade e são auxílio à pesquisa através dos profissionais da informação, além de funcionarem como espaço para estudar e descansar entre as aulas, o que contribui para melhorar a concentração

e a qualidade do estudo, principalmente para aqueles que não possuem local adequado a isso em sua residência.

Diante do exposto, as Bibliotecas Universitárias podem ser consideradas entidades que têm a capacidade de articular uma rede de troca de produção de conhecimento, de informação e do saber científico, não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para toda a sociedade na qual estejam inseridas.

As Bibliotecas Universitárias podem ser entendidas tanto como mediadoras da informação no ambiente acadêmico, como detentoras de mecanismos sociais que disseminam a informação científica para a sociedade. Desse modo, são partes essenciais das instituições às quais pertencem no apoio ao **ensino, pesquisa e extensão**. Por essa perspectiva, são espaços que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem, assim como para a divulgação do conhecimento científico que ultrapassa a barreira física das universidades.

Para a comunidade acadêmica, as Bibliotecas Universitárias são parte relevante da produção do conhecimento científico, no que se refere à qualificação e validação de fontes de informações confiáveis. Sobretudo no contexto informacional vivenciado pela sociedade atual, calcado no imediatismo e dinamismo de como as notícias são produzidas e disseminadas nas diversas mídias sociais, gerando um cenário de desinformação e propagação de *fake news*. Elas também são responsáveis pela disseminação de informação e conhecimento para instrumentalização da população, viabilizando o atendimento das “necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral, através da administração do seu patrimônio informacional e do exercício de uma função educativa, ao orientar os usuários na utilização da informação” (Luck *et al.* 2000, p. 2).

As universidades são constituídas e constituintes do tripé dito anteriormente e as necessidades informacionais do corpo acadêmico são dinâmicas e crescentes. Nesse sentido, as Bibliotecas Universitárias são “importantes centros de produção e disseminação da informação e do conhecimento no âmbito acadêmico e científico, tanto pelo que é produzido na universidade, como disponibilizado para os seus usuários”, o que contribui para que essa dinâmica de produção e acesso ocorra com eficácia (Chaves; Cavalcante; Guerra, 2021, p. 20). Dessa forma, elas são responsáveis pela salvaguarda dos estudos desenvolvidos pela comunidade acadêmica da qual fazem parte, tendo também a missão de compartilhar o conhecimento produzido, colaborar para o desenvolvimento das pesquisas científicas e oferecer serviços para toda a sociedade.

Diante do exposto, cabe destacar que, de acordo com os dados da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP, 2019), as universidades públicas são responsáveis por pouco mais

de 95% da produção científica brasileira⁶. Portanto, as Bibliotecas Universitárias contribuem não só para ciência, mas também para a formação crítica e ética dos sujeitos, para que sejam capazes de exercer com êxito suas competências técnicas e habilidades sociais.

Os avanços tecnológicos, o crescimento exponencial da *internet* e, conseqüentemente, suas contribuições mudaram a realidade da sociedade, alterando a rotina tanto de bibliotecas quanto de centros de informação, afetando o modo de fazer e disponibilizar informação, de forma que “as bibliotecas precisam se adaptar para sobreviver” (Cunha; Jesus, 2021, p. 72). No contexto da pandemia de COVID-19, isto não foi diferente. Com o isolamento social e a necessidade de não interromper as atividades, possivelmente novas mudanças foram inseridas no ambiente das bibliotecas.

Por essa perspectiva, ao considerar que as bibliotecas buscam se adaptar ao que há de novo para manter seus acervos atualizados (livros em suporte físico e digitais), elas também tentam oferecer uma estrutura física e digital que seja acessível a todos. Para tanto, é preciso que bibliotecas e profissionais da informação que atuam nesses espaços se movam em direção às novas tendências tecnológicas disponíveis na sociedade, tanto para salvaguardar como para dar acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo como mediadoras na produção de novos saberes (Targino, 2010).

Por exemplo, tem-se o uso de *software* na gestão de bibliotecas, o que contribuiu para que o acesso aos catálogos ganhasse mais agilidade. Logo, a quarta lei de Ranganathan (2009, p. 211) – “Poupe o tempo do leitor” –, que era aplicada apenas na relação de acesso dos usuários aos recursos físicos das bibliotecas, hoje, ao fazer o uso das tecnologias a favor das bibliotecas, essa lei torna-se ainda mais atual, uma vez que revoluciona os seus serviços, possibilitando que se economize tempo no processamento técnico dos materiais, ou seja, na atualização de catálogos, bem como no processo de buscas e acesso ao material desejado.

A quinta lei da Biblioteconomia proposta por Ranganathan (2009, p. 241) afirma que “a biblioteca é um organismo em crescimento”, o que nos faz refletir sobre as “características essenciais e perenes da biblioteca como instituição que exige a necessidade de uma constante adaptação de nossa perspectiva”. A partir da lógica de que as bibliotecas são espaços que vivem em constante crescimento, a quinta lei de Ranganathan vai de encontro com a teoria de reprodução de Bourdieu, uma vez que sua estrutura é também estruturante e reproduz características preestabelecidas socialmente. No entanto, a mediação e o fazer do bibliotecário podem contribuir para o rompimento dessas estruturas impostas, criando meios para que

⁶ Apesar do não cumprimento da meta referente à aplicação de 2% do PIB no setor da pesquisa, a universidade pública é a grande produtora de estudos científicos no país.

sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade possam ter a oportunidade e meios de se emancipar socialmente. Portanto, a lei supracitada pode ser aplicada às constantes mudanças e adaptações que as bibliotecas sofreram ao longo dos séculos, as quais, com a evolução tecnológica, fazem com que sejam quebradas as barreiras de acesso ao saber dos espaços físicos.

Cabe destacar que tais mutações fazem com que novos paradigmas sejam assumidos e ganhem novos escopos na sua rotina de trabalho. Para Targino, as inovações tecnológicas são decisivas na mutabilidade dos paradigmas concernentes à biblioteca, em sua condição de instituição social. E, como inevitável, ao atravessar as várias fases históricas, indo do período medieval à contemporaneidade, a biblioteca assimila a realidade dos diferentes períodos e assume posturas paradigmáticas distintas (Targino, 2010, p. 42).

Nesse caso, para que as tecnologias da informação sejam utilizadas com eficácia, é importante que os profissionais da informação estejam capacitados para seu uso e abertos a mudanças. A quinta lei de Ranganathan se aplica a esse contexto de crescimento e transformações provocados por novas ferramentas, novos suportes e atualização a que as bibliotecas já vinham se adaptando antes da COVID-19.

Ainda que defenda, nesta tese, a importância dos espaços físicos, ratifica-se também que as mudanças tecnológicas, ao longo dos anos, foram significativas no que se refere à ampliação e ao acesso mais democrático de serviços prestados em diversos setores da sociedade; e as bibliotecas não passaram despercebidas. Pode-se constatar que as tecnologias da informação e da comunicação têm modificado o modelo de intermediação das bibliotecas.

Os usos dos recursos tecnológicos têm estado cada vez mais presentes nas rotinas das bibliotecas, promovendo alterações na dinâmica dos serviços em diferentes frentes: no desenvolvimento de coleções, na aquisição, na catalogação, na indexação, no empréstimo, no serviço de referência e quanto ao uso dos seus espaços.

Embora diariamente as Bibliotecas Universitárias enfrentem inúmeros problemas e tenham sofrido muitas mudanças ao longo de sua existência, são consideradas espaços indispensáveis e seus serviços são considerados essenciais dentro das universidades, pois contribuem para suprir as necessidades informacionais e culturais da sociedade e também para a produção científica universitária.

3.1.1 A infraestrutura social das Bibliotecas Universitárias como fator de inclusão

De acordo com o *Dicionário do pensamento social do século XX*, a definição do termo

“estruturas” é “um corpo organizado de partes mutuamente ligadas” em que, na estrutura social, essas partes são as “relações entre pessoas e o corpo organizado” com a sociedade (1996, p. 276). Nesse contexto, Klinenberg, no livro *Palaces for the People (Palácios para o povo: como a infraestrutura social pode ajudar a combater a desigualdade, a polarização e o declínio da vida cívica*, em tradução livre) define instituições, tais como as bibliotecas e escolas, como partes vitais das infraestruturas sociais (Klinenberg, 2018, p. 16, tradução nossa).

Logo, é possível aferir que a estrutura social é a ligação das partes que compõem o todo, ou seja, “o arranjo no qual os elementos da vida social estão ligados” (Ianni, 1973, p. 35). Compreendendo que o termo “infra” exprime a ideia de posição abaixo, inferior, no caso analisado, infraestrutura seria entendida como os serviços que permitem a ligação dessas partes, sujeito e sociedade, de maneira que possibilite a vida social.

Dessa forma, as infraestruturas sociais podem ser compreendidas como instituições e espaços públicos ou privados que moldam a maneira como os sujeitos interagem em determinados territórios, possibilitando acesso à informação, conhecimento e uma melhor construção de relações sociais que acontecem através do compartilhamento de experiências nesses espaços de convívio coletivo.

As Bibliotecas Universitárias são agentes importantes na construção sociocultural dos sujeitos, pois contribuem para a criação e a produção “de saberes, formação de competências e de difusão da experiência cultural e científica da sociedade” (Luck *et al.*, 2000, p. 2). Por essa perspectiva, elas buscam auxiliar a troca de conhecimento, construindo e ampliando tanto o capital social, como também o educacional e cultural através da construção de relações estabelecidas nos seus espaços.

Os espaços públicos têm por finalidade dar à população, independente da classe social, cor/raça e gênero, acesso a serviços e lugares, além de contribuir para construção de novas relações. Podem ser entendidos como locais que pertencem a uma cidade e que estão disponíveis para que a comunidade possa fazer uso e apropriação do capital social, educacional e cultural. Esses espaços podem ser museus, bibliotecas, arquivos e espaços culturais, os quais foram fechados para a sociedade na pandemia.

Diferente do capital social – conceito estudado e consolidado por Bourdieu (2013), que visa mensurar os relacionamentos que os sujeitos estabelecem, bem como as redes interpessoais e sociais que são formadas a partir desses laços estabelecidos –, a infraestrutura social pode ser entendida como as condições físicas que possibilitam que os sujeitos desenvolvam esse capital social.

Para Klinenberg, “quando a infraestrutura social é robusta, ela promove o contato, o apoio mútuo e a colaboração entre amigos e vizinhos; quando degradada, inibe a atividade social, deixando famílias e indivíduos à própria sorte” (Klinenberg, 2018, p. 5, tradução nossa). Portanto, essa rede construída entre sujeitos e espaços possibilita que novas relações sejam estabelecidas, promovendo o compartilhamento não apenas de informações, mas de experiências vividas.

O futuro das sociedades democráticas não é constituído apenas de valores compartilhados, mas também de espaços compartilhados, sejam as **bibliotecas**, as escolas, as **universidades**, parques entre outros espaços onde as conexões cruciais são formadas (Klinenberg, 2018, grifo nosso).

Com o isolamento social necessário por conta da pandemia, essa infraestrutura social foi rompida, pois, além do medo, a interação social casual do cotidiano e a previsão de retorno ao convívio social causavam insegurança na previsão de retorno seguro.

Durante a pandemia provocada pela COVID-19 e a necessidade de isolamento social, quando apenas os serviços considerados essenciais permaneceram funcionando, houve uma crescente busca por novos meios de levar conhecimento, entretenimento e prestação de serviços. A internet e outros recursos tecnológicos foram instrumentos importantes para que a vida não parasse.

Klinenberg (2018) ressalta que faz parte da construção dos sujeitos em sociedade o ir e vir, o convívio social e a construção de relações, destacando que é de entendimento comum que o ser humano não foi feito para viver sozinho. Nesse sentido, a pandemia fez com que novos espaços fossem criados, por meio da *web*, destacando-se as mídias sociais (Instagram, Facebook, YouTube e outros), possibilitando que os laços sociais e comunitários não fossem perdidos. O uso das tecnologias contribuiu para minimizar os danos causados pelo distanciamento social. Durante esse período, foi crescente o número de shows, bate-papos, entrevistas por meio de *lives* realizadas pelas mídias sociais. No campo educacional, o ERE foi a forma adotada para que o sistema de educação formal não parasse, e o teletrabalho e reuniões virtuais foram primordiais para a economia dos países. No entanto, Klinenberg (2018) defende que é no contato pessoal e casual, na caminhada do dia a dia, nos detalhes do viver social que as relações sociais são construídas.

As universidades federais, mesmo em período de isolamento social, não deixaram de fornecer serviços. Foram, talvez, uma das maiores contribuintes com a pesquisa e a disseminação de informações confiáveis no período da pandemia. Ainda que suas áreas sociais, agregadoras e de acolhimento social, estivessem inativas. Por meio das tecnologias

fizeram-se presentes e demonstraram grande relevância durante a pandemia, graças aos seus contributos científicos para o enfrentamento do novo coronavírus, disseminando informação confiável e compartilhando o conhecimento científico produzido.

As universidades são espaços de construção do conhecimento individual e coletivo. Os sujeitos que fazem parte desses espaços, sejam eles docentes ou discentes, acreditam na educação superior como caminho para construção de um futuro melhor.

Cabe ressaltar que, nos espaços universitários, as lutas dos estudantes na educação superior na primeira década do novo milênio – “falta de professores, salas, equipamentos, refeitórios e qualidade de comida, **bibliotecas desatualizadas**” (Gohn, 2019, p. 209, grifo do autor) – refletiram na melhoria das condições da infraestrutura ofertada pelas universidades.

Os discentes que ingressaram através das políticas de ações afirmativas encontram, na infraestrutura social ofertada nas universidades, meios que contribuem para seu processo de ensino e aprendizado. As bibliotecas, alojamento dos estudantes, restaurante universitário, salas de estudos individuais e coletivos e salas que ofertam computadores com acesso à internet são espaços que visam garantir condições básicas para a permanência e conclusão do ensino superior.

Compreendendo que as Bibliotecas Universitárias funcionariam como um instrumento mediador de acesso às informações e prática de produção de saberes e sociabilidades para grupos que vivem em situação de desigualdade social, a infraestrutura ofertada pelas BUs é essencial, pois viabiliza o acesso à informação e conhecimento para a comunidade acadêmica, sem discriminação de classe social, raça/cor, entre outras minorias que ingressam nas universidades públicas pelas políticas de ações afirmativas.

Nesse sentido, os espaços das Bibliotecas Universitárias cumprem esse papel, que vai além de salvaguardar o conhecimento produzido pela comunidade científica e mediar a informação. Diante da mudança do perfil social dos alunos universitários, frente às políticas de acesso, esse espaço passa a ser um instrumento que viabiliza o estudo, o descanso, o acesso à tecnologia, ou seja, um espaço de acolhimento independente da classe social.

As infraestruturas sociais desempenham papéis diversos e apoiam a construção de diferentes tipos de laços sociais. As bibliotecas e as instituições de educação formal, por exemplo, são espaços que oferecem possibilidades para interações “recorrentes, frequentemente programadas e tendem a encorajar relacionamentos mais duradouros” (Klinenberg, 2018, p. 17).

A partir da perspectiva que entende que os sujeitos têm, por natureza, identidades previamente estabelecidas e que, ao serem inseridos no meio social, moldam suas identidades a partir das instituições e dos discursos que sustentam a sociedade, o contato social e as

práticas culturais são fatores determinantes na construção do sujeito e é nesse espaço que atuam as universidades e suas bibliotecas (Neira, 2011).

Contudo, em decorrência do isolamento social, fica impossibilitada a demanda de acolhimento físico que as Bibliotecas Universitárias oferecem como espaços de convivência, tanto para construção de laços como para auxiliar no processo de ensino e aprendizado, o que faz com que as bibliotecas tenham de se reinventar para atender usuários durante a pandemia.

Nesse sentido, a infraestrutura social oferecida pelas universidades, como as Bibliotecas Universitárias, pode ser considerada espaço relevante para a emancipação social dos estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas e desenvolve um papel que vai além dos serviços entendidos como a base da sua função, que é a salvaguarda do conhecimento produzido dentro das universidades. As Bibliotecas Universitárias também fazem parte de uma infraestrutura social importante que é oferecida pelas universidades, contribuindo para o desenvolvimento dentro dos espaços universitários e para sua capacitação, contribuindo para a construção de sujeitos críticos.

Nessa perspectiva, é importante pensar em políticas de permanência que atendam às necessidades, tanto das instituições – de forma a garantir meios para que os alunos oriundos das classes sociais menos favorecidas durante o período de COVID-19 permaneçam nas universidades – quanto dos docentes e demais discentes. Do mesmo modo, é importante que esses alunos tenham determinação e saúde física e mental para que possam concluir o ensino superior e almejar mudanças na estrutura social.

O ser humano não foi feito para viver isolado. Com a pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social, o espaço físico das Bibliotecas Universitárias deixa uma lacuna aberta no que tange à relação entre espaço, profissional da informação e comunidade acadêmica. Desta forma, acredita-se que esses ambientes fizeram falta, principalmente para os usuários oriundos das políticas de ações afirmativas, que encontram na infraestrutura ofertada pelas bibliotecas, além do acesso à informação e ao conhecimento, recursos humanos que contribuem para sua permanência e conclusão do ensino superior.

A informação, o conhecimento e a aprendizagem que decorrem em função das dificuldades oriundas da pandemia do coronavírus são instrumentos para refletir sobre, no campo da Ciência da Informação, quais mudanças a sociedade viverá depois da COVID-19.

3.2 As Bibliotecas Universitárias durante a pandemia

As Bibliotecas Universitárias são compreendidas como mediadoras da informação e do conhecimento. Também são reconhecidas como parte essencial para a construção de

pesquisa e para a disseminação do conhecimento científico produzido pelas universidades. No contexto da pandemia da COVID-19, seu papel de mediadora foi além de atender a comunidade científica, também disponibilizando informações de fontes confiáveis sobre pesquisas, sobre os cuidados que deveriam ser adotados e sobre medicamentos ou procedimentos.

Diante dos desafios de enfrentamento à COVID-19, a *American Library Association* (ALA) entidade internacional, divulgou as primeiras recomendações orientando o fechamento das bibliotecas. A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) mobilizou-se para reunir informações de bibliotecas do mundo inteiro e criar orientações para bibliotecas e bibliotecários durante aquele período.

No primeiro momento, a recomendação foi pelo fechamento, posto que as Bibliotecas Universitárias são consideradas serviços essenciais, principais colaboradoras no processo de construção conhecimento científico e responsáveis pela disseminação desse saber produzido pela universidade, e que promovem a relação de conexão entre o usuário e a informação. Assim, tiveram que se adaptar as dificuldades dessa nova realidade, recorrendo a diversas tecnologias, tais como mídias sociais e *sites* institucionais, para garantir que os seus serviços chegassem até os usuários.

Pesquisa realizada por Hinchliffe e Wolff-Eisenberg aponta:

As instituições viram uma mudança significativa de cursos presenciais para cursos on-line. No entanto, no geral, há relativamente poucas mudanças na forma como as bibliotecas prestam serviços aos seus usuários neste momento. [...]. A maior mudança que descobrimos que as bibliotecas estão fazendo diz respeito às políticas de trabalho remoto. (Hinchliffe; Wolff-Eisenberg, 2020, tradução nossa).

Assim, o uso dos recursos tecnológicos foi fundamental para manter as atividades essenciais das Bibliotecas Universitárias e o atendimento à comunidade acadêmica. Pode-se observar que, de acordo com a ALA, para que os profissionais atuassem nesse novo cenário de trabalho remoto, houve a necessidade de sua capacitação nos canais de comunicação virtuais já existentes com os usuários, mas também nas redes sociais, como *Whatsapp*, *Instagram*, *Youtube* e *Twitter*.

Diante da realidade de isolamento social e visando a retomada das atividades presenciais das bibliotecas, a IFLA apresentou quatro recomendações para reabertura das bibliotecas, adotadas pelas bibliotecas físicas do mundo em tempos de pandemia:

- a) *Manter a segurança da equipe* – realizar um levantamento de pessoas que se enquadram no grupo de risco e, assim, determinar o afastamento de suas atividades

presenciais; reduzir o horário de funcionamento; informar a equipe sobre novos procedimentos a serem adotados de acordo com as informações oficiais;

- b) *Promover a higienização* – entendendo que a higiene foi apontada como uma das etapas mais importantes para contenção do vírus, recomendou-se o uso de álcool antes e depois da utilização dos materiais manuseados. Fica a cargo dos gestores de disponibilizar recursos tais como fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs), além de sabão e álcool, garantindo assim que a equipe possa realizar a higiene regularmente e acessar materiais com luvas e máscaras, evitando ao máximo a exposição dos funcionários ao vírus.
- c) *Limitar os espaços abertos ao público* - restringir as principais seções que estarão abertas ao público, de modo a evitar aglomerações, priorizando o empréstimo e a devolução. Desta forma, visa facilitar a higienização do ambiente.
- d) *Evitar aglomerações* – limitar o número de pessoas que acessam a biblioteca ao mesmo tempo, reduzindo o risco de contágio do novo coronavírus.

Cabe ressaltar que as recomendações elencadas pela IFLA seguem os protocolos divulgados pela OMS e que o uso de máscara foi determinado como obrigatório nos ambientes das bibliotecas, tanto pelos funcionários como pelos usuários.

No Brasil, normas de regulamentação também foram emitidas pelos órgãos responsáveis pelos serviços de bibliotecários. Nesse sentido, a Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU), criada pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB), elaborou um manual para a reabertura. No estado do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Bibliotecários no Estado do Rio de Janeiro (SINDIB-RJ) publicou, em parceria com o Conselho Regional de Biblioteconomia da 7ª Região (CRB-7), um conjunto de normas orientando como as unidades de informação devem proceder para a reabertura dos espaços.

Dentre as recomendações apresentadas pela CBBU, o quinto item trata sobre a oferta de serviços *online* para as bibliotecas, onde está prevista a ampliação dos seguintes pontos para melhor atender os usuários nesse período:

- a) Priorizar a aquisição de conteúdo eletrônico;
- b) Aprimorar os serviços *online* existentes e o conteúdo digital;
- c) Ampliar os serviços de atendimento remoto e divulgar os existentes (referência virtual);

- d) Divulgar todos os conteúdos digitais disponíveis, inclusive os que estão sendo oferecidos pelos editores neste período de crise;
- e) Oferecer informações sobre a pandemia baseadas em fontes oficiais, contribuindo para a diminuição da desinformação e das *fake news*;
- f) Fazer uso intensivo das redes sociais para manter a comunidade de usuários informada sobre datas de abertura e oferta de serviços.

Desde que foram disponibilizados para os ambientes das bibliotecas e a atuação dos bibliotecários, os recursos tecnológicos foram percebidos como aliados, uma vez que possibilitam ampliar o acesso à informação e ao conhecimento. Por este viés, Miguel e Amaral ressaltam que a:

[...] internet vem proporcionar facilidades que extrapolam o conceito tradicional de informação bibliográfica baseada em documentos, como livros, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, teses etc. Novos recursos informativos estão à disposição da comunidade. Além desses documentos tradicionais, surgem em versão eletrônica documentos multimídia, listas de discussão, fóruns eletrônicos, conferências *online*, imagens (de satélites, de microscópios, em tempo real), modelos animados, bancos de "*pre-prints*" etc. Esses recursos, tanto de subsídio à pesquisa quanto de canais de comunicação dos resultados, garantem o primado e a originalidade intelectuais dos mesmos. (Miguel; Amaral, 2004, p. 20).

Visto que as tecnologias são constantemente atualizadas, transformadas e modificadas, tornando o que era revolucionário em obsoleto em um curto espaço de tempo, atualmente, os meios mais utilizados para promover a disseminação e o acesso à informação e ao conhecimento são as mídias sociais, as quais foram incorporadas na atuação das bibliotecas e dos bibliotecários. Esses recursos tecnológicos oferecidos pelas plataformas digitais podem ser compreendidos como um novo desafio para as Bibliotecas Universitárias, no contexto da pandemia. Mendes resalta que:

[...] as mídias e redes sociais tornaram-se uma alternativa rápida, objetiva e prática para divulgar e discutir informações de utilidade pública, assim como realizar compartilhamento de conhecimento e descobertas científicas, em especial as da ciência aberta, o que tem auxiliado equipes médicas, bem como toda a sociedade. (Mendes, 2021, p. 251).

Assim, as tecnologias foram instrumentos que contribuíram para ampliar o acesso à informação e ao conhecimento durante o período pandêmico, visando que esse acesso fosse

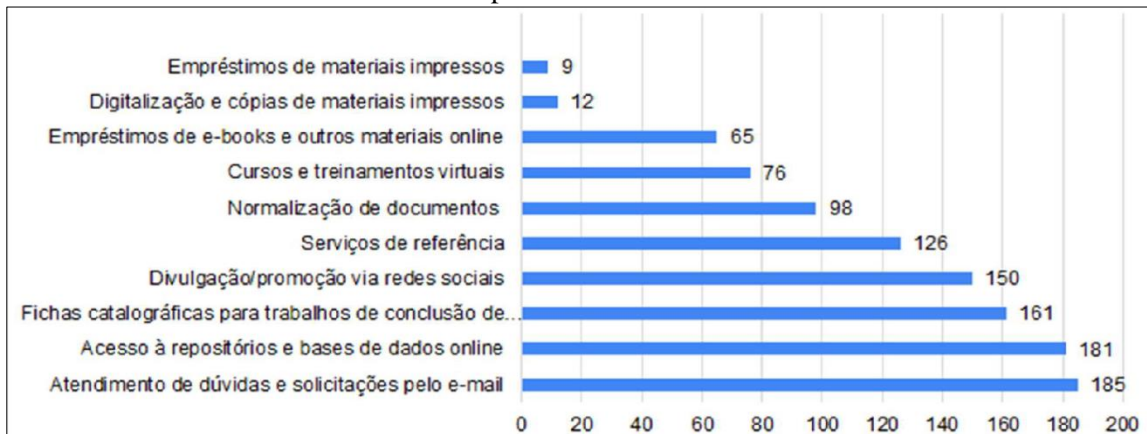
ainda mais democrático e contribuindo para mudanças no perfil dos usuários, de forma que se tornassem cada vez mais conectados.

Dentre os estudos realizados durante a pandemia sobre a atuação das Bibliotecas Universitárias, destaca-se o artigo de Tanus e Sánchez-Tarragó, que levantaram dados das principais ações de 188 bibliotecas de 64 instituições de ensino. O estudo mostra que "a predominância dos serviços baseados em recursos eletrônicos assume um espaço e intensidade predominante nas bibliotecas, talvez como jamais visto" (Tanus; Sánchez-Tarragó, 2020, p. 9).

Ainda que esta relação entre os recursos tecnológicos, biblioteca e usuários não fosse algo novo para as Bibliotecas Universitárias, o cenário pandêmico fez com que esta fosse intensificada para dar continuidade aos serviços.

Assim, a demanda pelos serviços *on-line* cresceu significativamente. Em contrapartida, a demanda por serviços impressos foi notadamente pequena, posto que, com o isolamento social, a maioria das Bibliotecas Universitárias fechou suas portas, tendo como principal meio de serviço, o atendimento remoto e o teletrabalho. Acredita-se que, com a oficialização do ERE e do teletrabalho, as Bibliotecas Universitárias buscaram adequar-se a essa nova realidade, conforme podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 2 - Serviços e produtos ofertados pelas Bibliotecas Universitárias durante a pandemia de COVID-19

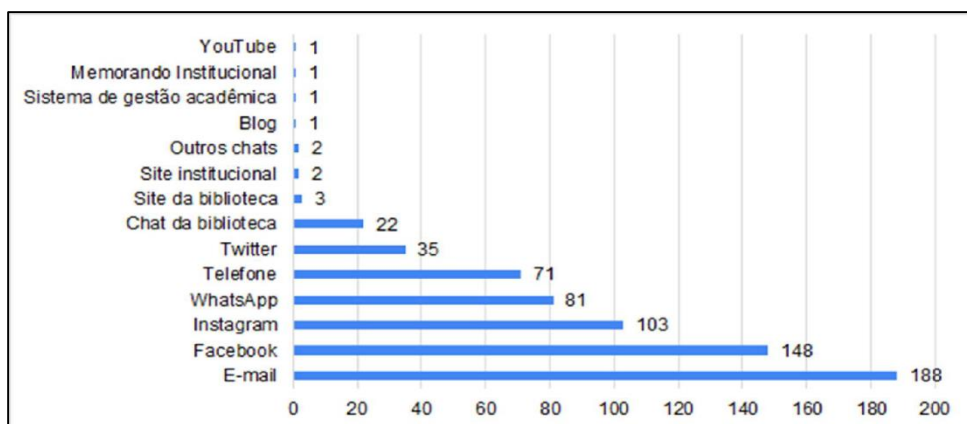


Fonte: Tanus e Sánchez-Tarragó, 2020.

O impacto da pandemia para as Bibliotecas Universitárias na prestação de serviços acadêmicos e para atendimento aos usuários que utilizam seu espaço e acervo físicos significou dois grandes desafios: tornar-se acessível aos seus usuários remotamente, compreendendo as suas necessidades e demandas, e ter no seu quadro profissional mão de obra qualificada e atualizada na utilização dos recursos tecnológicos para atender aos usuários.

A comunicação com os usuários é entendida como uma das principais ações que os bibliotecários devem ter para atender as necessidades informacionais da comunidade acadêmica. Desse modo, os principais canais de comunicação adotados pelas bibliotecas durante a pandemia, de acordo com a pesquisa de Tanus e Sánchez-Tarragó (2020), podemos verificar no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Canais de comunicação com os usuários durante a pandemia de COVID-19



Fonte: Tanus e Sánchez-Tarragó, 2020.

A partir do gráfico acima, é possível concluir que o e-mail foi instrumento de comunicação entre os usuários e a instituição mais utilizado durante a pandemia, logo, um dos

principais canais de informação e comunicação formal, seguido do *Facebook*, *Instagram* e *WhatsApp*. Já os canais de comunicação menos utilizados pelas Bibliotecas Universitárias foram *Youtube*, memorando institucional, sistema de gestão acadêmica e blog.

Ao identificar que, em termos instrumentais, informação e conhecimento são instrumentos de poder e, no caso da COVID-19, contribuem para o processo de combate à pandemia, as BUs podem oferecer grande contribuição para a sociedade, visto que determinados grupos sofrem por falta de acesso à informação, educação, saúde e cultura, na medida em que são reflexo da desigualdade social.

Como demandas informacionais foram intensificadas no período de pandemia, tanto no campo da pesquisa como também sobre questões que passam pelos anseios sociais provocados pelo novo coronavírus/COVID-19, as BUs tiveram que se compreender e atender essas necessidades. Vale, pois, analisar como alguns serviços conseguiram se reinventar no período pandêmico, utilizando principalmente os recursos tecnológicos como ferramenta de trabalho.

No período de pandemia, com o isolamento e sem previsão de retorno à normalidade, foi preciso repensar maneiras de atender e prestar serviços aos seus usuários. Cada biblioteca universitária precisou criar uma nova rotina, usando como recurso as mídias sociais e a tecnologia. Segundo Araújo e Freire:

Por meio de vídeos, a biblioteca pode socializar tutoriais ensinando os usuários a fazer buscas no acervo, utilizar bases de dados de livros e periódicos, divulgar eventos e exposições que estejam ocorrendo no ambiente da biblioteca, promover sorteios e ainda estabelecer um diálogo com os seus usuários, entre outros serviços. (Araújo; Freire, 2019/2020, p. 47).

Na tentativa de cumprir o papel de levar informação e conhecimento para além da sua comunidade, buscaram meios de compartilhar informações oriundas de especialistas. A utilização da videoconferência como recurso de mediação da informação durante a pandemia foi potencializada graças à tecnologia e às mídias sociais que estão presentes no dia a dia da sociedade. Assim, foram realizadas reuniões entre equipes, atendimento aos usuários, treinamentos, oficinas e capacitações através dos diferentes meios: *Youtube*, *Google Meet*, *Microsoft Teams*, *Moodle* e *Zoom*. Desse modo, as Bibliotecas Universitárias, ao adotarem esses recursos como uma alternativa para dar seguimento as suas atividades durante o trabalho remoto, contribuíram para proteger seus profissionais e usuários evitando a exposição e diminuindo o risco de contaminação e transmissão do vírus.

O *Instagram* e o *Youtube* também foram meios de comunicação e divulgação, através das *lives* realizadas, promovendo palestras e propondo diálogos com a comunidade acadêmica

sobre o momento pandêmico e seus reflexos, com objetivo de municiar a comunidade de informações confiáveis e de divulgar como as bibliotecas estavam agindo.

Silvestre e Cunha (2022) destacam que, no período pandêmico, o *Instagram* foi a mídia social mais utilizada pelas Bibliotecas Universitárias para estabelecer contato com seus usuários e divulgar os serviços e produtos oferecidos.

Por essa perspectiva, pode-se inferir que as Bibliotecas Universitárias são capazes de articular uma rede de troca de informações que servirá a membros da comunidade universitária e público externo, refletindo os valores das instituições de educação superior por meio de seus acervos e serviços (Tanus e Sánchez-Tarragó, 2020).

Acredita-se que as bibliotecas desenvolvem um papel importante na formação dos estudantes, uma vez que oferecem espaços, recursos tecnológicos, acervo que contempla as ementas das disciplinas ofertadas nos cursos e atendimento por parte dos técnicos-administrativos para mediar o acesso à informação e ao conhecimento.

De acordo com as reflexões levantadas ao longo dessa seção e, considerando o marco histórico de construção do Brasil ressaltado na desigualdade entre os colonizadores e colonizados, que tiveram reflexo durante anos na formação social, na educação formal e no acesso à informação e ao conhecimento que, no entanto a partir das políticas de ações afirmativas vinham rompendo com essa estrutura estruturante, os aspectos relacionados com ao acesso e permanência deste grupo ao sistema educacional são ainda mais preocupantes devido aos riscos de ampliação da desigualdade social e racial provocada pela pandemia

Portanto, faz-se necessário abordar aspectos importantes que marcam o processo histórico brasileiro – dentre eles, a desigualdade social e de acesso à educação superior – para melhor compreender o impacto da pandemia nos grupos que vivem em desvantagem social.

O isolamento social e o modelo de ERE adotado durante a COVID-19, somados à mediação tecnológica, possivelmente impactaram negativamente o processo de acesso, permanência e conclusão do ensino superior por parte desses estudantes. Por isso, é preciso aferir as consequências da pandemia nas universidades brasileiras.

A tecnologia e o ensino remoto foram aliados na tentativa de dar continuidade ao ano letivo. Nesse cenário emergencial provocado pela COVID-19, as IES não tiveram tempo de analisar o perfil, as condições e a realidade dos estudantes. Também não puderam verificar se teriam meios de oferecer estudo de qualidade nesse novo modelo. Nesse sentido, acredita-se que os estudantes universitários do curso de Biblioteconomia que ingressaram através das políticas de ações afirmativas, tiveram maior dificuldade no processo de ensino e aprendizagem, provocada pela mudança de formato de ensino durante o período pandêmico.

A desigualdade, tanto no que se refere ao acesso como à permanência e à conclusão do ensino superior, por parte principalmente dos estudantes oriundos das classes sociais

menos favorecidas, possivelmente impactou, sobretudo esses estudantes, pela falta de recursos tecnológicos, acesso à internet de qualidade e de espaços para estudo durante a pandemia.

Esses sujeitos encontram dificuldade de inserção nos espaços devido a diversos fatores que contribuem para a desistência de conclusão do ensino superior. Muitos acreditam no discurso “estigmatizado” de que não são merecedores da ocupação desses espaços, ou que não são capacitados para a permanência no ensino superior, além de outros motivos como, por exemplo, a defasagem do ensino formal que tiveram ao longo da vida, que reflete na dificuldade para acompanhar o conteúdo de algumas aulas.

Um desdobramento do pressuposto levantado busca refletir sobre as Bibliotecas Universitárias enquanto espaços mediadores da informação e do conhecimento. Elas contribuem para diminuir a desigualdade entre os estudantes dentro da universidade, uma vez que fornecem, além do espaço físico, acesso ao acervo, suportes tecnológicos e profissionais da informação, que podem auxiliar no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, ressalta-se que o papel das Bibliotecas Universitárias vai além de salvaguardar a produção científica: elas se tornam uma infraestrutura social mediadora para os alunos em geral e, mais especificamente, para aqueles oriundos de classes sociais menos favorecidas.

Durante a pandemia e do isolamento social, o emprego dos meios tecnológicos foi necessário para garantir, ainda que parcialmente, as atividades nas universidades diante da COVID-19, sem desconsiderar que tal mediação poderia contribuir para ampliação da desigualdade no processo de ensino e aprendizagem, pois o acesso e a qualidade das tecnologias não são iguais para todos e os maiores impactados podem ser os alunos oriundos de classes populares.

3.3 Reflexões sobre a desigualdade

Como ponto de partida, refletir sobre os conceitos de desigualdade social, desigualdade de oportunidades e desigualdade de acesso torna-se relevante na tentativa de trazer questões que entremeiam dia a dia e teoria. Conforme já foi apresentado ao longo desta pesquisa, entende-se que a desigualdade social e de oportunidades são fatores que contribuem para ampliar a distinção no acesso ao ensino superior dos grupos que vivem em desvantagem social.

A ideia de desigualdade social comumente faz alusão a situações em que pode ser aplicado certo grau de injustiça, ou seja, “diferenças que são injustas porque estão associadas

a características sociais que, sistematicamente, colocam alguns grupos em desvantagem com relação à oportunidade de ser” (Barata, 2009, p. 12).

O conceito de desigualdade no campo social está relacionado com a “distribuição diferenciada, em uma escala de mais a menos, das riquezas materiais e simbólicas produzidas por uma sociedade e apropriadas pelos seus participantes” (Nascimento, 2000, p.58). Nesse contexto, a distribuição diferenciada referida pelo autor é um dos principais fatores para identificação de pobres e excluídos que vivem em situação de desigualdade social. Embora essa diferenciação ocorra por diversos fatores, todos estão relacionados à natureza da sociedade contemporânea, onde as mudanças na noção de exclusão social, produzida ao longo da modernidade, é processo sutil e dialético, pois só existe a partir da relação com a inclusão (Nascimento, 2000; Sawaia, 2001).

Por essa perspectiva, a desigualdade respaldada em cor/raça foi naturalizada durante muito tempo por conta do convívio harmonioso e estável pela sociedade. Contudo, essa “normalização” das diferenças reflete um cruel cenário de exclusão, especialmente no cenário nacional, marcado por uma ampla maioria de população pobre, negra e parda.

À vista disso, a exclusão ou inclusão precária dá-se principalmente através das relações entre ricos ou pobres, compreendendo que o termo “pobreza” se refere a uma condição social de determinados grupos que são privados do acesso ao que é considerado fundamental ou normal dentro da sociedade, surgindo assim a referida desigualdade social (Dicionário do pensamento social do século XIX, 1993).

Essas diferenças, ou injustiças, de fatores econômicos e simbólicos caracterizam a desigualdade social e incidem sobre determinados grupos sociais raciais, afetando o acesso à Educação, à Saúde e à Cultura, que são direitos de todos, conforme previsto no art. 5º da Constituição de 1988.

Isso posto, torna-se relevante entender o significado de igualdade. O termo pode ser compreendido como forma de tratamento igualitário, trazendo consigo a ideia de que os sujeitos são iguais entre si. Nos séculos XVII e XIX, o movimento voltado para a busca por direitos trouxe a ideia de igualdade que se tornou um ideal social respaldado nas leis e na política. No século XX, esse conceito de igualdade já é “dado como certo (na teoria, ainda que nem sempre na prática)” nas sociedades mais avançadas (Dicionário do pensamento social do século XIX, 1993, p. 372-373).

A Declaração Universal de Direitos Humanos, elaborada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, define a igualdade e a dignidade como direitos universais, ao afirmar em seu artigo 1º que “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos” (ONU, 1948). Partindo desse princípio, o acesso à Educação pode ser compreendido como um direito humano fundamental assumido não apenas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos,

como também pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 5º ressalta o princípio da igualdade ao afirmar que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Brasil, 1988). Desta forma, a alusão ao conceito de igualdade respaldado na constituição trata-se de uma tentativa jurídica de afirmar para a população brasileira que não deveriam existir formas ou tratamentos desiguais entre os sujeitos.

Em linha com a reflexão de que os direitos previstos e citados acima são extensivos a todos, Mello *et al.* ressaltam que o direito não é para todos, de modo que:

[...] grupos minoritários [...] têm estado em situação de desvantagem no que tange à qualidade de vida, à dignidade, à liberdade, à participação na vida familiar e comunitária, à igualdade de oportunidades em saúde, educação, trabalho, lazer e à participação social. Assim, o exercício da cidadania não pode se restringir somente à questão de direitos e deveres de uma parcela da população, devendo abranger, também, as questões referentes aos grupos excluídos ou rejeitados pela sociedade. (Mello *et al.*, 2007, p. 120).

Aristóteles defendia a ideia de “mérito”, pela qual cada sujeito deveria ganhar de acordo com o seu desempenho e merecimento. Nesta linha de raciocínio, parte-se do princípio de que todos os sujeitos tenham a mesma oportunidade. No entanto, Britto ressalta que, antes de se pensar no mérito, é necessário refletir sobre a perspectiva da distribuição dos direitos ditos como básicos e universais para todos, tais como educação e saúde. A autora afirma que “à medida que é fornecida uma educação de qualidade a todos, pode-se esperar que a competição pelas vagas em universidades seja justa, assim como a disputa no mercado de trabalho” (Britto, 2011, p. 18). Ainda que a igualdade absoluta seja um desejo utópico e que, provavelmente, nunca será alcançado, as oportunidades deveriam ser iguais para todos⁷ (Miguel, 1998). Dessa forma, a educação como um direito de todos, que pode ser exercido por grupos minoritários por meio das políticas de ações afirmativas, visa ampliar as oportunidades do acesso ao ensino superior a grupos que vivem em desvantagem social. Dantas afirma que:

A educação, enquanto necessidade percebida e socialmente compartilhada, torna-se um direito, resultado de movimentos e lutas, em distintos momentos históricos, como forma de garantir o desenvolvimento humano, melhores condições de vida e cidadania. Juntamente com a saúde, formam o primeiro momento da dignidade humana, quando se busca criar condições necessárias para que o sujeito, de forma autônoma, possa construir sua própria dignidade. (Dantas, 2018).

⁷ De acordo com pensamento fundamentado por Platão e aprofundado por Aristóteles, a garantia da igualdade consiste em “dar tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, na exata medida de suas desigualdades”. Dessa forma, é necessário admitir que existem diferenças profundas entre classes sociais, cor e raça, e que tais diferenças devem ser tratadas com o intuito de combater a desigualdade naturalizada pela sociedade.

O termo “autonomia” está associado à autossuficiência, independência e liberdade, em que os sujeitos podem gerenciar plenamente suas escolhas e vontades. Valendo-me desse entendimento, a autonomia do sujeito pode ser alcançada através do acesso à educação formal. As políticas de ações afirmativas tornam-se um instrumento que contribui para diminuir a desigualdade, propiciando a construção da sua autonomia para que possa atingir situações de dignidade (Barroso, 2014).

Diante do exposto, observa-se que o modelo de ocupação da sociedade brasileira foi respaldado na relação que perpetuou durante séculos entre colonizador e colonizado (Fleuri, 2003, p. 18). Essa formação do território nacional contribuiu para que as diferenças sociais fossem construídas de forma a segregar grupos sociais, tendo como principal fator a cor/raça, sendo os mais pobres estigmatizados pela cor da pele, negra e parda.

Para os sujeitos pertencentes a uma classe social inferior, migrar para outra, no Brasil, é muito difícil, visto que “existe uma distância imensa entre diferentes estratos e, principalmente, pelo caráter intencional do processo formativo, em que a classe dominante está condicionada a encarar a massa do povo como mera força de trabalho” (Kern, 2011, p. 33). Desta forma, os sujeitos menos favorecidos são marginalizados e não possuem seus direitos e oportunidades garantidos.

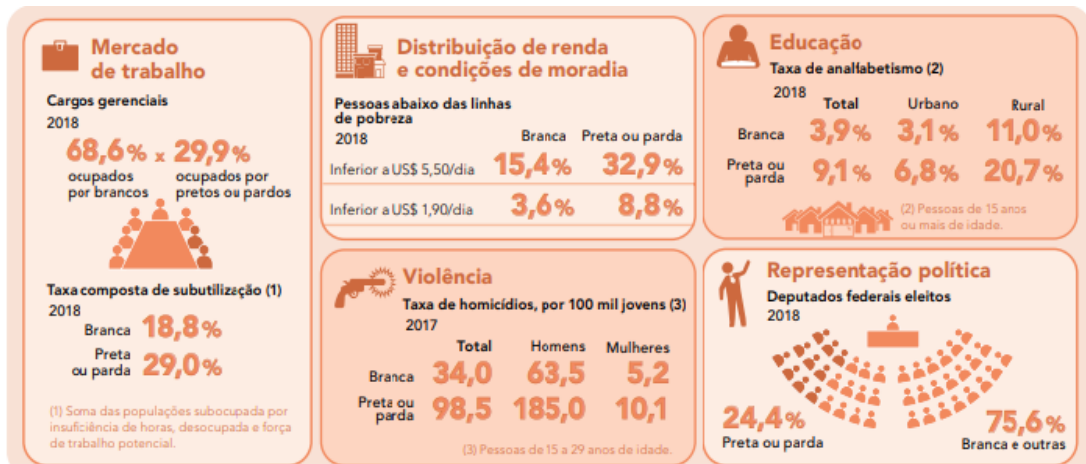
Nesta perspectiva, percebe-se que, para poder enfrentar as diferenças sociais que colocam em risco o desenvolvimento social e o crescimento econômico sustentável do país, uma vez que não é factível que haja injustiças sociais em uma sociedade democrática de fato, é necessário que o Estado crie mecanismos que possam equalizar as relações entre as diferentes classes e grupos sociais existentes, oferecendo meios para que os mais carentes possam disputar as oportunidades da vida em igualdade de condições com aqueles que, por seus próprios meios, têm melhores ferramentas para enfrentar a disputa.

Consequentemente, na tentativa de garantir o direito à igualdade, diversos atores sociais se mobilizaram, promovendo a visibilidade para as questões de desigualdade social e contribuindo para implementação de políticas públicas visando à ampliação de mecanismos para diminuir a desigualdade ao longo do contexto histórico brasileiro. No entanto, esse é um processo que ainda está em curso. Diferentes pesquisas sobre o perfil da população brasileira mostram que, ainda hoje, há profundas situações de desigualdades sociais e de acesso à educação, principalmente por questões de cor/raça, gênero e renda entre a população brasileira (IBGE/PNAD, 2022).

De acordo com IBGE, através da pesquisa *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil* (2019), as oportunidades não são igualitárias. A população preta e parda vive de profundas desigualdades em diferentes segmentos da sociedade, tais como acesso à educação, ao mercado de trabalho, à distribuição de renda e condições de moradia e à representação

política, que são claramente classificadas nesses espaços pelo aspecto da cor/raça. A realidade social dos sujeitos negros e pardos mostra que as relações sociais são mantidas através de exclusão ou inclusão precária, como mostra o quadro abaixo:

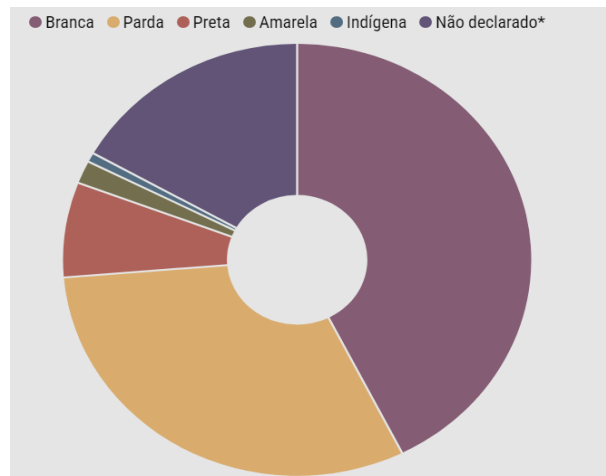
Quadro 5 – Distribuição da população em diferentes setores da sociedade



Fonte: IBGE, 2019.

Este quadro 5 traz dados importantes sobre a situação de desigualdade vivida pela população preta ou parda. No mercado de trabalho, a representatividade da população negra e parda em cargos gerenciais é de apenas 29,9%. Em relação à taxa de homicídio da população negra e parda por 100 mil jovens entre 15 e 29 anos, os números são assustadores; um total de 98,5, em que homens são os que mais sofrem com a violência.

No que tange à educação, o quadro mostra que a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais é maior entre os negros e pardos, quando comparados à população branca. Na área rural do país, o analfabetismo chega a 20,7% e, na região urbana, de 6,8%, entre os negros e pardos. Os dados apresentam um cenário de desigualdades em diferentes setores da sociedade e é importante atentar para o fato de que “as diferenças são compatíveis com as democracias, aparecendo mesmo como uma das suas condições de existência. As desigualdades, ao contrário, são sinal de que a democracia formal não é acompanhada da democracia real” (Fernandes, 1991, p. 49).

Gráfico 4 - Matrículas no ensino superior em 2019 por cor/raça

Fonte: Baptista, 2022.

O acesso à educação como mecanismo de emancipação do sujeito na sociedade foi objeto de estudo de Paulo Freire. Para o autor, a desigualdade social passa também pelo processo educacional, no qual os sujeitos alfabetizados e apropriados do senso crítico podem se perceber no mundo e contribuem para provocar movimentos de ruptura social, posto que “O homem é homem e o mundo é histórico-cultural na medida em que, ambos inacabados, encontram-se numa relação permanente, na qual o homem, transformando o mundo, sofre os efeitos de sua própria transformação” (Freire, 1983b, p. 76).

Nesse sentido, o acesso à educação superior torna-se parte importante para a transformação do sujeito social, pois representa a possibilidade de mudança e transformação da realidade, uma vez que permite que o homem saia do estado de ingenuidade, do conformismo e da alienação, abrindo caminhos para a emancipação social.

No Brasil, a desigualdade de acesso à educação se dá por diferentes fatores, sendo eles sociais, regionais, cor/raça e gênero. A busca pela emancipação social através da educação torna-se um caminho desafiador, posto que as oportunidades não são comuns a todos. Os dados divulgados pela *PNAD Contínua 2019* do IBGE evidenciam que nordestinos, mulheres, negros e pardos vivem em desvantagem quanto ao processo de ensino e aprendizagem, conforme o quadro a seguir.

Quadro 6 - Desigualdade escolar – Pessoas de 18 a 24 anos – 2019

	Taxa de escolarização	Taxa ajustada de frequência escolar líquida	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Brasil	32,4	25,5	21,4	11	4,1	63,5
Norte	33,3	21	18	15,2	3	63,7
Nordeste	32	19,5	17	15	2,5	65,5
Sudeste	31,2	28,1	23,2	8	4,9	63,8
Sul	34,6	30,6	25,9	8,8	4,8	60,6
Centro-Oeste	35	31,1	25,4	9,6	5,7	59,3
Homem	30,7	21,5	18,4	12,3	3,1	66,3
Mulher	34,2	29,7	24,5	9,7	5,1	60,7
Branca	37,9	35,7	29,7	8,2	6	56,1
Preta ou parda	28,8	18,9	16,1	12,7	2,8	68,3

Fonte: IBGE, 2019.

Freire defende ainda a ideia de que não percorrer o caminho de ensino e aprendizagem da vida, em comunhão com as ofertas da instituição escolar, significaria viver marginalizado, ou seja, ser colocado à margem da sociedade. Em “uma realidade de que eles se encontram marginalizados – realidade que não é apenas um espaço físico, mas econômico, histórico, social, cultural” (Freire, 2000, p. 9).

Diante do sistema de desigualdade de acesso à educação, pode-se compreender que essa não é uma marginalização voluntária.

Se então a marginalidade não é uma opção, os chamados marginais foram expulsos, objetos, portanto, de uma violência. Na verdade, violentados, não se acham, porém “fora de”. Encontram-se dentro da realidade social, como grupos ou classes dominadas, em relação de dependência com a classe dominante. (Freire, 2000, p. 38-39).

Logo, esses sujeitos são deixados de fora do sistema de educação e, quando inseridos, essa inserção ocorre de forma precária ao sistema de ensino, tais como a aprovação automática nas escolas públicas, falta de professores. Durante a pandemia, não se pôde deixar de evidenciar a falta de recursos tecnológicos e acesso a uma internet de qualidade. Portanto, esses sujeitos vivem em situações de violência, não apenas educacional, cultural e social como também tecnológica.

A desigualdade social é ressaltada principalmente por perfis raciais. Isso se reflete nos demais aspectos das relações sociais e culturais. De acordo com o informativo do IBGE:

O combate às desigualdades sociais no Brasil tem sido objeto de estudiosos e formuladores de políticas públicas envolvidos no diagnóstico e na execução de medidas para sua redução. Entre as formas de manifestação dessas desigualdades, a por cor ou raça ocupa espaço central nesse debate, pois envolve aspectos relacionados às características do processo de desenvolvimento brasileiro, que produziu importantes clivagens ao longo da história do País. (IBGE, 2019, p. 1).

A definição das características do sujeito parte muitas vezes de uma estigmatização dentro do simbolismo social, em que a cor da pele incide na não ocupação de cargos mais bem remunerados e educação de qualidade.

Aspectos relacionados à cor e à raça têm significativa importância na formação das estruturas sociais e econômicas da desigualdade no Brasil:

A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes. (Henriques, 2001, p. 2).

Nesse acordo social naturalizado, onde direitos e oportunidades são excludentes, ampliando a desigualdade. No entanto, o acesso à educação formal pode ser visto como um movimento de ruptura e de oportunidade de emancipação social. Nessa perspectiva, Mészáros acredita no diálogo da educação como instrumento de combate à desigualdade. Para o autor, a educação:

[...] deve ser capaz não apenas de confrontar e retificar conscientemente as relações sociorreprodutivas estruturalmente resguardadas e fatalmente prejudiciais da *desigualdade material e social/política* herdadas do passado, mas de superar, ao mesmo tempo, a força misticadora profundamente engastada da antiquíssima *cultura da desigualdade substantiva* que ainda permeia a consciência social. (Mészáros 2008, p. 105).

Os estudantes que vivem em situação desigual são sujeitos sociais que carregam compreensão diferente sobre o ensino escolar, onde a família tem grande influência nas perspectivas sobre a escola. Dessa forma, o conceito de herança familiar pode ser apreendido como sendo o conjunto de bens materiais e culturais possuídos pelos pais e que podem ser herdados pelos filhos, por meio do convívio familiar (Bourdieu, 2013).

Assim, os “herdeiros” ocupam posições na sociedade que são influenciadas de acordo com as relações e estruturas que derivam do meio familiar, sejam elas escolares ou profissionais. Conseqüentemente, é admissível inferir que o acesso ao ensino superior e o desempenho durante sua permanência são motivados por fatores que advêm do ambiente familiar (Bourdieu, 2014).

Partindo da premissa de que os sujeitos que compõem as classes mais pobres são, em maioria, negros e pardos – que também são detentores de uma herança familiar em que o acesso à educação formal e à cultura não foram prioridade para a sua construção social – e entendendo que esses elementos são importantes e contribuem para emancipação social, é possível identificar que muitos desses sujeitos precisam de maior esforço para seu crescimento na hierarquia que envolve o processo de escolarização.

A defasagem educacional pode ser compreendida: pela falta de acesso à educação de base de qualidade, compatível com as escolas particulares; pela necessidade de ingressar no mercado de trabalho para complementar a renda familiar ou pelo exercício de outras tarefas domésticas, comprometendo a disponibilidade de tempo dedicado aos estudos; pela ausência, no ambiente familiar, de parentes que possuam nível escolar ou conhecimento acadêmico; ou mesmo pela falta de disponibilidade de espaços adequados para estudar (Costa, 2017).

A ausência desses fatores acaba por contribuir para o modelo de poder respaldado na falta de conhecimento, informação e cultura, ampliando a desigualdade social e de oportunidades de acesso ao ensino superior.

As questões da desigualdade de oportunidades passam pelos campos educacional, cultural e socioeconômico. Nesse sentido, os fatores elencados anteriormente determinam características que contribuem para formação dos sujeitos, e sua importância, é “reconhecida” pelo acúmulo de capital econômico, cultural e educacional que possuem (Bourdieu; Passeron; 2014). Dessa maneira, a estrutura de desigualdade das classes sociais pode ser modificada por meio do acesso democrático à educação superior.

Bourdieu (2011), em seus estudos, elenca críticas ao sistema de ensino, na medida em que o modelo educacional acaba por perpetuar as desigualdades nos ambientes escolares, nos quais a Educação “perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições, por meio da qual se mantêm e legitimam-se os privilégios sociais” (Nogueira; Nogueira, 2002, p. 17).

Seguindo essa lógica, Bourdieu e Passeron (2013) apresentam a problemática central do sistema educacional, à qual denominam *teoria da reprodução*. Nessa teoria, o modelo elitizado do sistema educacional é reproduzido nas relações sociais, em que as posições das

classes sociais são mantidas por meio da educação formal, ou seja, através da ocupação dos cursos mais disputados por uma elite social.

Por esse viés, Mészáros afirma que a reprodução passa pela questão da “internalização” da educação pelos sujeitos, que ocorre por meio do sistema educacional, no qual a internalização busca assegurar que “parâmetros reprodutivos gerais do sistema de capital, brutalidade e a violência podem ser relegadas a um segundo plano (embora de modo nenhum seja plenamente abandonadas) posto que são modalidades dispendiosas de imposição de valores” (Mészáros, 2008, p. 44).

Logo, as instituições de ensino formal, ainda que sejam uma parte do processo de emancipação social, são compreendidas também como instrumentos importantes do sistema de internalização, se não essenciais, tanto na reprodução de um modelo elitista de educação como também na promoção de mudanças sociais.

Barata (2009, p. 24) destaca que o sistema de reprodução social inclui os padrões de trabalho e consumo dos diferentes grupos sociais. Diante disso, os grupos reproduzem de forma inconsciente, com um determinado grau de conformismo ou naturalização das injustiças sociais na vida cotidiana, os frutos das formas organizativas ou de participação social.

Ao longo de séculos, o sistema de ensino perpetuou e, de certa forma, naturalizou a relação entre dominante e dominado, e não promoveu, de forma efetiva, uma transformação social ou mudança social do sujeito. De acordo com o pensamento bourdiesiano, a violência simbólica sobre os estudantes é reforçada a partir das distinções de capital cultural, educacional e cognitivo que contribuem para limitar tanto o acesso quanto o aproveitamento dos sujeitos de classes sociais menos favorecidas.

Por esta perspectiva, observa-se que questões referentes à origem social e espacial se refletem nas escolhas dos cursos mais cobiçados nas universidades, uma vez que “[...] os volumes e as estruturas de capitais combinados das diferentes frações desse grupo social geram expectativas diferenciadas acerca do papel da escola na reprodução social desses setores” (Brandão; Lelis, 2003, p. 524).

Os chamados cursos de “profissões imperiais”, desde a criação das universidades no Brasil (Medicina, Direito e Engenharia), devido ao sistema de hierarquização das profissões, são comumente ocupados por sujeitos dominantes na sociedade, ou seja, os que ocupam as classes sociais médias e altas. Já cursos menos cobiçados dentro da estrutura de poder são comumente ocupados por sujeitos oriundos de classes sociais menos favorecidas (Setton, 2002; Bourdieu, 2013; Vargas, 2008; 2010).

A partir dessa concepção, o perfil socioeconômico elitizado era mantido, havendo pouco ou quase nenhum espaço para democratização do acesso aos cursos elitizados (Vargas, 2008; 2010).

Por consequência, sujeitos que vivem em situação de desigualdade social e buscam na educação formal conhecimento para ascender socialmente, ainda que não seja através dos cursos elitizados socialmente, normalmente procuram cursos menos disputados, compreendendo a defasagem educacional existente por diferentes fatores nas camadas mais pobres (Bourdieu, 2013).

A partir da teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (2014), é possível aferir que as universidades públicas podem ser espaços que promovem as relações de continuidade do ensino elitista. No entanto, se pensadas como instituições às quais todos os sujeitos tivessem direito de acesso, contribuiriam para a promoção de ruptura nesse modelo educacional. Brandão ressalta que, para que ocorram movimentos de ruptura da desigualdade na sociedade, o processo educacional não pode se dar mediante a neutralidade:

A busca de um espaço de neutralidade na educação resulta em uma educação para servir. Para servir a um sistema, para a reprodução de um sistema. Isto não é a educação de corpos, mas sua domesticação. Buscamos então uma educação que valorize esse corpo e que diga para neutralidade “não, aqui não tem espaço”. (Brandão, 2019, p. 101).

Por essa perspectiva, é possível inferir que o acesso à educação superior, através das políticas de ações afirmativas, contribui para que os sujeitos oriundos das classes sociais menos favorecidas modifiquem as relações construídas pela subserviência, buscando romper com o modelo de reprodução do sistema “elitista”, através da construção de sujeitos críticos e conscientes do seu papel e espaço na sociedade.

Nesse contexto, as políticas de ações afirmativas têm como o objetivo principal viabilizar igualdade de oportunidades, compreendendo que o território brasileiro possui marcas profundas de desigualdades no que se refere ao acesso à educação superior.

A percepção de que o perfil dos estudantes da educação superior pública brasileira tem se modificado ao longo dos últimos anos tem como base as políticas de ações afirmativas, que já vinham sendo implementadas pelas universidades federais desde início dos anos 2000. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) compreendeu a legitimidade do sistema de cotas para negros(as) nas IES, o acesso ao ensino superior através da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, em que as políticas públicas de ações afirmativas ganham um novo e importante respaldo jurídico. Dessa forma, a decisão do STF dá respaldo jurídico às práticas referentes

às políticas de ações afirmativas que as instituições universitárias do país já vinham exercendo.

Por essa lógica, os sujeitos que vivem em desvantagem social buscam, através dos movimentos sociais – tais como os cursos pré-vestibulares comunitários, que são instituições que auxiliam e contribuem na preparação para o vestibular, sanando parte da defasagem escolar que esses sujeitos carregam ao longo da vida e também através das políticas públicas de ações afirmativas –, oportunidades reparadoras que viabilizam o acesso ao ensino superior de negros, pobres e grupos minoritários. Todos os fatores listados constituem tentativa de romper com o modelo de estigmatização que sofrem pela sua origem social.

A ampliação do acesso ao ensino superior através das políticas de ações afirmativas é um instrumento que possibilitou diminuir a desigualdade existente entre as classes sociais. Nesse sentido, uma vez concluído o ensino superior, tendo em mãos o diploma do maior nível educacional, estará esse sujeito certificado e capacitado para ocupar melhores oportunidades profissionais, contribuindo para uma possível emancipação social e ampliando o capital educacional, cultural, cognitivo e simbólico.

Em suma, por evidente, os impactos da pandemia de COVID-19 no acesso, permanência e conclusão do ensino superior no Brasil foram sentidos por todos. No entanto, mais severamente, pelos sujeitos que ingressaram nas universidades públicas através das políticas de ações afirmativas, marcados pela exclusão ou mesmo pela inclusão precária, ao longo da vida, na educação formal e no acesso à informação e ao conhecimento. Compreendendo que, durante esse período de isolamento social, em que o modelo de ensino foi gerenciado pelos recursos tecnológicos, esse pode ter sido um fator que contribuiu para abandono e/ou trancamento de matrícula, fazendo com que os esforços voltados para a democratização do ensino superior retrocedessem. Dessa forma, é válido pensar que as tecnologias que aproximam, também são instrumentos que distanciam, principalmente para as classes sociais menos favorecidas.

3.3.1 Desigualdade de acesso às tecnologias durante a pandemia

Refletindo sobre o perfil dos discentes oriundos das classes sociais menos favorecidas – que ingressaram na universidade pública no período pandêmico mediante as políticas públicas de ações afirmativas, sejam elas raciais ou sociais –, acredita-se que seja inquestionável que esse grupo tenha tido profunda perda no combate a essas diferenças sociais. As condições de estudos desses sujeitos durante a pandemia exigiam, além das

questões financeiras, a disponibilidade de recursos tecnológicos (computador, *notebook*, *tablet*, acesso a uma internet de qualidade), concentração e condições para se dedicarem ao processo de ensino e aprendizagem.

São inegáveis a importância e o papel transformador das tecnologias de informação e comunicação (TICs) na ampliação de acesso à informação. No entanto, junto a essa nova forma de se comunicar e informar, surgem também novos desafios no que diz respeito à igualdade de acesso a esses recursos, à confiabilidade e à veracidade das informações neste período, marcado pelo crescimento de notícias falsas e desinformação.

O período da pandemia, provocada pela COVID-19, evidenciou a vulnerabilidade da população como um todo, posto que órgãos da saúde com autoridade e competência para informar estavam buscando compreender a biologia do vírus, buscando através da ciência e da pesquisa informações seguras. Dados divulgados pela pesquisa 2021 (2021) apontam que os estudantes de classes sociais mais baixas, classes D e E⁸, tiveram um percentual muito elevado de abandono do ensino, quando comparados aos estudantes das classes A e B, (10,6%) e (6,9%) respectivamente.

É fundamental pensar na desigualdade de acesso às tecnologias, ou desigualdade digital, existente no Brasil. Ainda que se tenha acesso, este é limitado diante da demanda criada durante a pandemia. Deve-se considerar o impacto das condições materiais de trabalho durante a pandemia, uma vez que algumas casas não possuem computadores ou possuem apenas um aparelho para atender a mais de um estudante e/ou trabalhador.

Nesse sentido, nota-se que as desigualdades sociais são ampliadas em tempos de crise e, como foi possível observar durante e após a pandemia, o isolamento social é discriminatório e ainda mais difícil para determinados grupos sociais. Logo, é possível inferir que grupos sociais que compõem as classes sociais menos favorecidas são os mais discriminados e marginalizados no processo de isolamento social. Esses sujeitos são os que encontram uma menor possibilidade de cumprir a determinação de ficar em quarentena, posta a necessidade de trabalho e sustento familiar, bem como são os que convivem com a carência no acesso à educação, cultura, saúde e tecnologia.

No que se refere às inovações tecnológicas, Barreto (1995, p. 3) nos leva a refletir que, nesse contexto, uma tecnologia pode ser verificada, independente de “possuir ou não alto nível

⁸ Segundo IBGE, as classes sociais são divididas em cinco categorias, considerando a renda familiar mensal. As classes sociais podem ser entendidas a partir das rendas a seguir:

Classe A (quem ganha mais de 20 salários-mínimos);
 Classe B (de 10 a 20 salários-mínimos);
 Classe C (de 4 a 10 salários-mínimos);
 Classe D (de 2 a 4 salários-mínimos);
 Classe E (recebe até 2 salários-mínimos).

de sofisticação ou novidade, o que determina a inovação é a aceitação da tecnologia, como sendo uma novidade para a realidade específica onde a nova ou a "velha tecnologia" irá operar". Nesse sentido, o contexto pandêmico fez com que basicamente todas as formas de socialização e trabalho fossem mantidas através das plataformas digitais, por meio digital, acelerando processos e potencializando etapas sequer imagináveis para o momento.

Esse elo estabelecido entre redes tecnológicas e sujeitos é o que Castells denomina *sociedade em rede*. Esse modelo é visto com otimismo pelo autor, que o considera menos desigual, uma vez que as redes de comunicação seriam mais abertas horizontalmente do que o constituído na sociedade industrial. Para o autor, o fator que distingue a revolução tecnológica não é a:

[...] centralidade de conhecimentos e informação, mas aplicação desses conhecimentos e desta informação para a geração de conhecimentos e de dispositivos de processamento/comunicação da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. (Castells, 2002, p. 51).

A centralidade do conhecimento e o dispositivo refletem, de forma significativa, a desigualdade existente na sociedade. Sobre o dispositivo, o termo teve origem no campo das ciências sociais através dos estudos foucaultianos. Para o autor, o dispositivo é constituído por um:

[...] conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. (Foucault, 2000, p. 244).

Desta forma, o dispositivo pode ser compreendido como uma “rede” que possibilita entrelaçar elos entre os elementos elencados acima com a sociedade. Trata-se de “uma formação histórica específica, originada no jogo entre esses diferentes elementos heterogêneos” (Foucault, 2000, p. 244), na qual o dispositivo exerce uma função estratégica e bem definida de dominação através de três dimensões: do saber, do poder e pelos modos de produção de subjetivação.

Por conseguinte, os dispositivos não possuem neutralidade. Eles geram meios de controle ou “aparelhamento” por meio de leis, normas, medidas administrativas, que estabelecem redes de interesses voltados para instituições, grupos ou sujeitos mediante conhecimento/saber adquirido, dando poder ao seu interlocutor. Logo os dispositivos de comunicação e informação não são produzidos de forma unilateral; estão relacionados com os sujeitos e as redes de vínculos que os constituem (Marteleto; Couzinet, 2013).

Nessa perspectiva, as práticas discursivas e as não discursivas colaboram para a construção do dispositivo, uma vez que se tornam instrumentos que têm por finalidade definir orientação ou intenção no campo de operação. Um dispositivo “possui, porém, desde seu início, regras de formação e transformação” (González de Gómez, 1999).

Portanto, compreendendo os recursos tecnológicos como dispositivos de informação e comunicação, aspectos econômicos e sociais impactam o acesso a esses mecanismos informacionais e podem ser considerados meios de manutenção da desigualdade social. Nesse cenário, surge um novo tipo de exclusão, conforme pode ser visto em Castells (2007). O autor apresenta o conceito de “infoexclusão”, resultado de “uma nova tecno-exclusão” (Castells, 2007, p. 298), que pode ser compreendido como meio de exclusão de determinados grupos, que compõem uma parte significativa da sociedade, porque têm menos acesso à tecnologia.

Por essa perspectiva, o termo infoexclusão, pode ser descrito como uma exclusão informacional que ocorre em detrimento do não acesso aos recursos tecnológicos. Tal fenômeno contribui para a ampliação da desigualdade digital, em que grupos sociais que têm maior concentração de renda possuem maiores privilégios tecnológicos do que os sujeitos que vivem em desvantagem social, ampliando assim a própria desigualdade social. Tal processo favorece diretamente o surgimento dos “excluídos digitais”, isto é, os sujeitos que possuem acesso limitado ou precário aos recursos tecnológicos.

Assim, as funções dominantes constituídas na nossa sociedade passam a ser determinadas pela inclusão/exclusão nas redes, bem como a partir da disposição que as relações entre redes são estabelecidas, que ocorrem por intermédio das tecnologias da informação.

Como já foi ressaltado anteriormente, frente às ações tomadas através de movimentos sociais e políticas públicas adotadas nas últimas duas décadas, o perfil social dos estudantes das universidades públicas mudou. A desigualdade de acesso aos recursos tecnológicos está relacionada não apenas às questões tecnológicas. Os grupos oriundos das classes sociais menos favorecidas possivelmente encontraram maior dificuldade de continuidade do processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia por razões outras, como o desemprego, por exemplo.

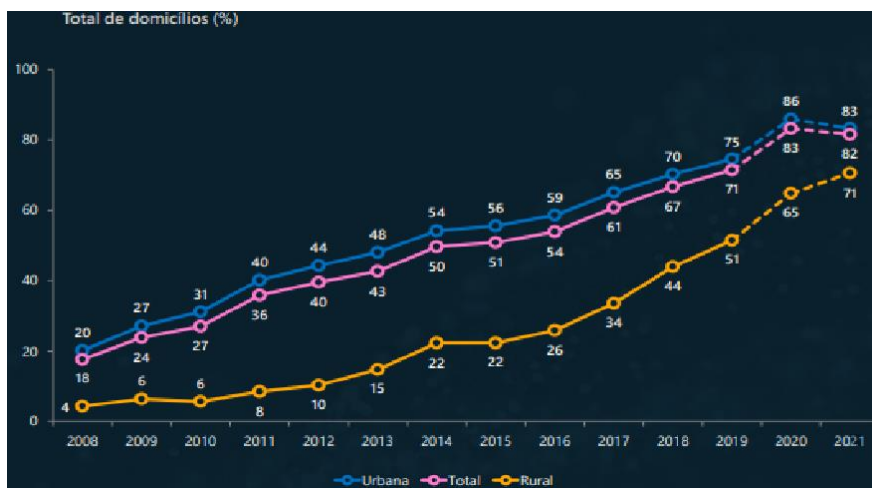
A pandemia do novo coronavírus acentuou questões relacionadas à desigualdade social e de oportunidades. Diante desse cenário, ficaram evidentes os desafios das Bibliotecas Universitárias, enquanto detentoras do saber produzido nas universidades e mediadoras da informação. Essas instituições encontraram novos desafios no desempenho de seu papel durante o período de isolamento social e precisaram contar com a ajuda da mediação

tecnológica que auxiliasse no processo de disseminação de informação e contribuísse para a construção do conhecimento científico, seu uso e apropriação do mesmo conhecimento.

Por essa perspectiva, as questões que perpassam o acesso às tecnologias da informação durante a pandemia remetem à noção de “infoexclusão” analisada por Castell (2007), e que pode ter sido intensificada neste período. O crescente avanço da internet, somado à desigualdade social histórica e à COVID-19, que demandou o uso de ferramentas tecnológicas para que os serviços não parassem, provavelmente fez com que as classes mais pobres fossem as mais atingidas pela infoexclusão e, talvez, tenha aumentado a desigualdade social no Brasil.

De acordo com a pesquisa *TIC Domicílio 2021* (CETIC, 2021), o uso da internet foi ampliado durante a COVID-19. No entanto, a desigualdade de acesso persiste e o uso do computador decresceu a menos da metade na classe C e, na classe D/E, reduziu em 14%.

Gráfico 5 - Domicílios com acesso à internet, por área (2008-2021)

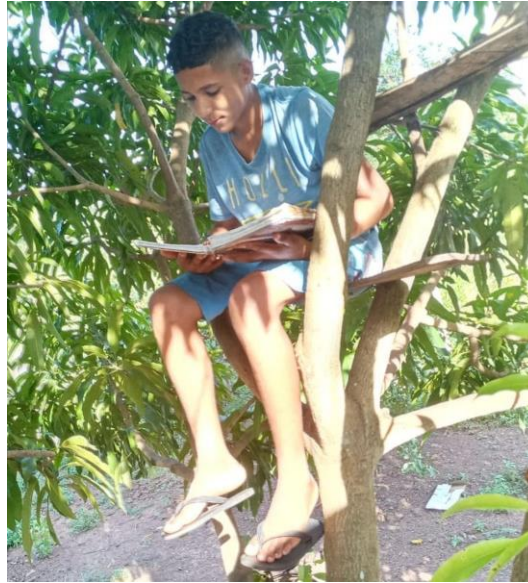


Fonte: CETIC, 2021.

De acordo com o gráfico 5, pode-se ver que o acesso a internet em domicílios cresceu 20% entre o ano de 2019 a 2021. No entanto, ainda que o número de domicílios com acesso à internet tenha crescido nessa região, a qualidade da conexão não é garantida.

Evidenciando o aspecto da qualidade da conexão, a reportagem do jornal *O Globo* do dia 14/03/2020 apresenta um menino de 15 anos da zona rural do Pará que adaptou uma cadeira no alto de uma árvore para conseguir captar melhor o sinal da internet, como podemos ver na figura a seguir.

Figura 1 - Menino estudando em cima da árvore



Fonte: G1 Santarém, 2021.

Nesse panorama, é possível observar o impacto do uso das tecnologias como mediadoras do Ensino Remoto Emergencial adotado durante a pandemia por dois prismas distintos: como instrumento que contribuiu para que o processo de ensino e aprendizado não fosse interrompido e como instrumento de ampliação da desigualdade social durante o período. Dessa forma, é muito provável que os grupos sociais menos favorecidos socialmente tenham sido os que encontraram maior dificuldade com os recursos tecnológicos.

Nesse aspecto, é possível observar que há uma desigualdade digital em território brasileiro, e que esta foi reforçada pelo Ensino Remoto Emergencial. Assunção-Luiz *et al*, ressaltam:

Uma grande complicação tem sido relatada principalmente por parte dos alunos de universidades públicas, a falta de acesso à internet, o que compromete a presença desses alunos durante as aulas online por videoconferência, e sua apropriação dos materiais de estudo disponíveis nas plataformas digitais. (Assunção-Luiz *et al*, 2021, p. 543).

É necessário refletir sobre os aspectos positivos e negativos que a mediação tecnológica trouxe a partir dos novos desafios informacionais impostos pela pandemia de COVID-19, considerando o objeto de estudo aqui proposto: a realidade vivida pelas Bibliotecas Universitárias e pelos estudantes oriundos das classes populares que ingressaram nas universidades públicas através das políticas de ações afirmativas.

A percepção dos conteúdos mapeados até aqui impõe uma reflexão sobre a desigualdade social e o acesso ao ensino superior, aos recursos tecnológicos e,

consequentemente, à apropriação da informação e do conhecimento. Esses mesmos conteúdos mapeados conduziram-me a investigar de forma mais aprofundada a abordagem histórica, conceitual e ideológica das políticas de ações afirmativas. Uma análise mais detalhada de tais componentes possibilitará estabelecer mediações mais concretas com o objeto e os objetivos propostos aqui.

3.4 Políticas de ações afirmativas: ampliação do acesso ao ensino superior

A implementação das políticas de ações afirmativas para ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil foi um marco importante de ruptura do perfil dos estudantes universitários nas últimas duas décadas. Por isso, compreender a origem, construção histórica e relação social do termo "ações afirmativas" torna-se uma etapa que irá contribuir para as reflexões sobre a desigualdade levantadas nesta pesquisa. De acordo com Moehlecke, "ações afirmativas" foi uma expressão oriunda dos Estados Unidos, país que se constitui uma como importante referência no assunto desde os anos 60:

[...] os norte-americanos viviam um momento de reivindicações democráticas internas, expressas principalmente no movimento pelos direitos civis, cuja bandeira central era a extensão da igualdade de oportunidades a todos. No período, começam a ser eliminadas as leis segregacionistas vigentes no país e o movimento negro surge como uma das principais forças atuantes, com lideranças de projeção nacional, apoiado por liberais e progressistas brancos, unidos numa ampla defesa de direitos. É nesse contexto que se desenvolve a ideia de uma ação afirmativa, exigindo que o Estado, para além de garantir leis anti-segregacionistas, viesse também a assumir uma postura ativa para a melhoria das condições da população negra. Os Estados Unidos completam quase quarenta anos de experiências, o que oferece boa oportunidade para uma análise de longo prazo do desenvolvimento e impacto dessa política. (Moehlecke, 2002).

Ainda assim, "ações afirmativas" não foi um fenômeno restrito aos Estados Unidos. Em outros países da Europa Ocidental, em diferentes contextos, o termo "assumiu formas como: ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação" (Moehlecke, 2002, p. 199). No Brasil, "ações afirmativas", ainda que:

[...] seja quase que invariavelmente associada à experiência norte-americana, vista como algo que se aplica exclusivamente aos negros e reduzida à política de cotas, a ideia de dispensar um tratamento positivamente diferenciado a determinados grupos em função da discriminação de que são vítimas já está presente na legislação brasileira há muito tempo. (Medeiros, 2005, p. 123).

A necessidade de inclusão social ou política de cotas, ainda que não tivesse relação com o acesso ao ensino superior, já vinha sendo pensada na década de 1930, por meio da denominada "Lei dos dois terços", que visava garantir que as empresas brasileiras contratasse majoritariamente sujeitos nativos e não imigrantes⁹ (Medeiros, 2005).

De acordo com Ribeiro, as políticas de cotas são caracterizadas por serem:

[...] uma possibilidade de ingresso ao ensino superior para estudantes de baixa renda em qualquer curso de graduação, bem como para a construção de uma universidade diversificada, tanto socialmente quanto culturalmente. Além do atendimento ao direito de acesso à educação para todos, compreende-se a política de cotas como um marco na conquista social, por reconhecer a desigualdade de acesso à educação superior com base no contexto sócio-histórico e econômico. (Ribeiro, 2022, p. 218).

As ações afirmativas, tanto no contexto brasileiro quanto em outros países, tiveram a colaboração relevante dos movimentos sociais, "que pressionaram para a instituição das referidas ações". Também grupos organizados, tais como movimentos dos quilombolas e indígenas, contribuíram na "organização das temáticas constantes na Constituição Federal de 1988" (Braz, 2018, p. 5).

No que se refere aos negros e pardos, para Ezorsky (1991), as políticas de ações afirmativas podem ser vistas pela perspectiva moral, cujo objetivo é a reparação histórica a fim de reduzir o racismo em ambientes institucionais e acadêmicos, integrando esses sujeitos em espaços, posições sociais e profissionais que eram ocupados por grupos elitizados. Dessa forma, logo que essa meta seja alcançada, negros e pardos deixarão de ter oportunidades de acesso desigual, em consequência dos efeitos da construção histórica.

Diante do exposto e de acordo com a realidade brasileira de desigualdade por diferentes fatores, houve a necessidade de implementação de políticas públicas visando à melhoria das condições das minorias étnicas e raciais que vivem em situação de desvantagem social tanto no acesso mercado de trabalho e em espaços políticos, como também na ampliação do acesso ao ensino superior. De acordo com Bourdieu e Passeron:

Todo o sistema de ensino institucionalizado produz e reproduz um arbítrio cultural de que ele não é o produtor e cuja reprodução contribui para a reprodução das

⁹ O Decreto nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930, também conhecido como a "Lei dos dois terços", tinha por finalidade limitar "a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências". De acordo com a lei, diante do grande número de desemprego provocado pela entrada desordenada de estrangeiros em território brasileiro, era necessário garantir vagas em empresas para brasileiros e nativos. Assim, a presente lei foi vista por Medeiros (2005) como uma das primeiras leis de cotas no Brasil.

relações entre grupos ou classes. Esta instituição é uma produtora de *habitus*, ao mesmo tempo que desconhece a origem dos mesmos, assim como as condições da sua reprodução. (Bourdieu; Passeron, 2014, p. 64)

Partindo dessa observação, as universidades brasileiras, durante séculos, ainda que de forma inconsciente, vinham produzindo e reproduzindo a cultura elitista de acesso ao ensino superior. Foi nessa conjuntura que as políticas de ações afirmativas provocaram um movimento de ruptura de *habitus* dessas instituições.

Dessa forma, as políticas de ações afirmativas no Brasil, por muito tempo, foram compreendidas pelas políticas de cotas. Silva destaca que o sistema de cotas se insere na categoria de ações afirmativas, em que existem percepções que limitam a ideia "de ação afirmativa apenas à adoção de cotas, quando, na verdade, as ações afirmativas se espriam para os diversos segmentos sociais em que há negros" (Silva, 2005) e outras minorias que vivem em situação de desvantagem social. Assim, tanto as políticas de cotas como as políticas de ações afirmativas buscam conferir a essas minorias a oportunidade de acesso ao ensino superior.

De modo geral, as políticas de ações afirmativas estão associadas à reserva de vagas ou cotas. De acordo com Santos *et. al* elas têm por objetivo eliminar:

[...] desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrentes de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (Santos *et al.*, 1999, p. 25).

No Brasil, o ensino superior foi marcado durante décadas pela desigualdade no seu acesso. Esse capital cultural de reconhecimento social era um privilégio usufruído por uma determinada elite social. O perfil dos alunos que compunham as universidades públicas era predominantemente formado por brancos e oriundos da classe média-alta.

No contexto brasileiro, durante décadas, prevaleceu a ideia de que a questão racial não era um fator gerador de desigualdades sociais. O discurso preponderante era de que não havia barreiras para que sujeitos pretos e pardos pudessem ter melhores posições sociais (Venturini, 2019).

Estudos determinavam que as diferenças raciais no território brasileiro estariam condicionadas pela classe social em que os sujeitos estivessem inseridos e não pela raça em si (Freyre, 1962; 2004). De acordo com Ribeiro (2022), essa linha de raciocínio, de que as desigualdades eram resultantes de classe, manteve-se inalterada por muitos anos.

Na década de 1950, essa linha de pensamento começou a ser questionada. Fernandes considera o modelo de escravidão como fator principal para desigualdades entre brancos e negros. Para o autor, as relações raciais do modelo escravocrata transformaram-se paulatinamente em relações de classe, uma vez que:

[...] o preconceito e a discriminação raciais não emergem como subprodutos históricos da alteração legal do *status* social do negro e do mulato. Ao contrário, a persistência de ambos constitui um fenômeno de demora cultural: atitudes, comportamentos e valores do regime social anterior são transferidos e mantidos, na esfera das relações raciais, em situações histórico-sociais em que eles entram em choque aberto com os fundamentos econômicos, jurídicos e morais da ordem social vigente. (Fernandes, 2007, p. 118-122).

Nesse contexto, as relações de poder entre os sujeitos sociais foram mantidas ao longo de décadas, mesmo depois da abolição da escravidão, ou seja, negros e pardos não tiveram oportunidades igualitárias de ascender socialmente, permanecendo nas camadas mais pobres da sociedade e ocupando empregos ou subempregos que antes eram destinados aos escravizados. No que se refere ao acesso à educação formal, não foi diferente: os sujeitos negros e pardos continuaram vivendo em situação de desvantagem. Dessa forma, o acesso, a permanência e a conclusão do ensino superior continuaram, durante séculos, sendo privilégio de uma elite social que advinha do Brasil colônia.

Nesse sentido, até os anos 1990, o acesso ao ensino superior no Brasil era considerado um “patrimônio reservado aos estudantes provenientes das camadas mais altas da população” (Bezerra, 2012, p. 96). Nessa mesma década, surgiram movimentos sociais que tiveram importante atuação para ampliar o acesso dos sujeitos oriundos das classes sociais menos favorecidas ao ensino superior no estado do Rio de Janeiro, os pré-vestibulares comunitários (PVCs).

Os PVCs surgiram com a finalidade dar suporte e complementar o ensino, auxiliando estudantes do ensino médio de escolas públicas – negros, pardos e carentes, oriundos de classes sociais menos favorecidas – e dando suporte para que esses sujeitos fossem capazes de concorrer às vagas do ensino superior. Os PVCs supriam uma possível defasagem e dificuldades do processo de ensino e aprendizagem nas etapas escolares diante do modelo de aprovação automática adotado em alguns estados do Brasil durante anos, como, por exemplo, no Rio de Janeiro¹⁰. O ingresso de estudantes oriundos de pré-vestibulares comunitários e de

¹⁰ A Resolução 959 de 18 de setembro de 2007 da Secretaria Municipal de Educação regulariza a aprovação automática nas escolas municipais do Rio de Janeiro e abolem o sistema de avaliação seriada (ano a ano), adotando em seu lugar ciclos de três anos. Foi retirada a avaliação “insuficiente” dos boletins dos alunos, que passaram a ser avaliados apenas com “muito bom”, “bom” ou “regular”. Na prática, essa medida garante a

estudantes de ações afirmativas provocou um movimento de rupturas no cenário das universidades públicas e privadas brasileiras (Costa, 2017).

Destaca-se que o Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC) foi um dos principais movimentos sociais que emergiram entre a década de 1990 e início dos anos 2000, tendo importância relevante no que se refere ao movimento pela democratização do acesso à educação superior (Santos, 2003; Heringer, 2018).

As questões que envolvem o acesso de estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas às universidades públicas ou privadas ganharam força e entraram em pauta da agenda política relacionada à criação de políticas públicas. Vieira e Medeiros ressaltam a importância dos debates que foram aprofundados na sociedade brasileira entre os anos de 2002 e 2012, no que se refere à “validade ou não da implementação de políticas de ação afirmativa” (Vieira; Medeiros, 2019, p. 250), entre aqueles que eram favoráveis e os contra a destinar vagas para negros e indígenas.

Os que discursavam contra as políticas de ações afirmativas, defendiam a ideia de que elas iriam tornar as políticas públicas direcionadas para pauta racial, “na medida em que determinados grupos poderiam acessar, de modo privilegiado, um conjunto de bens, símbolos e materiais, considerando suas respectivas pertenças étnico-raciais” (Vieira; Medeiros, 2019, p. 251).

No entanto, esse pensamento em torno da cor/raça foi perpetuado pela sociedade ao longo de séculos, de forma que o acesso ao ensino superior, destinado a uma classe social privilegiada e de brancos, fosse naturalizado. Já negros, pardos, indígenas e sujeitos que vivem em desvantagem social não tinham a igualdade de oportunidade para ingressar nesses espaços de ensino. Assim, os debates para implementação das políticas de ações afirmativas em forma de cotas foram relevantes para quebrar a hegemonia de acesso ao ensino superior.

Cabe destacar, com base em Secchi, que a expressão “políticas públicas” está relacionada à ideia de regra/regulamentação. O autor ressalta que uma “política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e a resposta a um problema público” (Secchi, 2014, p. 2). Por essa perspectiva, a questão das políticas de ações afirmativas ganhou força na metade da década de 1990, entrando na agenda de debates. Paula afirma que,

[...] a partir de 1995, apesar de todos os contratempos, dos debates acalorados na mídia e na sociedade em geral, políticas públicas específicas, ou assim chamadas ações afirmativas para a população negra, foram e estão sendo implementadas.

aprovação de todos os estudantes. Em 2009, o então novo prefeito Eduardo Paes decretou o fim da aprovação automática no município do Rio de Janeiro.

Apesar da polêmica em torno das cotas raciais nas universidades, uma das ações afirmativas mais contestadas, o governo brasileiro tem reiteradamente reconhecido a necessidade de uma política diferencialista para esse grupo historicamente discriminado, política e socialmente. (Paula, 2010, p. 14).

Por essa perspectiva, debates foram travados com o intuito de mitigar a desigualdade e ampliar o acesso ao ensino superior para os sujeitos que vivem em desvantagem social, negros e pardos. Assim, políticas públicas de ações afirmativas têm por objetivo reparar erros cometidos com esses grupos, historicamente excluídos, sendo uma forma de garantir que possam concorrer a uma vaga nas universidades de forma mais justa.

Nesse contexto, entre os anos de 2000 e 2012, o cenário de ruptura do modelo social existente foi crescendo e ganhando força nas universidades, mediante as políticas de ações afirmativas, descritas por Feres Júnior *et al.* como:

[...] todo programa ou iniciativa, pública ou privada, que tem por objetivo conferir recursos ou direitos especiais para membros de um grupo social específico, com vista a um bem coletivo. [...] Os recursos e oportunidades distribuídos pela ação afirmativa incluem participação política, acesso à educação, admissão em instituições de ensino superior, serviços de saúde, emprego, oportunidades de negócios, bens materiais, redes de proteção social e reconhecimento cultural e histórico. (Feres Júnior *et al.*, 2018, p. 13).

A partir das considerações acima, pode-se inferir que as políticas públicas afirmativas são medidas adotadas com a finalidade de garantir o acesso à educação e promover a inclusão social de grupos que historicamente são discriminados, vivem em situação de desigualdade e são privados de acesso aos espaços, tais como educação superior, pública e de qualidade.

Os grupos que vivem em desvantagem, principalmente no âmbito socioeconômico e educacional, encontram mais dificuldade para ter acesso ao ensino superior. Dessa forma, as políticas de ações afirmativas foram medidas necessárias para diminuir a realidade excludente nas universidades brasileiras, além de ter colocado em pauta o debate sobre a democratização do acesso à universidade, de forma que a sociedade pudesse refletir a respeito do número quase inexistente de jovens negros e pobres no ensino superior. De acordo com Heringer (2014), tais medidas foram criadas mediante pressão dos setores da sociedade historicamente discriminados e que, desde a sua implantação, foram sendo ampliadas, ganhando legitimidade e modificando o perfil dos estudantes universitários.

O princípio-base das ações afirmativas é o de serem políticas públicas direcionadas para materialização do princípio constitucional da igualdade material, de forma a garantir a dignidade humana, através do acesso à educação previsto na Constituição. Visa a garantir que sujeitos que vivam em desvantagem social possam ter acesso à informação e ao conhecimento

para ingressar no mercado de trabalho de forma igualitária, sendo dever do Estado promover igualdade de oportunidades, através de leis e da implementação de políticas públicas, na tentativa de diminuir, se não extinguir as desigualdades, ou seja, trata-se de um mecanismo para assegurar o tratamento igualitário para todos.

No entanto, as políticas de ações afirmativas possuem outras finalidades, conforme literatura especializada, de promover “benefícios do bem-estar social e uma ampla gama de direitos civis, políticos e culturais aos mais variados grupos sociais que são, ou foram, objeto de discriminação” (Venturini, 2019, p. 37). Nesse sentido, o princípio da igualdade material justifica “um trato diferenciado sempre que haja uma desigualdade social, como forma de reduzi-la ou eliminá-la, buscando-se, dessa maneira, uma sociedade mais justa” (Venturini, 2019, p. 46).

Portanto, as ações afirmativas não se reduzem apenas às políticas com cunho étnico-racial. Elas englobam as minorias que são discriminadas pela condição socioeconômica, de gênero, local de moradia, sexo, região, deficiência, dentre outras condições de vida (Venturini, 2019, p. 37).

Caldeira Junior, no que se refere ao enfrentamento das diferenças sociais, observa que

[...] é necessário que o Estado crie mecanismos que possam equalizar as relações entre as diferentes classes e grupos sociais existentes, oferecendo meios para que os mais carentes possam disputar as oportunidades da vida em igualdade de condições com aqueles que, por seus próprios meios, têm melhores ferramentas para enfrentar a disputa. (Caldeira Junior, 2014, p. 21).

Por essa perspectiva de enfrentamento, o estado do Rio de Janeiro foi um dos primeiros a adotar políticas de cotas, através da Lei nº 4151, de 04 de setembro de 2003, que dispõe sobre o acesso às universidades públicas estaduais, visando “à redução de desigualdades étnicas, sociais e econômicas”. Atendendo à presente lei, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi uma das pioneiras a implementar o sistema de cotas.

Em 2007, a Lei nº 5074 de 17 de julho alterou a redação da Lei nº 4151. De acordo com o parágrafo terceiro do primeiro artigo, as cotas ficaram ampliadas para:

[...] pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, integrantes de minorias étnicas, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço. (NR) (Rio de Janeiro, 2007).

A Universidade Estadual da Bahia (UNEB) também foi pioneira na adoção de políticas de ações afirmativas. O movimento, realizado em seguida pela UERJ e pela UNEB em

2001/2002 para legitimação de reservas de vagas voltadas para pretos e pardos, estudantes de escolas públicas, promoveu um aumento progressivo de instituições de ensino superior que passaram a adotar as reservas de vagas com modelos semelhantes no decorrer das décadas seguintes, “chegando-se ao número de 115 instituições públicas de educação superior com algum tipo de reserva de vagas em 2012” (Jodas; Kawagami, 2011; Heringer, 2018).

Nesse sentido, Jodas e Mattioli (2011) afirmam que, desde 2002, o sistema de reserva de vagas tornou-se um dos principais instrumentos que viabilizam o acesso ao ensino superior público para os grupos historicamente discriminados no Brasil.

Das instituições federais de ensino superior (IFES), a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira a institucionalizar uma política com percentual de 20% para estudantes negros ainda em 2003 (Heringer; Ferreira, 2009).

No que se refere às ações adotadas pela UFRJ na implantação de reserva de vagas, essa reserva deu-se nove anos após a Lei estadual 3.708/2001, mediante o SiSU, pelo qual as vagas eram destinadas apenas aos egressos de escola pública. No entanto, entre 2002 e 2009, ainda que sem alguma institucionalização de políticas de ações afirmativas, 65 dos 94 institutos de ensino superior (IES) da rede pública adotavam algum tipo de ação afirmativa, tendo questões de cor/raça, ou não (Picanço *et al.*, 2022).

A partir da experiência da UERJ, pioneira no Rio de Janeiro na adoção das políticas de cotas, somada às ações de promoção ao acesso ao ensino superior em âmbito federal, através das políticas de ações afirmativas, tornou-se possível realizar o sonho dos sujeitos que vivem em situação de desigualdade social em ingressar nas universidades públicas e consideradas de qualidade no Brasil.

De acordo com o *Informativo de desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*:

Com vistas a ampliar e democratizar o acesso ao ensino superior, uma série de medidas foi adotada a partir dos anos 2000: na rede pública, a institucionalização do sistema de cotas, que reserva vagas a candidatos de determinados grupos populacionais, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni e o Sistema de Seleção Unificada - SiSU; e, na rede privada, a expansão dos financiamentos estudantis, como o Fundo de Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos Prouni. (IBGE, 2018, p. 8).

Desse modo, de acordo com Zuccarelli e Honorato (2019), bem antes de a política de ações afirmativas ter sido institucionalizada em 2012, 70% das universidades públicas e 60% das federais já vinham implementando algum tipo de reserva de vagas para grupos minoritários, com enfoque principalmente nas questões sociais, de renda e conclusão do ensino médio em instituições públicas.

Nessa perspectiva, é possível estimar que as políticas públicas de ações afirmativas implementadas pelo governo federal ao longo da primeira década de 2000 foram reforçadas e validadas por meio da Lei nº 12.711, promulgada em agosto de 2012, na qual as instituições de ensino superior federais tiveram um prazo de quatro anos para atender o percentual previsto na lei. A presente legislação prevê a reserva de vagas de, no mínimo, 50% em instituições federais de ensino para:

- a) Estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas;
- b) Estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio) per capita;
- c) Estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência.

A Lei nº 12.711/2012 tinha como objetivo promover o acesso de jovens com baixa renda e grupos étnicos discriminados às universidades federais e instituições federais de ensino técnico e médio (Brasil, 2012). Assim sendo, foi possível que os ambientes das IES sofressem diversas transformações nas últimas décadas. Essas mudanças estão relacionadas à ampliação do acesso de alunos de escolas públicas, de baixa renda e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.

As políticas de ações afirmativas são concebidas como medida transitória a ser adotada que, ao longo do tempo, conforme for atingindo os seus objetivos, tende a ser extinta. Nessa situação, conforme o previsto no artigo 7º da Lei nº 12.711/2012, fica estipulado que “no prazo de 10 anos será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública”, de forma a observar e analisar os desafios e avanços conquistados ao longo da sua implementação (Brasil, 2012).

Antes de completar os dez anos da Lei, ainda em 2016, a Lei nº 12.711/2012 foi alterada pela Lei nº 13.409/2016 que, entre seus beneficiários, passou a incluir pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, alterando os artigos 3º, 5º e 7º (Brasil, 2016).

Depois de completar uma década de implantação, em 2022, uma nova revisão das políticas de ações afirmativas entrou em vigor por meio da Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Através dela, foi alterada a Lei nº 12.711/12, sobre o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio, ampliando os grupos favorecidos para pessoas que ganham até um salário-mínimo (antes era de até 1,5 salários), além de "estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública" (Brasil, 2023).

De acordo com o exposto, em relação à avaliação da experiência dos dez anos de implementação das políticas de ações afirmativas, Borges e Bernardino-Costa (2022, p. 13) ressaltam que "para o sucesso da política de ação afirmativa, é inadiável a construção de uma robusta política de permanência e de assistência estudantil, para contrapor-se à evasão nas instituições públicas". Mediante políticas de ações afirmativas, foi possível criar uma ruptura no sistema educacional de ensino superior, pela qual esses sujeitos que vivem em situação de desvantagem social passaram a ter acesso a oportunidades de emancipação social através da educação, mitigando a desigualdade social e as segregações existentes no país.

Entre os autores estudados (Ezorsky, 1991; Moehlecke, 2002; Silva, 2005; Cury, 2005; Heringer, 2014; Braz, 2018; Borges e Bernardino-Costa, 2022), a afinidade com os estudos de Cury (2005) impôs-se para compreensão das políticas de ações afirmativas como um conjunto de medidas governamentais que são fundamentais e necessárias para ampliar a oportunidade e condições de acesso à educação superior, combatendo a discriminação e corrigindo as fragilidades de um sistema universitário que, desde a sua fundação, apresentou níveis consideráveis de desigualdade.

Através das políticas de ações afirmativas, foi possível criar mecanismos para que grupos minoritários que vivem e convivem com a desigualdade social, discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica, tivessem a oportunidade de acesso, permanência e recursos que garantam a conclusão do ensino superior, possibilitando, além da emancipação socioeconômica, uma representatividade social desses sujeitos no meio em que estão inseridos.

Em uma análise das políticas de ações afirmativas, é possível afirmar que ela está associada à lógica assistencialista, assumida pela Constituição brasileira de 1988, de que é obrigação do Estado tornar concretos seus fundamentos e direitos fundamentais. No caso estudado, a garantia de que o princípio da dignidade da pessoa humana seja exercido através do acesso à educação superior para todos, respaldado na concepção de igualdade da referida Constituição.

Nesse contexto, as políticas de ações afirmativas fazem com que o sistema educacional se torne mais inclusivo, visto que são medidas estratégicas destinadas à "universalização de direitos civis, políticos e sociais", o que ocorre por meio da intervenção do Estado, promovendo uma aproximação dos valores estabelecidos na Constituição com os valores que são reais, referentes a sujeitos que vivem em situações de desigualdade. As políticas são voltadas para os indivíduos e "para todos, sustentadas pelo Estado, pelo princípio da igualdade de oportunidades e pela igualdade de todos" perante a lei (CURY, 2005, p. 14-5).

3.5 Democratização do acesso ao ensino superior e os efeitos da COVID-19

[...] o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. (*Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos*)

Compreende-se que a dignidade humana pode ser garantida por meio do acesso à educação de forma que sujeitos que vivem em situação de desvantagem possam ampliar as oportunidades de ter igualdade social, de oportunidades e de direitos. Nesse sentido, as universidades públicas, desde sua fundação no Brasil, foram espaços destinados a uma elite social. Contudo, a partir da adoção das políticas de ações afirmativas no início do novo milênio, esse modelo elitizado de estrutura da universidade passou por um processo de ruptura, em que os sujeitos de origem social mais pobre passaram a ingressar nos espaços universitários.

O acesso ao ensino superior pode ser entendido como um mecanismo de mudança social para os alunos oriundos das classes mais pobres. Nesse sentido, na década de 1990, os pré-vestibulares comunitários tornaram-se um divisor de águas para esses grupos. Através das aulas ofertadas, os sujeitos que vivem em situação de desigualdade de oportunidades, para concorrer a uma vaga nas universidades (públicas e privadas), conquistaram a possibilidade de mudarem a estrutura social às quais pertencem, modificando as relações de poder entre oprimido e opressor e provocando uma ruptura social.

No que tange à construção do conhecimento científico, os ambientes das universidades possibilitam que as relações sociais sejam estabelecidas e contribuem também para a construção do conhecimento. As universidades públicas têm um papel social ainda mais relevante, visto que, através da infraestrutura ofertada para o corpo acadêmico da instituição, é possível auxiliar os discentes, em especial os que ingressam pelas políticas de ações afirmativas, no processo de permanência e conclusão do ensino superior.

Entende-se que é por meio da educação formal, do diploma e, principalmente, do ensino superior que os sujeitos que vivem em desvantagem social buscam muitas vezes mitigar as desigualdades vividas, pois o processo de ensino e aprendizagem promove o acesso à informação e ao conhecimento para todos. No entanto, as diferenças sociais também podem ser evidenciadas com intensidade dentro dos espaços universitários.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), baseado no Censo da Educação Superior 2013, alunos de cor/raça negra, amarela, parda e indígena estavam em minoria quanto ao acesso ao ensino superior em relação aos brancos. Mediante políticas públicas e ações de movimentos sociais, esse cenário tem

apresentado mudanças, como exposto anteriormente, com um aumento do número de estudantes universitários negros e pardos desde 2018 (IBGE, 2019).

Tais números são resultados das políticas públicas implementadas no início dos anos 2000, com o objetivo de atender os acordos firmados entre o Governo Federal e a Organização das Nações Unidas (ONU)¹¹ e com o Plano Nacional de Educação (PNE). A seguir, apresentamos um quadro com políticas públicas que tiveram maior destaque no que tange ao ensino superior a partir dos anos 2000.

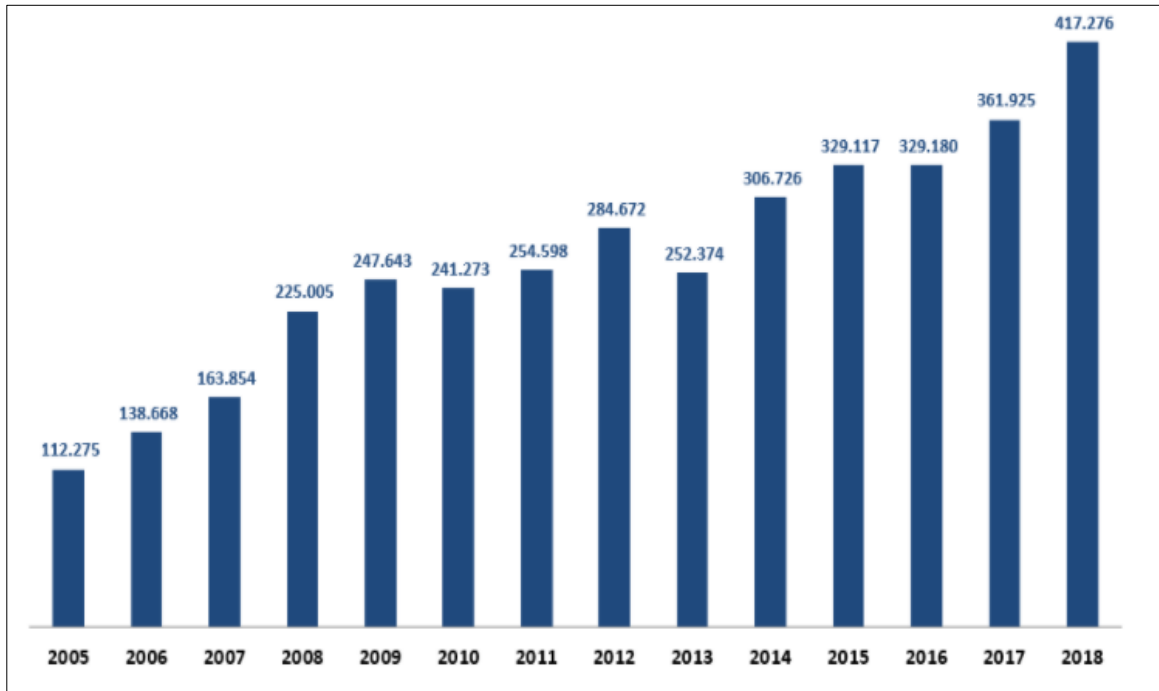
Quadro 7 - Principais políticas públicas de acesso ao ensino superior

Nome	Institucionalização	Objetivo
ProUni - Programa Universidade para Todos	Lei nº 11.096, de 13/01/2005	Possibilita reserva de vagas para aluno do ensino público ou que tenha sido bolsista integral em colégios particulares com renda familiar de até três salários-mínimos.
FIES – Financiamento Estudantil	Lei nº 10.260, de 12/07/2001	Financiar estudantes regularmente matriculados em curso superior de graduação com avaliação positiva.
REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais	Decreto nº 6.096, de 24/04/2007	Ampliar não apenas o acesso, mas também a permanência dos ingressantes na educação superior, reduzindo as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.

Fonte: Brasil, 2022.

Os acordos assinados, somados às metas estipuladas pelo Governo Federal e as políticas públicas implantadas nesse período, foram de vital importância para inserção dos estudantes oriundos de classes sociais menos favorecidas nos espaços universitários. O Gráfico 6 apresenta o número de bolsas ofertadas pelo ProUni, desde a sua institucionalização até 2018.

¹¹ No ano 2000, o MEC apresentou o documento intitulado *Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação*. Tais metas tinham como prazo o ano de 2016. Dentre elas, duas se destacam no cenário do acesso ao ensino superior. São elas as metas 12 e 13, que determinam, respectivamente, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e elevar a qualidade da educação superior.

Gráfico 6 - Total de bolsas ofertadas pelo PROUNI por ano (2005-2018)

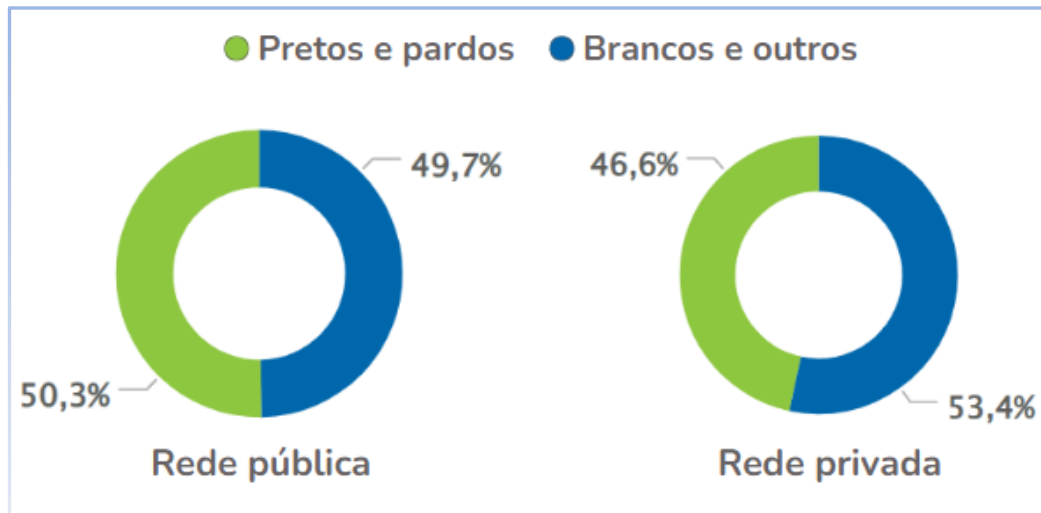
Fonte: INOVAMO, 2019.

É notório que o ProUni, bem como as outras políticas públicas que facilitam o acesso à educação, contribuíram significativamente para que os estudantes mais pobres pudessem ter acesso ao ensino superior nas universidades públicas e privadas.

Tais mudanças contribuíram principalmente para a considerável mudança no perfil dos estudantes dessas instituições de ensino, pois esses espaços eram predominantemente ocupados por estudantes de classe média e alta, majoritariamente brancos e egressos de escolas particulares, sobretudo nos cursos de maior prestígio e reconhecimento social.

O modelo de desigualdade de acesso ao ensino superior que perpetuou por séculos vinha sendo modificado mediante ações promovidas pelos movimentos sociais, juntamente com as políticas afirmativas. Esse movimento de ruptura tornou-se bastante expressivo. Os dados da Pesquisa Nacional, por Amostra de Domicílio Contínua do IBGE, de 2018, mostram que, pela primeira vez na história das universidades públicas, houve mais discentes de cor parda/negros em seus espaços: 50,3%¹². Já na rede privada, mesmo com a ampliação do acesso de negros e pardos, fruto das políticas públicas, esse grupo ainda é minoria, 46,6%, conforme o Gráfico 7.

¹² Reportagem divulgada no portal G1 no dia 13/11/2019 mostra que a melhoria do acesso dos negros e pardos nas universidades públicas é reflexo das políticas de ações afirmativas. No entanto, aponta que ainda há desigualdade.

Gráfico 7 – Distribuição de pessoas no ensino superior por rede de ensino

Fonte: IBGE, 2018.

Esses dados são fruto significativo das políticas afirmativas, que contribuem para diminuir a desigualdade de acesso às universidades públicas, espaços que, ao longo da história, eram percebidos como territórios destinados a uma elite social e branca do país e que vêm sendo ocupados por grupos que compõem as classes sociais menos favorecidas.

Tanto as universidades como também as BUs “são produtos da história social, econômica e cultural do país, bem como das características regionais” (Tarapanoff, 1981, p. 10). Logo, as questões relacionadas à desigualdade social, somadas às dificuldades econômicas de um país, afetam a relação de valorização e de acesso a esses espaços, destinados historicamente a uma elite social.

A implementação das políticas de ações afirmativas faz com que o perfil dos estudantes universitários seja modificado, levando as bibliotecas a também se transformarem, buscando diminuir as marcas históricas de desigualdade social, no que se refere ao acesso à informação e ao conhecimento (Tarapanoff, 1981, p. 10).

De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, de 2022 – que foram os primeiros dados disponibilizados pelo IBGE após o período mais intenso da pandemia de COVID-19 (2020-2021) –, essas informações são de grande relevância para compreender o cenário educacional do Brasil durante o período pandêmico. Assim sendo, a crescente mudança do perfil dos alunos das universidades públicas foi impactada pela COVID-19, com as dificuldades que, possivelmente, os estudantes oriundos das classes populares tiveram de enfrentar. Por essa perspectiva, o quadro a seguir aponta que mulheres, negros, pardos e, dentre as grandes regiões, a Nordeste foram os grupos mais prejudicados no campo educacional com a pandemia.

Quadro 8 - Pessoas de 18 a 24 anos de idade, por indicadores de educação, segundo o sexo, a cor ou raça e as Grandes Regiões (%)

Sexo, cor ou raça e Grandes Regiões	Indicadores de educação (%)					
	Taxa de escolarização (1)	Taxa ajustada de frequência escolar líquida (2)	Frequência escolar adequada	Atraso escolar dos estudantes	Não frequenta escola e já concluiu a etapa	Não frequenta escola e não concluiu a etapa
Total	30,4	25,0	20,8	10,3	4,1	65,5
Sexo						
Homem	28,1	21,0	17,7	10,9	3,3	68,5
Mulher	32,6	29,0	24,0	9,5	5,0	62,4
Cor ou raça						
Branca	36,7	35,2	29,2	8,5	6,0	57,3
Preta ou Parda	26,2	18,2	15,3	11,4	2,9	70,9
Grandes Regiões						
Norte	32,1	21,0	18,4	14,4	2,6	65,3
Nordeste	28,9	18,9	16,3	13,1	2,6	68,5
Sudeste	29,8	27,8	22,5	8,0	5,3	64,9
Sul	32,5	28,7	24,4	9,0	4,3	63,2
Centro-Oeste	32,5	30,7	25,5	7,9	5,2	62,3

Fonte: IBGE, 2022.

A partir dos dados indicados, pode-se apontar possíveis fatores que impactaram o processo educacional desses grupos mais atingidos, tais como a dificuldade de acesso a uma internet de qualidade, espaço para dedicação ao estudo e a realidade vivida por muitos estudantes que são pais, mães ou cuidadores e que precisaram dividir o tempo entre o trabalho formal e o trabalho doméstico, e as demandas dos filhos, além das preocupações com os cuidados e com a saúde diante da iminência da COVID-19.

A pandemia e a necessidade de isolamento social contribuíram para a ampliação da desigualdade de acesso ao ensino superior, uma vez que afetaram o funcionamento de muitos pré-vestibulares comunitários, considerados o principal instrumento preparatório para as provas de vestibular e do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para os sujeitos oriundos das classes sociais menos favorecidas. Muitos cursos tiveram que interromper as atividades que vinham realizando, por conta do acesso limitado às tecnologias por parte dos alunos, além da dificuldade de disponibilidade de seus alunos de dedicarem-se ao estudo diante da realidade

vivida, quer por questões econômicas, quer pela falta de espaços adequados para o estudo dentro de suas residências¹³.

O ENEM pode ser considerado um termômetro importante para mensurar a desigualdade provocada pelo isolamento social. Segundo o Ministério da Educação (MEC), no ano de 2019 foi registrada a menor taxa de faltas da história do exame, 27,19%. Já em 2020, a taxa de faltantes ao segundo dia do exame foi de 55,3%. Com esses números, pode-se inferir que os faltantes, no ano da pandemia, não se sentiam preparados para a realização da prova. É possível deduzir ainda que o grupo de estudantes mais impactado é formado pelos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

O ENEM é considerado um indicador importante, pois, desde 2009, o exame é utilizado como um dos principais “mecanismos de acesso à educação superior” (Santos, 2013). No ano de 2021, foi registrado o menor número de inscritos no exame desde 2005, menos 3.109.762 de inscrições confirmadas.

Os dados podem apontar para duas questões: a evasão escolar diante do modelo do ensino remoto emergencial e/ou que os estudantes não estão sentindo confiança no conteúdo aprendido para realização do exame (INEP, 2021). A pandemia afetou estudantes de todas as classes sociais, no entanto, os estudantes oriundos de classes sociais menos favorecidas possivelmente padeceram mais com o ensino remoto emergencial durante o período.

De acordo com o INEP, no ano de 2023, com o retorno da "normalidade", a procura pelo exame que é considerado o principal instrumento de entrada para o ensino superior no país voltou a crescer: mais de 3,9 milhões de estudantes se inscreveram no Enem, ou seja 13,1% a mais que do que os inscritos em 2022, que teve o segundo menor número de inscritos desde 2005, quando foram registrados 3,4 milhões e 14,2% a mais que em 2021, quando também houve 3,4 milhões de inscritos.

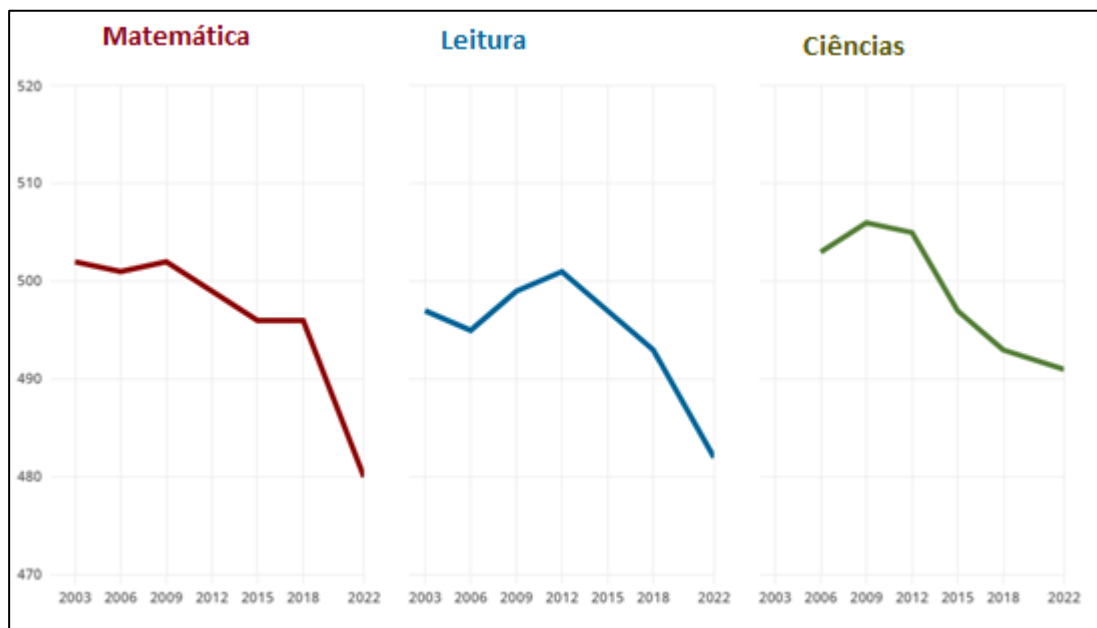
Corroborando o pensamento de que a pandemia impactou na educação, os dados divulgados pelo PISA¹⁴ 2022 no dia 05 de dezembro de 2023, através do Instituto Nacional

¹³ A pesquisadora atua no pré-vestibular comunitário EDUCOM que fica localizado na Zona Oeste, em Jacarepaguá, no município do Rio de Janeiro. Durante a crise sanitária, o projeto teve suas atividades interrompidas e sem previsão para retorno. Assim como este, outros pré-vestibulares comunitários que contribuem para promover condições de acesso ao ensino superior da região fecharam ou ficaram funcionando precariamente.

¹⁴ O Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA), coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo ser uma ferramenta de avaliação da educação nos países, nas áreas de matemática, leitura e ciências. Busca refletir a realidade da educação mundial, conectando, no processo de avaliação, fatores socioeconômicos, ambiente escolar e bem-estar dos alunos para melhor entender as variações no desempenho geral do país. O grupo de participantes da pesquisa é composto por estudantes com a faixa etária de 15 anos, oriundos de 81 países. Sua

de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Ministério da Educação, apontam que a COVID-19 refletiu negativamente na qualidade da educação básica mundial em todas as áreas do conhecimento que são avaliadas pelo PISA, como podemos ver no Gráfico 8 abaixo:

Gráfico 8 - Tendências no desempenho em matemática, leitura e ciências (2003 a 2022)



Fonte: OECD, 2022.

Diante dos resultados, a ODCE ressalta que os estudantes socioeconomicamente desfavorecidos têm, em média, sete vezes mais probabilidades de não atingirem proficiência em matemática básica, do que os estudantes mais favorecidos. De acordo com a apresentação do PISA:

Alguns países/economias garantem que os alunos atinjam um elevado nível de desempenho em matemática, independentemente da origem socioeconômica. Em Macau (China), os estudantes mais desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico obtiveram resultados superiores à média da OCDE. Os meninos superaram as meninas em matemática em 9 pontos, mas as meninas superaram os meninos em leitura em 24 pontos, em média. (OECD, 2022, tradução nossa).

Ainda que a média global estipulada pela OCDE tenha sido a menor de todas as edições já realizadas do estudo, os resultados da média brasileira de 2022 foram bem similares aos de 2018. Os estudantes do Brasil obtiveram pontuação inferior a ela nas três disciplinas

primeira aplicação ocorreu no ano de 2000. Através do INEP, o Brasil participa desde então e este tem sido um mecanismo mundial e relevante no *ranking* da educação mundial.

(matemática, leitura e ciências). Dessa forma, o Brasil ficou entre os 20 piores países em matemática e ciências, mantendo a sua posição em leitura dentre os 81 países que foram avaliados. Ainda que o país não tenha tido grandes oscilações na sua posição, os resultados geraram preocupação para governantes e educadores.

No Brasil, 10.798 estudantes brasileiros participaram da avaliação do PISA, em que, de acordo com o perfil dos participantes, podemos observar que a maior parte dos estudantes é da rede estadual (73,1%) e estão matriculados no ensino médio (81,9%), ou seja, esses são os futuros estudantes universitários que tiveram seu ensino impactado pela pandemia.

Com base nos dados apresentados, é possível observar que as classes menos favorecidas historicamente são as mais impactadas, no que tange ao acesso reduzido ao ensino superior e à qualidade da educação formal. No período pandêmico, não seria diferente. A mudança de formato do ensino presencial para o Ensino Remoto Emergencial exigiu que os alunos tivessem acesso e disponibilidade de recursos tecnológicos e internet de qualidade para o acompanhamento das aulas.

3.6 Mediações da informação: cultural e tecnológica

Partindo da premissa da relevância dos estudos sobre a temática da mediação, bem como a sua aplicação enquanto objeto de estudo no campo da Ciência da Informação e da Comunicação. Enquanto categoria, o termo ganhou visibilidade principalmente pela compreensão e contribuição apresentada por Martín-Barbero (1997) ao campo científico. Para o autor, “na busca do entendimento de como as realidades sociais são o que são, em suas identificações e diferenças, mais importantes do que o estudo das institucionalidades (que o autor chama de “meios”)” (Araújo, 2016, p. 13).

Martín-Barbero defende que os processos de construções e apropriações são contínuos e promovem consolidações e resistências, nos quais atuam diferentes atores sociais, chamados por ele de “mediações” (ARAÚJO, 2016, p. 13). Por essa perspectiva, a busca pela elucidação do termo mediação apresenta a ideia de que, para que ela ocorra, seja necessário um “mediador” ou alguém que faça a “intermediação” da relação entre a informação e o público por meio das mídias.

A percepção de mediação se dá a partir da necessidade de:

[...] descrever uma acção implicando uma transformação da situação ou do dispositivo comunicacional, e não uma simples interação entre elementos já constituídos – e ainda menos uma circulação de um elemento de um pólo para outro.

Emitirei assim a hipótese de que há recurso à mediação quando há falha ou inadaptação das concepções habituais da comunicação: a comunicação como transferência de informação e a comunicação como interação entre dois sujeitos sociais. (Davallon, 2007, p. 10).

Essa “mediação midiática” na Comunicação, para Davallon (2007, p. 7), “coloca o jornalista em posição de terceiro, de mediador. Este último recebe a sua legitimidade da sua pertença a um campo diferente dos que ‘mediatizam’ a informação ou os objectos com vista da sua promoção”.

A partir dessa concepção, Brandão ressalta que a neutralidade não pode existir dentro das relações humanas. Para a autora:

A neutralidade só pode existir onde não há corpo, porque corpo sente. E onde há sentimento, sensação, afetação, não pode existir o neutro. O neutro é a ausência de movimentos do corpo, ausência de gestos, de expressão. O neutro é o que baixa a cabeça e diz “sim, senhor”. O neutro é aquele que não pode pensar, que não pode sentir e que conseqüentemente não pode agir. (Brandão, 2019, p. 101).

A busca pela neutralidade no processo de mediar não é um caminho fácil a ser exercido, posto que, ainda que os agentes envolvidos tentem ser neutros, escolhas são feitas no processo e interferem no acesso, no uso e, por fim, na apropriação da informação, quando esta última passa pela transformação de algo existente em algo próprio. Logo, esta é a fabricação do diferenciado, ou seja, uma atividade de invenção e produção de significados, um novo conhecimento.

Dentro desse contexto, ainda que os sujeitos envolvidos no processo de mediar tenham que administrar seus sentimentos e seu conhecimento, é preciso mediar a informação, de forma a dar ao usuário a resposta que procura. Assim, o processo de mediação deve contemplar o princípio da neutralidade entre profissional, informação e usuário.

No campo da CI, o conceito de mediação ganhou força na América Latina ao longo da década de 1980. Os pontos históricos fundamentais que o tornaram relevantes são:

[...] a reorganização do capitalismo após uma aguda crise de acumulação; os processos de democratização pelos quais passaram vários países do subcontinente e a emergência de “novos movimentos sociais” que colocavam na cena pública questões (de gênero, ambientais, étnicas, sexuais etc.) para além das concebidas como propriamente concernentes às relações de trabalho e às classes sociais. (Martins, 2019, p. 1).

Para Marteleto e Couzinet (2013, p. 3), a construção do conceito de mediação tem se transformado ao longo dos anos, “passando da ideia de transmissão unilinear, concebida nas

teorias clássicas e alicerçada na figura de um mediador ou de uma mídia, a um processo onde intervêm diferentes agentes técnicos, sociais e culturais”. Para Rodrigues (2000, p. 84), a mediação é “o processo de interlocução ou interação entre os membros de uma comunidade, pelo qual se estabelece, alimentam ou restabelecem laços de sociabilidade, construindo assim o mundo da vida”. Dessa forma a mediação delimita a forma de construção dos saberes, sua circulação no meio social e cultural.

O termo começou a ser usado na CI a partir da necessidade de uma “epistemologia social da informação” (Marteleto, 2015). Assim, a informação é compreendida como elemento importante de ligação do sujeito com a sociedade. Já a mediação consiste na interferência de um agente humano, o mediador (bibliotecários, arquivistas ou outros profissionais da informação), que auxilia o usuário no processo de acesso à informação e na produção do conhecimento.

Pela abordagem de Kihlthau, a mediação é entendida como “a intervenção humana para auxiliar a busca e aprendizagem a partir do acesso à informação e uso”. Assim, o papel do mediador é ajudar, guiar, orientar e intervir no “processo de busca de informação de outra pessoa” com a finalidade de gerar conhecimento (Kihlthau, 1993, p. 128, tradução nossa).

Os sujeitos adquirem conhecimento de algo a partir do olhar do outro, ou seja, somos mediados pelo que o outro entende sobre determinado assunto ou coisa, em que o outro traz consigo “não só do que ele vê, mas dos seus conceitos, suas ideias, suas concepções, suas explicações do mundo, suas experiências. O olhar dele não existe sozinho, isolado, destacado, deslocado, como algo que ele pudesse carregar nas mãos, desvinculando do seu corpo” (Almeida Junior, 2015, p. 12).

Nessa perspectiva, podemos inferir que o conhecimento é individual e a informação é construída a partir da interação com o meio social, juntamente com as experiências de vida de cada sujeito ou grupo social. A informação é construída de acordo com o modo de interação do sujeito com o meio, logo, o uso e a apropriação da informação sofrem interferência de aspectos educacional, cultural e social.

No âmbito cultural, o termo “mediação”, de acordo com Davallon, é aplicado com o objetivo de:

[...] fazer aceder um público a obras (ou saberes) e a sua acção consiste em construir uma interface entre esses dois universos estranhos um ao outro (o do público e o, digamos, do objecto cultural) com o fim precisamente de permitir uma apropriação do segundo pelo primeiro. (Davallon, 2007, p. 4).

A mediação cultural ocorre através de diferentes concepções artístico-culturais, tais como “música, dança, teatro, fotografia”, dentre outras. Nelas “os sujeitos, na condição de seres individuais e coletivos, estabelecem relações com elementos culturais que lhe propiciarão a construção da realidade que os cerca, a partir da apropriação” (Cavalcante, 2022) dos elementos simbólicos advindos dessas atividades artístico-culturais.

Nesse contexto, a mediação cultural “utilizada como método para debater temáticas que afetam uma comunidade” (Miranda; Cavalcante, 2021, p. 36), pode ressignificar a interação do sujeito com a sociedade, a partir das práticas culturais, posto que viabiliza a apropriação de elementos simbólicos, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico.

A cultura, compreendida como uma invenção ou criação do ser humano, é espaço no qual os saberes podem ser construídos em relação à realidade, sofrendo transformações que contribuem para a produção, circulação, disseminação e apropriação da informação de maneira mais democrática (Marteleto, 2007, p. 16).

Em seus estudos, Freire (1975) evidencia que o ser humano é sujeito inacabado e em constante construção e que esse processo ocorre mediante o uso e apropriação da informação, gerando novas fontes de informação e de conhecimento. Nessa perspectiva, Almeida Júnior (2015) afirma que o conhecimento é construído a partir da mediação e, ao mesmo tempo em que o sujeito é mediado, também é mediador do conhecimento. O referido autor define mediação da informação como:

[...] toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural, individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (Almeida Júnior, 2009, p. 92).

Por essa perspectiva, a mediação da informação ocorre a partir de um processo consciente, com a finalidade de agregar novas competências ou conhecimento. A ação de mediação pode ser compreendida como uma atuação de interferência com a finalidade de satisfazer uma necessidade informacional, seja ela total ou parcial, a partir do momento em que ocorra a apropriação da informação (Almeida Júnior, 2015). Logo, a mediação tem por objetivo sanar de forma precisa a demanda informacional dos seus usuários e da comunidade à qual pertence.

A mediação da informação pode ser apreendida a partir de uma abordagem sociocognitiva, uma vez que contribui para a promoção do senso crítico, por intermédio da

“problematização”; “capaz de impulsionar a recepção, o desenvolvimento intelectual, assim como a tomada de consciência, pode representar um apoio significativo à apropriação da informação pelos sujeitos envolvidos na ação mediadora” (Gomes, 2020, p. 11).

Assim, processo de apropriação se dá através da:

[...] interação entre um sujeito e uma determinada estrutura de informação, que provoca uma modificação nas condições de entendimento e de saber acumulado; esta apropriação representa um conjunto de atos voluntários, pelo qual o indivíduo reelabora o seu mundo modificando seu universo de conteúdos simbólicos. (Barreto, 2009, p. 4).

Os profissionais da informação, como os bibliotecários, contribuem para tal processo de apropriação através da mediação da informação que está sob a sua guarda, buscando a satisfação de seus usuários, possibilitando que estes saiam da categoria de meros receptores para tornarem-se atores centrais do processo de apropriação do conhecimento, uma vez que a informação e seu acesso influenciam, de forma significativa, o processo de desenvolvimento de sujeitos atuantes e críticos na sociedade.

Oliveira e Corrêa (2020, p. 256) afirmam que, “de modo geral, mediar pressupõe ações que acontecem por meio da colaboração entre as partes, ou seja, da interação entre os sujeitos e da utilização de instrumentos que contribuam para esse processo”. Portanto, a mediação é o meio que possibilita o intercâmbio de experiências, que produz meios para que ocorra transformação nas condições de entendimento, contribuindo para construção de novos saberes. Os mediadores podem ser compreendidos como instrumentos de transformação de novas práticas sociais, uma vez que fazem interferência no processo de uso e apropriação da informação. Assim, os espaços informacionais e, conseqüentemente, os profissionais da informação são meios para que ocorra a mediação da informação.

Nessa perspectiva, para que as bibliotecas sejam espaços informacionais, efetivamente, elas precisam estar presentes e estabelecer laços, através dos bibliotecários, na construção da relação com os usuários, seja nos seus espaços físicos ou virtuais. Dessa forma, a mediação da informação torna-se elemento importante para a construção dessa relação, uma vez que, através desse processo, os usuários podem obter a informação desejada, fazendo parte do ciclo de produção, uso e apropriação do conhecimento.

A base do conceito de mediação (ou intermediação) está relacionada com o “desenvolvimento das tecnologias da informação que permitem orientar de forma diferenciada os serviços”, fazendo com que “o campo de atuação dos profissionais da informação seja ampliado” (Accart, 2012, p. 15).

Diante do exposto, com o advento e crescente avanço da *internet*, cresce também a autonomia do usuário na busca pela informação. A partir da automação dos espaços informacionais, por meio das tecnologias, há uma redução da interação entre profissional da informação e usuário, “reduzindo também as ações mediadoras, a partir da intervenção humana”, passando a intermediação a ser estabelecida por meio das tecnologias (Souto, 2008, p. 60).

Lopes e Silva (2006) definem o processo de autonomia do usuário como *desintermediação*, que consiste em um processo no qual não se estabelece a relação usuário/bibliotecário. Para o autor:

O conceito desintermediação surgiu entre a década de 1960 e 1970. A designação estava relacionada a algumas mudanças ocorridas nos serviços oferecidos pelos setores financeiros e industriais; os bancos foram os primeiros a adotar tal conceito quando passaram a oferecer seus serviços de forma que seus clientes o fizessem sem a intermediação humana. O processo de desintermediação nas bibliotecas se deu com maior intensidade com o surgimento da *Internet*. Os avanços tecnológicos na área de comunicação e informação provocaram estas mudanças nas atividades das bibliotecas e especificamente no papel do bibliotecário. (Lopes; Silva, 2006, p. 9-10).

Sob esse olhar, pode-se apreender que a intermediação é potencializada com a mediação tecnológica da informação, ou seja, aquela a que as tecnologias da informação e comunicação dão respaldo, ou possibilitam que a informação ocorra. No entanto, compreende-se que esse acesso e produção de conteúdo são descentralizados a partir da internet e suas ferramentas.

Nesse contexto, Martins (2021) pondera que, através da mediação tecnológica, ocorre a:

[...] ampliação das possibilidades de se produzir, consumir e compartilhar informação pelos usos dos dispositivos móveis, aliada ao fenômeno da convergência tecnológica, da algoritmização e da composição inédita de um gigantesco volume de dados a partir dos quais é possível induzir o comportamento dos indivíduos, marca o tempo histórico do sujeito neoliberal (Martins, 2021, p. 289).

Dessa forma, com a crescente algoritmização, na qual o usuário tem essa “sensação” de liberdade de acesso a partir da autonomia de busca, esse cenário tecnológico pode apresentar pontos negativos do uso das tecnologias, sem a mediação da informação, posto que os usuários têm a liberdade para o compartilhamento de qualquer fonte de informação, sem verificar a autenticidade. A propagação de *fake news*, que tem contribuído para o processo de desinformação da sociedade, é um dos impactos negativos mais conhecidos.

No processo de mediação da informação, é preciso pensar na forma que o fluxo informacional acontece, pois este processo ocorre por meio da “geração de informação por uma fonte emissora e a aceitação da informação pela entidade receptora”, entendendo que entre emissor e receptor podem ocorrer ruídos na informação (Barreto, 1998, p. 122).

A mediação da informação, da tecnologia e a cultural é instrumento importante para o uso, a circulação e a apropriação da informação que contribuem para construção do conhecimento e de sujeitos críticos na sociedade. Marteleto (2007, p. 16) defende que a informação tem caráter social e se manifesta no campo da cultura e por meio das práticas de informação.

As relações sociais, bem como as diferentes formas de poder, manifestam-se nos espaços e no tempo através das instituições, discursos e práticas sociais, científicas e tecnológicas. Dessa forma, a mediação cultural, da informação e tecnológica pode ser compreendida como mecanismos de promoção da informação e que contribuem para construção do conhecimento, visto que, por meio das diferentes formas de mediação, é possível estabelecer um elo informacional dentro de determinado meio.

Compreendendo que, no período de isolamento social, e relacionando os serviços essenciais das Bibliotecas Universitárias frente às novas demandas de atendimento remoto, em que os usuários buscam de forma rápida a "consulta ao catálogo e o acesso às fontes de pesquisa (periódicos *on-line*, livros digitais, repositório institucional, aplicativos etc.) visando agilizar a pesquisa aos seus usuários" de forma remota (Baptista; Gonçalves, 2020).

Diante do exposto, pode-se inferir que a mediação ocorre principalmente pela questão dialética entre necessidade, uso e apropriação da informação, sendo as Bibliotecas Universitárias uma das instituições mediadoras na divulgação de informações sobre a COVID-19 e, portanto, responsáveis pelo combate à desinformação na sociedade (Sala *et al.*, 2020).

Assim, o papel mediador das bibliotecas e dos bibliotecários ganha novos espaços, potencializando e ampliando a forma de atuação profissional, e se tornando ainda mais importante na verificação de fontes de informação confiáveis e seguras.

A ideia de mediação concebida a partir da figura de um mediador, ou de uma mídia, estabelecida a partir de uma necessidade informacional por parte de um usuário, ganha uma nova dimensão durante o período pandêmico. Denominada nesta pesquisa como *mediação tecnológica*, essa relação é potencializada, contribuindo para ampliar o uso de ferramentas que viabilizem "localizar, filtrar, organizar e resumir informações que sejam úteis aos

usuários" (Carvalho; Kaniski, 2000, p. 37) e, conseqüentemente, para a economia de tempo entre profissionais da informação e a resposta aos usuários.

Cabe destacar que, no processo de mediação, há intervenção humana. Portanto, para que a mediação ocorra de forma positiva, é necessário que o profissional busque aplicar o princípio da neutralidade durante o processo de mediar, compreendendo que sua função é satisfazer a necessidade informacional dos seus usuários.

No contexto da pandemia de COVID-19, na qual o processo de interlocução e interação foi realizado de forma digital – onde há desigualdade de acesso a recursos tecnológicos –, os sujeitos que vivem em situação de vulnerabilidade social são os mais afetados no acesso à informação e ao conhecimento.

Por essa perspectiva, Caregnato afirma que as Bibliotecas Universitárias:

[...] desempenham um papel central no processo educacional; além de apoiar a pesquisa, o ensino e o aprendizado através da provisão do acesso à informação, elas também devem oferecer serviços voltados para o aprendizado de métodos e técnicas de busca e uso da informação e exploração de recursos informacionais, tanto para atividades relacionadas ao curso imediato de estudo, quanto para as necessidades da vida profissional futura. (Caregnato, 2000, p. 48).

Em linha com o pensamento desenvolvido pela autora – sobre a importância das Bibliotecas Universitárias no processo de ensino e aprendizagem, no qual a informação é o elemento de inserção entre sujeitos com a sociedade e a mediação é a interferência de um agente humano que auxilia no processo de acesso à informação e na produção do conhecimento –, acreditamos que a ausência dos espaços físicos das bibliotecas que acolhem, apoiam e são colaboradoras na permanência e conclusão do ensino superior, principalmente para os estudantes que ingressam nas universidades por meio das políticas de ações afirmativas, teve um impacto decisivo na permanência e na conclusão do ensino superior desses sujeitos.

Cabe destacar que o termo "aprendizagem" é compreendido como o processo no qual o sujeito apropria-se do conhecimento durante o seu trajeto existencial, que pode ocorrer em sala de aula ou no meio social cujo objetivo é o desenvolvimento. Compreende-se que aprendizagem e desenvolvimento se conciliam para apropriação do conhecimento, logo, operam em conjunto, posto que "ao mesmo tempo em que aprende algo, o sujeito desenvolve-se" (Zulato; Lisbôa, 2021, p. 76) tanto para si como para o meio em que está inserido. Por essa perspectiva, é preciso que o sujeito esteja envolvido no processo de aprendizagem e adicione significado para construção de um novo conhecimento.

Dessa forma, refletir sobre as ações das universidades públicas e das Bibliotecas Universitárias – enquanto mediadoras da informação e do conhecimento, para atender a comunidade acadêmica diante de suas das necessidades informacionais durante o período de Ensino Remoto Emergencial, principalmente dos estudantes que ingressam por meio das políticas de ações afirmativas –, irá contribuir para construção de novos olhares para a Ciência da Informação.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, são apresentados a análise e os resultados da pesquisa documental realizada nas páginas eletrônicas das Bibliotecas Universitárias do estado do Rio de Janeiro. Utilizando a metodologia de análise de conteúdo, foi possível realizar inferências sobre as bibliotecas por meio de *lives*. Visando atender os objetivos da pesquisa, foram analisados os dados coletados através da aplicação de questionário aos estudantes de Biblioteconomia das instituições analisadas.

4.1 Medidas de controle da COVID-19 adotadas pelas universidades federais do estado do Rio De Janeiro

As universidades são instituições que contribuem para o desenvolvimento do país no que se refere à educação de qualidade, à produção do conhecimento e ao saber científico. Por isso, em tempos de pandemia, o ensino teve um papel ainda mais relevante para controle e tratamento da COVID-19.

Nesta subseção serão apresentadas as ações tomadas pelas UNIRIO, UFF e UFRJ para contenção da COVID-19, além das medidas adotadas para atender as necessidades informacionais do corpo acadêmico, bem como as demandas no processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

UNIRIO, UFF e UFRJ criaram um plano de contingenciamento contendo instrumentos de referência com medidas preventivas a serem adotadas, de acordo com as áreas de intervenção, com níveis de risco e as especificidades das organizações em que serão ativados. As instituições se comprometeram a levar à sociedade civil informações confiáveis sobre a pandemia, preocupando-se com o enfrentamento, a prevenção, o controle e a contenção do vírus, pensando nos seus alunos, professores e técnicos administrativos.

4.1.1 A Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

No dia 13 de fevereiro de 2020, compreendendo a seriedade do aumento de casos de infecção pelo novo coronavírus no país e no Rio de Janeiro, a UNIRIO divulgou seu plano de contingência, elaborado por um grupo de docentes e técnicos especialistas nas mais diversas áreas de Saúde e em conformidade com as orientações estabelecidas por órgãos nacionais e internacionais. O documento apresentou medidas a serem implementadas pelo seu corpo

acadêmico para redução de risco de contágio do vírus, visando minimizar o impacto da disseminação da COVID-19. De acordo com a UNIRIO, o principal objetivo era que a instituição estivesse “preparada para uma resposta efetiva e oportuna na contingência da doença, por meio da orientação de discentes, docentes, servidores técnico-administrativos e colaboradores contratados”.

Em 17 de março de 2020, a UNIRIO participou, junto com dirigentes da UERJ, UFF e UFRJ, de reunião para debater estratégias de apoio à Secretaria Estadual de Saúde com a finalidade de tratar ações para enfrentamento da pandemia no Rio de Janeiro. O então Secretário de Saúde, Edmar Santos, evidenciou a importância do apoio das universidades públicas do estado em ações relacionadas a enfrentamento, prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública relacionados à COVID-19.

Compreendendo que as instituições de ensino, pesquisa e extensão, no contexto pandêmico, também são responsáveis pela produção do conhecimento básico e confiável para toda sociedade, e diante do contexto político negacionista da pandemia no mundo e no Brasil de uma parte considerável de políticos e pessoas influentes, a UNIRIO e outras dez instituições (UERJ, UENF, UEZO, IFRJ, IFF, Colégio Pedro II, UFRJ, UFF, UFRRJ e Fiocruz), divulgaram carta de apoio às políticas públicas voltadas a restringir a circulação de pessoas durante a pandemia.

A UNIRIO seguiu as normas estabelecidas pelas portarias do MEC, que determinaram a suspensão das atividades acadêmicas presenciais, inicialmente por um período de 30 dias e as subsequentes, que, por fim, estenderam o ensino a distância até 31 de dezembro de 2020, mantendo na modalidade presencial apenas as atividades consideradas indispensáveis, a partir da definição das chefias imediatas, sendo executadas preferencialmente de forma remota.

Diante das demandas que surgiriam nessa nova organização de ensino e estudo durante a pandemia, o reitor, Ricardo Cardoso, mediante a Resolução nº 5.256 de 24 de março de 2020, suspendeu o calendário acadêmico 2020, cujo Art. 2 ressalta que, com o fim do “período de emergência, o Calendário Acadêmico da UNIRIO será rediscutido, de modo a garantir o seu completo cumprimento”.

Em 27 de março de 2020, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação - PROPGPI da UNIRIO, diante da suspensão do calendário acadêmico, decidiu manter o cadastro dos novos projetos de pesquisa contemplados ou não com bolsas, considerando a excepcionalidade da situação oriunda da COVID-19, e os objetos dos projetos aprovados poderiam ser alterados pelas coordenações.

Pensando nas questões relacionadas à saúde mental dos seus colaboradores, diante das demandas urgentes de enfrentamento ao aumento de número de casos de contaminados pela COVID-19. Em abril de 2020, o Hospital Universitário Gaffrée e Guinle (HUGG), em parceria com a Escola de Medicina e Cirurgia (EMC), diante do quadro de estresse provocado pela pandemia de COVID-19, principalmente para os profissionais da área da saúde que atuaram na linha de frente, disponibilizou atendimento com psicólogos e psiquiatras.

Naquele mesmo mês, através do HUGG, a UNIRIO tornou-se parceira da rede *Virus Outbreak Data (Vodan)*. A parceria teve por objetivo promover o gerenciamento de dados dos pacientes que carregam o vírus SARS-CoV-2, além da criação de uma antologia e de um modelo conceitual simplificado para o projeto *Vodan*, para que os especialistas pudessem implementar o mapeamento semântico necessário e publicar os dados em um formato RDF, que seria 100% automatizado e legível (Fair). De acordo com os dados disponíveis no *site* da UNIRIO, a rede *Vodan* é uma parceria internacional com mais de 20 países. No Brasil, teve parceria com:

[...] a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição que está à frente da Rede Vodan-BR. Também são parceiras a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o Instituto Nacional do Câncer (INCA) e o Instituto de Cardiologia. Efetivamente, os hospitais participantes são o Hospital Albert Einstein de São Paulo e o Hospital Universitário Gaffrée Guinle da UNIRIO no Rio de Janeiro. Há, ainda, outros hospitais em negociação para possíveis parcerias. (UNIRIO, 2020).

Pelos documentos mapeados da UNIRIO, conforme apresentados no quadro 9 a seguir, observa-se que a instituição se preocupou em seguir os protocolos determinados pela OMS, além de ter criado o próprio plano de contingência visando à prevenção e à redução de risco da comunidade acadêmica frente à pandemia. Outro ponto a destacar foram as parcerias com outras instituições de ensino, para disponibilizar, a toda a comunidade interna e externa das universidades, o acesso à informação e ao conhecimento de fontes seguras e confiáveis, respaldadas na ciência e na construção do conhecimento científico.

Quadro 9 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020-2022) da UNIRIO

Data	Normas e atos
13/03/2020	Divulgação do Plano de Contingência
13/03/2020	Suspensão das atividades acadêmicas presenciais por 30 dias
25/03/2020	Suspensão do Calendário Acadêmico 2020
27/03/2020	Prorrogação da suspensão das atividades presenciais até 30 de abril

Quadro 9 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020-2022) da UNIRIO

Data	Normas e atos
08/04/2020	Instituição do Comitê para coordenar ações de prevenção e enfrentamento da COVID-19
30/04/2020	Prorrogação da suspensão das atividades presenciais até 31 de maio
29/05/2020	Prorrogação da suspensão das atividades presenciais até 30 de junho
15/06/2020	Grupo Consultivo COVID-19 avalia ações previstas no Plano de Contingência
30/06/2020	Divulgação de normas para funcionamento parcial das atividades administrativas
18/08/2020	Apresentação do Plano de atividades acadêmicas e administrativas para o período de excepcionalidade em virtude da pandemia
01/09/2020	Continuidade de forma remota das atividades acadêmicas
01/10/2020	Prorrogação da suspensão das atividades administrativas presenciais
21/10/2020	Instauração da comissão de monitoramento de Plano de atividades acadêmicas e administrativas
30/10/2020	Nova prorrogação da suspensão das atividades administrativas presenciais
23/03/2021	Divulgação da instrução normativa que dispõe sobre medidas excepcionais de funcionamento da universidade
06/04/2021	Instrução normativa de prorrogação das medidas excepcionais de funcionamento da universidade
06/11/2021	Autorização da Reitoria de regras para retorno às atividades presenciais administrativas e acadêmicas
03/12/2021	Formação de Grupo de Trabalho (GT) responsável por elaborar a proposta de aperfeiçoamento do Plano Institucional de Retomada das Atividades Presenciais
10/01/2022	Interrupção temporária das atividades presenciais
11/02/2022	Retorno das atividades presenciais
19/04/2022	Aprovação de medidas para o retorno pleno das atividades presenciais acadêmicas e administrativas
20/05/2022	Determinação do retorno integral dos servidores ao trabalho presencial
07/11/2022	Recomendações para a comunidade universitária por parte da Comissão Permanente de Vigilância de Agravos à Saúde Humana

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

O quadro acima, com as principais normas e atos referentes ao período da pandemia da UNIRIO, mostra que a universidade foi uma das últimas a retornar ao presencial. O retorno integral dos servidores foi estabelecido para o dia 6 de junho de 2022, ou seja, até então as atividades acadêmicas permaneceram em caráter remoto.

Não foram encontrados documentos que retratassem preocupação com a situação dos estudantes durante a pandemia, principalmente daqueles oriundos das ações afirmativas. A universidade não apresentou estudo sobre ações desenvolvidas para atender as necessidades

dos estudantes de classes sociais menos favorecidas, ou ações que contemplassem preocupação com as suas dificuldades e sentimentos, tanto para o desempenho acadêmico, como também para as condições emocionais e tecnológicas para o processo de ensino durante o período de isolamento. A ação mapeada voltada para os estudantes em situação de vulnerabilidade durante a pandemia foi pensada e promovida pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE), que está em destaque no quadro 10. Trata-se de campanha para arrecadação de doações em dinheiro, aprovada em reuniões com os centros e diretórios acadêmicos da universidade.

Quadro 10 - Outras ações da UNIRIO na pandemia

Reunião para debater estratégia de apoio à Secretaria Estadual de Saúde
Apoio a ações de isolamento social
Plano ao MEC para pesquisa e desenvolvimento e para atendimento de paciente
Doação de materiais ao HUGG pelo Arquivo Central
Campanha de vacinação com a participação da Fábrica de Cuidados
UNIRIO e CEFET/RJ fazem doação de máscaras para unidade de atenção primária na Rocinha
HUGG e Escola de Medicina criam iniciativa para a saúde mental de seus profissionais de Saúde
Pesquisa da Escola de Nutrição investiga alimentação dos universitários durante a pandemia
Universidade integra rede internacional de gerenciamento de dados do novo coronavírus
Alunos de Biomedicina analisam material biológico para detecção do novo coronavírus
UNIRIO e CEFET/RJ fazem doação de máscaras para unidade de atenção primária em Botafogo
DCE promove campanha para auxiliar estudantes com dificuldades financeiras devido à pandemia
UNIRIO realiza processo de desinfecção dos campi
UNIRIO antecipa formatura do curso de Medicina
Pesquisa – impactos da COVID-19 sobre profissionais da enfermagem
HUGG e Escola de Medicina oferecem atualização clínica em COVID-19
HUGG recebe doação de equipamentos de proteção individual
UNIRIO lidera estudo que mostra inibição do vírus SARS COV-2 por ação da lactoferrina
Docentes da UNIRIO analisam diferentes aspectos da pandemia
Laboratório de Neurociências Translacional (LabNet) participa de pesquisa com biomarcadores para investigar quadros de COVID-19
Escola de Medicina e Cirurgia promove campanha de doação de material para o HUGG
Escola de Medicina cria canal para a população com perguntas e respostas sobre a COVID-19
Doações UNIRIO

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

A partir dos documentos encontrados no *site* da UNIRIO, sobre a COVID-19, encontra-se disponível uma página intitulada “Ações da UNIRIO”, a partir da qual foi elaborado o quadro anterior. Nele, observa-se que a ação voltada para sociedade foi realizada a partir de parceria da UNIRIO com o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ) em abril de 2020, com o objetivo mitigar os impactos da COVID-19, cuja ação resultou na doação de 300 máscaras para o CMS Dr. Albert Sabin, localizado na Rocinha, e 200 máscaras, 200 toucas, 10 litros de álcool gel e 200 luvas para o Centro Municipal de Saúde (CMS) Rocha Maia, localizado em Botafogo.

Também é possível observar, através dos quadros, que a maioria das ações tomadas pelas universidades foi direcionada para prevenção e cuidados com a saúde da comunidade acadêmica e para os profissionais da saúde que atuaram na linha de frente no enfrentamento à COVID-19.

4.1.2 A Universidade Federal Fluminense (UFF)

Antes mesmo de ser institucionalizado o isolamento social, logo após a divulgação do primeiro caso de COVID-19 no Brasil, a reitoria da UFF divulgou uma nota apresentando informações para a comunidade acadêmica sobre o novo coronavírus. Ainda no início de março de 2020, foi criado um grupo de trabalho, para elaboração do plano de contingência de enfrentamento da pandemia, denominado GT-COVID-19.

Cabe ressaltar que o GT-COVID-19 foi criado através da Portaria 66.622/2020, de 12 de março de 2020, com o objetivo desenvolver estudos, planejamentos, orientações e, por fim, executar ações integradas de acompanhamento, conscientização e prevenção da doença. Trata-se de um grupo formado por técnicos, constituído pelo Reitor da UFF para consultoria, sem competência para deliberar sobre assuntos de cunho administrativo, tais como o retorno às atividades presenciais. O GT-COVID-19 foi responsável pela elaboração dos planos de contingência da UFF.

Dessa maneira, no dia 15 de março de 2020, a UFF divulgou uma nota adiando o ano letivo em 30 dias, antes mesmo da divulgação da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, que definia a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. Em 22 de julho de 2020, foi divulgada a retomada dos calendários 2020, de acordo com a Decisão CEPEX nº 111/2020.

Dentro das ações tomadas pela UFF, é possível observar que esforços foram direcionados, no ano de 2020, para levar informação confiável à sociedade acadêmica e civil,

com a finalidade de auxiliar no combate à desinformação e *fake news* sobre a pandemia de COVID-19. No dia 19 de março de 2020, a UFF divulgou a *Carta das Instituições Públicas de Ensino Superior e as de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro de apoio ao distanciamento social*. Essa ação foi uma medida de apoio ao isolamento, na tentativa de prevenir e minimizar o contágio da população com o novo coronavírus. Também tinha como objetivo levar para a sociedade informação, com respaldo de pesquisadores, de fontes científicas sobre a importância do isolamento social no processo de contenção do vírus.

Com pouco mais de um mês de isolamento social, no dia 27 de abril de 2020, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) divulgou o relatório parcial do monitoramento da saúde mental dos estudantes diante da pandemia de COVID-19, elaborado pelo médico psiquiatra Alexsander Moreira Siqueira, da UFF. Esse documento apresenta uma preocupação com a situação dos estudantes mediante o isolamento social, a suspensão das atividades acadêmicas e as possíveis repercussões na vida dos estudantes, uma vez que as culminâncias desses fatores contribuem para o adoecimento psíquico. Nesse sentido, a PROAES afirma que se fez:

[...] necessária, com urgência, a identificação de tendências e de mudanças na saúde mental do estudante da UFF em decorrência dos efeitos sociais e psicológicos da pandemia pelo vírus Sars-cov-2 (COVID-19), uma vez que o adoecimento psíquico eleva a suicibilidade, a evasão e induz queda do desempenho nas atividades acadêmicas. (Siqueira, 2020).

De acordo com o relatório, houve uma redução significativa na capacidade de concentração dos estudantes durante o período de isolamento social, além do aumento de sentimento de tristeza, preponderância de distúrbio do sono e ganho de peso.

Cabe ressaltar que, dentre as universidades federais do estado do Rio de Janeiro, a UFF desenvolveu diversas estratégias de comunicação e informação direcionadas para toda a sociedade, buscando engajamento e controle, apresentando as principais adaptações estruturais emergenciais, divulgando ações de apoio à comunidade e exibindo o planejamento de atividades acadêmicas durante todo o período pandêmico. Nesse sentido, trouxe para debate temas de relevância a serem abordados com a sociedade, tais como a educação, a violência doméstica e os cuidados com a saúde do idoso na COVID-19.

Através dos dados divulgados no *site* da UFF, observa-se que a universidade apresentou uma preocupação com os estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, tomou a iniciativa de realizar a *Pesquisa de condições socioeconômicas e acesso a recursos remotos de estudantes de graduação presencial da UFF*,

com a finalidade de identificar potencialidades e vulnerabilidades no corpo estudantil e possibilitar a construção de planos de ação direcionados aos grupos que demandam apoio institucional. As principais ações tomadas pela UFF, para os estudantes, corpo técnico-administrativo e para sociedade, no ano de 2020, podem ser visualizadas no quadro 11 a seguir.

Quadro 11 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020) – UFF

26/02/2020	Nota da Reitoria da UFF sobre o novo coronavírus
02/03/2020	Criação do GT COVID-19 para elaboração do Plano de Contingência
15/03/2020	Adiamento do início do ano letivo por 30 dias
15/03/2020	Divulgação de medida de prevenção dos servidores
16/03/2020	Divulgação da rotina dos servidores e dos procedimentos internos do Sistema de Bibliotecas e Arquivos
17/03/2020	Adiamento do início do semestre e trabalho remoto por 30 dias
19/03/2020	Carta das Instituições Públicas de Ensino Superior e de Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro de apoio ao distanciamento social
19/03/2020	Alteração do prazo de suspensão de suas atividades presenciais até 14/04/2020
08/04/2020	Suspensão por tempo indeterminado do calendário acadêmico e administrativo 2020
08/04/2020	Orientações sobre o isolamento social do idoso frente à pandemia causada pela COVID -19
09/04/2020	Ciência contra a desinformação: combate à anticiência em tempos de COVID-19
24/04/2020	Biblioteca do Instituto de Ciências da Sociedade de Macaé ativa nas redes sociais neste período de isolamento
25/04/2020	Dicas sobre o uso de máscaras caseiras durante a pandemia
27/04/2020	Relatório Parcial do Monitoramento da Saúde Mental dos Estudantes diante da Pandemia de COVID-19
30/04/2020	Nota técnica e posicionamento apoiando a manutenção do isolamento social
04/05/2020	Lançamento do canal para discussão de temas relacionados à educação durante o isolamento
06/05/2020	UFF participa de pesquisa multinacional sobre o uso de máscara na pandemia
06/05/2020	Divulgação do vídeo <i>Os cuidados da saúde do idoso na COVID-19</i>
06/05/2020	Divulgação do vídeo <i>Violência doméstica em tempos de pandemia</i>
07/05/2020	Alerta sobre notícias acerca de utilização de possíveis tratamentos incorretos contra COVID-19
12/05/2020	Conversa <i>on-line</i> para discutir o tema da assistência estudantil em tempos de pandemia
12/05/2020	<i>Live – Fake news e o impacto na pandemia</i>

Quadro 11 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020) – UFF

14/05/2020	Divisão de Atenção à Saúde do Estudante oferece, aos alunos de graduação, escuta psicológica para acolhimento de questões relacionadas ao isolamento vivido nos últimos meses
22/05/2020	Alunos da UFF desenvolvem aplicativo que busca diminuir o contágio por coronavírus
26/05/2020	ROBOVID-19 , projeto inovador visando à criação de uma ferramenta digital para uso da população brasileira acerca de dúvidas relacionadas à COVID-19
29/05/2020	PROGEPE determina a prorrogação da vigência da IS nº 004/2020, e suas alterações, até 30 de junho de 2020
01/06/2020	Criação do Grupo de Trabalho para planejar e monitorar a execução das atividades acadêmicas emergenciais na pandemia e elaborar propostas de estratégias de ensino-aprendizagem para o contexto de pós-pandemia
25/06/2020	Divulgação do processo seletivo de bolsa de apoio emergencial, lista referente ao mês de junho de 2020
25/06/2020	Criação do Programa Integrado de Inclusão Digital e Apoio às Atividades Acadêmicas, com objetivo de promover ações de qualidade no ensino por meio da inclusão e acesso digital de estudantes em situação de vulnerabilidade
10/07/2020	Divulgação de novas licitações para enfrentamento à COVID-19
22/07/2020	Divulgação do funcionamento dos serviços de Atenção Integral à Saúde e Qualidade de Vida durante o período de trabalho remoto
22/07/2020	Retomada dos calendários 2020 de acordo com a Decisão CEPEX nº111/2020
23/07/2020	Pesquisa de condições socioeconômicas e acesso a recursos remotos de estudantes de graduação presencial da UFF
29/07/2020	Estudo da UFF alerta para a importância do isolamento social durante a gestação
30/07/2020	Portaria nº 66.622 de 13 de março de 2020 recomendando ventilação nos ambientes como medida de enfrentamento à COVID-19
17/08/2020	UFF disponibiliza serviços de atenção integral à saúde e qualidade de vida aos servidores durante a pandemia
17/08/2020	Nota de pesar sobre falecimento de bolsista de desenvolvimento acadêmico, Valquíria Gonçalves Antônio, do curso de Ciências Econômicas (Campos), em decorrência da COVID-19
12/09/2020	<i>Webinar</i> “Diferentes olhares sobre o cuidado com os idosos durante a pandemia”
04/11/2020	Monitoramento da COVID-19 nos espaços periféricos do município do Rio de Janeiro
04/11/2020	Painel sobre o trabalho em Saúde na linha de frente do combate à pandemia
21/11/2020	Cartilha com informações básicas sobre a COVID-19 para estudantes

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Destaca-se o pesar com a vida dos estudantes informado à comunidade acadêmica, conforme documentado pela UFF, no dia 17 de agosto de 2020: a nota de pesar sobre o falecimento de uma bolsista que estava em pleno desenvolvimento acadêmico, Valquíria

Gonçalves Antônio, do curso de Ciências Econômicas (Campos), que infelizmente veio a óbito em decorrência de complicações provocadas pela COVID-19. Apesar dos cuidados e do conhecimento científico, independente da classe social, nenhum sujeito esteve imune às dores e incertezas da própria vida e da vida das pessoas próximas durante a pandemia.

Ainda sem previsão de retorno às atividades presenciais, no ano de 2021, a UFF continuou levando informação para a comunidade e a sociedade, como apresentado no quadro 12 a seguir:

Quadro 12 - Principais normas e atos do período da pandemia (2021-2022) – UFF

28/01/2021	Pesquisa da UFF avalia a eficácia de jalecos na proteção dos dentistas contra a COVID-19
29/01/2021	UFF responde: Eficácia e segurança das vacinas contra a COVID-19
10/02/2021	UFF responde: Como são feitas as vacinas para COVID-19
24/02/2021	UFF responde: Fases da vacinação contra a COVID-19 no Brasil e grupos prioritários
24/02/2021	UFF responde: Posso pegar COVID-19 tomando a vacina e/ou ter reação alérgica?
11/03/2021	UFF responde: A vacina para COVID-19 é indicada para grávida, alérgico e quem toma medicação?
05/04/2021	Nota Técnica do GT-COVID-19 UFF: Importância da vacinação contra Influenza no contexto da pandemia pela COVID-19
09/04/2021	Neurocientistas da UFF advertem sobre risco da COVID-19 no desenvolvimento neural infantil
16/04/2021	UFF responde: Doar sangue na pandemia
03/05/2021	Prorroga o trabalho remoto e demais determinações até 31 de maio de 2021
17/05/2021	UFF divulga Edital de Programa de Combate à COVID-19 e apoio à vacinação de estudantes e professores da Enfermagem
01/06/2021	Servidor(a), você teve COVID-19? Colabore respondendo o formulário de vigilância em saúde!
03/09/2021	UFF disponibiliza guia para elaboração do Plano de Contingência local das unidades administrativas e de ensino
20/09/2021	Tecnologia avançada que cabe na palma da mão: UFF, em parceria com a Fiocruz e Prefeitura de Niterói, realiza análise detalhada de sequenciamento genético do coronavírus
23/11/2021	UFF lança cartilha sobre o uso de máscara na pandemia

07/12/2021	Conselho Universitário da UFF aprova exigência do comprovante de vacina contra COVID-19
23/02/2022	GT COVID-19 lança Guia de Convivência para o retorno das atividades

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

Dentre as ações desenvolvidas com a finalidade de divulgar informação de forma clara e objetiva, destaca-se o quadro chamado “UFF responde”, com profissionais da área, que buscou tirar dúvidas e esclarecer a respeito da vacina e outros temas relacionados à COVID-19, conscientizando a sociedade sobre a importância da vacinação para erradicação da pandemia e retorno às atividades presenciais, conforme apresentado no quadro 12.

Com a prorrogação do trabalho remoto e demais atividades até 31 de maio de 2021, a UFF mobilizou-se para identificar o quantitativo do seu corpo de servidores que teve contato com a COVID-19, ainda que o fato de ter sido contaminado pelo vírus não fosse uma garantia de não se contaminar novamente. A iniciativa teve como objetivo ampliar estratégias de suporte aos servidores.

Em 07 de dezembro de 2021, o Conselho Universitário da UFF, visando dar continuidade à prevenção da saúde da comunidade acadêmica, aprovou, para o ingresso e a permanência nas dependências da universidade, a obrigatoriedade da apresentação do comprovante de vacinação contra COVID-19. Desse modo, foi lançado o Guia de Convivência para o retorno das atividades presenciais.

4.1.3 A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

De acordo com o levantamento *Global 2000 List by the center for world university rankings*, edição 2021-2022, a UFRJ foi classificada como a terceira melhor do Brasil e a quarta melhor universidade da América Latina. Outro estudo publicado por um dos *rankings* internacionais mais conceituados, *The World University Ranking 2024*, mostra que a UFRJ subiu e se manteve como a melhor universidade federal do Brasil, mantendo sua posição de excelência no ensino superior brasileiro. Portanto, a relevância das pesquisas e do conhecimento desenvolvidos pela instituição possui reconhecimento na América Latina e no mundo.

Mediante a implementação das políticas de ações afirmativas ao longo de quase 20 anos, a UFRJ buscou tornar seus espaços mais democráticos e diminuir a desigualdade,

ampliando a pluralidade e a diversidade de suas áreas de ensino, pesquisa e extensão e, na pandemia, agiu para que esse grupo de estudantes não ficasse desamparado.

Uma das medidas tomadas pela UFRJ diante da iminência da chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil foi a criação do Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar para Enfrentamento da COVID-19 em 21 de fevereiro de 2020. A partir das discussões do GT, a UFRJ criou uma série de diretrizes para o contingenciamento da COVID-19, em 11 de março de 2020, cujas principais recomendações eram: o cancelamento de viagens que não fossem essenciais aos membros do corpo social da UFRJ; em caso de retorno de viagem, a necessidade de se fazer a quarentena produtiva (14 dias), mesmo os assintomáticos; em episódio de contato próximo com casos confirmados, prováveis ou suspeitos, mesmo que assintomáticos, também era recomendada a quarentena e permanência no domicílio; para os servidores (docentes e técnicos-administrativos) e estudantes que pertencessem aos grupos de risco (idosos, cardiopatas, pneumopatas, nefropatas, diabéticos, oncológicos e imunossuprimidos em geral), poderiam ter modificados o regime de trabalho e a distribuição de atividades acadêmicas, visando minimizar sua exposição ao vírus.

As determinações apresentadas nas diretrizes para o contingenciamento da COVID-19 foram as de suspensão de todas as atividades extracurriculares, como aulas inaugurais, cerimônias de entrega de títulos honoríficos, posses e eventos comemorativos, científicos, artísticos e culturais, e o cancelamento das férias de docentes e técnico-administrativos, quando considerados essenciais para o enfrentamento da pandemia. Também elaborada pela UFRJ, uma cartilha contendo as diretrizes para contingência da COVID-19 divulgou para a sociedade alertas de como se proteger contra o novo coronavírus, com base no conhecimento científico.

A Ouvidoria-Geral da UFRJ, através de seu espaço de participação e de cidadania, divulgou, no dia 03 de abril de 2020, um documento contendo diversas reflexões a respeito da convivência, uma vez que vivíamos:

[...] uma situação social inédita: todos dentro de casa, ou num mesmo ambiente, como medida de defesa para enfrentar um novo vírus: o coronavírus. Nosso cotidiano tornou-se limitado socialmente. Praticamente, vivemos num espaço com as mesmas pessoas: filhos, pai, mãe, avó, avô, primo, tia... em diferentes configurações. Muitos compartilham a moradia com colegas ou amigos. Em todos os grupos, as relações são continuadas, entretanto, há diversidade de papéis, de interesses, de posições, de responsabilidades, e, também, diversidade de gerações, de visões, de valores. Nesse momento, devemos valorizar a diversidade para cuidar da convivência! Como conviver consigo mesmo e com os outros, como ser um mediador em casa, para estabelecer uma convivência harmoniosa e saudável? (UFRJ, 2020, p. 2-3).

Diante dessa nova realidade, era importante pensar em estimular uma convivência saudável no período pandêmico, baseada no afeto e na fraternidade nos ambientes familiares, compreendendo que os sujeitos teriam que conviver por um determinado tempo por conta do isolamento social, no qual a mediação/mediador teria por objetivo tratar dos conflitos que poderiam se apresentar nesse cenário singular.

Conforme podemos observar no quadro 13, no dia 14 de abril de 2020, através de documento elaborado pela Escola de Enfermagem Ana Nery (EEAN), a UFRJ recomendou o uso de máscara pela população durante a pandemia de COVID-19. O documento ressalta que segue a recomendação da OMS, que alerta para as evidências de que o uso de máscaras pela população em geral contribui para a prevenção e o controle do coronavírus, principalmente por pessoas assintomáticas.

Quadro 13 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020-2022) – UFRJ

DATA	NORMAS E ATOS
21/02/2020	Criação do Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar para Enfrentamento da COVID-19
11/03/2020	Diretrizes de Contingência da COVID-19 no âmbito da UFRJ
11/03/2020	Divulgação da cartilha de diretrizes de contingência da COVID-19
02/04/2020	Como podemos nos proteger contra o novo coronavírus?
03/04/2020	Mediação em tempo de coronavírus: a importância da convivência
13/04/2020	Nota Técnica conjunta sobre a organização emergencial da rede de atenção à Saúde no estado do Rio de Janeiro para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19)
14/04/2020	Uso de máscara pela população durante a pandemia de COVID-19
18/05/2020	Quebrando mitos e tirando dúvidas sobre a doença chamada de COVID-19
18/06/2020	Nota Técnica sobre mobilidade urbana e as ações de combate à COVID-19
20/06/2020	Cartilha “De olho na COVID-19”
06/07/2020	Manual para crianças grandes sobre coronavírus
18/11/2020	Alerta para as condições necessárias para a reabertura de escolas no contexto da pandemia de COVID-19

Quadro 13 - Principais normas e atos do período da pandemia (2020-2022) – UFRJ

DATA	NORMAS E ATOS
30/11/2020	Nota Técnica sobre o aumento de casos de COVID-19 no município do Rio de Janeiro e medidas para conter sua disseminação
26/01/2021	Nota Técnica sobre redução das aglomerações e adequação do transporte coletivo
29/01/2021	Nota Técnica sobre as perspectivas de agravamento da crise pela COVID-19 frente a novas variantes virais
12/08/2021	Nota Técnica sobre o retorno seguro às atividades presenciais e a introdução da variante delta do novo coronavírus
28/10/2021	Nota Técnica sobre orientações gerais para o retorno de atividades extracurriculares nos campi da UFRJ
13/01/2022	Nota Técnica sobre eventos presenciais promovidos pelas unidades da UFRJ
13/01/2022	Nota Técnica sobre a importância e necessidade da vacinação completa da população para o combate da pandemia
25/01/2022	Nota Técnica sobre a exigência vacinal no retorno presencial na UFRJ
18/02/2022	Nota Técnica sobre o retorno presencial de todas as atividades da UFRJ
07/03/2022	Nota Técnica sobre o uso obrigatório de máscaras em ambientes fechados dos campi da UFRJ
20/03/2022	Diretrizes para o retorno presencial pleno da UFRJ
06/05/2022	Estratégia de testagem na retomada de atividades presenciais
26/05/2022	Nota Técnica sobre o momento atual da COVID-19 e a importância da vacinação

Fonte: elaborado pela autora, 2023.

De acordo com o Instituto Tércio Pacitti de Aplicações e Pesquisas Computacionais (NCE), as primeiras ações estratégicas tomadas ~~para viabilizar o ERE~~ durante a COVID-19 foram focadas na viabilização para o ERE. Sob esse olhar, na tentativa de mapear o acesso às redes de computadores, o NCE aplicou questionário para identificar o nível de inclusão digital do corpo discente, buscando informações, tais como: o acesso e a qualidade da internet nas residências; disponibilidade e qualidade dos equipamentos; além de identificar opiniões a respeito da implantação de ERE. Também foram analisados os dados preenchidos no questionário socioeconômico quando do ingresso na universidade.

A junção dos dados coletados nesse estudo, “possibilitou comparar as respostas e minimizar possíveis erros interpretativos. Assim, a demanda estimada de internet foi de 4.500

estudantes de graduação e de 6.000 equipamentos” e todos os estudantes que se encontraram dentro o perfil do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) “foram considerados como prováveis demandantes de acesso à internet e/ou equipamento” (Guia da UFRJ para o Ensino Remoto Emergencial, 2020, p. 3).

Diante dos resultados apresentados, visando à inclusão digital dos estudantes, a UFRJ iniciou uma concorrência pública com a finalidade de aquisição de *chips* de celulares e fornecimento de *internet* em aparelhos móveis para atender as necessidades emergenciais dos estudantes de graduação, de modo a viabilizar o ERE.

No que se refere aos estudantes portadores de necessidades especiais, a Comissão do Guia para o ERE 2020, em parceria com a Diretoria de Acessibilidade (DIRAC), identificou que, na universidade, no período, havia 640 estudantes nessa categoria e "desenvolveu estratégias para a realização de atividades remotas com esses estudantes, como a disponibilização de softwares adaptados, tutoriais *on-line*, planejamento de aulas feito com a colaboração de intérpretes de libras e/ou de facilitadores de aprendizagens etc." (Guia da UFRJ para o Ensino Remoto Emergencial, 2020, p. 4).

Compreendendo que, diante do cenário pandêmico e dos problemas diversos que podem ocorrer para a comunidade acadêmica, tais como o luto vivido pela perda de familiares, as dificuldades de lidar com o distanciamento social, vulnerabilidade econômica, entre outras milhares possibilidades, a UFRJ criou a Central de Apoio à Saúde Mental dos Trabalhadores e Estudantes (CEATE). Seu objetivo era ter um canal de apoio psicossocial, com profissionais das áreas da saúde mental, saúde do trabalhador e bioética, no qual o público para atendimento do projeto era a comunidade envolvida no enfrentamento à COVID-19 e estudantes de graduação e pós-graduação (Guia da UFRJ para o Ensino Remoto Emergencial, 2020, p. 6).

Para que o ERE acontecesse, foi necessário o treinamento dos funcionários para utilização da plataforma institucional de ensino AVA@UFRJ (Moodle), administrada pelo NCE, e o *Google Classroom*, do Pacote *G-Suite* da *Google*, buscando reduzir custo e ampliar a disponibilidade, a acessibilidade e a abrangência.

Cabe ressaltar que, diante da sua realidade, a UFRJ, que possui mais de 60 mil estudantes e um total de 304 cursos presenciais, entre graduação e pós-graduação, logo, isto:

[...] requer uma infraestrutura robusta para ter uma plataforma própria que seja capaz de atender a todos. Os principais desafios de uma estrutura computacional própria são a capacidade de armazenamento, em especial de vídeos gravados, e de acessos simultâneos à plataforma. [...] O histórico de limitações orçamentárias da UFRJ nos últimos anos, que não permitiu investimentos no setor, bem como o tempo que seria necessário para aquisição e instalação de equipamentos, tornam inviável a

adequação das plataformas a um novo patamar de utilização, nesse primeiro momento. Há, entretanto, muitas plataformas e ferramentas gratuitas disponíveis que podem ser utilizadas. A seguir, são apresentadas algumas delas (Guia da UFRJ para o Ensino Remoto Emergencial, 2020, p. 9).

Diante da necessidade de expansão da mediação tecnológica durante a pandemia, a UFRJ adotou algumas ferramentas e plataformas para o ensino remoto, conforme o quadro 14 a seguir.

Quadro 14 – Caracterização de ferramentas e plataformas para o ensino remoto

Caracterização	Plataformas de Suportes	Plataformas de Videoconferências	Redes Sociais	Mídias e Suportes
Exemplos	- Google Classroom - AVA@UFRJ - Microsoft Teams	- Google Meet - Zoom - Webex - Mconf da RNP - Jitsi - 8x8	- Facebook - Edmodo - Instagram - Whatsapp	- Videoaula/Youtube - Podcast/Webradio - Hipermídia/Google sites - Slides/Slideshare
Características	- Gerenciam conteúdos e atividades em mídias - Opção de salas de aulas virtuais - Permitem comentários e perguntas	- Videoconferências - Podem ser gravadas - Permitem comentários e perguntas	- Interação - Grupos fechados - Inserção de conteúdos em mídias - Gravações - Permitem comentários e perguntas	Utilizadas apenas com seus suportes ou integradas às outras ferramentas
Temporalidades	- Assíncronas – Podem ser articuladas às atividades síncronas (videoconferências)	- Síncronas – Podem ser gravadas e disponibilizadas de modo assíncrono	- Assíncronas – Possibilidade de sincronia. Mensagens e outros materiais postados ficam armazenados, acessíveis a qualquer membro do grupo	Assíncronas – Podem servir para dinamizar atividades síncronas
Interações Sociais e Educativas	- Comunicação por meio de mensagens de texto entre os participantes - Troca de informações sobre trabalhos e testes	- Participantes podem se ver e ouvir simultaneamente - Possibilitam compartilhamento de telas, vídeos, apresentações etc.	Comunicação dialógica e participativa por meio de mídias (textos, podcasts, fotos, vídeos, <i>lives</i>)	Não se caracterizam pela interação social, mas são disparadores de experiências individuais e/ou coletivas entre professores e estudantes
Relação com Conhecimentos Específicos das Áreas Disciplinares	Organizador de planejamento: objetivos, conteúdos, conceitos básicos, e materiais didáticos	Prática de ensino semelhante às aulas expositivas, seminários e discussões	Possibilitam diferentes formas de apresentação e de discussão	Devem ser integrados de forma orientada para o estudo e aprendizado

Conhecimentos Relacionados às Ferramentas e às Plataformas	Professores planejam atividades, materiais e avaliações. Estudantes são orientados sobre estudar utilizando essas plataformas	Professores e estudantes podem realizar apresentações e debates com esclarecimento de dúvidas	Professores e estudantes, em geral, estão familiarizados com as ferramentas, que precisam ser ressignificadas para a prática pedagógica	Professores podem produzir material ou pesquisar materiais disponíveis na <i>web</i> . Deve-se avaliar a qualidade e adequação dos recursos quanto ao conteúdo e linguagem
---	---	---	---	--

Fonte: Guia da UFRJ para o Ensino Remoto Emergencial, 2020.

A partir das ferramentas e plataformas elencadas para dar seguimento ao ERE, observa-se que demandam um nível de qualidade de *internet* e de recursos tecnológicos por parte dos discentes que integram o universo acadêmico.

Por essa perspectiva, os estudantes que ingressaram no ensino mediante as políticas de ações afirmativas, e que vivem em situação de desigualdade social, possivelmente tiveram maior dificuldade de acesso às ferramentas tecnológicas, ao ensino durante a pandemia.

Diante dos dados apresentados, vemos que a UFRJ esteve comprometida em disponibilizar para a comunidade acadêmica, assim como para a sociedade de forma geral, informações sobre a COVID-19 com respaldo científico sobre a doença, tais como contágio, formas de prevenção e cuidados.

As medidas adotadas mostram que houve uma preocupação em identificar o nível de inclusão digital do corpo discente; a aplicação de questionário foi uma forma de a universidade ter uma percepção das condições dos estudantes para ingressar no ERE. Ainda que não fosse possível modificar o formato de ensino, era importante compreender as diferenças sociais e de acessos a recursos tecnológicos do corpo acadêmico.

De acordo com Novaes e Fonseca (2020), a universidade, além de desenvolver o conhecimento científico, também possui um papel emancipatório, pois possibilita a construção das relações sociais dentro do seu campo, “transformando-as e criando novas perspectivas de modo a mudar visões de seus estudantes, professores, servidores e, conseqüentemente, influenciando as práticas sociais”.

Assim, acredita-se que as ações tomadas pela UFRJ na tentativa de garantir que o ERE ocorresse de forma que contemplasse a todos, além da preocupação com a saúde mental da comunidade acadêmica, foi algo planejado e divulgado. No entanto, saber se todo o corpo acadêmico da instituição teve acesso aos recursos ofertados é outra questão a ser analisada.

4.2 Medidas adotadas pelas bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro durante a pandemia de COVID-19

Nesta etapa, serão elencadas e analisadas, através de documentos disponibilizados pelas bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro e *lives*, as ações tomadas para dar sequência aos serviços das bibliotecas mediante a necessidade de isolamento social e fechamento dos seus espaços físicos.

4.2.1 As bibliotecas da UNIRIO

Em um primeiro momento, a UNIRIO disponibilizou no *site* da sua Biblioteca Central, informações de como as bibliotecas da instituição atuaram durante o período da pandemia de COVID-19. Nesse contexto, percebe-se que elas estiveram alinhadas com as decisões tomadas pelo grupo consultivo composto por especialistas da universidade e pela biblioteca, com a finalidade de divulgar as “ações de proteção à saúde, ensino e investigação e relaciona algumas fontes de informação seguras sobre a pandemia”¹⁵. Dessa forma, as informações disponibilizadas “podem ajudar na diminuição de dúvidas e incertezas neste período”.

De acordo com o relato de experiência da chefia da Biblioteca Central da UNIRIO, concedido através da *live* realizada no dia 12 de março de 2021, em comemoração ao dia do bibliotecário – intitulada *Bibliotecas Universitárias na pandemia: como reinventar os serviços de informação em meio ao caos*¹⁶ –, diante da incerteza do retorno às atividades presenciais, quando o *home office* que teve início em março de 2020 foi estendido até 6 de junho de 2022, a situação emergencial e inesperada fez com que as bibliotecas fossem se adaptando de acordo com as novas demandas e necessidades.

Assim, as bibliotecas da UNIRIO criaram “[...] alguns serviços ao longo desse tempo meio que se adaptando à realidade, tentando transformar alguns produtos e serviços que a gente já tinha fisicamente”, para algo que fosse possível de ser realizado virtualmente (vale conferir o minuto 15’29 da *live*).

Um exemplo de atividade que foi planejada para ser presencial e que já vinha sendo executada era o “Pergunte ao bibliotecário”, em que um profissional da informação foi

¹⁵ Informações disponíveis no *link* da universidade: <https://www.unirio.br/bibliotecacentral-divulgacao/recursos-digitais-de-informacao-sobre-o-covid-19>. Acesso em: 03 nov. 2023.

¹⁶ *Live* realizada em 12 de março de 2021 através da plataforma Facebook, disponibilizada por meio do link: <https://m.facebook.com/Bibliotecacentraldogragoata/videos/bibliotecas-universit%C3%A1rias-na-pandemia-como-reinventar-servi%C3%A7os-de-informa%C3%A7%C3%A3o-em/1227090411146540/>. Acesso em: 03 nov. 2023.

disponibilizado somente para esse atendimento de referência, por meio do *Google Meet*, em duas salas distintas. Dessa forma, foi levada para o ambiente digital, através de chat ou reunião virtual, que começou sendo realizada semanalmente, ainda em 2020. Conforme a demanda foi crescendo, os atendimentos também ficaram mais frequentes, chegando a ter até três encontros por semana. Observa-se, então, que esse serviço foi potencializado, ampliando o atendimento aos usuários. Além desse canal de comunicação e esclarecimento com o corpo acadêmico, também foi disponibilizado o número de *Whatsapp* da Biblioteca Central para atendimento ao usuário e um e-mail.

Embora a Biblioteca Central já utilizasse as redes sociais como meio de comunicação com a comunidade acadêmica, ainda não era um serviço muito desenvolvido e não tinha construído uma “identidade” em suas redes sociais. Diante do isolamento social e da necessidade de trabalhar remotamente, foi adotada a estratégia de “produzir coisas que fossem interessantes para comunidade, dar dicas tanto na questão da normalização, como na questão do próprio acesso, mostrar o que a gente tinha” (chegar o minuto 18’30 da *live*).

Importante ressaltar que a Biblioteca da UNIRIO divulgou as bases de dados de livros, de periódicos e o portal da CAPES, dentre outras fontes de informação, visando contribuir para pesquisa, tanto dos cursos da UNIRIO em geral, como também aquelas que tivessem como temática a COVID-19. Nesse ambiente, foi disponibilizada ainda uma lista contendo as fontes confiáveis e oficiais sobre a pandemia.

Desta forma, foi adotada, como serviço a ser realizado por seus prestadores, a atualização semanal do *site*, dando sugestões de livros, periódicos e artigos que estavam disponíveis *on-line* não apenas na própria biblioteca, mas também em outras instituições. Além disso, foi construída uma seção denominada “Estante virtual”, disponível na *homepage* do *site* da Biblioteca da UNIRIO.

Dentro da necessidade de ampliar o serviço *on-line*, foi criada uma série de *lives* intitulada “O docente e a biblioteca”, para a qual alguns professores da instituição foram convidados a falar da importância da biblioteca e a relação que tinham com ela. Criou-se um diálogo da biblioteca com o docente, sobre sua importância física ou digitalmente.

Foi destacado que “não tem como a gente retornar pra nossa realidade física sem esquecer o virtual” (minuto 21’11 da *live*). Os serviços implantados durante o período de pandemia deveriam ser incorporados à rotina de trabalho da biblioteca para que se desse continuidade logo que se voltasse à normalidade, uma vez que funcionaram de forma positiva.

Outro ponto levantado foi sobre os treinamentos de usuários, que já tinham uma dinâmica própria, realizados de forma presencial, e havia um calendário semestral disponível

para a comunidade acadêmica. O treinamento foi migrado para o digital, mesmo com as limitações de internet, computadores e outras interferências que pudessem ocorrer devido ao isolamento social. Como foi observado, mesmo diante das diversidades que pudessem ocorrer, o saldo foi positivo e, diante da falta de previsão de retorno, fechava-se o calendário de treinamento a cada dois meses.

“Com todas as dificuldades, com todos os problemas, e que são muitos, a equipe não é tão pequena assim. Então, assim, todo mundo está convivendo com vários problemas, que não é só COVID, então, assim, o virtual, o *home office*, o *homeschooling* está tudo muito junto”. O principal foi que o atendimento ao usuário foi realizado de forma que não ficaram desamparados pela equipe da biblioteca e tiveram respostas diante das necessidades informacionais durante o período de isolamento (minuto 24’23 da *live*).

Houve uma preocupação a partir de uma enquete realizada nas redes sociais com a seguinte pergunta: “o que o bibliotecário é para você”, na qual a resposta “eu não conheço nenhum bibliotecário” chamou a atenção. Uma das possibilidades levantadas para a resposta foi que esse aluno poderia ser um estudante recém-ingressado na universidade. Com isso, houve a necessidade de adotar uma tática de atrair esses novos usuários potenciais, fazendo com que os novos estudantes que ingressassem nesse período de isolamento social, passassem a conhecer a biblioteca, os profissionais e os serviços disponíveis.

4.2.2 As bibliotecas da UFF

A UFF possui um total de trinta bibliotecas distribuídas em Niterói e no interior fluminense para atender o corpo acadêmico composto pelos cursos de graduação, pós-graduação e educação infantil. As bibliotecas são subordinadas à Coordenação de Bibliotecas (CBI), e a Biblioteca Central do Gragoatá (BCG), criada em 25 de abril de 1994, é a unidade responsável pela coordenação técnica e administrativa do Sistema de Bibliotecas e Arquivos que gerencia a Superintendência de Documentação (SDC). Portanto, de acordo com a Portaria nº 45.248, de 21 de julho de 2011, é de responsabilidade da SDC “promover a integração permanente entre as bibliotecas e as unidades acadêmicas e administrativas da Universidade”.

Dentre os serviços disponibilizados para a comunidade acadêmica, os principais produtos e serviços disponíveis oferecidos pelas bibliotecas da UFF são:

Quadro 15 – Serviços oferecidos pelas bibliotecas da UFF

Acesso ao acervo bibliográfico impresso	Levantamento bibliográfico
Atendimento à pessoa com deficiência	Nada consta
Cadastro de usuários	Normas técnicas
Canal Bibliotecas UFF (YouTube)	<i>Notebooks</i> para uso na biblioteca
Catálogo <i>on-line</i> Pergamum UFF	Orientação para acesso à informação
Consulta local ao acervo	Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos
Disseminação Seletiva da Informação (DSI)	Serviço de acesso às bibliotecas eletrônicas e recursos virtuais da UFF (SABER UFF)
<i>E-books</i>	Serviços aos usuários externos tutoriais e guias de acesso
Empréstimo domiciliar	Treinamento de usuários
Empréstimo entre bibliotecas	
Eventos	
Ferramentas de pesquisa	

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

No dia 15 de março de 2020, foi oficializado o adiamento por 30 dias do início do ano letivo na UFF e a determinação de isolamento social. Das 30 bibliotecas, 26 tiveram suas atividades presenciais suspensas totalmente; em um primeiro momento, por 30 dias e mais tarde, com o crescente número de infectados e de óbitos, passou a ser por tempo indeterminado. Assim, funcionários técnico-administrativos e professores passaram a exercer suas atividades por meio do teletrabalho, visando dar continuidade à rotina de serviços de apoio ao ensino, pesquisa e extensão.

A Instrução de Serviço nº 004/2020, que regulamenta as rotinas dos servidores e procedimentos internos na UFF para adequação às determinações referentes à emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), no que se refere ao atendimento ao público, determinou:

Art. 12. Nos locais onde o atendimento presencial ao público possa ser substituído por meios eletrônicos de atendimento, a chefia imediata deverá disponibilizar canal eficaz de comunicação com o público interno e externo, como medida de redução da circulação de pessoas nas dependências da UFF e restrição do contato entre servidores e público.

Art. 13. Está suspenso, pelo período de 30 (trinta) dias, o acesso do público externo às bibliotecas, auditórios, cinema e teatro. (UFF, 2020, p. 10).

Com a necessidade de reinventar e inovar seus serviços, produtos e processos informacionais em um curto espaço de tempo, o primeiro ato foi a suspensão das atividades de atendimento ao público das bibliotecas, a partir do dia 16 de março, priorizando a substituição da forma de atendimento da comunidade, através dos meios tecnológicos, evitando a circulação de pessoas e restringindo o contato entre os servidores da universidade, de forma a conter a proliferação do vírus.

Cultri *et al.* (2020) elaboraram uma listagem das atividades realizadas pelas bibliotecas da UFF que puderam ser mantidas, das novas e daquelas que foram aprimoradas durante a pandemia pela UFF, conforme o quadro 16 a seguir.

Quadro 16 - Atividades das bibliotecas da UFF no período de quarentena

Atividades mantidas
<ul style="list-style-type: none"> - Levantamento bibliográfico (levantamento de itens do acervo, artigos <i>on-line</i> e outros materiais que possam ser de interesse dos usuários); - Serviços de referência <i>on-line</i> (atendimento aos usuários pelas mídias sociais ou por e-mail, para divulgar informações relevantes); - Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos; - Orientação técnica no uso de ferramentas e recursos (Pergamum, FICA-ON, Portal CAPES, Portal de Periódicos UFF, <i>e-books</i>, bases de dados e outros); - Elaboração de ficha catalográfica quando houver problema no FICa-ON; - Manutenção das mídias sociais das bibliotecas (inclusão e elaboração de conteúdo); - Ajustes de registros de catalogação no Pergamum UFF (Sistema de biblioteca); - Submissão e validação de itens no RIUFF (Repositório Institucional).
Atividades novas ou aprimoradas
<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento e cursos <i>on-line</i> para usuário; - Atendimento pelo <i>Whatsapp</i> institucional; - Elaboração de novos projetos e novos serviços de referência <i>on-line</i>; - Sugestões de leitura, curtas, filmes e sobre a prevenção da COVID-19; - Dicas de quarentena (exemplo conservação e preservação de livros); - Divulgação dos serviços <i>on-line</i>, eventos/atividades das bibliotecas; - Reuniões de equipe <i>on-line</i>; - Palestras com pessoas das próprias bibliotecas <i>on-line</i> (outra forma de capacitação e de compartilhar o conhecimento); - Aumento do uso e aderência das mídias sociais pelas bibliotecas; - Produção de vídeo curto, <i>lives</i> de orientação de recursos ou serviços para promoção da unidade e outras atividades de interação para as mídias sociais; - Capacitação dos técnicos através de cursos e palestras <i>on-line</i> (preferência com certificados); - Elaboração de relatórios técnicos das atividades realizadas no período de trabalho remoto e outros documentos (mapeamento e levantamento de fluxos/processos de trabalho) que venham colaborar com a organização e o bom funcionamento da unidade.

Fonte: Cultri *et al.* (2020, p. 6).

Diante do exposto, percebe-se que houve uma tentativa de oferecer suporte necessário para a comunidade acadêmica e manter a produtividade dos estudantes durante o ERE, compreendendo as dificuldades enfrentadas e a necessidade de atender aos estudantes. A publicação de Martins (2020), no *blogspot* da Unidade do Gragoatá, mostra que a BCG, que sempre foi uma aliada no acesso à informação e ao conhecimento no presencial, no contexto pandêmico de isolamento social e na “impossibilidade de retornar ao campo físico, vinha disponibilizando uma parte de seu acervo de forma *on-line* para os estudantes. O material

conta com *e-books*, teses, dissertações e afins para os cursos”. A seleção foi realizada considerando, como ponto importante, “as bases curriculares e até mesmo a pedido dos próprios alunos” (Martins, 2020). A iniciativa de disponibilizar parte do seu acervo no ambiente digital, durante o período de ERE, teve por objetivo dar acesso aos estudantes a materiais que atendessem as necessidades informais dos seus cursos através da internet durante o período de isolamento social.

Em conformidade com a fala de Maria Helena Xavier, responsável pela biblioteca da UFF, na *live Bibliotecas Universitárias na pandemia: como reinventar os serviços de informação em meio ao caos*, foi ressaltada a falta do contato físico com os estudantes: “Estou órfã de aluno, porque eu lidava com os alunos o tempo todo no balcão de empréstimo, então essa convivência com os alunos foi cortada de forma repentina” (minuto 41’50 da *live*). A convivência *face to face* fazia com que a troca fosse ampliada e dúvidas eram sanadas de forma mais eficaz.

A rede de bibliotecas da UFF realizou uma série de postagens de texto e *lives* com temas diversos e cursos *on-line*, na tentativa de melhorar e aprimorar os seus usuários para que eles tivessem autonomia no uso dos serviços disponibilizados. A equipe foi dividida em grupos, para atender à comunidade acadêmica visando suprir uma parte da necessidade informacional. Foi potencializado o uso das mídias sociais como estratégia de divulgação de informações sobre a COVID-19, atualização do acervo digital, serviços e produtos oferecidos como ferramentas de comunicação.

Para atender às novas demandas de prestação de serviço, diante do crescente uso de ferramentas digitais em atividades da biblioteca e para apoio ao ERE, foi necessário pensar na capacitação dos profissionais que atuam nas bibliotecas para atender seus usuários de forma satisfatória.

Por ser um espaço muito grande e bastante utilizado pela comunidade acadêmica durante o período de aula convencional, a manutenção não era realizada por conta do barulho. Dessa forma, a coordenação da BCG aproveitou o momento de isolamento social e do trabalho remoto para solicitar a realização da manutenção predial do seu espaço físico, tais como a troca do telhado, limpeza de ar-condicionado e da caixa d’água, melhorias dos banheiros, dentre outros serviços que foram atendidos.

4.2.3 As bibliotecas da UFRJ

As Bibliotecas Universitárias da UFRJ visam atender a comunidade acadêmica na constante busca pelo conhecimento e informação de excelência. Assim, a Coordenação das Bibliotecas Universitárias é exercida pelo SiBI que, além de:

[...] órgão suplementar do Fórum de Ciência e Cultura (FCC), é gerenciador das 44 bibliotecas da UFRJ e tem por objetivo principal a interação de suas bibliotecas com a política educacional e administrativa da Universidade, servindo de apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, fomentamos a colaboração e a produção técnico-científica, cultural, literária e artística, através do desenvolvimento de serviços e produtos de informação. O SiBI está subdividido entre Coordenação, Secretaria, Centro Referencial, Desenvolvimento de Bibliotecas, Processamento Técnico e Memória Institucional (UFRJ. Fórum de Ciência e Cultura, sem data).

O SiBI foi fundado em 1983, no entanto, foi aprovado somente em outubro de 1989, na seção do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE). Desde sua fundação, desenvolve atividades e serviço das bibliotecas e centros de documentação com a finalidade de contribuir para a excelência das pesquisas em andamento, dando suporte à comunidade acadêmica e buscando constantemente capacitar seus profissionais.

Por ser um órgão gestor, o SiBI busca alinhar as ações para promover a integração das bibliotecas da UFRJ, bem como para sua integração às políticas acadêmicas e administrativas da instituição, alinhando os serviços das bibliotecas, cujo objetivo principal é atingir o padrão de qualidade que a UFRJ oferece à sociedade em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Durante a pandemia de COVID-19 e a necessidade de isolamento social, o SiBI e a UFRJ seguiram as orientações da OMS e do Ministério da Saúde, assim:

Iniciava ali uma nova e diferente forma de prestação de serviços e de produtos pelo sistema e pelas bibliotecas. Até maio de 2020, não se imaginava que seria uma longa tragédia pandêmica. Em maio de 2020, elaboramos guia com Orientações gerais para a reabertura das Bibliotecas da UFRJ. (UFRJ, SiBI em números: em tempos de pandemia, 2020, p. 29).

Com o agravamento e constante evolução do cenário pandêmico, o atendimento digital, que deveria ocorrer por um curto período, estabilizou-se. Assim, as bibliotecas da UFRJ começaram a ofertar novos serviços, na tentativa de atender e aproximar seus usuários (UFRJ, SiBI em números: em tempos de pandemia, 2020).

A Coordenação das Bibliotecas das Universitárias da UFRJ, em março de 2020, seguindo as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e da própria UFRJ em função do coronavírus, assumiu e orientou o fechamento das bibliotecas e esteve comprometida com a divulgação de informações confiáveis, tanto para comunidade acadêmica como para o público externo sobre o coronavírus/COVID-19. Com a finalidade de esclarecer e sanar dúvidas sobre as temáticas, o SiBI criou uma listagem com a relação dos *sites*, repositórios, bases de dados, periódicos, editoras e documentos, e disponibilizou as informações para todos.

No que se refere aos serviços presenciais do SiBI e das bibliotecas, estes foram suspensos. O SiBI permitiu que cada biblioteca, das 44 que fazem parte do sistema, organizasse seu planejamento para oferecer os serviços possíveis, dentro de suas realidades locais, que envolvem recursos humanos e de infraestrutura.

Diante das ações apresentadas, observa-se que as medidas foram de caráter gerencial e tiveram o objetivo de atender, de forma rápida e eficiente, às demandas de cunho educacional e informacional do corpo acadêmico.

O SiBI esteve presente e participou de reuniões e de grupos institucionais importantes para tomada de decisões da UFRJ antes e durante a pandemia de COVID-19, tais como:

- a) Elaboração do Plano Diretor;
- b) GT Pós-pandemia - contribuição para o documento relativo à reabertura presencial das bibliotecas: guia com orientações gerais para a reabertura das bibliotecas da UFRJ;
- c) Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE);
- d) Conselho Diretor do FCC;
- e) Fórum de Acessibilidade; e
- f) Comitê Gestor do Fórum Ambiental da UFRJ.

Compreendendo a biblioteca universitária como parte integrante da instituição de ensino superior, que contribui com a gestão da informação e com os pilares da universidade que são pesquisa, ensino e extensão, observamos que ela é responsável pela difusão do conhecimento e pela “publicitação” da produção acadêmica da universidade.

Diante disso, a participação do SiBI na elaboração do plano diretor e nos grupos institucionais acima relatados reafirma a convicção de que as bibliotecas são serviços essenciais e de relevância para o fornecimento de materiais informacionais, que contribuem para construção do conhecimento científico. Especialmente no contexto político vivenciado durante a pandemia, no qual as universidades e a Ciência foram colocadas em xeque por determinados grupos políticos que minimizaram a gravidade da pandemia, divulgando *fake news* e colaborando para a propagação da desinformação.

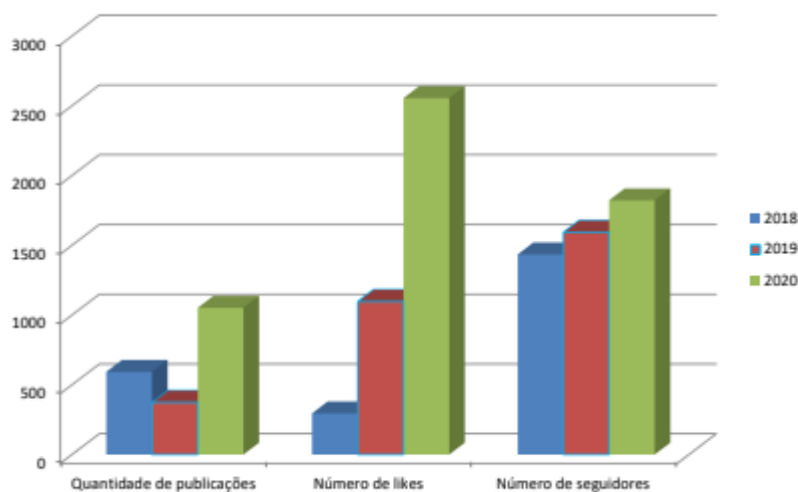
Com a evolução da pandemia e a necessidade de permanência em isolamento social, a situação de atendimento digital foi sendo normalizada. Desse modo, as bibliotecas ampliaram a oferta dos serviços que haviam sido estabelecidos dentro do formato remoto, buscando aperfeiçoar o corpo técnico em novas competências, com a finalidade de atender e aproximar seus usuários. Diante dessa realidade, respeitando as características de cada biblioteca da universidade, o modelo de trabalho adotado foi o de divulgação de notícias científicas através das mídias sociais. Também foi dada oportunidade e feita a divulgação de cursos de capacitação para os servidores, além de troca de experiências vivenciadas durante a pandemia, para melhoria do serviço ofertado.

Com a crise sanitária provocada pela COVID-19, as mídias sociais tornaram-se essenciais para manter a comunicação com os usuários, bem como com o corpo acadêmico. Portanto, foram verdadeiras aliadas na divulgação dos serviços ofertados pelas bibliotecas, aquisições realizadas e meios possíveis de acesso à informação. Outro serviço desenvolvido que cresceu durante o isolamento foi a elaboração de tutoriais para uso das bases de dados. De acordo com o SiBI:

No ano de 2020, a página do SiBI teve um grande aumento de acessos, pois passou a disponibilizar e divulgar os novos *e-books* adquiridos, os novos tutoriais (importantes para orientar os usuários no uso das ferramentas e serviços de informação), os *e-books* gratuitos de instituições de pesquisas, tutoriais e vídeos de treinamentos no uso de bases de dados. Foram feitas 146 publicações. Esse número reverberou em 122.131 mil acessos até o dia 30/12/2020. (UFRJ SiBI em números: em tempos de pandemia, 2020, p. 6).

Para Telles, as mídias sociais são uma categoria das novas mídias de comunicação e informação e as redes sociais são classificadas como *sites* que permitem a construção de novas formas de relacionar-se entre os sujeitos, em que espaços das mídias sociais possibilitam a criação de formas colaborativas de conteúdo, o compartilhamento de informações em diversos formatos e a interação social por meio da tecnologia (Telles, 2010, p. 8).

O *Twitter* foi uma das ferramentas utilizadas na divulgação do SiBI nas redes sociais, utilizando a forma de sincronização com a página eletrônica do SiBI, de forma que, tudo o que fosse postado no *Twitter* poderia ser visualizado no *site*. Assim, no ano de 2020, foi possível observar o crescimento de acesso através da ferramenta conforme gráfico 9.

Gráfico 9 - Evolução do SiBI no *Twitter*

Fonte: UFRJ, 2020.

Dentro dos serviços ofertados pelas bibliotecas da UFRJ, o documento *SiBI em números: em tempo de pandemia* (2020) elenca os serviços virtuais realizados pelas bibliotecas da UFRJ para todo o corpo acadêmico, alguns também podendo ser acessados pelo público externo durante a pandemia da COVID-19. Dentro do relatório com as atividades desenvolvidas, destacam-se as seguintes ações¹⁷:

- a) Curadoria de fontes de informação sobre coronavírus;
- b) Divulgação dos serviços oferecidos pelas bibliotecas durante a quarentena;
- c) Levantamento de editores internacionais que liberaram acesso gratuito aos conteúdos sobre coronavírus/COVID-19;
- d) Mapeamento semanal de eventos *on-line* de Biblioteconomia e Ciência da Informação;
- e) Criação, no site do SiBI, do menu "Materiais de treinamento";
- f) Disponibilização de *e-books* gratuitos na página do SiBI;
- g) Criação, no site do SiBI, do menu "Tutoriais", a fim de facilitar o acesso remoto (de fora da UFRJ) aos recursos informacionais disponíveis para a comunidade UFRJ;
- h) Disponibilização de acesso aos *e-books* assinados pela UFRJ diretamente na base Minerva (IEEE, Springer, Taylor e Francis, Wiley e Cambridge, Ebrary);
- i) Análise de bases de dados para o Portal Capes.

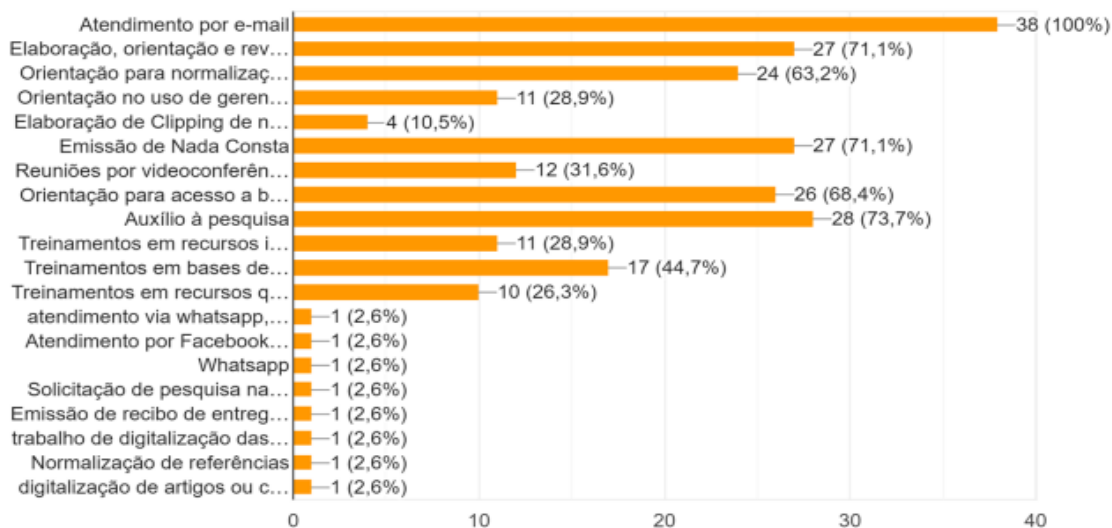
¹⁷ O Relatório completo contendo todas as ações, atividades e serviços realizados pelas bibliotecas e gerenciado pelo SiBI está disponível em: <https://drive.google.com/file/d/13o7h0bJziqcY8yHwjEkdRqZNKEUlw6/view>. Acesso em: 20 jan. 2021.

A respeito das dificuldades encontradas na implantação de novos serviços nas bibliotecas da universidade, durante a pandemia, a partir da mediação tecnológica, foi identificado que a realidade dos serviços *on-line* já existia nas bibliotecas da UFRJ. No entanto, não era a única opção disponível, como ocorreu durante a pandemia. As bibliotecas da UFRJ mantiveram os serviços internos, com suas demandas diárias e reprimidas, adaptando-se ao novo formato de trabalho emergencial (*home office*), tais como:

- a) Atendimento por *e-mail*;
- b) Emissão de nada consta;
- c) Pesquisas bibliográficas;
- d) Acertos no Aleph;
- e) Catalogação de teses, dissertações e *e-books*;
- f) Validação de TCC no Repositório Pantheon;
- g) Verificação e identificação de títulos da Base Minerva, com erros de digitação, caixa alta e outras inconsistências;
- h) Orientações de trabalhos acadêmicos etc.

Os serviços mais ofertados pelas bibliotecas da UFRJ para a comunidade acadêmica durante o período de isolamento social foram atendimento por *e-mail* (100%); auxílio à pesquisa (73,7); elaboração, orientação e revisão, empatados com emissão de nada consta (71,1%), conforme podemos ver no gráfico 10.

Gráfico 10 - Serviços ofertados pelas bibliotecas da UFRJ durante o trabalho remoto



Fonte: UFRJ, 2020.

Dos serviços oferecidos pelo SiBI que obtiveram maior alcance entre os discentes e/os docentes, é possível observar no documento *SiBI em números: em tempos de pandemia* (2020) que, para os docentes, foi a curadoria sobre fontes de pesquisa e informações de treinamentos; e, para os discentes, as informações sobre serviços da biblioteca, plantões de atendimento presencial (algumas bibliotecas realizaram de acordo com a demanda), orientações sobre as devoluções e renovação de itens, além da ampliação do acervo de livros eletrônicos *e-books*. Diante desse novo cenário, foi necessário investir mais no acervo (de todas as bibliotecas da UFRJ) que pudesse ser acessado remotamente.

Em função da pandemia e aulas online, o SiBI realizou aquisição de mais livros eletrônicos como apoio bibliográfico para o ensino e pesquisa. Foi uma aquisição criteriosa baseada nas bibliografias básicas dos cursos e solicitações de docentes e bibliotecários. Aquisição o mais relevante possível dentro da verba destinada, R\$ 454.000,00. (UFRJ, SiBI em números: em tempos de pandemia, 2020, p. 29).

Diante do exposto, observa-se que o processo de desenvolvimento das coleções das Bibliotecas Universitárias, durante a pandemia, teve o direcionamento do investimento para a compra de livros eletrônicos (*e-books*). As dificuldades encontradas para atender à graduação foram a preferência por livros em português e livros eletrônicos em português; no modelo de aquisição de acesso perpétuo, são poucos editores que os fornecem. A maioria está na plataforma de assinatura, que tem validade de um ano e, depois desse período, perde-se o acesso. Este é um sistema que, para a UFRJ, não é viável.

De acordo com o quadro 17, observa-se que, em 2020, houve um crescimento do acesso aos materiais bibliográficos em meio eletrônico. Os *e-books* adquiridos pela UFRJ através da Springer tiveram mais de 50 mil acessos no ano de 2020, quando comparados ao ano de 2019.

Quadro 17 - Uso do material bibliográfico eletrônico disponível para UFRJ

Editora	2019		2020	
	Download	Acesso	Download	Acesso
Springer				
Contemporary: <i>e-books</i> adquiridos pela UFRJ	256.105		309.854	
Springer Book archive: <i>e-books</i> via CAPES (Publicações de 1840 até 2004)		119.455	215.145	

Total Springer	256.105		524.99	
Wiley	624		438	
IEEE			369	
Proquest (Ebrary)	0		38	
Cambridge	15		16	

Fonte: UFRJ, 2020.

Entende-se que, para as bibliotecas da UFRJ, o modelo de aquisição que permite o acesso perpétuo é o melhor a ser adotado, uma vez que o material se torna um bem patrimonial da universidade, que amplia o número de acesso ao material adquirido, possibilitando o uso simultâneo e ilimitado pelos usuários. Cabe esclarecer que o modelo de aquisição com acesso perpétuo é compreendido como o ideal para livros que sejam publicados com pouca frequência, ou seja, sofrem pouca ou nenhuma alteração, tendo maior durabilidade para o acervo. O acesso perpétuo permite o uso ilimitado do material bibliográfico por ano, além de usuários simultâneos ilimitados (Costa; Cunha, 2015).

A aquisição por meio de doações foi interrompida durante a pandemia, posto que não se acreditava que o período de isolamento social fosse ser tão extenso. Além disso, seria necessário um profissional bibliotecário para realizar o processo de aceitação, ou não, das doações de materiais bibliográficos e não se tinha informações e conhecimento sobre a transmissão do vírus. Vale destacar que o processo de doação é compreendido como uma forma de atualização, melhoria e ampliação do acervo das Bibliotecas Universitárias.

O uso intensivo das tecnologias digitais durante o período de isolamento social pode ser considerado um ponto vital para que os serviços de pesquisa e ensino não parassem. Nesse sentido, observa-se que as Bibliotecas Universitárias têm acompanhado e implementado as mudanças tecnológicas em seus ambientes há décadas. A implantação de *software* para gerenciamento das bibliotecas é um exemplo disso. Logo, a adaptação das Bibliotecas Universitárias no formato a distância e utilizando dos recursos tecnológicos não é entendido como o maior desafio, posto que o material bibliográfico que se tinha para oferecer aos usuários já estava disponível na intranet da UFRJ, por meio do portal de periódicos da Capes e da base de dados Minerva.

No entanto, a pandemia mostrou um novo cenário para o trabalho profissional que não tinha entrado em evidência até então, o teletrabalho ou trabalho remoto. Este novo modelo utiliza as ferramentas tecnológicas tanto para atendimento aos usuários das Bibliotecas Universitárias como para serviços que podem ser perfeitamente realizados sem a presença física no ambiente da universidade, o que se configura como uma realidade a ser enfrentada

pós-pandemia. A mediação tecnológica gerou para todos uma economia de tempo com deslocamento, possibilitando que os sujeitos pudessem participar de maior número de reuniões, eventos e encontros *on-line*.

Podemos observar, no quadro 18, que, desde 2017, o número de consultas presenciais estava aumentando nas bibliotecas. Esse fenômeno “pode ser compreendido como um reflexo da necessidade de convivência, tranquilidade, segurança e acolhimento que as bibliotecas oferecem. Também o aumento de usuários ingressos por sistema de cotas, que demanda uma maior permanência nos campi” (UFRJ, SiBI em números: em tempos de pandemia, 2019, p. 9).

Quadro 18 - Consultas e empréstimos da biblioteca da UFRJ

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Consulta Presencial	126.805	115.425	75.930	54.148	88.782	91.224
Consulta On-line	2.963.172	3.326.568	3.741.593	3.749.194	3.562.236	3.312.875
Empréstimo	123.743	118.337	174.407	141.971	159.328	154.191

Fonte: UFRJ, 2019.

Os dados mostram que, antes da pandemia, a consulta presencial sinalizava um possível uso dos espaços físicos das Bibliotecas Universitárias pelo corpo acadêmico. Nessa lógica, com o fechamento das bibliotecas devido ao isolamento social, estudantes que ingressaram na universidade pelas políticas públicas de ações afirmativas, possivelmente sofreram um impacto maior causado pela pandemia de COVID-19 no processo de ensino e aprendizagem.

Analisando pelo ponto de vista dos estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas, os espaços físicos e os serviços ofertados pelas Bibliotecas Universitárias, contribuem para a permanência e conclusão do ensino superior. Assim, acredita-se que o seu fechamento impactou negativamente, uma vez que os espaços físicos que Bibliotecas Universitárias oferecem são complementares para o tripé que sustenta as universidades.

Ainda que as bibliotecas não tenham o ambiente ideal, elas promovem a integração entre o usuário e a informação, são espaços de convivência, de aprendizagem e de acolhimento para toda comunidade acadêmica, além de serem responsáveis por salvaguardar e contribuir com os seus usuários e pesquisadores, fornecendo instrumentos e meios para produção do conhecimento para a comunidade universitária e para a Ciência nacional.

A biblioteca deve contribuir para manter o padrão da UFRJ, a terceira melhor do Brasil e a quarta melhor universidade da América Latina de acordo indicadores do *ranking* de classificação do estudo norte-americano *Global2000 List by the center for world university rankings 2021*¹⁸. Nesse sentido, através dos serviços prestados, as BUs da UFRJ contribuem para que a universidade alcance e melhore seus resultados.

Diante do cenário de importantes mudanças no perfil social dos discentes da UFRJ, promovido pelas políticas de ações afirmativas, é importante investigar a situação desses estudantes, como foi o processo de ensino e aprendizagem diante da situação da pandemia de COVID-19, suas dificuldades e aflições, bem como compreender a dinâmica do curso e dos professores em acolher e dar segurança e suporte para eles no novo cenário e com o suporte do ERE.

Refletindo a partir dos dados apresentados e das ações realizadas pela UFRJ, durante o período da pandemia, é possível inferir que a coordenação do SiBI se esforçou para que as bibliotecas do sistema mantivessem as atividades técnicas das bibliotecas centrais e setoriais e o atendimento aos usuários. Mobilizou-se para disponibilizar à comunidade acadêmica e à sociedade informações baseadas no conhecimento científico sobre a COVID-19, a partir de fontes confiáveis, na tentativa de esclarecer e diminuir os riscos de contágio com o vírus.

No que se refere ao novo formato de teletrabalho e de atualização do acervo para esse sentido, Cunha (2000, p. 80), destaca as Bibliotecas Universitárias: "À medida que a informação digital se expande, as Bibliotecas Universitárias enfrentam os desafios de prover fácil acesso desses documentos a seus usuários". Como mencionamos, as mudanças tecnológicas já vinham sendo incorporadas às bibliotecas e, ainda assim, para a maioria das bibliotecas da UFRJ, o modelo emergencial de funcionamento, quase 100% digital, foi um grande desafio.

4.2.4 Análise das ações das bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro

Primeiramente, destaca-se que as BUs se depararam de forma repentina com o isolamento social provocado pela pandemia de COVID-19, inviabilizando qualquer forma de planejamento. Nesse sentido, Sala *et.al.* (2020) destacam que tal cenário fez com que:

¹⁸ De acordo com o *Global 2000 List by the center for world university rankings*, a pontuação geral da Universidade Federal do Rio de Janeiro é de 56,3, sendo a terceira melhor universidade do país e a quarta melhor da América Latina, atrás apenas da Universidade de São Paulo (69.6), da Universidade Estadual de Campinas (60.4) e da Pontifícia Universidade Católica do Chile (59.1). Ocupa o 360º lugar no quadro geral.

[...] bibliotecários de todo o mundo repensem seu *modus operandi*, resgatando o papel social das bibliotecas, levando todas as reflexões de como a biblioteca pode ofertar serviços informacionais que possam contribuir para que a sociedade enfrente a crise da melhor maneira possível durante o período pandêmico. (Sala *et al.*, 2020, p. 30).

Percebe-se que muitas ações desenvolvidas pelas bibliotecas foram semelhantes, especialmente o uso das mídias sociais para se comunicar com a comunidade acadêmica e divulgar informações científicas sobre a COVID-19. No entanto, diante da realidade dos recursos, que vão desde pessoal e tecnológico até financeiro, foram desenvolvidas ações de acordo com a particularidade das bibliotecas da UNIRIO, UFF e UFRJ, uma vez que tiveram autonomia para executar as recomendações oriundas do MEC e das próprias instituições de ensino a que são vinculadas. Diante dos dados expostos, é possível concluir que o propósito das Bibliotecas Universitárias é viabilizar o acesso à educação superior da comunidade acadêmica, auxiliando e capacitando seus usuários para o desenvolvimento de pesquisas científicas. Seu dever é ser um espaço social, para acolher, atender e mediar a informação e o conhecimento para sua comunidade e a sociedade.

Sendo assim, vale refletir sobre as ações tomadas pelas bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro pela perspectiva dos estudos de Cunha (2010), em que o autor aponta que as Bibliotecas Universitárias, ainda na segunda metade do século XXI, já vinham acompanhando os sinais de que a revolução digital não iria abrandar. Em linha com o autor, Alcântara e Bernardino (2016, p. 4) ressaltam que, na atualidade, as Bibliotecas Universitárias têm como objetivo principal unir a sua função tradicional de “pesquisa, de adquirir e preservar material bibliográfico impresso, ao papel inovador de incorporar as novas tecnologias da informação e comunicação”.

Considerando a configuração social imposta pela pandemia de COVID-19, quando toda a sociedade teve que se reinventar através do digital e do eletrônico, o uso dos recursos tecnológicos foram potencializados como instrumentos que permitiram a manutenção e construção de relações sociais, o acesso ao trabalho, ao lazer, à comunicação, à informação e ao conhecimento.

De acordo com a *American Library Association - ALA*,

[...] em tempos de crise, bibliotecas de todos os tipos desempenham um papel inestimável no apoio às suas comunidades, tanto presencialmente como virtualmente. [...]. Conectando os usuários da biblioteca aos recursos e serviços locais de saúde pública. As bibliotecas podem ser parceiras essenciais na

capacitação dos membros da nossa comunidade para combater a propagação do coronavírus. (ALA, 2020, tradução nossa).

A publicação da ALA ressalta a importância das bibliotecas de modo geral, sejam elas nos seus espaços físicos ou nos ambientes virtuais. No que tange às Bibliotecas Universitárias, elas têm o compromisso de auxiliar o desenvolvimento científico do país. No entanto, no contexto pandêmico, ficou evidente seu papel como pilar das universidades, contribuindo para o ensino, a pesquisa e a extensão da comunidade acadêmica, bem como para a divulgação de fontes confiáveis para a população como um todo.

De fato, as três coordenações das Bibliotecas Universitárias analisadas ressaltaram que tiveram que avaliar e reavaliar suas atividades, sua relevância como instituições detentoras do saber e seu papel, enquanto mediadoras da informação e do conhecimento durante o período pandêmico. As mudanças realizadas por elas podem ser caracterizadas como uma das grandes reinvenções pelas quais passaram ao longo dos séculos, tanto na forma de prestação de serviços de processamento técnico quanto no atendimento aos usuários, no apoio à pesquisa, ensino e extensão das universidades. Nunes e Carvalho destacam que, historicamente, as Bibliotecas Universitárias estão ligadas:

[...] ao desenvolvimento humano e social, e neste sentido também exercem uma importante tarefa para a mediação da informação, acompanhando não apenas a evolução da produção escrita e da circulação do conhecimento, mas também a evolução tecnológica que favorece o processo comunicacional. (Nunes; Carvalho, 2016, p. 175).

Tanto pela perspectiva histórica quanto pela função social, é possível observar que as Bibliotecas Universitárias analisadas estiveram comprometidas em contribuir para o desenvolvimento da pesquisa científica, em atender os seus usuários e em dar resposta à crise sanitária, juntamente com as instituições de ensino superior às quais pertencem, participando ativamente das etapas, desde a elaboração do plano de contingência até a disseminação de informações confiáveis, além de terem se adaptado para atender às novas necessidades informacionais e educacionais de alunos, professores e pesquisadores.

Por essa concepção, nota-se que as bibliotecas das universidades federais do estado do Rio de Janeiro, dentro das suas especificidades e mesmo tendo diversas dificuldades como falta de recurso financeiro e tecnológico para melhorar os serviços prestados, buscam diariamente provar seu valor e importância como espaços que colaboram para pesquisa, ensino e extensão. Durante a pandemia, atuaram fortemente como mediadoras da informação e do saber científico, construído e com respaldo a partir de fontes confiáveis, diante das

necessidades informacionais da comunidade acadêmica, e como instituições que contribuíram para o combate às *fake news* e desinformação no que se refere a oferecer informação de fontes confiáveis.

As coordenadoras das três Bibliotecas Universitárias analisadas relataram um sentimento de falta da troca, do acolhimento e do contato físico com os usuários. A partir dos relatos, percebe-se que os ambientes virtuais têm um papel importante, no entanto, as redes sociais e as mídias sociais são ferramentas que possibilitam contato, mas não permitem construir relações profundas. Vemos que é no contato físico que há inserção e interação social. Para tal, as bibliotecas disponibilizam recursos informacionais e capacitam seus usuários para a utilização dessas tecnologias.

Destaca-se que, mesmo com o objetivo em comum de atender à comunidade acadêmica nas suas necessidades informacionais, cada biblioteca analisada teve suas particularidades em termos de ações. A UNIRIO observou que não explorava tanto as suas redes sociais e ampliou o uso desses canais de comunicação como ferramentas para se aproximar dos seus usuários e da comunidade acadêmica. A UFF aproveitou o momento de isolamento e de *home office* para realizar manutenção e melhorias no espaço. A UFRJ investiu fortemente na compra de *e-books*.

Das três universidades, a UFRJ possui um registro documental amplo sobre as ações realizadas, mesmo antes da pandemia. A coordenação do SiBI já realizava semestralmente a coleta de dados estatísticos sobre as 45 bibliotecas que sustentam a Base de Dados Gerenciais (BAGER), contendo informações e dados estatísticos sobre acervos, fluxo de usuários, usuários inscritos, consultas, empréstimos e serviços, o que contribuiu para uma análise mais detalhada das ações tomadas.

No contexto pandêmico, as demandas pelo uso dos recursos tecnológicos foram intensificadas de forma que pode ser considerado um marco relevante, tanto da atuação da biblioteca como para se repensar o perfil do profissional da informação. Exemplo disso foi a adaptação, com urgência, do presencial para o *home office*, considerando que muitas das atividades desenvolvidas nesse período, mesmo com a volta ao presencial, seriam inseridas na rotina de serviços ofertados. No entanto, é preciso atentar para os pontos que o uso em demasia dos recursos tecnológicos, nos serviços das bibliotecas, pode trazer. Nesse sentido Miguel e Amaral ressaltam que:

As estratégias comunicacionais viabilizadas pelos objetivos tecnocientíficos permitem sair do senso comum conservador e chegar ao conhecimento emancipatório. Aquele que não recusa a tecnologia, e que inclusive a utiliza para chegar ao autoconhecimento, a traduz em sabedoria de vida. Isto aponta para a necessidade de prudência com vistas a perceber e controlar a insegurança,

especialmente dos grupos oprimidos, excluídos e vulneráveis da sociedade, que mais se beneficiariam com práticas emancipatórias. (Miguel; Amaral, 2004).

As tecnologias que ampliam o acesso à educação, à informação e ao conhecimento podem ser instrumentos que ampliam a desigualdade de grupos que já vivem em situação de vulnerabilidade social, caso não sejam criados mecanismos que acolham os estudantes que já usam os serviços das Bibliotecas Universitárias e os novos alunos que ingressaram no período de isolamento social.

As Bibliotecas Universitárias são parte integrante do compromisso com a educação e do acesso igualitário à informação e ao conhecimento nos ambientes acadêmicos, onde os estudantes, principalmente os que ingressaram no ensino superior através das políticas de ações afirmativas, possam encontrar, dentro das universidades públicas, além de uma infraestrutura física, apoio dos técnicos administrativos e professores, em um contexto que contribui para que, além do acesso, esses sujeitos consigam permanecer e concluir o ensino superior.

Logo, o isolamento social e a ausência das Bibliotecas Universitárias podem ter impactado no processo de ensino e aprendizagem dos alunos em geral, mais ainda para aqueles que vivem em desvantagem social, implicando o trancamento ou a desistência por parte desse grupo de estudantes.

Compreender a Biblioteca Universitária como instrumento de difusão do conhecimento, bem como de rompimento do paradigma do poder através do ensino e da educação, também é uma etapa determinante nesse cenário, uma vez que as BUs desempenham papel importante em prol do desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural.

As infraestruturas sociais oferecidas pelas BUs contribuem para romper com o modelo elitista das universidades federais, oferecendo e dando condições de acesso à informação e ao conhecimento para a comunidade acadêmica, mas servindo de forma essencial para os estudantes das políticas de ações afirmativas no processo de ensino e aprendizado. Nesse sentido, mais do que nunca, as Bibliotecas Universitárias devem estar preparadas para receber e acolher a comunidade acadêmica no processo de retorno ao presencial.

Com a implantação do ERE, essa mediação tecnológica modificou o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, principalmente daqueles que são oriundos das políticas de ações afirmativas, em que a Biblioteca Universitária pode ser compreendida como espaço relevante no processo de permanência e conclusão do ensino superior. Como bem diz Santos (2020, p. 5), “a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas”. Assim, acredita-se que ninguém

passaria por essa pandemia sem sofrer nenhum dano, seja no campo institucional, educacional ou pessoal. Nesse sentido, as BUs e universidades deverão ter um novo olhar para os seus usuários, assim como os seus usuários direcionarão novas demandas às BUs.

Pelo exposto, as BUs oferecem infraestrutura física, tecnológica e social. Dessa forma, os conjuntos de serviços ofertados contribuem para que o processo de ensino e aprendizagem seja democrático, compreendendo que os sujeitos que ingressam na universidade mediante políticas de ações afirmativas apropriam-se, para sua permanência e conclusão do ensino superior, mais desse espaço do que o restante da comunidade acadêmica.

As Bibliotecas Universitárias são também serviços essenciais, que contribuem para que o corpo acadêmico faça o uso e a apropriação da informação e do conhecimento, auxiliando no desenvolvimento científico, tecnológico social e cultural. Em decorrência da pandemia de COVID-19, novos desafios emergiram para dar continuidade aos serviços ofertados e para atender as necessidades informacionais dos seus usuários.

Nesse sentido, são espaços de inclusão ou espaços mediadores, disponibilizando acesso igualitário à informação e ao conhecimento para a comunidade acadêmica, bem como oferecendo infraestrutura e serviços que auxiliam na produção do conhecimento e na condução de pesquisas. Assim, os alunos das classes populares, inseridos no espaço universitário, podem identificar as Bibliotecas Universitárias como ambientes inclusivos, que buscam minimizar as desigualdades de acesso ao conhecimento e à informação.

Partindo do pressuposto geral de que os estudantes das universidades federais, oriundos das políticas de ações afirmativas e que vivem em desvantagem social encontraram maior dificuldade para estudar durante a pandemia, depreende-se que a infraestrutura física, tecnológica e social que as universidades e suas bibliotecas deixaram de oferecer para esses sujeitos fez falta, principalmente no que se refere à necessidade de espaços para estudos, como também no acesso aos recursos tecnológicos, uma vez que as aulas foram mantidas por meio do ERE.

4.3 Reflexos da pandemia no ensino superior: o olhar dos estudantes provenientes das políticas afirmativas dos cursos de Biblioteconomia

A subscrição de evidências empíricas desta tese dá destaque a informações obtidas através da aplicação do questionário aos estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: UNIRIO, UFF e UFRJ. O instrumento adotado para coleta de dados foi estruturado em quatro partes: identificação; acesso ao ensino superior; ensino durante a pandemia; e biblioteca universitária. A proposta de aplicação do questionário

teve como objetivo colher dados que contribuíssem para compreender quais foram as percepções de estudantes de Biblioteconomia, provenientes de ações afirmativas, sobre o ERE e como perceberam as ações das Bibliotecas Universitárias durante o período de isolamento social da pandemia de COVID-19.

Participaram da pesquisa 70 estudantes de Biblioteconomia, que estiveram matriculados durante o período de 2020 a 2022. Desse total, 30 são provenientes de ações afirmativas, foco da tese. Nesse sentido, a partir das informações coletadas, foi possível refletir sobre o impacto da pandemia para este grupo de estudantes de forma que representasse um olhar mais expressivo e crítico.

Destaca-se que, diante da data de aplicação do questionário, deve-se levar em consideração fatores que possivelmente afetaram no quantitativo de respondentes, como desistência de cursar o ensino superior e formação dos estudantes que estiveram na universidade durante o período da pandemia. Dessa forma, os dados foram analisados pelas perspectivas da amostra coletada que, acredita-se, contribuirá para representar a realidade vivenciada pela maioria dos estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas.

4.3.1 Parte I – Identificação

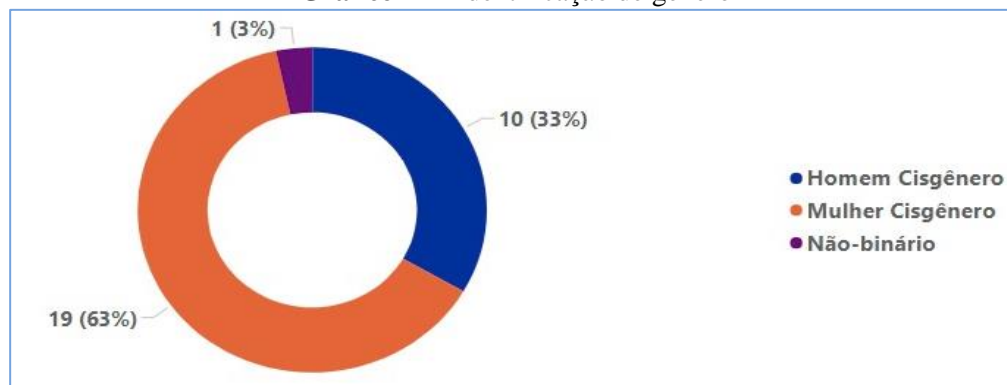
A primeira parte do questionário apresenta dados sobre o perfil dos estudantes, como: idade, gênero, estado civil etc. Destaca-se que foram selecionados para análise dos resultados apenas os estudantes que ingressaram nas universidades por meio das políticas de ações afirmativas e de acordo com os critérios estabelecidos na Lei nº 12.711/12, 50% do total de vagas ofertadas devem ser destinados a estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Deste subgrupo, metade das vagas deve ser destinada a estudantes provenientes de famílias com renda igual ou inferior a 1 (um) salário-mínimo *per capita*. Sobre o número total de vagas destinadas aos estudantes oriundos de escolas públicas, estas devem ser distribuídas aos candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas, e para pessoas com deficiência na mesma proporção ao da população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo IBGE. Por este motivo, as perguntas referentes à renda familiar e autodeclaração de cor não foram inseridas no questionário.

Nesse sentido, os dados coletados mostram que os estudantes universitários que ingressaram por meio das políticas de ações afirmativas têm atualmente entre 21 e 67 anos, e a maioria dos respondentes, 46,67%, encontra-se entre 23 a 31 anos. Considerando que estes estudantes ingressaram na universidade entre 2020 e 2022, e que a partir dos 18 anos o sujeito já está apto a ingressar também no mercado de trabalho formal, a idade desses estudantes

durante a pandemia é considerada produtiva e muitos já estão ou deveriam estar no mercado de trabalho.

De acordo com Ristoff (2013), a maior parte dos estudantes matriculados não consegue dedicar-se exclusivamente aos estudos, posto que 56% dos estudantes brasileiros precisam trabalhar e estudar. Vanz *et al.* (2016, p. 552) destacam que os estudantes inscritos no curso de Biblioteconomia possuem renda familiar no intervalo de 3 a 5 salários-mínimos. No entanto, a renda familiar mediana de 50% dos estudantes é inferior a 3,5 salários-mínimos, “o que representa uma grande concentração de alunos em famílias de baixa renda”. Diante desses dados, é possível inferir que uma parte considerável dos estudantes analisados nas pesquisas possui responsabilidades na participação da renda familiar.

Quanto ao estado civil dos respondentes da pesquisa, 67% declararam ser solteiros e 27%, casados; dentre os casados, 62,5% são mulheres. A partir destes dados, é possível refletir sobre as questões relacionadas à sobrecarga que as mulheres tiveram durante o isolamento social devido à pandemia. Conforme o gráfico 11 destaca, no universo dos estudantes, há a prevalência feminina, composta por 65,5% de mulheres cis.

Gráfico 11 - Identificação de gênero

Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Nessa perspectiva, Almeida *et al.* (2020) afirmam que, com o isolamento social e fechamento de escolas, as mulheres tiveram que “assumir o cuidado de crianças e idosos, desemprego, tentativas de conciliar trabalho e ensino remoto em casa, entre outros fatores, acrescentam às dificuldades vivenciadas, em alguns casos se traduzindo em maior risco de violência”. De acordo com o relatório *Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia* (2020), elaborado pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), durante a pandemia de COVID-19, mais da metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém. Ainda de acordo com a SOF, a economia brasileira, em termos da importância da mulher:

[...] só funciona porque o trabalho das mulheres, quase sempre invisibilizado e precarizado, não pode parar. Por isso, entender a situação do cuidado durante a pandemia é fundamental para concretizar ações que sejam capazes de transformar essas dinâmicas de desigualdade que imbricam gênero, raça e classe. (Sempreviva Organização Feministas, 2020).

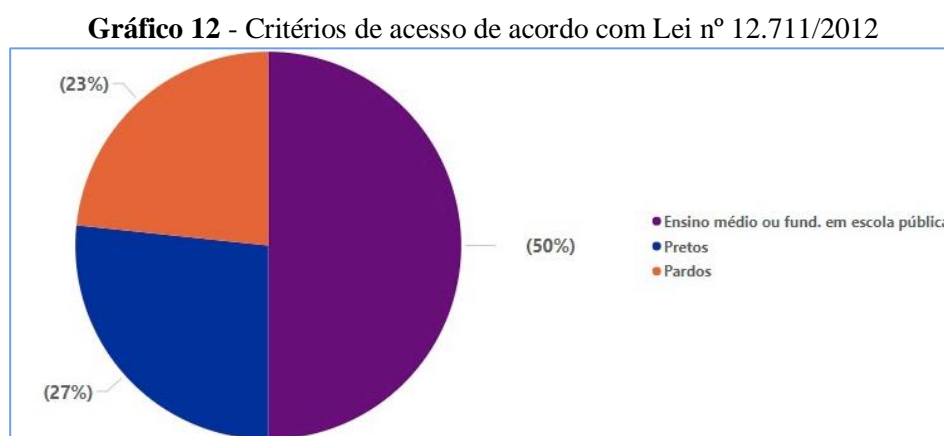
Diante do exposto e do caso analisado, que tem por finalidade verificar os reflexos da pandemia na vida acadêmica, as mulheres que tiveram que se dedicar aos estudos, além do medo de contágio com a doença e do risco à vida, tiveram um aumento da sobrecarga de trabalho, mental e de serviços domésticos, além de ter que acumular ainda mais afazeres, elementos que, somados, possivelmente prejudicaram o processo de ensino e aprendizagem.

4.3.2 Parte II – Acesso ao ensino superior

O processo de ampliação de acesso ao ensino superior se deu por meio da Lei nº 14.723/2023, que define os parâmetros das políticas de ações afirmativas. A lei citada alterou a então Lei nº 12.711/2012, de forma que os parâmetros para as reservas de vagas foram

ampliados e outros alterados. De acordo com Senkevics (2021, p. 53), a supracitada lei “resultou na redução da magnitude dessa desigualdade, de tal maneira que se pode concluir que houve uma perda relativa de posições sociais ocupadas pelo segmento mais rico”.

A partir das reflexões levantadas, destaca-se que 100% dos respondentes que ingressaram no ensino superior pelas políticas de ações afirmativas cursaram integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Desse total, 50%, utilizaram este critério como instrumento de admissão, conforme o gráfico 12 a seguir.



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

É notório que a implementação das políticas de ações afirmativas tem ampliado as oportunidades, contribuído para diminuir a desigualdade o acesso ao ensino superior e modificado o perfil dos estudantes nos ambientes universitários que, antes, eram frequentados quase exclusivamente por grupos mais privilegiados da sociedade. Devido à “crescente participação [os] jovens pertencentes aos quintos mais pobres, [...] embora ainda em percentual diminuto, passaram a dividir o espaço da universidade” (Senkevics, 2021, p. 53).

67% dos estudantes relataram não ter feito cursinho preparatório para acesso ao ensino superior, e os que fizeram afirmaram ter cursado os pré-vestibulares comunitários, considerados um dos principais espaços para capacitar sujeitos aos exames do vestibular destinados a sujeitos que vivem em desvantagem social. Os PVC são movimentos que trazem na sua pauta de luta o debate sobre as questões de combate às desigualdades educacionais, onde “a população pobre é praticamente excluída do acesso ao ensino superior por causa da baixa qualidade de ensino destinada aos grupos populares”, visto que fatores raciais, de pobreza e de exclusão social colocam esses sujeitos em desvantagem competitiva ao acesso ao ensino superior (Nascimento, 1999, p. 70-71).

Quanto ao acesso ao ensino superior, 73% dos respondentes relataram ter o curso de Biblioteconomia como a principal opção profissional, dos quais 6,7% tiveram influência dos pais ou amigos na escolha do curso. Perguntados a respeito do que levou à escolha, na justificativa, observamos que as respostas que mais foram ressaltadas estavam relacionadas à identificação com o curso: a grade curricular, a paixão pelo objeto livro, o critério de pontuação para acesso ao ensino superior e a complementação acadêmica. Destacamos aqui algumas respostas:

“Sempre fui apaixonada por livros, por isso, queria um curso que tivesse envolvimento com esse mundo.”

“Acredito que complementa as minhas outras graduações, História e Geografia.”

“Fiz o ENEM para conclusão do ensino médio, e quando vi que a pontuação [me] possibilitava entrar numa faculdade, optei pela Biblioteconomia, pois sempre frequentei bibliotecas e admirava o trabalho das bibliotecárias.”

“Apesar do [curso de] Biblioteconomia ser um sonho desde que me formei no ensino médio em 2010, meu objetivo era História ou Administração. Mas, dentre todas as opções disponíveis, o curso de Licenciatura em Biblioteconomia tinha a nota de corte mais baixa.”

De acordo com a Fundação Universitária para o Vestibular (FUVEST), instituição realizadora do exame do vestibular que garante acesso à Universidade de São Paulo (USP) e pelo PROUNI, Biblioteconomia é um dos cursos menos concorridos. Acredita-se que a baixa procura pelo curso se dá pelo fato de a profissão não ser amplamente divulgada, além do fato de não ser valorizada no mercado profissional e/ou ser muito estereotipada ainda nos dias atuais. Walter e Baptista ressaltam que os estereótipos são formas de manifestação quando se emite um julgamento com o intuito de associar determinados temas, pessoas, grupos ou ações a conceitos ou características negativas. No caso do bibliotecário:

É muito interessante como o aspecto visual e comportamental dos bibliotecários realmente permeia o imaginário popular, associando a profissão a mulheres, em geral idosas e, especialmente, com dois adereços principais, como uma espécie de marca registrada, que são os indefectíveis óculos e o famigerado coque nos cabelos, além de uma postura geralmente antagônica e pouco receptiva para os usuários, provavelmente em gesto que indique um enfático pedido de silêncio. (Walter; Baptista, 2007, p. 27).

Outro ponto a se refletir, e que pode ser um fator que influencia na escolha do curso, é a desvalorização da profissão no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a atuação profissional era voltada aos espaços físicos das bibliotecas. Rodrigues *et al.* (2022, p. 2)

afirmam que “a carência no mercado de trabalho na área de Biblioteconomia reflete em parte a visão da sociedade a seu respeito, de forma que a “nomenclatura do nome da profissão (bibliotecário), de acordo com o dicionário, vincula o profissional à biblioteca, o que contribui com a escassez de oportunidades na área”. No entanto, com as mudanças sofridas no "mercado de trabalho, hoje, além de uma diversidade de profissões, oriunda do desenvolvimento e uso de novas tecnologias, também recebe forte influência a área da informação, onde os profissionais exercem variadas funções” (Marengo, 1996, p. 12).

Logo, as mudanças tecnológicas causam reflexos na expansão do mercado profissional, exigindo a atualização do currículo, visando ampliar as oportunidades e modificando a forma de atuar do bibliotecário. Mesmo com todas as novas implicações na carreira, ainda é recorrente a desvalorização do profissional no mercado de trabalho. Assim, acredita-se que, pelos fatores elencados, somados à desvalorização profissional no mercado de trabalho, muitas vezes o curso de Biblioteconomia não é a primeira opção de escolha no acesso ao ensino superior.

Por essa perspectiva, vale lembrar a teoria da reprodução das classes sociais de Bourdieu e Passeron (2014), onde o modelo educacional reproduz a desigualdade social, de forma que os cursos universitários que possibilitam oportunidades melhores no mercado de trabalho permanecem sendo ocupados por estudantes oriundos de uma elite social. Já os cursos menos disputados são, na maioria das vezes, ocupados pelos estudantes oriundos da classe popular. Assim, as instituições de ensino são parte do processo de emancipação social, embora, ao longo dos séculos, tenham contribuído para a reprodução de uma educação voltada para uma elite social e com institucionalização. No entanto, as políticas de ações afirmativas vêm contribuindo para romper com esse modelo e, desde sua implantação, têm promovido mudanças sociais significativas.

4.3.3 Parte III – Ensino durante a pandemia

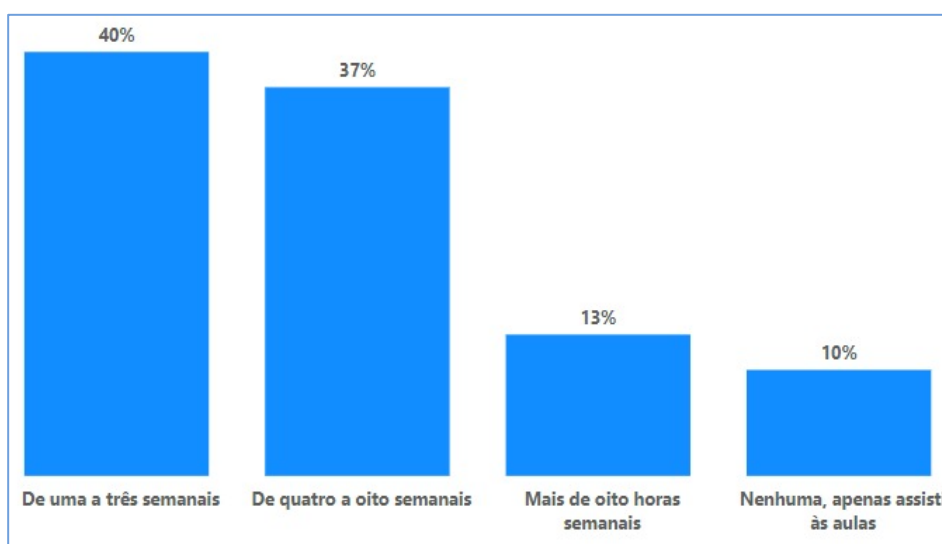
Nesta parte, buscou-se compreender como foi o cenário de estudos durante o período do ERE para os estudantes de ações afirmativas nos cursos de Biblioteconomia, levando-se em conta questões referentes às dificuldades de acesso a dispositivos tecnológicos, internet de qualidade e disponibilidade de espaço para estudo em suas residências.

Oliveira e Corrêa (2020, p. 254) afirmam que, muito embora o ERE tenha garantido a continuidade do ensino, ele não deu “conta de todas as necessidades educacionais, que envolvem, acima de tudo, as relações interpessoais”. Nesse sentido, uma das preocupações

levantadas durante o estudo está relacionada com a importância da troca de informação e conhecimento.

Por esse aspecto, 23% dos respondentes relataram que tiveram que compartilhar seus dispositivos de estudos com outros membros da família. A respeito da quantidade de tempo disponível para se dedicar ao ensino durante a pandemia, 40% afirmaram dedicar apenas de uma a três horas ao longo da semana para os estudos, e 10% disseram que não conseguiram dedicar nenhuma hora, somente as necessárias para assistir às aulas remotas, como se pode observar no gráfico 13. Os dados levam a afirmar que pelo menos 50% dos estudantes enfrentam maiores dificuldades em gerenciar o tempo para se dedicarem ao ensino.

Gráfico 13 - Horas dedicadas ao ensino



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

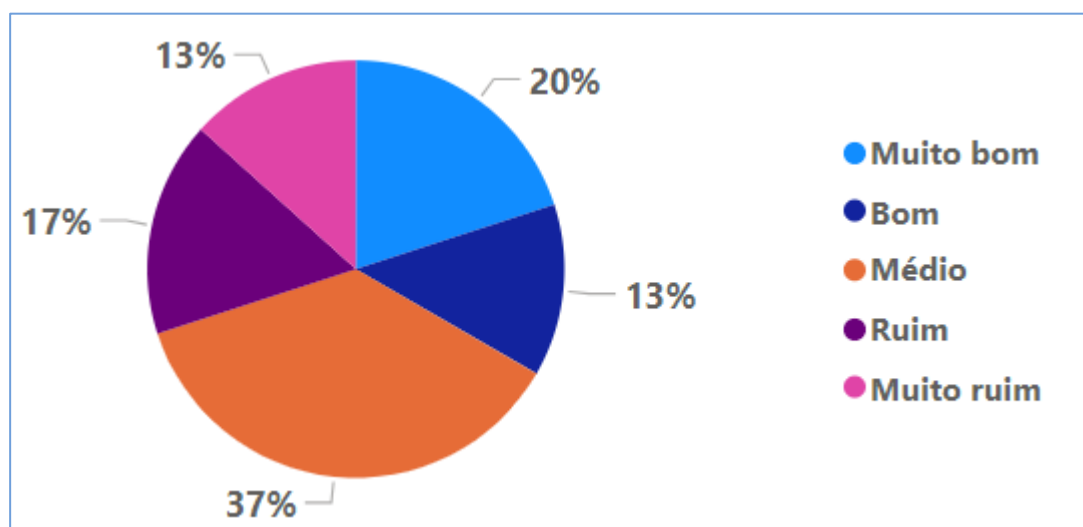
Os resultados obtidos vão ao encontro da pesquisa realizada e apresentada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) referente ao tempo dedicado ao estudo durante a pandemia. Coordenada por Neri e Osório (2020), nela, observamos que os estudantes entre 18 e 24 anos, que estão inseridos na educação superior, dedicaram menos tempo para o ensino durante a pandemia, o que significou uma queda no tempo de estudo de 2,34 para 0,95 horas por dia útil.

De acordo com estudos de Luzeiro *et al.* (2014), no EaD, a maior dificuldade enfrentada pelos estudantes está relacionada com a organização pessoal e do tempo, sendo esta a chave para o sucesso neste momento, onde a junção desses dois elementos é vista como o elemento impulsionador do êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Consequentemente, ainda que o ERE não seja um processo totalmente igual ao EAD, a organização pessoal e do tempo, frente ao modelo de ensino remoto adotado durante a pandemia, foi um diferencial para dar sequência aos estudos. No entanto, cabe considerar o momento vivenciado então, no qual parte dos estudantes tinha que dar conta do trabalho remoto, cuidar da casa e de entes familiares, além de viver sob o risco diário de contágio ou morte por COVID-19. Ainda que as aulas remotas permitissem uma maior flexibilidade para o estudo e fossem vistas como um ponto positivo, esses fatores tornaram-se complicadores na organização de uma rotina de estudo.

Os ambientes virtuais foram primordiais para dar continuidade ao ensino, tornando-se espaços de sala de aula, cooperando com o processo de aprendizagem dos estudantes e mediadores da informação e do conhecimento (Oliveira; Corrêa, 2020). Acerca do acesso ao ensino no formato remoto adotado durante a pandemia, de acordo com o gráfico 14, 30% dos estudantes consideraram o formato do ensino ruim e muito ruim.

Gráfico 14 - Opinião sobre o Ensino Remoto Emergencial



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Passa pelo ensino a incumbência de difundir a informação e o conhecimento no meio tecnológico, associado ao contexto socioeconômico dos estudantes, de maneira inclusiva e igualitária, ainda que não seja o seu papel (Antunes Neto, 2020). Nesse sentido, Honorato e Marcelino (2020, p. 213), ressaltam que “os processos de ensinar e aprender não são tão simples de serem resolvidos apenas por recursos tecnológicos. Lidar com seres humanos é complexo, os ritmos, os tempos e os processos de aprendizagem são diferentes”. Isto nos leva concluir que, para se ter um bom rendimento no ensino e aprendizagem durante o período pandêmico, além de tempo e organização pessoal, era imprescindível ter acesso aos recursos

tecnológicos e a uma internet de qualidade que permitisse acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Sobre esse aspecto, em termos de qualidade da internet, 40% dos estudantes disseram que seu acesso foi regular, o que impactou no ERE.

Assim, as justificativas dadas pelos respondentes por meio das respostas abertas, contribuem para compreensão de que os fatores tempo e organização pessoal foram pontos que afetaram negativamente o estudo, apontando para uma das inquietações que foram levantadas ao longo da tese: a de que, para este grupo, o acesso à internet e a recursos tecnológicos de qualidade não atendeu de forma positiva o processo de ensino e aprendizagem durante a pandemia de COVID-19:

“Foi positivo por economia de tempo de deslocamento e negativo na questão de aprendizagem.”

“Como era pelo telefone, o meu na época era muito velho e dificultava bastante.”

“Eu tinha acesso ao material fornecido pela universidade, porém só tinha um telefone para fazer tudo.”

“Internet lenta, falta de concentração e trabalho doméstico e remoto.”

“Os cursos não foram pensados para [o] ensino remoto, dessa forma houve dificuldades com o ensino e aprendizagem.”

Além desses pontos, parte dos respondentes ressaltou que a economia de tempo com o deslocamento, a comodidade e a flexibilidade foram pontos positivos durante o ERE. Muitos relataram que tiveram apenas o celular como dispositivo tecnológico para assistir às aulas remotas e acompanhar os conteúdos das aulas, o que comprometeu o acesso ao conteúdo, a leitura e a compreensão dos textos.

A saúde física e a mental foram temas amplamente levantados devido ao isolamento social, no qual as atividades profissionais, de estudo e lazer foram desenvolvidas nos ambientes residenciais pela maior parte da população. Além disso, somados a esses fatores referentes à pandemia, o medo, a sensação de perda e as incertezas provocadas pelas notícias diárias de óbitos e internações, geraram uma série de sentimentos e situações de instabilidade emocional que, possivelmente, contribuíram para o aumento de problemas relacionados com a saúde mental dos estudantes.

Nesse sentido, os dados coletados estão em linha com as conclusões de Oliveira *et al.* (2022), de que, no contexto do ERE, o processo de ensino e aprendizagem sofreu mudanças significativas no formato, somadas à cobrança pessoal ou coletiva para estudar, trabalhar e dar

conta dos afazeres domésticos. Sob essa perspectiva, uma das respostas que ressaltou durante a análise corrobora justamente essa compreensão:

“A mudança de formato com a situação grave da pandemia me fez desenvolver problemas de saúde mental que atrapalharam meu desenvolvimento acadêmico.”

Quanto aos recursos de comunicação com os estudantes mais utilizados no curso, estes foram, respectivamente, as salas de aula virtual (70%), seguidos por sistema interno da universidade (13,3%) e e-mail (10%). Já 40% relataram ter recebido algum tipo de ajuda da universidade para conseguir acompanhar o ERE. Sobre o espaço na residência para se dedicar ao estudo, 36% informaram que o espaço era de regular até muito ruim. Os dados mostram que 60% dos professores e orientadores estiveram disponíveis para atender as demandas dos estudantes. Quanto ao método de avaliação, a prova *on-line* foi o principal instrumento (53%), seguido de elaboração de resenha (37%).

Quando questionados sobre as possíveis dificuldades que possam ter comprometido os estudos durante a pandemia, 70% dos respondentes disseram que enfrentaram problemas como falta de concentração, ansiedade, depressão e adversidades com o uso dos recursos tecnológicos, conforme destacado nestas respostas livres:

“Utilizar plataformas como o excel pelo telefone para entregas de trabalho foi difícil, a plataforma Moodle não foi a melhor opção por conta do seu formato específico para computadores.”

“No começo tive dificuldade referente a internet e a não ter computador, então tive que acessar o equipamento emprestado. Depois que comprei com o auxílio oferecido pela universidade utilizava o próprio, porém na pandemia em certo período eu já tinha voltado a trabalhar, então muitas aulas eu ouvia e assistia em pé no transporte público.”

“Começando pela falta de ambiente adequado para o estudo, em alguns momentos tive problemas com os recursos tecnológicos como internet e computador, além de passar por questões pessoais que em contextos normais já são estressantes, mas que em contexto de pandemia se potencializaram.”

“Quando algumas pessoas queridas faleceram, isso mexeu muito com o psicológico, e nesses momentos tinha dificuldade até de entender o que lia.”

“Era difícil separar os momentos de estudo, com os momentos de cuidado da casa e lazer.”

Um dos objetivos propostos neste estudo era compreender os sentimentos que foram vivenciados pelos estudantes durante o isolamento social. As respostas mostraram que o medo foi a palavra que mais assombrou o cotidiano dos estudantes durante a pandemia, somado à

exposição excessiva a informações e a *fake news*. Nesse sentido, algumas respostas livres ajudam a ter uma percepção das aflições que os acomodaram:

“Tive medo de perder a experiência universitária, além do medo comum de perder algum ente próximo.”

“De fazer a graduação toda online e de não conseguir nenhum estágio presencial.”

“Apreensão e incertezas sobre o tempo de permanência em isolamento, medo de se contaminar e porque não também de morrer.”

“Pensei em trancar o curso durante esse período pois não estava conseguindo acompanhar as disciplinas, mas também não queria atrasar muito a minha graduação, o que acabou acontecendo de qualquer maneira pois fiz apenas 1 matéria por semestre durante a pandemia. Minha ansiedade aumentou muito, eu não consegui dormir direito pensando em várias coisas, relacionadas à faculdade ou não, e isso também atrapalhava na minha concentração e entendimento da matéria.”

Observa-se que, dos sentimentos, o que foi mais ressaltado e que permeou o cotidiano dos estudantes no período de isolamento social foi o medo, sendo um dos temores, o de não conseguir vivenciar os espaços universitários em sua plenitude. Nesse sentido, o medo pode ser considerado legítimo, posto que ingressar em uma universidade pública, cursar o ensino superior, ter a perspectiva de ampliar as oportunidades de crescimento pessoal e profissional por meio da educação formal é um sonho para muitos que buscam modificar a estrutura social na qual estão inseridos. Concordando com esta reflexão, Lima *et al.* (2022, p. 7) ressaltam que “a pandemia de COVID-19 simboliza o ‘novo’ para estudantes universitários e contribuiu para vivências de medo relacionadas ao imprevisível, à solidão, ao sofrimento e à finitude humana”, sentimentos que também foram elencados pelos respondentes.

A divisão de horas ao longo do dia entre atividades profissionais, tarefas domésticas, cuidados com a família e estudo tornou-se um desafio, visto que os efeitos da difusão do trabalho formal para o ambiente residencial são bem distintos para homens e mulheres. Consoante a essa perspectiva, na tentativa de identificar como foi a rotina do trabalho remoto (*home office*) somada às atividades domésticas diárias e ao ensino, 43,3% disseram que tiveram dificuldade para gerenciar a rotina de tarefas. Destaca-se que, dentro desse total de respondentes que relataram ter tido sobrecarga nas atividades diárias no período pandêmico, 69,2% foram mulheres.

Em consonância com o resultado, a pesquisa liderada pelo Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto (ELSA-Brasil) revelou que as mulheres desempenharam quatro horas a mais de trabalho doméstico do que os homens em média, e 48% dos participantes sentiram que,

com as atividades profissionais realizadas dentro do ambiente doméstico, as dificuldades foram maiores que de costume.

As respostas apontam que, diante do acúmulo de tarefas, trabalho formal, cuidados com o lar e/ou tempo para se dedicar ao ensino, os estudantes também enfrentaram o medo no que se refere à gravidade da pandemia de COVID-19, frente ao crescente número de mortes e pessoas infectadas com a doença. Diante do exposto, pode-se inferir que, diante do cenário de crise sanitária, somado ao isolamento e ao distanciamento social, os estudantes do ensino superior foram os que sofreram de maneira mais expressiva os impactos no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, ainda que o ERE tenha sido uma ferramenta para suprir as necessidades educacionais durante a pandemia, ele acabou por ampliar a desigualdade nos ambientes acadêmicos, posto que a maioria desses estudantes não tinha tempo para se dedicar aos estudos além das aulas remotas, pois boa parte não teve recursos tecnológicos e internet de qualidade que garantisse o acesso às aulas e ao material de estudo de forma plena, o que gerou incertezas e ansiedade com a vida acadêmica.

Uma vez que a formação acadêmica se dá em sua plenitude nas aulas e com estudos complementares fora da sala de aula, infelizmente, no período de isolamento, isso não foi possível em sua completude, o que acabou por comprometer a perspectiva de mudança social através da educação desse grupo de estudantes. Em tal cenário, as Bibliotecas Universitárias, um dos principais suportes ao ensino superior, também foram afetadas durante a pandemia.

4.3.4 Parte IV – A Biblioteca Universitária

De acordo com o proposto, o presente estudo buscou identificar quais foram as percepções dos estudantes de Biblioteconomia em relação às ações tomadas pelas Bibliotecas Universitárias, uma vez que são infraestruturas sociais presentes no percurso acadêmico de uma parte considerável dos estudantes inseridos no ensino superior. Nesta última etapa do questionário, as perguntas foram elaboradas de forma que fosse possível atender o que propôs, além de tentar constatar se as demandas informacionais dos estudantes durante o período de isolamento foram supridas pelas BUs, bem como verificar a relevância, tanto dos espaços físicos como dos virtuais, no processo de ensino e aprendizagem.

Por essa perspectiva, destaca-se que 57% dos estudantes que fazem parte do grupo analisado eram frequentadores dos espaços físicos das bibliotecas antes do isolamento social. No entanto, um dado que chamou a atenção nas respostas abertas foi que a maioria dos

estudantes que não utilizavam ou não conheciam as Bibliotecas Universitárias ressaltou que ingressaram na universidade no início do decreto de isolamento social, logo tiveram pouco ou nenhum contato com as bibliotecas da sua universidade. Das respostas, selecionamos algumas que colaboram para essa conclusão:

“Ingressei na universidade exatamente no início de 2020, uma semana apenas de aulas e veio à pandemia. Só reiniciamos as aulas no modo remoto em agosto 2020.”

“Eu não fazia parte da universidade antes da pandemia.”

“Entrei em período de pandemia, então só fui frequentar a universidade em 2022.”

Ainda que os espaços virtuais das bibliotecas contribuam para ampliar o acesso à informação e conhecimento, os espaços físicos das BUs são pensados com a finalidade de dar condições para que os estudantes possam ter ambientes tranquilos, seguros, com acervos físicos e recursos tecnológicos que possibilitam melhor desempenho no processo de ensino e aprendizagem. Parte dos respondentes destacou que a falta de espaços e internet de qualidade foram fatores que impactaram no estudo. Por essa perspectiva, foram selecionadas algumas respostas que auxiliaram chegar a esse desfecho:

“A biblioteca servia não só para as consultas, mas também para algumas aulas que tivemos no espaço.”

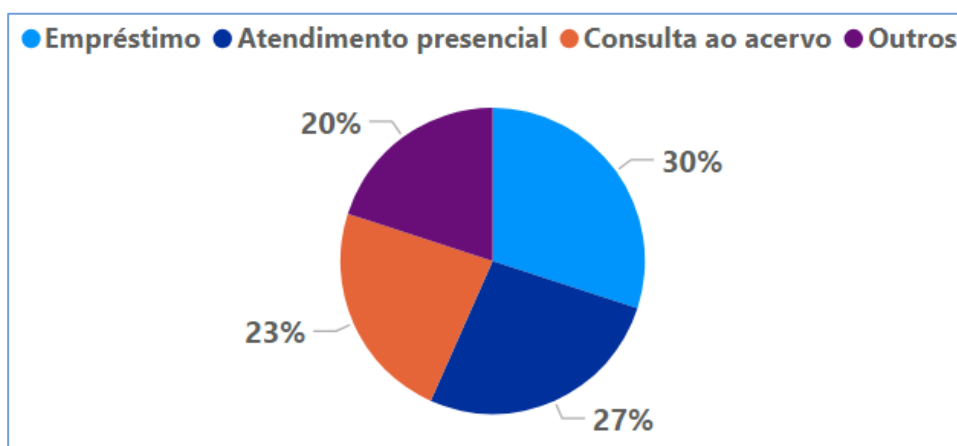
“Por falta de recursos como internet, computador ou local adequado para estudo, as visitas à biblioteca eram frequentes e foram muito necessárias para que eu pudesse acompanhar as aulas no início do semestre. Já havia 10 anos em que eu me formara no ensino médio, e, por isso, havia um gap muito grande de conhecimentos que precisavam ser preenchidos. Ter a biblioteca com tantos recursos disponíveis fez muita diferença.”

Diante do exposto, nota-se que as previsões de Cunha (2000, p. 75), de que até “2010, quase a totalidade, se não a totalidade das Bibliotecas Universitárias brasileiras, estará automatizada, e muitas delas serão bibliotecas totalmente digitais”, não ocorreram da forma imaginada pelo autor, seja por falta de investimento de recursos financeiros para terem equipamentos mais potentes e modernos, seja pelo entendimento das instituições sobre relevância dos espaços físicos para a comunidade acadêmica. Durante o isolamento social, em 2020, ou seja, 24 anos depois da pesquisa de Cunha (2010), as BUs, de forma inesperada e não planejada, tiveram que adaptar para o ambiente digital parte dos serviços ofertados e investiram na ampliação do seu acervo digital.

Observa-se que o fenômeno que ocorreu ao longo das duas últimas décadas teve justamente o efeito contrário ao imaginado por Cunha (2000). Acredita-se que o perfil dos estudantes universitários vem sendo amplamente modificado em razão da implantação das políticas de ações afirmativas que tiveram início nos anos 2000 e que fizeram com que o uso dos espaços físicos das BUs aumentasse, uma vez que os estudantes que pertencem a grupos que vivem em situação de desigualdade social precisam e/ou demandam mais das infraestruturas físicas da universidade, dentre elas as das bibliotecas, para permanência e conclusão do ensino superior.

Entende-se que o acesso à literatura básica que contempla as disciplinas do curso é parte importante para o desenvolvimento acadêmico. Tanto que, para validação do curso, o MEC realiza periodicamente vistoria nas BUs para verificar se elas possuem no seu acervo a literatura básica do curso que atendem. Desta forma, as BUs devem ter disponível no acervo este material para atender os discentes ao longo da formação acadêmica. Sobre esse assunto, 41% dos respondentes afirmaram que as BUs, no ERE, não tinham disponível, por meio digital, a literatura básica do curso. Para atender as necessidades informacionais, precisaram recorrer aos professores (38%) ou a colegas e outros meios (31%). Dos serviços ofertados pelas bibliotecas, conforme o gráfico 15, os que mais fizeram falta foram o empréstimo (30%) e o atendimento presencial (27%).

Gráfico 15 - Serviços oferecidos pelas bibliotecas que fizeram falta



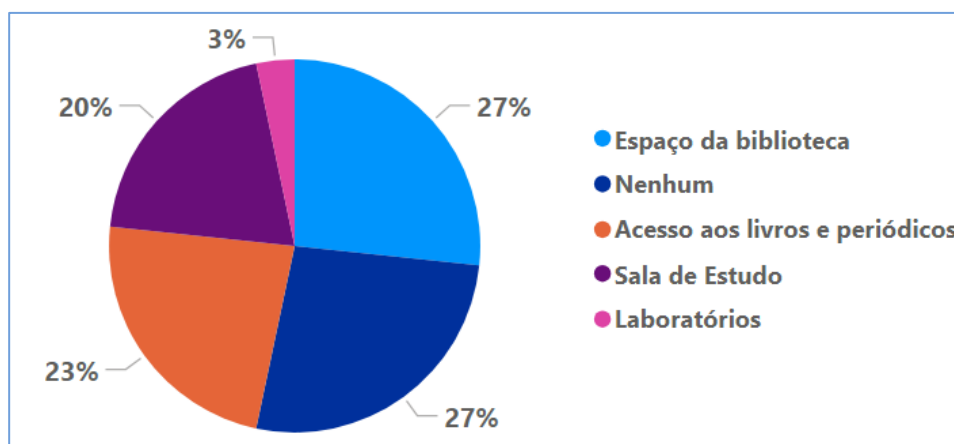
Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Compreende-se que os serviços oferecidos pelas BUs complementam o processo de aprendizagem, pois garantem que todos, independentemente da classe social, cor, raça ou gênero, tenham acesso à informação e ao conhecimento através das literaturas básica e complementar dos cursos, além de atendimento personalizado para auxiliar a pesquisa e o

desenvolvimento acadêmico dos sujeitos que precisam desses espaços para estudo. Nesse contexto, Duarte e Silva (2017, p. 3-4) ressaltam que a universidade é uma “organização que promove a formação para a vida e para o mercado de trabalho” e que as BUs são “espaço democratizador do acesso e do uso das informações”. Diante do exposto, as BUs não são instituições autônomas; são espaços que dependem de uma instância maior, tendo uma relação intrínseca com os interesses das universidades.

No contexto educacional, as BUs são mediadoras essenciais na formação acadêmica de uma considerável parte de estudantes, auxiliando seu crescimento acadêmico, pessoal e profissional. Logo, as Bibliotecas Universitárias são “espaços de aprendizagem, como porta de acesso ao conhecimento, como força viva para a educação, cultura e informação” (Martins, 2010, p. 12). Assim, sobre a relevância dos espaços para estudo que mais fizeram falta durante a pandemia, os respondentes destacaram que o espaço oferecido pela biblioteca (27%) e o acesso aos livros e periódicos (23%), além das salas de estudo (20%), conforme apresentado no gráfico 16.

Gráfico 16 - Espaços físicos que fizeram falta durante a pandemia



Fonte: elaborado pela autora, 2024.

Por essa perspectiva, as BUs podem ser compreendidas como espaços físicos que proporcionam meios para que os sujeitos possam estudar, sanar dúvidas com ajuda dos profissionais da informação ou até mesmo descansar, caso queiram, visto que seu propósito fundamental é proporcionar acesso à informação e ao conhecimento, o “que irá permitir que os estudantes, professor e o pesquisador possam realizar suas aprendizagens ao longo da vida” (Cunha, 2010, p. 7).

A respeito do que as BUs representam e o que fez falta durante o isolamento social, 27% mencionaram esses espaços físicos. No entanto, parte dos respondentes que relataram o

contrário, justificou que tinham ingressado na universidade no período de isolamento social. Desta forma, não tiveram a oportunidade de conhecer ou utilizar as suas dependências.

“Não fez falta durante o isolamento, não se pode sentir falta do que nunca teve, mas depois que pude frequentar os espaços da biblioteca eu sentiria falta do ambiente de estudo e da disponibilidade do acervo.”

“Não peguei o período pandêmico, mas o espaço da biblioteca faz falta, poder estudar nela ou conversar. Me sinto em paz nesse ambiente, sinto que posso fazer de tudo nela.”

A partir das respostas, no que se refere à percepção das ações das Bibliotecas Universitárias para os alunos, é possível concluir que as ações tomadas por elas chegaram, em parte, aos estudantes, e que elas tiveram que estar atentas para atender e aproximar o contato com estes usuários potenciais, principalmente para os que ingressaram no ensino superior juntamente com o ápice da pandemia de COVID-19.

Ao longo dos anos, as universidades vêm tendo os seus orçamentos reduzidos e, conseqüentemente, as suas bibliotecas também têm passado por essa escassez de recursos para melhorias, tanto físicas quanto tecnológicas. Ainda que seus ambientes não sejam tão atrativos e modernos, buscam oferecer aos seus usuários o acesso a computadores, informação e conhecimento, além de buscar dar o mínimo de conforto para que os estudantes possam permanecer e concluir o ensino superior. Diante de todas as adversidades que enfrentam, as BUs colaboram com o processo de ensino e aprendizagem, talvez de forma ainda mais representativa para os estudantes que ingressaram pelas políticas de ações afirmativas:

“Um espaço necessário para complementação do aprendizado, o acesso ao acervo das bibliotecas é fundamental para [a] busca do conhecimento.”

“A biblioteca representa uma parte essencial pois é nela que se consegue os livros tanto para estudar quanto para lazer. Conseguir ter acesso ao livro físico.”

“Representa um espaço de informação muito importante que agrega conhecimento, e o que mais me fez falta durante o isolamento, foi justamente esse convívio dentro do espaço de informação a troca com outros alunos.”

“A oportunidade de estar em espaços com outros colegas, professores e bibliotecários expande nossos horizontes. A troca realizada através da socialização e a oportunidade de questionamento direto é fundamental para o crescimento dos discentes. A biblioteca é um local de troca de experiências, silencioso e incrível.”

Assim, foi concluída a etapa de análise de dados, em especial no que se refere à percepção dos estudantes sobre as ações das Bibliotecas Universitárias, sobretudo, para aqueles que ingressaram no ensino superior juntamente com o ápice da pandemia e a

consequente determinação para que todos que pudessem ficassem em isolamento social. Ressalta-se que cada uma das Bibliotecas Universitárias federais do estado do Rio de Janeiro teve um foco distinto, mas todas tiveram como objetivo a melhoria e a qualidade no atendimento para os usuários.

Observa-se que este grupo analisado ressaltou não conhecer/desconhecer os espaços físicos e virtuais das Bibliotecas Universitárias. Frente a essa situação, o relato da coordenadora da biblioteca da UNIRIO reflete que as ações tomadas pela biblioteca não estavam chegando até esses novos estudantes. Essa percepção se deu a partir da enquete “*O que o bibliotecário é pra você?*”, sendo este um ponto de partida interessante para a adoção de novas medidas a fim de que os estudantes que ingressaram durante a pandemia pudessem conhecer a biblioteca.

Diante da perspectiva de falta de computadores, de ter apenas o celular como dispositivo para acompanhar as aulas e fazer a leitura do material, e da falta de espaços para estudo, acredita-se que não basta pensar apenas na evolução tecnológica das BUs, na medida em que os dados mostram que existe uma demanda dos espaços físicos por parte da comunidade acadêmica. É importante pensar na desigualdade existente nos ambientes universitários, logo, há que se pensar também na qualidade dos espaços físicos, uma vez que as bibliotecas, como equipamentos de transformação social, precisam se adaptar novamente para atender às expectativas de sua comunidade.

A falta do contato com o usuário foi um ponto em comum ressaltado pelas responsáveis das três instituições analisadas. Nessa perspectiva, Accart (2012) resalta que uma das vantagens mais evidentes que contato direto com o usuário proporciona é a possibilidade de antecipar suas necessidades em matéria de informação, tendo em vista as questões apresentadas. Logo, ainda que o serviço de referência seja feito no ambiente digital e que, atualmente, existem meios de realizar um atendimento com maior qualidade quase em tempo real, é no presencial, na proximidade do acervo físico, que é possível fornecer um serviço de atendimento verdadeiramente personalizado, tirando dúvidas e criando estratégias de buscas para atender o usuário e, assim, que a troca de informações contribua para que o usuário tenha acesso aos recursos informacionais desejados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação desta tese tem como objetivo trazer compreensões sobre o processo de ensino e aprendizagem no contexto pandêmico (2020 a 2022), partindo do pressuposto de que os estudantes de Biblioteconomia que ingressaram nas universidades federais por meio das políticas públicas de ações afirmativas encontraram maiores dificuldades para estudar durante esse período. Desta forma, a presente pesquisa buscou verificar e analisar duas situações conjuntas – as ações de Bibliotecas Universitárias para dar acesso à informação e conhecimento, dando suporte à pesquisa e ao ensino durante o período da pandemia de COVID-19 – e analisar, nesse contexto, a percepção de estudantes de Biblioteconomia provenientes das ações afirmativas.

Os resultados encontrados na etapa do levantamento bibliográfico apontam que, no Brasil, a temática de políticas de ações afirmativas ainda é pouco estudada no âmbito da Ciência da Informação. Assim, entendemos que o contexto pandêmico possivelmente fornecerá elementos importantes para ampliar o debate sobre a desigualdade de acesso e permanência no ensino superior, além da importância de trazer essa questão para ser refletida no campo da CI.

A partir dos documentos levantados, foi possível refletir sobre as contribuições das Bibliotecas Universitárias para auxiliar o acesso à informação e ao conhecimento da comunidade acadêmica durante o período de pandemia de COVID-19 e para levar à população informação de fontes confiáveis.

A pesquisa empreendida sinalizou a importância de estudos interdisciplinares no campo da Ciência da Informação, como a interface estabelecida entre o campo das políticas públicas de ações afirmativas, as Bibliotecas Universitárias e os estudantes de Biblioteconomia do estado do Rio de Janeiro durante o período de isolamento social por conta da pandemia.

As reflexões levantadas a partir dos conceitos de desigualdade social, desigualdade de oportunidades e desigualdade de acesso contribuíram para a compreensão de que a exclusão ou a inclusão precária no acesso ensino superior ocorreu por anos, principalmente pela condição social e cor/raça de grupos que vivem em desvantagem social. Observou-se também que, por meio das políticas de ações afirmativas, houve uma mudança no processo reprodutivo do sistema de acesso ao ensino superior.

A partir desse diálogo, foi possível ampliar a compreensão sobre sentidos e concepções da desigualdade de acesso ao ensino superior, as dificuldades enfrentadas por grupos que vivem em desvantagem social para permanecer e concluir o ensino superior em uma situação

normal – e que durante a pandemia essas dificuldades foram potencializadas – e como as Bibliotecas Universitárias são espaços sociais que colaboram para democratização do ensino e saber científico.

A pandemia de COVID-19 apresentou um cenário de incertezas e desafiador. O convívio social é o que sustenta e amplia a troca de conhecimento de uma sociedade; a mediação da tecnologia diminui os espaços e a sensação de isolamento. No entanto, as relações construídas através das mídias e das redes sociais são profundas a ponto de acolher as necessidades emocionais, de ensino e de trabalho para todos, compreendendo que a sociedade brasileira é composta por minorias que muitas vezes lutam para apenas sobreviver?

Assim, o cruzamento das experiências vivenciadas pelas universidades federais durante a pandemia mostra que esforços foram feitos para manter a comunidade acadêmica ativa dentro dos ambientes virtuais, tanto para levar informação de cunho científico para sociedade como para desenvolver pesquisas que contribuíssem para a solução da doença.

Compreende-se que as universidades são instâncias que colaboram para o crescimento e desenvolvimento do país, qualificando sujeitos para o mercado de trabalho e desenvolvendo pesquisas. As Bibliotecas Universitárias, enquanto instituições mediadoras do conhecimento, desenvolveram um papel inovador no processo ensino-aprendizagem em face da nova realidade imposta pela pandemia.

No tocante a essas bibliotecas, elas são vistas como agentes participantes da construção sociocultural dos sujeitos – suas infraestruturas apoiam a democratização do ensino e aprendizagem – e como mediadoras da informação e do conhecimento. Em suma, são instituições que possibilitam a construção de novas relações, promovendo o compartilhamento não apenas de informações, mas de experiências vivenciadas.

Pode-se observar que a pandemia de COVID-19 mexeu com o cotidiano do mundo e, para as Bibliotecas Universitárias, apresentou novas demandas, transformando sua forma de atuar. Dentro desse contexto, percebe-se que as Bibliotecas Universitárias estiveram aptas a inovar na forma de atender e prestar e oferecer serviços aos seus usuários tendo os ambientes virtuais.

Os novos desafios enfrentados fizeram com que diversas questões que estavam adormecidas – mas que, dentro do contexto atual, precisavam ser discutidas e refletidas de forma urgente – ganhassem visibilidade. Desta forma, dentre as ações tomadas pelas Bibliotecas Universitárias para atender a comunidade acadêmica e a sociedade que mais tiveram destaque foram o uso das redes sociais e dos *sites* institucionais, com o objetivo de disseminar informações, além de comunicar e orientar sobre os serviços das bibliotecas e os

estudos sobre a pandemia, disponibilizando informações sobre medidas de prevenção e formas de combater a COVID-19.

Foi visto também que alguns serviços implementados durante o teletrabalho foram mantidos mesmo depois do retorno ao presencial, como, por exemplo, o atendimento de referência por meio digital, a ampliação do acervo digital utilizando no modelo de aquisição de acesso perpétuo e a adoção de estratégias visando à inovação na disseminação da informação.

Pensando na continuidade de alguns serviços, é preciso que os gestores desenvolvam, dentro da realidade de cada biblioteca, um planejamento estratégico e definam um orçamento mínimo destinado para investimento na melhoria dos recursos tecnológicos das bibliotecas e na capacitação do corpo de técnicos-administrativos para que seja oferecido um serviço de melhor qualidade para os usuários.

Na perspectiva da relevância social da educação para a sociedade (um direito de todos, previsto na Constituição Federal de 1988), a investigação mostrou que não basta garantir o acesso dos sujeitos ao ensino superior, é preciso também ter condições que possibilitem a permanência e conclusão.

A partir das reflexões da teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (2013), vimos que as posições das classes sociais são mantidas por meio da educação formal, reproduzindo o modelo elitista social durante séculos. A pesquisa possibilitou inferir que a implantação das políticas de ações afirmativas tem provocado rupturas sociais e contribuído para as mudanças dos perfis dos estudantes nos ambientes das universidades públicas.

Desta forma, as universidades públicas também vêm se transformando para atender essa nova demanda social, deixando de ser instância cujo acesso era destinado a grupos privilegiados socialmente, para ampliar e democratizar o seu acesso a minorias oprimidas historicamente. Sendo assim, através da educação, é possível vislumbrar formas de emancipação social e provocar uma ruptura no sistema de reprodução do ensino que, por séculos, era destinado a sujeitos de estruturas sociais superiores, e que, nas últimas duas décadas, tornou-se mais democrático.

No contexto pandêmico, esses sujeitos tiveram os espaços das universidades, das bibliotecas e de ensino limitados aos ambientes virtuais. Como consequência, para ter acesso ao ensino, era preciso ter acesso a uma internet de qualidade e a diversos outros recursos tecnológicos. Por essa perspectiva, apesar da comodidade e da flexibilidade que o ERE trouxe, ficou evidenciado que os estudantes que ingressaram no ensino superior através das políticas de ações afirmativas encontraram dificuldades no processo de ensino e aprendizagem durante

aquele período. Diante desse cenário, fica impossível furta-se da realidade dos prejuízos sociais e pessoais de perdas no processo de ensino e aprendizagem advindos da pandemia.

Os relatos dos respondentes deram conta de que não tiveram acesso a recursos tecnológicos e a uma internet de qualidade. Muitos afirmaram que tiveram apenas o celular como dispositivo para acompanhar as aulas remotas, encontrando dificuldades para estudar. Também mencionaram a falta espaços adequados que possibilitassem maior concentração para estudo e a necessidade de trabalho doméstico e formal, além do imprevisível que a COVID-19 poderia trazer. Dentro desse contexto, a **hipótese** levantada – de que estes grupos de estudantes tiveram um impacto maior no processo de ensino e aprendizagem no novo cenário imposto pelo ERE – pode ser confirmada.

Ao se propor investigar a percepção de estudantes de Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro, provenientes das políticas de ações afirmativas, acerca do processo de ensino aprendizagem e do acesso ao conhecimento no âmbito do ERE, dialogando com as Bibliotecas Universitárias, foi possível ampliar o debate em torno dos desafios e questões que envolvem o ERE e os estudantes que ingressaram no ensino superior por meio das políticas de ações afirmativas.

No que tange ao ERE, que para ter acesso ao sistema de ensino forma era preciso ter acesso à internet e aos recursos tecnológicos de qualidade, questões que perpassam a desigualdade que remetem à infoexclusão defendida por Castell (2007), de forma que os estudantes que vivem em situação de desigualdade social foram os mais afetados com a falta ou uso precário desses recursos e/ou dispositivos.

No que se refere às condições de acesso ao Ensino Remoto Emergencial, enquanto prática temporária exercida durante a pandemia de COVID-19, observou-se que, muito embora tenha assegurado a continuidade do ensino, “os processos de ensinar e aprender não são tão simples de serem resolvidos apenas por recursos tecnológicos. Lidar com seres humanos é complexo, os ritmos, os tempos e os processos de aprendizagem são diferentes” (Honorato; Marcelino, 2020, p. 213). Por esta perspectiva, acredita-se que o modelo adotado não deu conta das necessidades compreendidas como essenciais para o desenvolvimento educacional, dentre elas, a construção de relações interpessoais entre professores, alunos e instituição de ensino.

Ao longo da análise dos resultados, ficou comprovado que, dentre os sentimentos vivenciados, o medo, a insegurança e a sensação de sobrecarga entre estudantes universitários foram potencializadas durante a pandemia. Por consequência, a saúde mental também foi impactada em face deste cenário vivenciado, refletindo negativamente na qualidade do estudo. Nessa perspectiva, Gundim *et al.* (2021, p. 12) afirmam que “a própria pandemia e seus

aspectos que interferem na vida acadêmica e na saúde física dos estudantes e de seus familiares causam efeitos negativos à saúde mental dos universitários e da sociedade de modo geral”.

No entanto, os dados encontrados destacam que os reflexos da pandemia na saúde mental afetaram principalmente as mulheres, vistas como “cuidadoras” do lar, da família e da casa, e que ainda tentam conciliar na rotina o trabalho formal, o doméstico e o ensino remoto, acabando por assumir uma carga tanto física como mental elevada na eterna tentativa de “dar conta de tudo”.

A partir dos dados coletados, a percepção de estudantes de Biblioteconomia provenientes de ações afirmativas sobre o acesso à informação e ao conhecimento durante o período da pandemia, no contexto das Bibliotecas Universitárias, ficou evidenciado que os estudantes ingressantes nas universidades no período inicial do isolamento social não tiveram contato ou desconheciam as ações e serviços oferecidos pelas BUs.

Dentre das limitações encontradas para realização da pesquisa, destacam-se a demora na aprovação do questionário pelo Comitê de Ética em Pesquisa, que refletiu no período proposto para aplicação do questionário e no número de respondentes, uma vez que, quando a aprovação veio, foi justamente nas férias dos estudantes, que seria uma turma potencial a participar da pesquisa, visto que estiveram na universidade dentro dos anos de 2020 a 2022.

Ainda que se tenha cumprido os objetivos propostos na pesquisa, identificou-se que algumas questões podem ser desdobradas a partir do trabalho realizado. Assim, seria interessante a realização de outros estudos sobre os impactos do ERE na vida dos estudantes e educadores para ampliar a compreensão do acesso à informação e ao conhecimento a partir da diversidade econômica e social da população brasileira. Outro aspecto a ser coberto futuramente, seria maiores reflexões com foco nos estudantes que trancaram ou abandonam os estudos ou a análise de grupos de estudantes de outros cursos durante a pandemia.

Por fim, analisar as condições do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes que ingressaram nas universidades pelas políticas de ações afirmativas a partir das concepções da desigualdade, permitiu enxergar que o processo de igualdade de acesso ao ensino superior que vinha sendo construído sofreu impactos negativos. Logo, os estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas foram os sujeitos que mais sofreram com o modelo de ERE. Acredita-se que o acesso à informação e ao conhecimento por meio da educação é uma forma de mudança social dos sujeitos pertencentes às classes sociais menos favorecidas, e a pandemia de COVID-19 fez com que esse caminho fosse mais desafiador e tortuoso para este grupo.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe. **Serviço de referência: do presencial ao virtual**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

ALCÂNTARA, F. L. C; BERNARDINO, M. C. R. O papel da Biblioteca Universitária como mediadora no processo de ensino-aprendizagem nas Bibliotecas Universitárias na cidade de Juazeiro do Norte – CE. Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação, Ciência e Gestão Da Informação - Erebdn/Ne, 2012. **Anais [...]** Juazeiro do Norte, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/17474/14257>. Acesso em: 21 ago. 2023.

ALMEIDA, M. *et al.* The impact of the COVID-19 pandemic on women's mental health. **Arch Womens Ment Health**, v. 23, n. 6, p. 741-748, Dec. 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7707813/>. Acesso em: 08 nov. 2023.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da Informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo dos; SILVA, Rovilson José (orgs.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **ALA Statement on COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://americanlibrariesmagazine.org/blogs/the-scoop/ala-statement-covid-19/>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ANTUNES NETO, J. M. F. Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia? **Prospectus**, v. 2, n. 1, p. 28-38, 2020. Disponível em: <https://prospectus.fatecitapira.edu.br/index.php/pgt/article/view/32>. Acesso em: 9 mar. 2024.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Educação superior: políticas públicas para inclusão social. **Revista Ambiente Educação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 39-55, jan./jul. 2009.

APRILE, Maria Rita; BARONE, Rosa Elisa Mirra. Políticas públicas para acesso ao Ensino Superior e inclusão no mundo do trabalho: o Programa Universidade para todos (PROUNI) em Questão. Congresso Português de Sociologia, 6, 2008, Lisboa. [**Anais**]. Lisboa: [s.n.], 2008.

ARAÚJO, Walqueline da Silva; FREIRE, Gustavo Henrique de Araújo. Marketing em mídias sociais: contribuições para bibliotecas. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 39-54, set./fev. 2019/2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/149599>. Acesso em: 30 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Institucional**. Brasília: ANDIFES, 2021.

ASSUNÇÃO-LUIZ, Alan Vinicius *et al.* Impacto da COVID-19 em alunos de pós-graduação. **Olhares & Trilhas**. Uberlândia, v. 23, n. 2, abr./jun., 2021.

BAPTISTA, Michele Marques; GONÇALVES, Márcia Servi. Biblioteca Universitária em meio à pandemia da COVID-19: relato de experiência das bibliotecas da Universidade de Caxias do Sul. v.2, **Dossiê Bibliotecas Universitárias e COVID-19**: a resignificação das práticas e funções de nossas bibliotecas. Brasília: FEBAB, 2020.

BAPTISTA, Rodrigo. **Dez anos após sanção, norma passa por avaliação e reacende o debate sobre reserva de vagas para negros e indígenas em universidades**. Brasília: Agência Senado, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/02/lei-de-cotas-tem-ano-decisivo-no-congresso>. Acesso em: 11 out. 2023.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

BORGES, Antonádia; BERNARDINO-COSTA, Joaze. Dessenhorizar a universidade: 10 anos da lei 12.711, ação afirmativa e outras experiências. **Dossiê Mana**, n. 28, v. 3, p. 1-20, 2022.

BARRETO, A. de A. A estrutura do texto e a transferência da informação. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 6, n. 3, junho 2005. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/166/1/barreto%207.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

BARRETO, A. de A. A transferência de informação, o desenvolvimento tecnológico e a produção de conhecimento. **Informare**: Cad. Prog. Pós-Grad Cio Inf., v. 1, n. 2, p. 2-10, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/54389>. Acesso em: 10 set. 2021.

BARRETO, A. de A. Mudança estrutural no fluxo de conhecimento: a comunicação eletrônica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 122-127, maio/ago. 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BOURDIEU. Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2011.

BOURDIEU. Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

BOURDIEU. Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BOURDIEU. Pierre. **Homo academicus**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

BOURDIEU, P; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 5.622, de 20 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 15 jan. 2024.

BRASIL. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Brasília: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 19.482, de 12 de dezembro de 1930**. Limita a entrada, no território nacional, de passageiros estrangeiros de terceira classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, 1931, Página 1603 (Republicação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19482-12-dezembro-1930-503018-republicacao-82423-pe.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL. **Lei n. 4.831, de 05 de novembro de 1965**. Dispõe sobre as novas denominações das Universidades Federais das cidades do Rio de Janeiro e de Niterói. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 1965. Seção 1, p. 11609. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4831-5-novembro-1965-368485-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 nov. 2017.

BRASIL. **Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei n.º 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11096.htm. Acesso em: 3 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.409, de 28 de dezembro de 2016.** Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 03 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n. 14.723, de 13 de novembro de 2023.** Altera a Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 para dispor sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14723.htm#art2. Acesso em: 13 jan. 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n. 934, de 1º de abril de 2020.** Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Brasil no PISA 2015:** análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros. OCDE. São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Censo da educação superior 2013:** resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015. 80 p.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Divulgados os números de inscritos no Enem 2021 por UF.** Assessoria de Comunicação Social do Inep. Publicado em 16/07/2021 10h55. Atualizado em 11/04/2022 13h24. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enem/divulgados-os-numeros-de-inscritos-no-enem-2021-por-uf>. Acesso em: 6 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. **Programa Internacional de Avaliação de Estudantes PISA 2022:** resultados. Brasília: MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2022/apresentacao_pisa_2022_brazil.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década:** conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação. Brasília: Ministério da Educação, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 343, de 17 de março de 2020.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 544, de 16 de junho de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3473, de 12 de maio de 2020**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/296929006/dou-secao-1-13-05-2020-pg-55>. Acesso em: 2 ago. 2021.

BRASIL. Portaria Normativa n. 18, de novembro de 2012. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, ano 149, n. 199, p. 16-17, 15 out. 2012. PL 634/1975.

BRANDÃO, Gleise da Silva. **A mediação da informação e o papel do mediador**: perfil e competências necessárias para uma atuação consciente. Salvador, 2021. 225 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, 2021.

BRANDÃO, Helena Werneck. **Um grito que irrompe no silêncio**: a experiência de ser corpo na academia. Orientador: João Batista Ferreira. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Rio de Janeiro, 2019. 112 p.

BRANDÃO, Zaia; LELLIS, Isabel. Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, 2003.

BRAZ, Milena Marcintha A. **Gestão da diversidade**: reflexões acerca do cotidiano escolar de uma escola pública na região metropolitana de Fortaleza-Ceará. Monografia. Especialização em Gestão Pública. Universidade Aberta do Brasil (UAB) / Universidade Estadual do Ceará (UECE): Maranguape, Ceará, 2018.

BRITO, Geovane. Estudante adapta “sala” em cima de árvore para acompanhar aulas remotas, no PA: “construindo um sonho”. **G1 Santarém**. 14 mar. 2021. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 18 maio 2021.

CALDEIRA JUNIOR, Nairo Ronalgio. **Constitucionalidade das cotas nas universidades como um novo paradigma no combate à desigualdade racial no Brasil**. Pelotas: UCPEL, 2014. 87f. Dissertação (mestrado) – Universidade Católica de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Pelotas, 2014.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso *versus* análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, 2006, v. 15, n. 4, p. 679-684.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: o papel das Bibliotecas Universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista Biblioteconomia e Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/99818>. Acesso em: 18 jul. 2023.

CARVALHO, Denise. Os verdadeiros números da UFRJ. **Conexão UFRJ**, 03 dez. 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/12/os-verdadeiros-numeros-da-ufrj/>. Acesso em 20 ago. 2023.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem? **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 3,

dez. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000300004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 2 jul. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre internet, os negócios e sociedade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. A violência contra a mulher sob o olhar mediação cultural da informação: análise da exposição “retratos relatos”. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n esp. IV Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM), p. 01-19, 2022.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19: o caso brasileiro. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 114, p. 73-93, jan./mar. 2022.

CENTER FOR WORLD UNIVERSITY RANKINGS. **Global 2000 List by the Center for World University Rankings: 2021-22 Edition**. [on-line]. Disponível em: <https://cwur.org/2021-22.php>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **TIC domicílios 2021**: lançamento dos resultados. São Paulo: CETIC, 2022. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2021_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 8 set. 2022.

CHAVES, Italo Teixeira.; CAVALCANTE, Luciano Pereira dos Santos. GUERRA, Maria Áurea Montenegro Albuquerque. Biblioteca Universitária e a Pandemia de COVID-19: relato de atuação na Universidade Federal do Ceará. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 4, n. 2, p. 19-35, maio/ago. 2021.

COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Mediação da informação para mulheres: um estudo de caso sobre a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 16, p. 1-22, 2020.

COMISSÃO Brasileira de Bibliotecas Universitárias. Recomendações da CCBU para elaboração de planejamento de reabertura das Bibliotecas Universitárias. **Revista Informação e Universidade**, São Paulo, v. 2 (Dossiê “Bibliotecas Universitárias e COVID-19: a resignificação das práticas e funções de nossas bibliotecas”), dez. 2020. Disponível em: <http://www.febab.org.br/cbbu/wp-content/uploads/2020/05/Recomenda%C3%A7%C3%B5es14-de-maio-1.pdf>. Acesso em: 3 set. 2023.

COSTA, Patrícia dos Santos. **O perfil leitor dos jovens e adultos que frequentam os cursos pré-vestibulares comunitários**: atuação bibliotecária a favor da educação. 2017. 147 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CROSS, D.; THOMSON, S.; SINCLAIR, A. **Research in Brazil**: a report for Capes by Clarivate Analytics. Brasília: Capes, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3cdl9mQ>. Acesso em: 30 abr. 2020.

CULTRI, Camila do Nascimento; BAZÍLIO, Ana Paula Matos; GOMES, Verônica de Souza. Bibliotecas Universitárias frente à nova realidade causada pela Covid-19: o caso das Bibliotecas Universitárias da Universidade Federal Fluminense. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 43, ed. esp., 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da. A Biblioteca Universitária na encruzilhada. **DataGramZero**, Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 6, dez. 2010.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 11-32, jan./abr. 2005.

DANTAS, Aline Cristina de Lima. **Dignidade da pessoa humana**: Proeja IFRJ e direito à educação. 2018. 195 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DAVALLON, Jean. A mediação: a comunicação em processo? **Prisma.com (Portugal)**, n. 4, p. 4-37, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/61109>. Acesso em: 9 jan. 2023.

DUARTE, E. N.; SILVA, A. K. A Biblioteca Universitária como organização do conhecimento: do modelo conceitual às práticas. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 31, n. 1, p. 51-72, jan./jun. 2017.

ESCOBAR, Heitor. 15 universidades públicas produzem 60% da ciência brasileira. **Jornal da USP**. Disponível em: <https://jornal.usp.br/universidade/politicas-cientificas/15-universidades-publicas-produzem-60-da-ciencia-brasileira>. Acesso em: 4 jun. 2021.

EZORSKY, G. **Racism and justice**: the case for affirmative action. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

FERES JUNIOR, J. *et al.* **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018.

FERNANDES, António Teixeira. **Formas e mecanismos de exclusão social**. 1991. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy Assis de. **As ações afirmativas na educação superior**: política de inclusão à lógica do capital. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. [apostila]. Fortaleza: UEC, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GADET, Francaise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pecheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

GARCIA, Amanda. **Secretário de SP**: Educação pode levar 11 anos para reverter prejuízo da pandemia. São Paulo: CNN, 28 abr. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/secretario-de-sp-educacao-pode-levar-11-anos-para-reverter-prejuizo-da-pandemia>. Acesso em: 5 maio 2021.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar**: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. Relatório. São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/relatorio>. Acesso em: 23 fev. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Henriette. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23, out./dez. 2020.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (orgs.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 79-108.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. O caráter seletivo das ações de informação. **INFORMARE** - Cad. Prog. Pós-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, 1999.

GUNDIM, V. A. *et al.* Saúde mental de estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Revista Baiana de Enfermagem**, [s. l.], v. 35, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/37293>. Acesso em: 3 jan. 2024.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro: IPEA, [201?]. Texto para discussão nº 807. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1968/1/TD_807.pdf. Acesso em: 25 jul. 2021.

HERINGER, Rosana. Democratização da educação superior no Brasil: das metas de inclusão ao sucesso acadêmico. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 19, n. 1,

p. 7-17, jan./jun. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/1026707/1984-7270/2019v19n1p7>. Acesso em: 02/09/2022.

HERINGER, Rosana. Um balanço de 10 anos de políticas de ação afirmativa no Brasil. **Revista TOMO**, n. 24, jan./jun. 2014.

HERINGER, Rosana; FERREIRA, Renato. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. *In*: PAULA, M. de; HERINGER, R. (Orgs.). **Caminhos convergentes: Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll; ActionAid, 2009, p. 137-194.

HINCHLIFFE, Lisa Janicke; WOLFF-EISENBERG, Christine. **First This, Now That: A Look at 10-Day Trends in Academic Library Response to COVID19**. March 24, 2020. Disponível em: <https://sr.ithaka.org/blog/first-this-now-that-a-look-at-10-day-trends-in-academic-library-response-to-covid19/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

HONORATO, H. G.; MARCELINO, A. C. K. A arte de ensinar e a pandemia COVID-19: a visão dos professores. Rede –**Revista Diálogos em Educação**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2020.

IANNI, Octavio. **Teoria de estratificação social: leitura de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, Rio de Janeiro, n. 41, 2019. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

IBGE. **PNAD Contínua: Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf. Acesso em: 12 ago. 2021.

IBGE. **PNAD Contínua: Educação 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv_101576_informativo.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

IFLA. **A COVID-19 e o Setor de Bibliotecas em Termos Mundiais**. [on-line]. 2020. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/hq/topics/libraries-development/documents/COVID-19_and_the_global_library_field-pt.pdf. Acesso em: 13 maio 2021.

INOVAMO. **Prouni: uma visão para todos**. 2019. Disponível em: <https://www.inovamo.com.br/post/2019/06/26/prouni-como-porta-de-entrada-para-as-ies>. Acesso em: 22 jan. 2022.

JACOB, Cristian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Cristian (dirs.). **O poder das bibliotecas: memórias dos livros no Ocidente**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

JENKINS, L. D.; MOSES, M. S. **Affirmative Action Matters**: Creating opportunities for students around the world. [S. l.] Taylor and Francis, 2014.

JESUS, Deise Lourenço de; CUNHA, Murilo Bastos da. As tecnologias para as Bibliotecas Universitárias: Indicadores e instrumento. *In*: MELO, Luiza Baptista; SANCHES, Tatiana (dirs.). **Bibliotecas Universitárias**: diálogos transatlânticos. Évora: Publicações do Cidehus, 2021, p. 71-93.

JODAS, J. E; KAWAGAMI, E. Políticas de acesso ao ensino superior: os desdobramentos na configuração dos programas de ação afirmativa no Brasil. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 11, 2011, Salvador. [**Anais...**]. Salvador: UFBA. 2011.

KLINENBERG, Eric. **Palaces for the People**: How Social Infrastructure Can Help Fight Inequality, Polarization, and the Decline of Civic Life. New York: Crown Publishing, 2018. 277 p.

LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: BARATIN, Marc; JACOB, Cristian (dirs.). **O poder das bibliotecas**: memórias dos livros no Ocidente. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

LIMA, Elidiane Gomes de Oliveira. **O papel dos coordenadores pedagógicos**: desafios das ações pedagógicas com o uso das TDIC em tempos de pandemia. Recife, 2021. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica, 2021.

LIMA, Helder de Pádua *et al.* A vivência do medo por estudantes universitários durante a pandemia de COVID-19. **Ciênc. cuid. saúde**, v. 21, 2022. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38612022000100213&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 9 abr. 2024.

LOPES, Marili Isensee; SILVA, Edna Lúcia da. As Bibliotecas Universitárias e a mediação da informação na comunicação científica. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 14, 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2006.

LUCK, Esther Hermes *et al.* A Biblioteca Universitária e as diretrizes curriculares do ensino de graduação. SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 11, Florianópolis, 2000. **Anais...** Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglcfindmkaj/https://www.geocities.ws/csouza952/t024.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2022.

LUZEIRO, C; SANINO, G. E. C; AMARAL, J. G. **Percepção dos alunos do curso de graduação em enfermagem na modalidade presencial sobre as disciplinas cursadas online**. 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/79.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2020.

MARENGO, L. A sociedade informacional e o seu mercado de trabalho. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 19-31, 1996. Disponível em <https://revista.acbsc.org.br/racb/issue/view/22>. Acesso em: 10 abr. 2024.

MARIANI, B. **O PCB e a imprensa; o imaginário sobre os comunistas nos jornais**. Rio de Janeiro, Campinas: Revan; Ed. UNICAMP, 1998.

MARTELETO, Regina Maria. A cultura, o conhecimento e a informação na obra de Pierre Bourdieu. *In: Pierre Bourdieu e a produção social da cultura, do conhecimento e da informação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017, p. 29-48.

MARTELETO, Regina Maria. Informação, saúde, transdisciplinaridade e a construção de uma epistemologia social. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 12, v. 3, p. 566-585, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gS75W38qbJYVHfRvrMKddGv/?lang=pt>. Acesso em: 11 jun. 2023.

MARTELETO, Regina Maria. Lugar da cultura no campo de estudos da informação: cenários prospectivos. *In: LARA, Marilda Lopes Ginez; FUJINO, Asa; NORONHA, Daisy Pires (orgs.). Informação e contemporaneidade: perspectivas*. São Paulo: Néctar; ECA/USP, 2008, p. 13-26.

MARTELETO Regina Maria; COUZINET Viviane. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares inter cruzados. **RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 7, n. 2, 2013.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINS, Ana Amélia L. Em torno da mediação: contribuições para fundamentação teórico-epistemológica da categoria nos estudos da informação. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 6, n. 1, p. 4-19, jan./abr. 2019.

MARTINS, Ana Amélia L.; MARTELETO, Regina Maria. Mediações da informação: sentidos sócio-históricos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 1, p. 174-196, mar. 2021.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, v. 17, Supl. 3, 2002.

MARTINS, Maria de Fátima Castanheira. **Representações das crianças em relação às bibliotecas como espaços de aprendizagem**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2010.

MAZZETO, Ana Carla Epitácio. **Mediação e acesso à informação no contexto da pandemia da COVID-19: o papel das bibliotecas da Universidade Federal Fluminense no apoio ao Ensino Remoto Emergencial**. 2022. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

MEDEIROS, Carlos Alberto. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. *In: SALES, Augusto dos Santos (org.). Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 400 p. – (Coleção Educação para Todos)

- MELO, Luiza Baptista; SANCHES, Tatiana (dirs.). **Bibliotecas Universitárias: diálogos transatlânticos**. Évora: Publicações do Cidehus, 2021, 162 p.
- MELLO, Eliana Müller de *et al.* Identidade e inclusão social. **Prâksis: Revista do ICHLA**, Novo Hamburgo, v. 4, n. 2, p. 119-126, 2007.
- MENDES, Suênia Oliveira. Lives, postagens, curtidas, webinários: que ciência é essa? *In*: BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista; FURTADO, Cassia; PERCEGUEIRO, Cláudia Maria de Abreu (orgs). **Leitura e escrita no mundo digital: desafios e oportunidades para alunos e professores**. São Luís: EDUFMA, 2021.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIGUEL, Jamil. Platão e o princípio da igualdade. **Revista Jurídica Pontifícia Universidade Católica de Campinas**, Campinas, v. 14, 1998, p. 146.
- MIGUEL, Nadya Maria; AMARAL Rejane Rosa do. A Biblioteca Universitária e as Novas Tecnologias. **Interagir: pensando a extensão**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-23, ago./dez. 2004.
- MINAYO, Maria Cecília de S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.
- MINAYO, Maria Cecília de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, mar. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: 6 out. 2023.
- MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MIRANDA, Ana Maria Mendes; CAVALCANTE, Luciane de Fátima Beckman. Abordagens políticas a partir da mediação cultural: o caso do feirão da resistência e da reforma agrária da cidade de Londrina. **Ponto de Acesso**, [s. l.], v. 15, n. 1/2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/36508>. Acesso em: 17 maio 2023.
- MOITA, F. M. G. DA S. C.; DE ANDRADE, F. C. B. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação. **Olhar de Professor**, v. 8, n. 2, 12 fev. 2009.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- MOURA, Mariluce. Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. **Ciência na rua**, abr. 2019. Disponível em: <https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respndem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

NASCIMENTO, Alexandre do. **Movimentos sociais, educação e cidadania**: um estudo sobre os cursos Pré-Vestibulares Populares. 1999. 116 p. Dissertação (Mestrado) - Centro de Educação e Humanidades da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A “Informação Construída” nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu.

DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out. 2004.

NEIRA, Marcos Garcia. A educação básica e os desafios nas questões relacionadas com a diversidade cultural e suas práticas curriculares. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 323-342, maio/ago. 2011.

NERI, Marcelo; OSORIO, Manuel Camillo. **O tempo para a escola na pandemia**. Rio de Janeiro: FGV Social, 2020. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/SLIDES-2pp-FGV-Social-Neri-e-Osorio-Tempo-para-Escola-Pandemia.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2022.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 78, abr. 2002.

OECD. **PISA 2022 results**. 2023. Disponível em: <https://www.oecd.org/publication/pisa-2022-results/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 dez. 2022.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E.; TARALLO, F. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

OLIVEIRA, A. Uma breve história da UFRJ. **Conexão UFRJ**, 27 set. 2019. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2019/09/uma-breve-historia-da-ufrj/>. Acesso em: 15/05/2022.

OLIVEIRA, R. M.; CORRÊA, Y. Ensino de língua portuguesa com a mediação das tecnologias digitais em tempos de pandemia. **Dialogia**, n. 36, p. 252-268, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/18336>. Acesso em: 3 set. 2021.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002, p. 31-42.

PÁDUA, Elisabete Matallo. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. São Paulo: Papyrus, 1997.

PARASURAMAN, A. **Marketing research**. Boston: Addison Wesley Publishing Company, 1991.

PAULA, Marilene de. **Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.

Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2010.

PICANÇO, Felícia *et al.* Ações afirmativas na UFRJ. **Nexo jornal**, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2022/A%C3%A7%C3%B5es-afirmativas-na-UFRJ>. Acesso em: 15 out. 2022.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 336 p.

RASTELI, Alessandro. **Mediação da leitura em bibliotecas públicas**. 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Marília, 2013.

RIBEIRO, M. A.; JORGE, C. F. B.; VALENTIM, M. L. P. Política de cotas no ensino superior: uma inovação social necessária. **Informação & Informação**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 207-228, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44582>. Acesso em: 2 maio 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 2012.

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 4151, de 4 de setembro de 2003**. Institui nova disciplina sobre o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas estaduais e dá outras providências.

RIO DE JANEIRO. **Lei n. 5074, de 17 de julho 2007**. Altera a lei n. 4151, de 04 de setembro de 2003. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas universidades estaduais e dá outras providências.

RISTOFF, Dilvo. Perfil socioeconômico do estudante de graduação uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). **Cadernos do GEA**, Rio de Janeiro, n. 4, jul./dez. 2013.

ROCHA, Termisia Luiza; SILVA, Gilson Pequeno da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de. Metodologia de pesquisa científica: análise do discurso - conceitos e possibilidades. **Cadernos da Fucamp**, São Paulo, v. 21, n. 53, p. 215-225, 2022.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Dicionário breve da informação e da comunicação**. Lisboa: Presença, 2000.

SALA, Fabiana; CRUZ, Fernando; SANCHES, Gisele Aparecida Ribeiro; BRITO, Tânia Regina de. Bibliotecas Universitárias em um cenário de crise: mediação da informação por meio das redes sociais durante a pandemia de COVID-19. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p.10-31, jan./jun. 2020.

SAMPAIO, Helena. **Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior, 1991.

SANTOS, H. *et al.* **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. [Relatório ONU]. 1999.

SANTOS, Renato Emerson dos. Racialidade e novas formas de ação social: o pré-vestibular para negros e carentes. *In*: SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (orgs.). **Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 127-153.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SENKEVICS, A. S. **O acesso, ao inverso: desigualdades à sombra da expansão do ensino superior brasileiro, 1991-2020**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. 437 p.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A divisão interna do campo universitário: uma tentativa de classificação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 80, n. 196, p. 451-471, 2002.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, E. L.; LOPES, M. I. A internet, a mediação e a desintermediação da informação. **DataGramZero**, v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7348>. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVA, Iolanda. As bibliotecas de ensino superior de Portugal e do Brasil: breve perspectiva histórica. *In*: MELO, Luiza Baptista; SANCHES, Tatiana (dirs.). **Bibliotecas Universitárias: diálogos transatlânticos**. Évora: Publicações do Cidehus, 2021, p. 12-46.

SILVA, Jonathan Chasko da; ARAÚJO Alcemar Dionet de. A metodologia de pesquisa em análise do discurso. **Grau Zero - Revista de Crítica Cultural**, v. 5, n. 1, 2017.

SILVA, Talita Naiara Rossi da *et al.* Percepção dos estudantes em relação às possibilidades de aprendizado e seu papel no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 32, n. 1-3, jan./dez. 2021-2022.

SILVESTRE ESTELA, Flor de María. **Não-usuário de Bibliotecas Universitárias: um estudo de caso na Universidade de Brasília - UnB**. 2019. 172 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35317>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SILVESTRE, Flor Maria; CUNHA, Murilo bastos da. Desafios enfrentados pelas Bibliotecas Universitárias no contexto da pandemia da COVID-19. **RDBCI**, Campinas, v. 20, e. 022009, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8668168/28130>. Acesso em: 29 out. 2022.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SORAIA, Santos de Oliveira. **Afiliação universitária**: trajetórias de estudantes cotistas e não cotistas em cursos de alto prestígio social na Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2017. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Programa de pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, 2017.

SOUSA, Márcia Valéria Barbosa de. **O curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal Fluminense**: da criação à Reforma Universitária em 1968. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação), 2017. 47 p.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 5, 12 mar. 2019.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C.; SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy. Atuação e desafios das Bibliotecas Universitárias brasileiras durante a pandemia de COVID-19. **Revista Cubana de Información en Ciencias de la Salud**, 2020.

TARAPANOFF, Kira. Planejamento de e para Bibliotecas Universitárias no Brasil; sua posição socioeconômica e estrutural. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 2, 1981. Brasília. **Anais...** Brasília: CAPES, 1981, p. 9-35.

TARGINO, Maria das Graças. A biblioteca do século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 20, n. 1, p. 39-48, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93177>. Acesso em: 21 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Ordem de Serviço PROPGPI n. 001, de 27 de março de 2020**. Dispõe sobre os procedimentos referentes aos projetos de pesquisa no âmbito da UNIRIO durante o período de suspensão do calendário acadêmico face ao estado de calamidade pública como prevenção ao contágio do Novo Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <http://www.unirio.br/propg/diretoria-de-pesquisa/normatizacao-academica/os-propgpi-no-001-de-27-de-marco-de-2020/view>. Acesso em: 26 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Resolução n. 5.256, de 24 de março de 2020**. Dispõe sobre a suspensão dos efeitos da Resolução nº 5.240, de 26 de novembro de 2019, que trata do Calendário Acadêmico do ano de 2020. Reitoria, 2020. Disponível em: <http://www.unirio.br/arquivos/noticias/Resolucao52562020.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO. **Apresentação**. Disponível em: <https://www.sibi.ufrj.br/index.php/o-sibi/quem-somos>. Acesso em: 3 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **Sistema de Bibliotecas e Informação**: Relatório janeiro/dezembro 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/13o7h0bJziqcY8yHwjEkdRqZNKEUlw__6/view. Acesso em: 3 fev. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Portaria n. 66.622, de 13 de março de 2020. Criar Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar, planejar e executar ações integradas de acompanhamento, conscientização e prevenção da doença do coronavírus (COVID-19), em caráter emergencial. **Boletim de Serviço da UFF**, Niterói, a. LIV, seção IV, p. 98- 99, mar. 2020.

VALENTE, J. A.; ALMEIDA, M. E. B. Políticas de tecnologia na educação no Brasil: visão histórica e lições aprendidas. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n. 94, p. 1-31, jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ccTaSV>. Acesso em: 14 fev. 2021.

VANZ, Samile Andrea de Souza *et al.* Evasão e retenção no curso de Biblioteconomia da UFRGS. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 541-568, jul. 2016.

VARGAS, Hustana. **Represando e distribuindo distinção**: a barragem do ensino superior. 2008. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VARGAS, Hustana. Sem perder a majestade: “profissões imperiais” no Brasil. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 15, n. 28, p. 107-124, 2010.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 17, n. 3, p. 27-38, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/962/1583>. Acesso em: 1 abr. 2024.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZUCCARELLI, Carolina; HONORATO, Gabriela. A revisão da Lei de Cotas na educação superior: dados para o debate. **Educação e Políticas em Debate**, v. 11, p. 999-1017, 2022.

Você tem amigos, conhecidos e/ou familiares que ingressaram no ensino superior? Em caso afirmativo, em quais cursos?

Parte II – Ensino durante a pandemia

Durante a pandemia, quantas horas por semana, aproximadamente, você se dedicou aos estudos, excetuando as horas de aula?

- Nenhuma, apenas assisti às aulas
 De uma a três
 De quatro a oito

Para você, como foi o ensino no formato remoto durante o período de pandemia?

- Muito ruim
 Ruim
 Médio
 Bom
 Muito bom

Justifique:

Qual ferramenta de comunicação seu curso de graduação usou com mais frequência?

- Internet *Live* Fóruns de discussão
 WhatsApp *Web* conferência

Para você, como foi seu o acesso à internet em termos de qualidade durante a pandemia?

- Muito bom
 Bom
 Regular
 Ruim
 Muito ruim

Os dispositivos para estudo eram utilizados apenas para o seu uso pessoal?

- Sim Não

Teve que compartilhá-los com outras pessoas? Sim Não

Em caso afirmativo, com quantas? _____

Encontrou alguma dificuldade que tenha comprometido seu estudo durante a pandemia?

- Sim Não

Qual/Quais: _____

Sobre a utilização de ferramentas digitais, como você classifica suas habilidades?

- Muito boas
- Boas
- Regulares
- Ruins
- Muito ruins

Sobre o acesso à internet, quais os dispositivos você utilizou?

- Computador
- Tablet*
- Celular
- Notebook*

Encontrou alguma dificuldade que tenha comprometido acesso à internet e/ou às tecnologias digitais?

- Sim
- Não

Qual/Quais: _____

Teve alguma dificuldade no modelo de Ensino Remoto Emergencial?

- Sim
- Não

Quais? _____

Os dispositivos que você usa para educação são utilizados apenas para o seu uso pessoal ou necessita compartilhá-los com outras pessoas? Com quem?

A rotina do trabalho remoto (*home office*) e suas atividades domésticas diárias afetaram as atividades de ensino remoto emergencial?

- Sim
- Não

Justifique: _____

Como você classifica o espaço na sua residência para fazer as aulas a distância?

- Muito bom
- Bom
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

Para você, como foi a adaptação à mudança de formato do ensino?

Conseguiu acompanhar as aulas durante a pandemia?

Sim Não

Justifique: _____

Quais instrumentos de avaliação, no ensino a distância emergencial, a maioria dos seus professores adotou?

Participação nas aulas Elaboração de resenhas
 Estudos dirigidos Provas *on-line* Outros

Como foi a disponibilidade dos professores ou orientadores acadêmicos do curso para orientação no período pandêmico?

Todos estiveram disponíveis
 A maioria teve disponibilidade
 Poucos tiveram disponibilidade
 Nenhum teve disponibilidade

Você teve alguma ajuda da universidade durante a pandemia?

Sim Não

Se sim, qual?

Em poucas palavras, relate seu sentimento, medos e outros você teve durante o período da pandemia

Parte III – A Biblioteca Universitária

Você frequentava os espaços da biblioteca antes da pandemia?

Sim Não

Justifique: _____

Para você, quais os principais serviços oferecidos pela Biblioteca Universitária que fizeram falta durante o isolamento?

Empréstimo,
 Atendimento presencial

Consulta ao acervo

Outros

Quais? _____

Quais as ações tomadas pelas Bibliotecas Universitárias a que você teve acesso durante a pandemia?

Lives

Divulgação de serviços da biblioteca nas redes sociais

Divulgação de eventos relacionados aos cursos nas redes sociais

Atendimento via e-mail

E-books e periódicos

Emissão de nada consta

Digitalização de capítulos de livros/artigos

Nenhuma

Quão satisfeito(a) você ficou com os serviços ofertados pela biblioteca?

Muito insatisfeito(a)

Insatisfeito(a)

Nem satisfeito(a) nem insatisfeito(a)

Satisfeito(a)

Muito satisfeito(a)

Com o isolamento social e o fechamento dos espaços físicos das bibliotecas da universidade, quais recursos de infraestrutura do espaço fizeram falta para você?

Laboratórios

Sala de estudo

Computadores

Espaço da biblioteca

Acesso aos livros e periódicos

Outros

Nenhum

A biblioteca conseguiu atender seu acesso à literatura básica das disciplinas?

Sim

Não

Caso negativo, quais foram os meios que você recorreu para ter acesso?

Colegas

Professores

Outros meios

Em poucas palavras, diga o que a Biblioteca Universitária representa para você e o que mais fez falta durante o isolamento social.

Obrigada por responder este questionário. Gostaria de deixar algum comentário?

APÊNDICE B - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa. Para que você possa decidir se quer participar ou não, precisa conhecer os benefícios, os riscos e as consequências de sua participação.

Este documento é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e tem esse nome porque você só deve aceitar participar desta pesquisa depois de ter lido e entendido este documento. Leia as informações com atenção e converse com a pesquisadora responsável sobre quaisquer dúvidas que você tenha. Caso haja alguma palavra ou frase que você não entenda, converse com a pessoa responsável por obter este consentimento. Se você tiver dúvidas depois de ler estas informações, entre em contato com a pesquisadora. Após receber todas as informações, e tiver todas as dúvidas esclarecidas, você poderá fornecer seu consentimento por escrito, caso queira participar.

PROPÓSITO DA PESQUISA

Em síntese, a pesquisa tem por objetivo verificar e analisar a percepção de estudantes de Biblioteconomia que ingressaram nas universidades públicas mediante as políticas de ações afirmativas e sua relação com as Bibliotecas Universitárias. O objetivo é tentar identificar se as ações realizadas por elas, nesse contexto de COVID-19, chegaram até esse grupo de estudantes, tendo como terreno empírico os alunos dos cursos de graduação em Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

A metodologia de abordagem e aplicação do questionário será aplicada em concordância com a instituição e a disponibilização de um horário com o professor. Como estratégia, para que sejam feitos os esclarecimentos necessários, a pesquisadora estará presente no momento da aplicação. O questionário consiste em perguntas abertas e fechadas nas quais o aluno possa abordar a sua experiência de ensino e aprendizagem vivenciada durante a pandemia de COVID-19, seus sentimentos e inquietações, e como a biblioteca universitária atuou nesse período. A aplicação do questionário pode durar em torno de quarenta minutos, sendo sua identidade preservada.

BENEFÍCIOS

Você não será remunerado por sua participação e esta pesquisa não poderá oferecer benefícios diretos a você. Se você estiver de acordo com o uso de suas informações, é necessário esclarecer que você não terá quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre eventuais resultados decorrentes desta pesquisa.

O benefício principal da sua participação é colaborar para que, no futuro, com os resultados alcançados com esta pesquisa, seja possível refletir sobre o impacto da pandemia no processo de ensino e aprendizagem.

RISCOS

Os riscos possíveis são desconforto ou constrangimentos eventuais. A qualquer momento, você poderá desistir de participar da entrevista, interrompendo-a se assim desejar.

CUSTOS

Você não terá despesas (gastos) decorrentes da sua participação.

CONFIDENCIALIDADE

Se você optar por participar desta pesquisa, as suas informações serão mantidas de maneira confidencial e sigilosa. Seus dados somente serão utilizados depois de anonimizados (ou seja, sem sua identificação). Apenas as pesquisadoras autorizadas terão acesso aos dados individuais. Mesmo que esses dados sejam utilizados para propósitos de divulgação e/ou publicação científica, sua identidade permanecerá em segredo.

BASES DA PARTICIPAÇÃO

A sua participação é voluntária e a recusa em autorizar a sua participação não acarretará quaisquer penalidades ou perda de benefícios aos quais você tem direito, ou mudança no tratamento e acompanhamento médico nesta instituição. Você poderá retirar seu consentimento a qualquer momento sem qualquer prejuízo.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTOS

A pessoa responsável pela obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido explicou-lhe claramente o conteúdo das informações e colocou-se à disposição para responder às suas perguntas sempre que tiver novas dúvidas. Você terá garantia de

acesso, em qualquer etapa da pesquisa, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas e inclusive para tomar conhecimento dos resultados desta pesquisa.

Esta pesquisa será submetida a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa - CEP do CFCH da UFRJ, ao qual se vincula o programa de doutorado (PPGCI IBICT/UFRJ – instituição proponente da pesquisa) da pesquisadora. O Comitê de Ética em Pesquisa do CFCH – Campus da UFRJ da Praia Vermelha está localizado no prédio da Decania do CFCH, 3º andar, sala 30 – telefone: (21) 3938-5167 – e-mail: cep.cfch@gmail.com. O PPGCI IBICT/UFRJ está localizado à rua Lauro Müller, 455, andar 4, Botafogo – Rio de Janeiro, tel.: (21) 3873-9453. Ressaltamos que o CEP é formado por profissionais de diferentes áreas, que revisam os projetos de pesquisa que envolvem seres humanos, para garantir os direitos, a segurança e o bem-estar de todas as pessoas que se voluntariam a participar destes.

Este termo está sendo elaborado em duas vias, que serão rubricadas em cada página, sendo que uma via ficará com você e outra será arquivada com a pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO

Li as informações acima e entendi o propósito da solicitação de permissão para participação desta pesquisa respondendo a uma entrevista.

Tive a oportunidade de fazer perguntas e todas foram respondidas. Ficaram claros para mim quais são procedimentos a serem realizados, os riscos e a garantia de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que a minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos dados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo.

Entendo que meu nome não será publicado e toda tentativa será feita para assegurar o meu anonimato.

Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

Eu, por intermédio deste, dou livremente meu consentimento para participar nesta pesquisa.

Nome e assinatura do/da participante

Data

Eu, abaixo assinado, expliquei completamente os detalhes relevantes desta pesquisa à participante indicada acima. Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido desta participante.

Nome e assinatura da Responsável

Data

APÊNDICE C - Carta de apresentação da pesquisadora para realização de pesquisa em ambientes externos à universidade

Prezado Coordenador do curso XXX da Universidade Federal XXXX.

Meu nome é Patrícia dos Santos Costa. Sou discente devidamente matriculada no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, sob o convênio celebrado entre o Instituto Brasileiro de Ciência da Informação e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, no qual desenvolvo a pesquisa "O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS CONDIÇÕES DE ENSINO DOS ESTUDANTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: A IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS" sob a orientação da Profa. Dra. Luciane de Fátima Beckman Cavalcante.

O objetivo deste estudo é verificar e analisar a percepção de estudantes de Biblioteconomia que ingressaram nas universidades públicas mediante as políticas de ações afirmativas e sua relação com as Bibliotecas Universitárias, com o objetivo de tentar identificar se as ações realizadas por elas nesse contexto de COVID-19 chegaram até esse grupo de estudantes, tendo como terreno empírico os alunos dos cursos de graduação em Biblioteconomia das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal Fluminense (UFF).

Nesse sentido, vimos, através desta, solicitar sua autorização para aplicação do questionário aos alunos do curso de Biblioteconomia.

Cabe destacar que o questionário já foi submetido à análise do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRJ para aprovação.

Informamos que o caráter ético desta pesquisa assegura o sigilo das informações coletadas e garante, também, a preservação da identidade e da privacidade dos estudantes entrevistados.

Agradecemos vossa compreensão e a colaboração no processo de desenvolvimento desta pesquisadora e da pesquisa científica em andamento.

Colocamo-nos à vossa disposição para esclarecimento de eventuais dúvidas sobre a pesquisa.

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do CEP

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS CONDIÇÕES ENSINO DOS ESTUDANTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Pesquisador: PATRÍCIA DOS SANTOS COSTA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 74743123.7.0000.5582

Instituição Proponente: DECANATO DO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.629.059

Apresentação do Projeto:

A pesquisa analisa o impacto da pandemia de Covid-19 no âmbito da educação superior, tendo em vista o uso de recursos tecnológicos como ferramentas de ensino e seus reflexos sobre grupos vulneráveis, considerando as desigualdades no acesso e na permanência estudantil em cursos de graduação em biblioteconomia.

Objetivo da Pesquisa:

Segundo informado pela pesquisadora, o objetivo da pesquisa é "verificar e analisar a percepção de estudantes de biblioteconomia que ingressaram nas universidades públicas mediante as políticas de ações afirmativas e sua relação com as bibliotecas universitárias" buscando "identificar se as ações realizadas por elas fizeram nesse contexto de COVID-19 chegaram até esse grupo de estudantes".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O projeto indica riscos relacionados a possíveis sentimentos de desconforto e constrangimento. Também informa adequadamente sobre os benefícios da pesquisa, relacionados ao aprimoramento das reflexões sobre os impactos da pandemia nos processos de ensino e aprendizagem.

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com

**UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**



Continuação do Parecer: 6.629.059

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa propõe como metodologia a aplicação de questionário como instrumento de coleta de dados "junto aos discentes do curso de biblioteconomia das Universidades federais do Estado do Rio de Janeiro".

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE apresentado pela pesquisadora está redigido em linguagem acessível, expõe os objetivos e métodos da pesquisa, assegura o caráter voluntário da participação e o sigilo dos dados pessoais, descreve adequadamente os riscos e benefícios envolvidos na participação na pesquisa, garante aos/às participantes acesso a informações e aos resultados da pesquisa; informa a breve descrição e os dados para contato do CEP-CFCH. Foram feitos os ajustes indicados no RCLE: inclusão dos dados de contato da pesquisadora e do título da pesquisa e informação sobre local de consulta dos resultados da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto está aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	TCLE.pdf	21/12/2023 17:58:22	FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2202052.pdf	22/11/2023 15:24:48		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	22/11/2023 15:18:43	PATRICIA DOS SANTOS COSTA	Aceito
Outros	RCLE.docx	22/11/2023 15:18:07	PATRICIA DOS SANTOS COSTA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_tese_.docx	22/11/2023 15:04:35	PATRICIA DOS SANTOS COSTA	Aceito
Folha de Rosto	Patricia_dos_Santos_Costa_Concep_assinado.pdf	04/09/2023 10:50:46	PATRICIA DOS SANTOS COSTA	Aceito

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30
Bairro: URCA **CEP:** 22.290-240
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)3938-5167 **E-mail:** cep.cfch@gmail.com

UFRJ - CENTRO DE FILOSOFIA
E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO



Continuação do Parecer: 6.629.059

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 30 de Janeiro de 2024

Assinado por:

FERNANDA MARIA DA COSTA VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30

Bairro: URCA

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)3938-5167

E-mail: cep.cfch@gmail.com